

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	34
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	35
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	39
4.5 - Processos sigilosos relevantes	40
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	41
4.7 - Outras contingências relevantes	43
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	44

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	45
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	48
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	51
5.4 - Outras informações relevantes	52

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	54
6.3 - Breve histórico	55
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	60
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	86
6.7 - Outras informações relevantes	87

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	88
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	91
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	93
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	106
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	107
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	124
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	125
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	126
7.9 - Outras informações relevantes	129

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	132
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	135
8.3 - Operações de reestruturação	136
8.4 - Outras informações relevantes	138

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	140
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	142

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	143
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	148
9.2 - Outras informações relevantes	150

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	153
10.2 - Resultado operacional e financeiro	171
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	174
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	175
10.5 - Políticas contábeis críticas	177
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	178
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	179
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	180
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	181
10.10 - Plano de negócios	182
10.11 - Outros fatores com influência relevante	184

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	190
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	191

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	192
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	198
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	201
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	202
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	203
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	204
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	211
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	213

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	214
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	217
12.12 - Outras informações relevantes	218

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	220
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	223
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	227
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	229
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	233
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	234
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	236
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	237
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	238
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	239
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	240
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	241
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	242
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	243
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	244
13.16 - Outras informações relevantes	245

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	246
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	248
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	249

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	251
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	252
15.3 - Distribuição de capital	350
15.4 - Organograma dos acionistas	351
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	353
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	356
15.7 - Outras informações relevantes	357
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	358
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	359
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	392
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	394
17.2 - Aumentos do capital social	395
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	399
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	400
17.5 - Outras informações relevantes	401
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	402
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	404
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	405
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	406
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	408
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	413

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	414
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	415
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	416
18.10 - Outras informações relevantes	417

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	418
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	419
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	420
19.4 - Outras informações relevantes	421

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	422
20.2 - Outras informações relevantes	424

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	425
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	426
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	427
21.4 - Outras informações relevantes	428

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	429
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	430
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	431
22.4 - Outras informações relevantes	432

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Pedro Villas Boas Pileggi

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	21/01/2008 a 30/06/2012		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis da Renova Energia S.A. ("Companhia") e suas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, tendo em vista o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2014.		
Justificativa da substituição	Tendo em vista a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria – NBC TA 600, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em 27 de novembro de 2009, que torna o auditor responsável por todas as informações consolidadas do grupo econômico, conjugada com o artigo 31 da Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, que dispõe sobre a rotatividade dos auditores independentes a cada 5 (cinco) anos, sendo assim a mudança de auditores realizada pelos principais acionistas controladores da Companhia foi o fator que motivou a alteração de auditores da Companhia e de suas controladas.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Luiz Ribeiro de carvalho	01/01/2011 a 30/06/2012	007.769.948-32	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21833000, Fax (11) 21833001, e-mail: jcarvalho@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/07/2012
Descrição do serviço contratado	<p>Serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia") contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) de revisão de informações intermediárias, com emissão de relatório sobre a revisão de informações trimestrais; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), com emissão de relatórios sobre referidas demonstrações financeiras; (iii) emissão de carta conforto, em 17 de fevereiro de 2014, em relação a emissão de units pela Companhia de acordo com as normas do IBRACON NPA nº 12, de 7 de março de 2006; e (iv) emissão de relatório de asseguração limitada, em 17 de fevereiro de 2014, sobre as informações financeiras consolidadas "pro forma" não auditadas contemplando os efeitos da aquisição da Brasil PCH S.A.</p> <p>Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.</p> <p>Adicionalmente, no exercício de 2014 foram prestados serviços de emissão de carta conforto em relação a emissão de units pela Companhia e de relatório de asseguração limitada sobre as informações financeiras consolidadas "pro forma" não auditadas contemplando os efeitos da aquisição da Brasil PCH S.A., a remuneração dos auditores corresponderá ao montante de R\$650.000,00.</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a remuneração dos auditores correspondeu ao montante de R\$385.328,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável, pois não houve substituição de auditor em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Luiz Santos Vaz Sampaio	01/07/2012	399.500.505-53	Rua Alexandre Dumas, 1981, Chácara Sto. Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51812911, e-mail: jsampaio@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não contém ressalvas e contém os parágrafos de ênfase transcritos abaixo:

(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

(b) Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

(c) Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa no 2.6, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes nas demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.”

O relatório da Deloitte relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contém os parágrafos de ênfase sobre os mesmos assuntos mencionados nos itens (a) e (b) acima.

A Companhia revisou as políticas contábeis e verificou que os registros sobre o Plano de Opção de Compra de Ações não refletiam todos os impactos necessários nas demonstrações financeiras da Companhia e, em março de 2013, a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 31 de dezembro de 2011.

Em março de 2012, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) emitiu relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidada da Companhia levantadas em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito em nota explicativa publicada, as referidas demonstrações financeiras foram alteradas, e posteriormente, reapresentadas para refletir os impactos necessários nos termos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 10.

O relatório dos auditores independentes emitido pela KPMG relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, apesar de também não conter ressalvas, continha o parágrafo de ênfase transcrito abaixo:

“Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Renova Energia S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto”

O relatório da KPMG também continha os parágrafos de outros assuntos transcritos abaixo:

“Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em 01 de março de 2012, emitimos um relatório de auditoria sem modificação sobre as Demonstrações financeiras da Renova Energia S.A individual e consolidado levantadas em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito na nota explicativa nº 2 e, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os assuntos descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. A presente opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	1.000.600.000,00	991.398.000,00	681.954.000,00
Ativo Total	3.672.179.000,00	2.678.000,00	1.614.581.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	226.011.000,00	115.639.000,00	36.553.000,00
Resultado Bruto	127.971.000,00	66.822.000,00	25.663.000,00
Resultado Líquido	6.271.000,00	-6.017.000,00	-12.061.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	231.308.026	229.914.529	195.596.248
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	4,325833	4,312028	3,486539
Resultado Líquido por Ação	0,027111	-0,002617	-0,061662

3.2 - Medições não contábeis

a) Medições não contábeis;

A administração da Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de seus negócios e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por sua administração para avaliação do desempenho da Companhia.

EBITDA

O EBITDA, que significa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (ou Lucros Antes de Juros, Impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, Depreciações e Amortizações – LAJIDA) (“EBITDA”) consiste no lucro líquido do exercício, somado ao imposto sobre a renda e contribuição social, ao resultado financeiro e as depreciações e amortizações. A Companhia utiliza como base de divulgação do EBITDA a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, que consta do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

b) Conciliação entre o EBITDA e os valores das demonstrações financeiras:

Renova Energia S.A. (consolidado)			
(Valores em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Receita operacional líquida (ROL)	226.011	115.639	36.553
Lucro (prejuízo) do exercício	6.271	(6.017)	(12.061)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	9.970	6.129	2.673
(+) Depreciação e amortização	69.526	33.723	6.857
(+) Despesas Financeiras	104.687	49.994	14.910
(-) Receitas Financeiras	(32.426)	(27.423)	(20.078)
EBITDA	158.028	56.406	(7.699)
Margem EBITDA ¹	69,9%	48,8%	(21,1%)

¹ Representa o EBITDA dividido pela receita líquida no exercício indicado.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, sendo uma medida útil de desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Assim, a Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Entretanto, é importante mencionar que esta medida pode diferir da definição utilizada por outras companhias e não deve ser utilizada em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

3.2 - Medições não contábeis

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias, o EBITDA se apresenta como um indicador de desempenho econômico geral e sua utilização permite que a Companhia analise mais do que apenas o seu resultado final (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real desempenho já que este é frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais.

Consequentemente, a administração da Companhia acredita que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só de seu desempenho financeiro, como também de sua capacidade de cumprir com as suas obrigações passivas e obter recursos para despesas de capital e capital de giro. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de efetiva liquidez da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar de maneira significativa seus lucros, tais como o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Por essa razão, tal indicador deve ser utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As informações deste item referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia").

A data de autorização e emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, foi em 17 de fevereiro de 2014.

No dia 14 de fevereiro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") realizou um adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") de R\$739.943 na Chipley SP Participações S.A. ("Chipley"), subsidiária da Companhia, que foram utilizados integralmente para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") (49% de participação detida pela Petrobras e 2% detida pela Jobelpa), compartilhando assim o seu controle.

A Companhia aprovou, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3.546 milhões, pelo preço de emissão de R\$17,7789 (dezessete reais setenta e sete centavos e oitenta e nove milésimos) por ação ordinária, equivalente a R\$53,3367 (cinquenta e três reais trinta e três centavos e sessenta e sete milésimos) por Unit.

Segundo o Acordo de Investimento celebrado em 08 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações S.A. ("RR Participações"), Light Energia S.A. ("Light Energia"), Cemig GT e a Chipley ("Acordo de Investimento Cemig GT"), os direitos de preferência de participar no aumento de capital das ações que integram o bloco de controle formado pelos acionistas RR Participações e Light Energia foram cedidos para a Cemig GT, que assumiu o compromisso de até o dia 29 de julho de 2014, subscrever as ações e integralizar o capital de R\$1.551 milhões, sendo que, do referido valor, R\$739.943 será integralizado mediante cessão, à Companhia, do AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley ("Aumento de Capital Cemig GT") e o montante restante mediante a integralização do AFAC realizado pela Cemig GT na Companhia.

Ainda segundo o Acordo de Investimento, a subscrição de ações poderá ser realizada pela própria Cemig GT e/ou fundo de investimento em participação ("FIP"), ou, ainda, sociedade de propósito específico ("SPE") controlada por tal fundo.

Após o aumento de capital será celebrado novo acordo de acionistas no qual Cemig GT, RR Participações e Light Energia farão parte do bloco de controle da Companhia.

A depender do exercício do direito de preferência dos demais acionistas, a composição acionária da Renova após o aumento de capital poderá variar entre os dois casos a seguir:

Aumento de capital subscrito e integralizado apenas pela CEMIG GT

Renova Energia	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	79,0%	-	-	188.309.629	59,2%
RR Participações	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
CEMIG GT/FIP/SPE	87.186.035	36,6%	-	-	87.186.035	27,4%
Outros Acionistas	49.775.616	20,9%	80.408.816	100,0%	130.184.432	40,8%
RR Participações*	9.560.093	4,0%	-	0,0%	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	23,2%	27.934.275	8,8%
Outros	30.904.098	13,1%	61.785.966	76,8%	92.690.064	29,0%
Total	238.085.245	100,0%	80.408.816	100,0%	318.494.061	100,0%

Aumento de capital subscrito e integralizado pela CEMIG GT e por todos os Outros Acionistas que não participam do bloco de controle

Renova Energia	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	53,7%	-	-	188.309.629	43,6%
RR Participações	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
Light Energia	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
CEMIG GT/FIP/SPE	87.186.035	24,9%	-	-	87.186.035	20,2%
Outros Acionistas	162.017.119	46,3%	80.408.816	100,0%	242.425.935	56,4%
RR Participações*	25.562.104	7,3%	-	0,0%	25.562.104	5,9%
BNDESPAR	33.395.603	9,5%	18.622.850	23,2%	52.018.453	12,1%
Outros	103.059.412	29,5%	61.785.966	76,8%	164.845.378	38,4%

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Total	350.326.748	100,0%	80.408.816	100,0%	430.735.564	100,0%
-------	-------------	--------	------------	--------	-------------	--------

**Ações da RR fora do bloco de controle*

Ressalte-se que, os eventos descritos neste item 3.3 sofreram alterações após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH e o Aumento de Capital Cemig GT vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Antes de cada Assembleia Geral Ordinária, a administração da Companhia deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social vigente e do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação pelos acionistas da Companhia. Nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.</p> <p>De acordo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal ("<u>Reserva Legal</u>"), que não excederá 20% do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências ("<u>Reserva para Contingências</u>"), na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, em percentual correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 52 de nosso Estatuto Social; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de</p>	<p>Antes de cada Assembleia Geral Ordinária, a administração da Companhia deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social vigente e do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação pelos acionistas da Companhia. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.</p> <p>De acordo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação da Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, em percentual correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 52 de nosso Estatuto Social; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no</p>	<p>Antes de cada Assembleia Geral Ordinária, a administração da Companhia deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social vigente e do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação pelos acionistas da Companhia. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.</p> <p>De acordo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação da Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, em percentual correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 52 de nosso Estatuto Social; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<p>administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da reserva de investimentos ("Reserva de Investimentos"), observado o disposto no parágrafo único, do artigo 51 de nosso Estatuto Social no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>A Reserva de Investimentos da Companhia tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia, de sua capacidade de investimento e da manutenção de sua participação em controladas e coligadas, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, e podendo ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.</p>	<p>artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da reserva de investimentos ("Reserva de Investimentos"), observado o disposto no parágrafo único, do artigo 51 de nosso Estatuto Social no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>A Reserva de Investimentos da Companhia tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia, de sua capacidade de investimento e da manutenção de sua participação em controladas e coligadas, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, e podendo ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.</p>	<p>artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da reserva de investimentos ("Reserva de Investimentos"), observado o disposto no parágrafo único, do artigo 51 de nosso Estatuto Social no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>A Reserva de Investimentos da Companhia tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia, de sua capacidade de investimento e da manutenção de sua participação em controladas e coligadas, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, e podendo ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.</p>
b. Valores das Retenções de Lucros	<p>Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2013, uma vez que a Companhia, apesar de apresentar lucro, compensou referido lucro do exercício com os prejuízos acumulados na forma da lei, e portanto, não realizou distribuições de resultados no referido período.</p>	<p>Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2012, uma vez que a Companhia, não apresentou lucro.</p>	<p>Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2011, uma vez que a Companhia, não apresentou lucro.</p>
c. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Os acionistas da Companhia terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido, conforme o caso, dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como da reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores. As ações preferenciais de emissão da Companhia participam da distribuição de resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de</p>	<p>Os acionistas da Companhia terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido, conforme o caso, dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como da reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores. As ações preferenciais de emissão da Companhia participam da distribuição de resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de</p>	<p>Os acionistas da Companhia terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido, conforme o caso, dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como da reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores. As ações preferenciais de emissão da Companhia participam da distribuição de resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	sua emissão não têm prioridade no recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.	sua emissão não têm prioridade no recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.	sua emissão não têm prioridade no recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.
d. Periodicidade das distribuições de dividendos	Por determinação do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da Companhia poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração da Companhia, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.	Por determinação do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da Companhia poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração da Companhia, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.	Por determinação do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da Companhia poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração da Companhia, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.
e. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. Adicionalmente, em virtude da 2ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 17 de setembro de 2012, e com vencimento em 17 de setembro de 2022, às debêntures poderão ter	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. Adicionalmente, em virtude da 2ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 17 de setembro de 2012, e com vencimento em 17 de setembro de 2022, às debêntures poderão ter	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. Além do descrito acima, não há outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<p>vencimento antecipado caso haja distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido em cada exercício social, sem que haja anuência prévia dos titulares das debêntures representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Ficando admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250,0 milhões na Companhia; (b) atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida determinado na escritura de emissão; e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na referida escritura de emissão.</p> <p>Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.</p> <p>Além do descrito acima, não há outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>vencimento antecipado caso haja distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido em cada exercício social, sem que haja anuência prévia dos titulares das debêntures representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Ficando admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250,0 milhões na Companhia; (b) atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida determinado na escritura de emissão; e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na referida escritura de emissão.</p> <p>Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.</p> <p>Além do descrito acima, não há outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
--	--	--	---

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	6.271.000,00	-6.017.000,00	-12.061.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	6.271.000,00	-6.017.000,00	-12.061.000,00
Data da aprovação da retenção	20/03/2014	19/04/2013	02/04/2012

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00					
Preferencial	0,00					
Outros						
Preferencial			0,00		0,00	
Ordinária			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

A Companhia não apurou lucro líquido nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 o lucro da Companhia foi de R\$ 6,3 milhões, porém, mesmo com esse lucro a Companhia ainda possui R\$ 36,1 milhões de prejuízo acumulado, motivo pelo qual a Companhia não declarou dividendos e nem fez constituição de contas reservas.

Para mais informações vide o item 3.4 deste Formulário de Referência.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	2.671.579.000,00	Índice de Endividamento	2,66997701	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	1.111.373.000,00	192.836.000,00	206.837.000,00	879.210.000,00	2.390.256.000,00
Quirografárias	269.566.000,00	0,00	11.670.000,00	87.000,00	281.323.000,00
Total	1.380.939.000,00	192.836.000,00	218.507.000,00	879.297.000,00	2.671.579.000,00
Observação					
Os númeors acima indicados referem-se às informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.					

3.9 - Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está sujeita a cláusulas de *cross-default* decorrentes de sua 2ª Emissão de Debêntures realizada em 17 de setembro de 2012 e com data de vencimento em 17 de setembro de 2022.

Para mais informações sobre a emissão acima descrita vide os itens 18.5 e 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência a Companhia também está sujeita a cláusulas de *cross-default* decorrentes de contratos firmados por suas controladas e garantidos pela Companhia, quais sejam: (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado em 05 de maio de 2011 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e controladas da Companhia; (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado em 06 de dezembro de 2012 entre o BNDES e controladas da Companhia; (iii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado em 07 de junho de 2013 entre o BNDES e controladas da Companhia; e (iv) Emissão Pública de 60 Notas Comerciais emitidas em 05 de novembro de 2013 por suas controladas e com data de vencimento em 04 de maio de 2014, na qual a Companhia é fiadora.

Para mais informações sobre os contratos acima vide o item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Por fim, a Companhia informa que os valores e informações constantes neste item 3 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, não refletindo, portanto, quaisquer informações financeiras da Brasil PCH e do aumento de capital que será realizado pela Cemig GT.

Para mais informações sobre a Brasil PCH e sobre o pro forma vide itens 6.5 e 10.11, respectivamente, deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. *com relação à Companhia*

Os parques eólicos em implantação estão sujeitos a riscos financeiros devido ao atraso do início de geração de energia.

Dentre os riscos em relação aos parques eólicos em implantação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados ao atraso do início de geração de energia, que podem resultar numa diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada por suas controladas, cujos eventuais desvios serão por elas assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) entrada em operação comercial dos parques eólicos em implantação em datas posteriores às previstas nos Contratos de Energia; ou (ii) a impossibilidade de transmissão da energia gerada, inclusive decorrente do atraso, por terceiros, da entrega das respectivas linhas de transmissão, quando as regras dos Leilões não assegurarem proteção da receita prevista nos Contratos de Energia.

Caso ocorra atraso no início da operação comercial dos parques eólicos referentes ao Leilão de Energia Nova ("LEN") realizado em 2011 ("LEN A-3 2011"), ao LEN realizado em 2012 ("LEN A-5 2012"), ou ao Leilão de Energia Nova realizado em 2013 ("LEN A-5 2013"), ou a impossibilidade de transmissão da energia gerada, inclusive decorrente do atraso, por terceiros, da entrega das respectivas linhas de transmissão, a Companhia e/ou suas controladas serão obrigadas a repor a energia aos compradores dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") por meio de garantia física (mediante a entrega do montante, em MW, correspondente à quantidade máxima de energia relativa à usina, que deverá ser repostada aos compradores) de usinas de sua titularidade e/ou de titularidade de suas controladas, ou de contratos bilaterais de compra de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

No caso de descumprimento do cronograma, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") poderá aplicar penalidades e, em caso extremo, poderão gerar a rescisão dos Contratos de Energia ou ainda revogar a autorização outorgada. Após a entrada em operação comercial, o descumprimento da obrigação de entrega de energia será tratado como ressarcimento que ocorrerá anualmente ou quadrienalmente.

A construção da linha de transmissão que conecta o Parque Eólico LER 2010 ao Sistema Interligado Nacional e da linha de transmissão que escoará a energia do A-3 2011 encontram-se atrasadas, o que poderá sujeitar a Companhia às consequências acima descritas. Para mais informações a respeito do pedido de concatenação de cronograma apresentado pela Companhia à ANEEL, em decorrência de referido atraso, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia e/ou suas controladas também poderão ter que ressarcir os compradores de energia caso a geração fique abaixo dos limites definidos nos Contratos de Energia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

A geração anual abaixo de 90% da energia contratada obriga a Companhia a ressarcir os compradores ao máximo preço do respectivo contrato, acrescido do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") médio do ano estabelecido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Caso a geração quadrienal fique entre 90% e 100% do saldo da energia contratada, a Companhia deverá ressarcir o déficit ao máximo do valor do PLD para quatro anos, acrescido do preço vigente.

Os parques eólicos e as Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") em operação podem gerar menos energia do que o esperado.

Dentre as significativas incertezas e riscos em relação aos parques eólicos e PCHs em operação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados à diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada por suas controladas, cujos eventuais desvios serão por elas assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) ocorrência de ventos ou chuvas em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; ou (ii) indisponibilidade de aerogeradores ou equipamentos de geração hídrica em nível superior aos índices de desempenho de referência ou considerados nos respectivos planos de negócios.

Correntes de vento podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem. Caso as estimativas da Companhia acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, as usinas eólicas da Companhia e/ou de suas controladas poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nas situações em que o regime pluviométrico não for suficiente para as PCHs gerarem a quantidade de energia comercializada, seus déficits de geração poderão ser compensados por outras hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), sendo que o custo operacional das usinas superavitárias deverá ser recomposto pelas usinas deficitárias. No caso da geração total das usinas participantes do MRE ser menor que sua garantia física total, o custo de recomposição de lastro de energia para atender a garantia física total será dividido entre todas as usinas.

Adicionalmente, se a disponibilidade média efetiva dos aerogeradores, equipamentos de geração hídrica e respectivos sistemas de transmissão associados for menor do que a estimada pela Companhia para elaborar seu plano de negócio e tomar decisões de investimentos, haverá impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

Podemos não ser capazes de realizar a construção, implantação, operação e aquisição de projetos a preços e em condições previstos inicialmente em nossa estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre o nosso crescimento e sobre os nossos resultados.

O crescimento da nossa receita depende significativamente da nossa capacidade de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar os empreendimentos, ou seja, prospecção, construção, implementação, aquisição e operação, bem como de adquirir e renovar nossas autorizações de forma a fornecer um retorno de capital eficaz para nossos acionistas.

Na fase de construção e implementação, poderemos não ser capazes de concluir o projeto de determinados empreendimentos dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido a uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias à implantação dos projetos e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras, bem como manutenção de nosso direito de passagem nos imóveis; (iii) atrasos na obtenção de todas as licenças, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, incluindo as licenças ambientais, cujas condicionantes podem impactar nossos projetos elevando significativamente os prazos e valores inicialmente estimados para a instalação de um empreendimento; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia que podem levar a construções fora dos padrões aceitáveis, levando a riscos de acidentes e impondo custos adicionais para adequação das construções; (v) disputas com empreiteiros e subempreiteiros, bem como atrasos na aquisição de equipamentos e incapacidade de desenvolver infraestrutura no local; (vi) dificuldades na integração de novos administradores e colaboradores em nossa organização, bem como na obtenção de mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (vii) disputas trabalhistas; (viii) mudanças nas condições de mercado; (ix) atrasos na obtenção de capital de giro adequado ou de outra modalidade de financiamento para completar construções e para iniciar operações de projetos; (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, informações administrativas e recursos humanos; (xi) outros problemas e circunstâncias que podem resultar no aumento dos investimentos para construção e implementação dos projetos.

Já a operação das nossas instalações envolve diversos riscos, incluindo os seguintes: (i) desempenho da turbina abaixo dos níveis de saída ou eficiência esperados ou dos contratados; (ii) desligamentos ou a obstrução da turbina devido ao desgaste, design ou defeito de fábrica ou avaria ou falha do equipamento, falta de peças de substituição, equipamento ou reposição ou sobrecargas das redes externas de transmissão e distribuição de eletricidade; (iii) defeitos de design ou de fabricação das turbinas; (iv) incapacidade de operar as turbinas de acordo com as especificações do projeto; (v) aumentos dos custos das operações, incluindo os custos relativos a litígios trabalhistas que afetam nossas usinas diretamente ou nossas partes do contrato, os custos relativos à operação e manutenção de equipamentos, seguros e tributos imobiliários; (vi) risco de implementação; (vii) riscos de danos ao meio ambiente, que podem ensejar ações judiciais por parte de órgãos fiscalizadores, entidades de proteção ambiental e do Ministério Público, requerendo pagamento de compensação por danos eventualmente causados ou, ainda, a paralisação das atividades e desativação de um determinado empreendimento; (viii) desastres naturais, tais como incêndios, terremotos, explosões, inundações ou outros eventos de força maior, atos terroristas ou outras ocorrências semelhantes que poderiam resultar em danos pessoais, perda de vida, perigo ambiental ou lesões graves ou destruição de uma usina ou suspensão das suas operações; (ix) erros de operação; (x) não obtenção das autorizações necessárias, inclusive ambientais, ou impossibilidade de atendimento às condicionantes; (xi) incapacidade de operar dentro das limitações que possam ser impostas por autoridades governamentais para o uso das propriedades, ambientais ou outros requisitos regulamentares; (xii) conflitos com os proprietários do sítio ou proprietários de terras adjacentes, inclusive queixas de ruído ou incômodo; (xiii) necessidade de uso pelo governo, decretação de bem de utilidade pública ou eventos similares; (xiv) dificuldades de desenvolvimento e crescimento; (xv) dificuldades para obter imóveis para a instalação de nossos projetos; e (vi) dificuldades no desenvolvimento de projetos competitivos e de qualidade.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, poderemos não ser capazes de operar nossas usinas conforme esperado e, portanto, podemos não vir a gerar a energia esperada em nossas usinas em função de diversos fatores tais como: (i) alterações na regulamentação ambiental, exigindo novas adequações nos projetos e consequentes gastos de capital e aumento de custos operacionais; (ii) diferença entre o preço de venda da energia a ser gerada por nossas usinas e o preço da energia contratada por meio de Contratos de Energia de Reserva devido a alterações do volume hídrico, da intensidade dos ventos ou da quantidade de biomassa disponível que poderão divergir daqueles considerados em estudos realizados na fase de projeto; entrada em operação comercial das usinas em data posterior à estimada; e (iii) indisponibilidade de geradores em nível superior aos índices de desempenho de referência. Ademais, após o início da operação de nossas usinas, poderemos ser obrigados a realizar investimentos adicionais em estrutura e equipamentos não previstos nos nossos orçamentos, principalmente em função do desgaste de nossos ativos, sejam eles recém adquiridos ou que estejam em atividade há diversos anos.

A ocorrência de qualquer um dos eventos anteriores poderá resultar na perda ou suspensão das nossas licenças e autorizações, na impossibilidade de realização ou manutenção de projetos pela Companhia, na redução significativa ou eliminação das receitas decorrentes da operação de nossas usinas, no aumento significativo dos custos de exploração, na necessidade de maiores gastos, na queda da produção de eletricidade, em danos pessoais ou morte do operador ou de outros, além de danos para um comprador de energia e, por conseguinte, poderia ter um efeito adverso em nossos negócios, na nossa situação financeira ou no resultado das nossas operações.

O nível de endividamento e a estrutura de financiamento da Companhia e de suas controladas poderão afetá-la adversamente.

Para a construção de novos empreendimentos de geração de energia é necessário alto volume de investimento, o que poderá levar a Companhia e/ou suas controladas a um alto nível de endividamento. Além disso, os retornos obtidos com a implementação de um projeto dependem, dentre outros fatores, do volume de endividamento passível de contratação no âmbito desse projeto e os custos efetivos dos respectivos financiamentos. Assim, variações adversas significativas nos indexadores dos financiamentos futuros da Companhia e de suas controladas, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, poderão causar um aumento de despesas com encargos de dívida e poderão reduzir o lucro líquido da Companhia, o que, consequentemente, poderá fazer com que os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos sejam reduzidos e que o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão sejam adversamente afetados.

Além disso, a estrutura de financiamento dos projetos que a Companhia e/ou suas controladas desenvolvem inclui, usualmente, a criação de ônus sobre: (i) recebíveis do projeto; (ii) das ações de sociedades controladas de propósito específico que desenvolvem o respectivo projeto; e (iii) dos imóveis onde eles se localizam, dentre outras garantias. Em caso de inadimplemento de obrigações financeiras, tais garantias poderão ser executadas, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Por fim, alguns dos contratos de financiamento podem incluir restrições aplicáveis à Companhia e/ou às suas controladas quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, o que pode comprometer a habilidade da Companhia de fazer distribuições para seus acionistas.

O crescimento dos negócios e operações da Companhia pode ser adversamente afetado no caso de não obtenção de novos contratos de compra e venda de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") quanto no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

O plano de negócios da Companhia tem como um dos meios de crescimento a participação em leilões de contratação de energia (i.e. LEN e LER) no ACR. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, a Companhia e/ou suas controladas não forem vencedoras desses leilões, a estratégia de crescimento da Companhia poderá ser negativamente impactada, o que poderá, consequentemente, afetar de forma significativa e adversa seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Adicionalmente, caso Companhia e/ou suas controladas não obtenham novos contratos no ACL, o crescimento da Companhia também poderá ser negativamente impactado.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser afetada de modo adverso por vários fatores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A capacidade da Companhia de crescer e de apresentar resultados atrativos está condicionada ao desempenho dos empreendimentos em operação, à conclusão dos parques eólicos em implantação e à maturação do portfólio de energia renovável.

Além disso, os resultados futuros da Companhia estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional. Essas incertezas decorrem, dentre outros fatores, do caráter cíclico de preços de: (i) insumos típicos da atividade de construção civil, inclusive para a construção de centrais geradoras de energia eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e solar; (ii) bens de capital necessários para tais projetos; e (iii) outras fontes de energia, incluindo petróleo e gás. Assim, a Companhia pode enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso relevante para a Companhia.

As operações e projetos de investimento da Companhia podem apresentar prejuízos ou fluxos de caixa negativos por um período indeterminado.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, a Companhia apresentou prejuízo de R\$12,1 milhões e R\$6,0 milhões, respectivamente, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, em razão principalmente da maior receita com a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão I a partir de julho de 2012, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$6,3 milhões. Ao longo desses últimos três anos, a Companhia e suas controladas realizaram desembolsos significativos em investimentos, tais como: (i) na construção de projetos; (ii) no desenvolvimento do portfólio de ativos; (iii) na aquisição de novos projetos e sociedades; e (iv) na instalação de infraestrutura operacional.

A Companhia e suas controladas devem ainda incorrer em expressivos investimentos de capital e, conseqüentemente, em expressivos desembolsos ao longo de vários anos em razão das atividades planejadas. Dessa forma, a Companhia e/ou suas controladas podem não alcançar a rentabilidade prevista nos planos de negócios ou fluxo de caixa positivo, o que pode impedir a Companhia e suas controladas de pagar dividendos ou saldar suas demais obrigações tempestivamente, o que poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou, caso esteja, poderá não estar disponível em condições favoráveis.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exige quantidade significativa de investimento em capital fixo, que poderá ser superior à capacidade atual de geração de caixa da Companhia. Assim, poderá ser necessário que a Companhia busque fontes adicionais de capital, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou tomada de empréstimos, quer mediante a emissão de ações ou Certificados de Depósitos de Ações (“Units”). A capacidade futura da Companhia de captação de caixa dependerá, dentre outros fatores, de sua rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica brasileira e mundial, que são afetadas por fatores fora do controle da Companhia. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso esteja, poderá não estar disponível em condições favoráveis para a Companhia. Se a Companhia financiar suas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por instrumentos contendo obrigações que restrinjam sua flexibilidade operacional. Ademais, caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados à sua alavancagem financeira, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, poderão aumentar. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobri-los.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsabilizadas por perdas e danos causados a terceiros. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância por subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia e/ou suas controladas, ou ainda, em contratar seguros, pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar a manutenção de apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental gerando, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente de dolo ou culpa da Companhia. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão não ser capazes de comercializar toda a energia dos projetos.

As vendas de energia elétrica para os projetos que ainda não estão contratados, estão sujeitos à existência de demanda suficiente do mercado consumidor. Ainda, para os contratos já existentes a Companhia possui autorização de 30 anos e contratos de duração máxima de 20 anos. Caso haja uma retração na demanda, a Companhia poderá não ser capaz de comercializar energia durante o restante do período da autorização.

Adicionalmente, um eventual aumento da demanda poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como projetos de geração térmica, grandes hidrelétricas, dentre outros, que possuam preços de venda de energia mais competitivos que aqueles que a Companhia e/ou suas controladas podem oferecer.

Caso a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de comercializar a totalidade da energia dos projetos de geração de energia, o crescimento da Companhia poderá ser negativamente impactado, bem como seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas não são proprietárias dos imóveis nos quais serão instalados seus parques eólicos, inclusive aqueles que estão em implantação.

A Companhia e/ou suas controladas não são proprietárias dos imóveis nos quais são instalados seus parques eólicos, inclusive aqueles em implantação, e por isso firma contratos de arrendamento com diversos detentores desses imóveis. Assim, a posse de qualquer dos imóveis arrendados pela Companhia e/ou suas controladas pode ser questionada, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Os contratos financeiros da Companhia e de suas controladas possuem garantias reais e fidejussórias, bem como obrigações e restrições específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inobservância dessas obrigações pode comprometer os resultados e a condição financeira da Companhia.

Os contratos financeiros firmados pela Companhia e por suas controladas preveem o cumprimento de diversas obrigações, tais como necessidade de autorização prévia para alteração do controle e oneração de ativos. Os contratos financeiros também estabelecem o dever de observância de certos índices financeiros. Para mais informações, vide item 10.1 deste Formulário de Referência. Não há como garantir que a Companhia e suas controladas atingirão todos os índices contratados no futuro. Qualquer descumprimento aos termos dos contratos financeiros poderá resultar na decisão dos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros e, conseqüentemente, executar as garantias concedidas. Os ativos e fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento, tanto na hipótese de vencimento normal quanto de vencimento antecipado decorrente de inadimplemento. Caso as garantias sejam executadas em virtude do vencimento antecipado de dívidas, os resultados e a condição financeira da Companhia podem ser comprometidos, o que pode impactar adversamente seus resultados. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não podem assegurar que serão capazes de cumprir com os compromissos financeiros e outras obrigações impostas pelos contratos financeiros no futuro.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair e manter pessoal técnico e administrativo altamente qualificado.

A Companhia depende dos serviços de pessoal técnico para a execução de sua atividade de desenvolvimento de projetos, na prospecção, implantação e comercialização de energia. Se a Companhia perder os principais integrantes desse quadro de pessoal (ou se precisar ampliá-lo em decorrência de novos projetos ou da expansão de projetos existentes) deverá atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, que pode não estar disponível no momento em que se tornar necessário ou, se disponível, poderá representar um custo elevado adicional para a Companhia. A demanda por pessoal técnico tem aumentado nos últimos anos e a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Companhia concorre no mercado global por este tipo de mão de obra. Caso a Companhia não consiga atrair e manter o pessoal essencial de que precisa para a manutenção, desenvolvimento e expansão de suas operações, poderá ser incapaz de administrar seus negócios de modo eficiente, o que pode causar efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia e suas controladas são rés em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista. Ademais, a Companhia e suas controladas poderão ser no futuro, rés em novos processos judiciais e administrativos (perante autoridades regulatórias, ambientais, concorrenciais, tributárias, policiais, dentre outras).

A Companhia e suas controladas não podem garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a elas, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia e/ou de suas controladas que impeçam a realização de seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Para mais informações sobre os processos relevantes nos quais a Companhia e suas controladas são partes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

As demonstrações financeiras da Companhia não refletem os efeitos contábeis da recente aquisição da Brasil PCH.

As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não refletem os efeitos contábeis da recente aquisição da Brasil PCH pela Companhia. Para mais informações sobre as condições da aquisição vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Foram incluídas no prospecto da oferta pública de ações de emissão da Companhia cujo pedido de análise prévia foi protocolado na ANBIMA em 18 de fevereiro de 2013 ("Prospecto" e "Oferta", respectivamente), por referência, as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Tendo em vista que a aquisição da Brasil PCH não foi concluída até 31 de dezembro de 2013, a posição financeira e os resultados da referida operação não foram refletidos nas referidas demonstrações financeiras, nem em outras informações financeiras divulgadas pela Companhia ao mercado ou apresentada no Prospecto, com exceção das informações Demonstrações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ("Informações Financeiras Pro Forma") apresentadas no item 10.11 deste Formulário de Referência e conforme indicado expressamente no Prospecto.

O Prospecto apresenta anexas, ainda, as demonstrações financeiras consolidadas da Brasil PCH para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma, refletindo a aquisição da Brasil PCH como tendo ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2013 para fins de Demonstração de Resultado e a partir de 31 de dezembro de 2013 para fins de Balanço Patrimonial. Não são disponibilizadas quaisquer demonstrações financeiras, ou informações financeiras e operacionais da Brasil PCH para qualquer período ou data anteriores ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas incluídas por referência ou anexadas ao Prospecto podem: (i) não ser suficientes para os investidores e potenciais investidores avaliarem os efeitos dessa aquisição nos resultados e desempenho da Companhia; (ii) não ser adequadas para avaliar o desempenho passado da Brasil PCH; e (iii) com relação às Informações Financeiras Pro Forma, não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações dos resultados consolidados da Companhia ou interpretadas como demonstração de seu resultado efetivo, tampouco são indicativos de resultados e desempenhos futuros da Companhia.

A Companhia não possui mecanismo de avaliação de desempenho para seus membros do Conselho de Administração e Comitês.

Parte do sucesso da Companhia depende das habilidades e esforço dos membros de seu Conselho de Administração e Comitês. Contudo, a Companhia não possui quaisquer mecanismos formais de avaliação de desempenho que possam ser aplicadas para

4.1 - Descrição dos fatores de risco

identificar nível de eficiência e/ou ineficiência dos membros de seu Conselho de Administração, bem como, dos membros dos Comitês, de modo que, caso os integrantes de seu Conselho de Administração e/ou Comitês não desempenhem suas atividades da forma esperada pela Companhia, não será possível identificar qualquer ineficiência em suas respectivas avaliações. Para informações sobre o mecanismo de avaliação de desempenho da Diretoria, vide item 12.1(e) deste Formulário de Referência.

b. *com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.*

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus investidores.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, podem influenciar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive as operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e pagamento de dividendos, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores e, mesmo em tais casos, o interesse dos acionistas controladores poderá prevalecer.

c. *com relação aos seus acionistas*

As ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto caso não sejam pagos dividendos

Conforme previsto no § 1º do artigo 111 da Lei das Sociedades por Ações, ações preferenciais sem direito a voto e com direito a dividendo prioritário fixo ou mínimo, adquirem o exercício a este direito se a companhia emissora, pelo prazo máximo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que tais ações tenham direito.

De acordo com o estatuto social da Companhia, os dividendos atribuídos às ações preferenciais de sua emissão não são dividendos prioritários fixos ou mínimos, o que as exclui da possibilidade de voto em caso de não pagamento de dividendos. Neste sentido, o estatuto social da Companhia exclui expressamente o direito de voto das ações preferenciais (ressalvadas determinadas matérias específicas), mesmo no caso de não pagamento de dividendos. Assim, as ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto em caso de não pagamento de dividendos.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, através da emissão de ações ou Units, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de suas Units e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, e esta necessidade poderá ser atendida mediante operações de emissão pública ou privada de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode afetar o valor de mercado das ações e Units de emissão da Companhia e resultar na diluição da participação do investidor no seu capital social.

Os detentores das ações de emissão da Companhia (inclusive representadas por Units) poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar a seus acionistas, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Em determinadas circunstâncias, contudo, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao do dividendo mínimo obrigatório. Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso o Conselho de Administração da Companhia informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- caso o fluxo de caixa e os lucros de suas controladas, bem como a distribuição desses lucros para a Companhia sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou
- a existência atual ou futura de restrições em contratos de financiamento à distribuição de dividendos.

Dessa forma, detentores de ações ou Units de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

São outorgadas opções de compra ou subscrição de ações da Companhia aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas, o que pode fazer com que seus interesses fiquem demasiadamente vinculados à cotação das ações.

A Companhia possui Plano de Opção de Compra e Subscrição de Ações (“Plano de Opção”) com o objetivo de estimular a melhoria de sua gestão, alinhar os interesses entre os administradores empregados da Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados no curto e no longo prazo. Desde 2011, a Companhia já instituiu, no âmbito do Plano de Opção, dois Programas de Opção de Compra e Subscrição de Ações, sendo todas as opções outorgadas ou exercidas, de acordo com seus termos e condições.

Caso sejam outorgadas novas opções no âmbito do Plano de Opção ou a instituição de novos planos de opção, os acionistas da Companhia poderão sofrer diluição de suas participações acionárias pela emissão de novas ações e diluição adicional, caso o preço de exercício seja inferior ao preço de mercado de suas ações.

Adicionalmente, o fato dos administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas estarem aptos a receber novas opções de compra ou de subscrição de ações a um preço de exercício inferior ao preço de mercado pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das ações da Companhia, o que pode causar um impacto negativo nos negócios.

Para mais informações sobre o Plano de Opções, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.

d. *com relação à suas controladas e coligadas*

Os riscos relacionados às controladas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha qualquer coligada. Seguem abaixo alguns fatores de risco adicionais:

A Companhia é uma sociedade holding e depende dos resultados de suas controladas, que podem não ser distribuídos.

A capacidade da Companhia de distribuir dividendos aos seus acionistas dependerá do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou de que serão suficientes para o pagamento das obrigações da Companhia e para a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

Participações em sociedades de propósito específico (“SPEs”) poderão resultar em riscos de natureza fiscal.

Os investimentos em SPEs incluem, dentre outros, o risco de as SPEs terem seu regime de tributação pelo lucro presumido questionado pelas autoridades fiscais. Eventual autuação fiscal nesse sentido poderá impactar significativamente os resultados da Companhia.

A Companhia pode vir a estar sujeita a outros potenciais passivos relevantes não identificados no processo de Due Diligence da Brasil PCH e de outras empresas que eventualmente venha a adquirir, o que poderá afetar de maneira adversa os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

O processo de due diligence conduzido pela Companhia para avaliar a situação jurídico-patrimonial da Brasil PCH, bem como outras empresas que venham eventualmente a ser adquiridas, pode não ter sido/ser suficiente para identificar todas as contingências eventualmente existentes. Caso existam contingências significativas oriundas da aquisição da Brasil PCH ou eventuais empresas e que

4.1 - Descrição dos fatores de risco

não tenham sido consideradas para sua aquisição e para as quais não haja garantias contratuais ou indenizações por contingências não identificadas anteriormente à aquisição e constatadas dos contratos de Compra e Venda, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita à necessidade de incorrer em custos e endividamento adicional, ou emissão de novas ações em razão de operações de aquisição.

A aquisição da Brasil PCH ou outras eventuais empresas em razão de operações de aquisição poderá exigir que a Companhia aumente o seu nível de endividamento ou acesse os mercados financeiros e de capitais para atender eventuais necessidades de fluxo de caixa, o que poderá afetar de maneira adversa a condição financeira e o resultado operacional da Companhia. Adicionalmente, caso efetuemos aportes de capital mediante a emissão de novas ações, para fazer frente a compromissos assumidos com a aquisição da Brasil PCH ou outras eventuais empresas em razão de operações de aquisição, isto poderá acarretar diluição da participação societária dos acionistas da Companhia que não acompanhem tais aumentos de capital.

e. *com relação a seus fornecedores*

A Companhia e/ou suas controladas utilizam prestadores de serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente.

A Companhia e/ou suas controladas celebram contratos de prestação de serviços de construção e contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica com prestadores de serviço que acredita terem elevada reputação e capacidade técnica no setor elétrico. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) provocar inadimplemento em obrigações regulatórias da Companhia e/ou de suas controladas, (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica de suas centrais aerogeradoras e hidreradoras, sujeitando a Companhia e suas controladas a uma redução em suas receitas de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica. Ademais, a rescisão desses contratos de construção ou operação e manutenção, ou a incapacidade da Companhia e/ou suas controladas de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de alguma atividade da Companhia e/ou de suas controladas atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar efeito adverso para a Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas podem vir a ser consideradas subsidiariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados. Ademais, caso os seus prestadores de serviço causem algum dano ambiental, a Companhia e/ou suas controladas podem ser também solidariamente responsabilizadas por sua reparação na esfera civil. Por fim, a Companhia não pode garantir que os empregados dos prestadores de serviços terceirizados não tentarão obter em juízo o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia e/ou suas controladas. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A implantação dos projetos da Companhia e de suas controladas depende de produtos e serviços altamente especializados, e a Companhia e/ou suas controladas podem não conseguir substituí-los prontamente.

A implantação dos projetos da Companhia e de suas controladas depende, em grande parte, do fornecimento de produtos e serviços que são contratados junto a terceiros altamente especializados, tais como fornecimento de turbinas e equipamentos elétricos relacionados aos empreendimentos de geração de energia elétrica. Impactos adversos sofridos pelos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos produtos ou serviços contratados e, conseqüentemente, podem levar a um impacto no resultado dos projetos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

f. *com relação a seus clientes*

A atual receita operacional da Companhia depende dos contratos de compra e venda de energia celebrados com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”), a CCEE no Mercado Regulado e as Distribuidoras e com clientes diversos no Mercado Livre.

No Mercado Regulado, a receita operacional da Companhia depende dos contratos celebrados com a Eletrobrás, cujo objeto é a venda, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, da energia elétrica gerada pelas três PCHs da Companhia em operação pelo prazo de 20 anos contados da data de suas respectivas entradas em operação comercial, bem como dos contratos celebrados com a CCEE no âmbito do LER realizado em 2009.

Ainda no Mercado Regulado, os Leilões de Energia Nova são celebrados com as distribuidoras de energia elétrica que declararam necessidade de compra junto ao Ministério de Minas e Energia – MME ou distribuidoras que apesar de não terem declarado necessidade de compra tiveram sua quantidade demandada deslocada para os respectivos leilões.

Caso: (i) a Eletrobrás e/ou a CCEE e/ou as distribuidoras deixem de cumprir com suas obrigações de pagamento; ou (ii) tais contratos sejam rescindidos em hipóteses que não ensejem reparação dos valores devidos à Companhia e/ou suas controladas, e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de vender tal energia a terceiros, a receita operacional da Companhia será afetada, o que pode afetar adversamente sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras.

No Mercado Livre, a Companhia e/ou suas controladas celebram contratos com compradores da energia gerada. Caso (i) algum cliente descumpra termos do respectivo contrato; ou (ii) algum cliente se torne inadimplente e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de vender tal energia a terceiros, a receita operacional da Companhia será afetada, o que pode afetar adversamente sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão

g. *com relação aos setores de atuação*

Dificuldades em obter licenciamento ambiental podem sujeitar a Companhia e suas controladas a um aumento significativo de custos que podem afetar adversamente o resultado da Companhia.

Para o desenvolvimento e operação dos projetos de geração de energia da Companhia e de suas controladas, é necessária a obtenção de licenças ambientais como: (i) Licença Prévia, que atesta a viabilidade ambiental de um determinado empreendimento; (ii) Licença de Instalação, que autoriza a execução das obras; e (iii) Licença de Operação, que garante a geração de energia por meio da operação da usina. Como esse processo depende da gestão de terceiros e da aprovação dos órgãos ambientais, situações não conformes podem comprometer o processo de licenciamento ambiental dos projetos, acarretando atraso na obtenção das licenças, o que poderá comprometer o cronograma de implantação e operação dos projetos e, consequentemente, gerar prejuízos decorrentes de alterações no fluxo de caixa. Ademais, há casos nos quais, a qualquer momento do processo de licenciamento, podem ser estabelecidas exigências que inviabilizem economicamente os projetos.

Adicionalmente, as licenças e autorizações emitidas podem expirar e não serem renovadas, comprometendo o prazo de implantação e exploração dos projetos. Tempestivamente, mesmo de posse de uma licença, podem haver questionamentos judiciais em relação ao processo de licenciamento ambiental que interrompam temporária ou definitivamente a implantação do empreendimento, causando atrasos ou mesmo interrupções dos projetos de investimento da Companhia e/ou de suas controladas, e portanto, poderiam comprometer os resultados da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas poderão incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

A Companhia e suas controladas procuram cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às suas atividades, bem como observar os termos de todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá sujeitá-las à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, tais como o pagamento de indenizações em valores significativos, revogação

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de licenças ambientais ou suspensão da atividade operacional de usinas geradoras. Além disso, o Governo Federal e os governos dos estados onde a Companhia e suas controladas atuam poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às suas atividades. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental decorrente de suas atividades, bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde elas atuam, levando-as a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos de geração de energia por fontes renováveis. Além disso, não é possível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que ela enfrenta uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios ao controle da Companhia, é impossível assegurar o sucesso em todas as oportunidades de crescimento que a Companhia procurará explorar neste segmento. A eventual incapacidade da Companhia de implantar sua estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Mudanças climáticas e o efeito estufa podem causar um efeito adverso nas atividades e mercados em que a Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades.

Existe um crescente consenso científico de que as emissões dos gases de efeito estufa estejam alterando a composição da atmosfera e afetando o clima global. Os riscos da mudança climática incluem um aumento da temperatura global e um aumento no nível dos oceanos bem como mudanças nas condições climáticas regionais relacionadas às alterações no regime hidrológico e dos ventos. Essas alterações, que poderão inclusive fazer com que haja menos chuvas ou menos ventos de forma consistente, podem afetar o desempenho dos empreendimentos da Companhia e de suas controladas e, por consequência, a necessidade de dispêndio adicional de recursos, tanto para eventualmente adquirir energia de terceiros a ser entregue para honrar contratos celebrados, como para manutenção das instalações, além da possibilidade de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos.

Esses eventos meteorológicos extremos podem causar, dentre outros fatores, relâmpago, *blade icing*, terremoto, tornado, vento extremo, tempestade severa, incêndios e outras condições meteorológicas desfavoráveis ou catástrofes naturais que podem danificar ou exigir o desligamento das turbinas ou dos equipamentos, impedindo a Companhia e suas controladas de manter suas atividades e consequentemente diminuindo as receitas e os níveis de produção de eletricidade. Assim, as mudanças climáticas podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Considerando o longo período entre o desenvolvimento/contratação no leilão e a entrada em operação de um projeto, a Companhia e/ou suas controladas podem enfrentar mudanças do cenário econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, o que pode afetar a capacidade de concluir os projetos com sucesso.

A implantação de um projeto de geração de energia, desde seu desenvolvimento/contratação no leilão até sua operação, pode levar vários anos. Durante esse período, podem haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, que podem resultar em efeitos adversos nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais e de financiamentos, bem como em outros fatores que afetam a Companhia e/ou sua controladas, bem como o setor de energia como um todo.

Gastos significativos associados aos investimentos, em geral, não poderão ser reduzidos caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas. A demanda por novas usinas de geração de energia depende de expectativas de longo prazo em termos de crescimento econômico e crescimento do consumo de energia no País. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou se ocorrer recessão na economia, a viabilidade dos projetos e consequentemente a rentabilidade da Companhia pode ser adversamente afetada.

O mercado de créditos de carbono ainda é incipiente e pode não se desenvolver de forma relevante.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A preocupação com o meio ambiente levou os países da Organização das Nações Unidas (“ONU”) a assinarem um acordo que estipulasse controle sobre as intervenções humanas no clima. Este acordo nasceu em dezembro de 1999 com a assinatura do Protocolo de Kyoto. Em resumo, o Protocolo de Kyoto determina que países desenvolvidos signatários, reduzam suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2%, em média, relativas ao ano de 1990, entre 2008 e 2012. Esse período é também conhecido como primeiro período de compromisso.

Para não comprometer as economias desses países, o protocolo estabeleceu que parte desta redução pode ser feita através da aquisição de créditos de carbono denominados Redução Certificada de Emissão. Tais créditos podem ser negociados, o que possibilita a criação dos chamados mercados de crédito de carbono. Pretendemos nos beneficiar da comercialização dos citados créditos gerados pelos nossos projetos que forem aprovados pela ONU, para auferir uma fonte adicional de receita. O mercado de créditos de carbono caracteriza-se como um mercado volátil e dependente da situação econômica mundial, principalmente do desempenho dos países da Europa e Ásia, principais compradores destes créditos. Desta forma, as premissas utilizadas com relação a tal mercado podem não se verificar, dado que os preços desses créditos no mercado internacional podem se mostrar pouco atrativos, inviabilizando sua negociação.

Especificamente com relação aos projetos referentes às usinas cuja energia tenha sido vendida no âmbito do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia (“PROINFA”), o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito deste programa serão de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”).

Movimentos populares, em especial os de natureza reivindicatória, poderão afetar os custos de construção de nossas usinas, bem como comprometer a sua operação normal, afetando a nossa rentabilidade.

Movimentos populares tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos ambientalistas ou de defesa de populações indígenas, além de Organizações Não Governamentais, são ativos no País e muitas vezes posicionam-se contrariamente à construção de usinas ou organizam as populações atingidas pela construção de usinas para fazer reivindicações. A invasão e ocupação de obras de usinas ou mesmo de usinas em operação por tais movimentos sociais não é uma prática incomum e, em certas áreas, inclusive aquelas em que provavelmente venhamos a investir, as usinas não dispõem de proteção policial. Consequentemente, não podemos garantir que nossas usinas não ficarão sujeitas a invasões, ocupações ou solicitações por grupos do gênero, o que poderá aumentar os custos dos nossos projetos e afetar adversamente nossos resultados. Ademais, ainda que tenhamos obtido as licenças ambientais necessárias, a implantação de nossos projetos pode ser alvo de questionamento judicial, o que poderá atrasar de forma considerável o cronograma de implantação ou, ainda, inviabilizar nosso empreendimento.

De acordo com nossos contratos de venda de energia no mercado regulado, podemos ser penalizados pela nossa eventual incapacidade de fornecimento de energia.

Firmamos contratos de venda de energia estabelecendo prazos específicos para entrega de energia. Todos os nossos contratos contêm disposições que nos obrigam a entregar a energia de acordo com níveis de produção esperada de nossas usinas.

Em algumas situações, tais contratos são firmados ainda na fase de construção e implementação dos nossos projetos, de modo que eventuais atrasos na sua construção e na implantação podem provocar atraso no início de geração e entrega da energia contratada.

No caso de atrasos em determinados contratos, podemos ser obrigados a comprar energia para honrar nossos compromissos. Tal compra pode ser feita por meio de agentes qualificados que operem na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”), por um preço superior ou igual ao Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”), que pode ser mais caro que os dos contratos de venda por nós celebrados, prejudicando o nosso resultado. Eventuais atrasos nos projetos que possuem energia contratada por meio de contratos de energia de reserva implicarão penalidades financeiras para os projetos e impactarão negativamente o nosso resultado. Ademais, eventual descumprimento do fornecimento poderá gerar penalidades impostas pela ANEEL e CCEE, tais como ajustes de volumes, preços, ou até o término dos respectivos contratos e revogação das autorizações, o que inviabilizaria os nossos projetos e influenciaria de forma adversa os nossos resultados.

h. *com relação à regulação do setor de atuação*

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas controladas atuam em um ambiente altamente regulado, que concede ampla discricionariedade ao poder concedente.

A implantação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia e de suas controladas podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, incluindo:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios de outorga de concessões e autorizações para exploração de potenciais eólicos e hidrelétricos;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para venda de energia elétrica nos ambientes de contratação regulado e livre, entre outras alterações de natureza regulatória; e
- alterações a outras normas aplicáveis aos seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema energético brasileiro, e em que medida tais ações poderão afetá-la adversamente. Tampouco pode assegurar quais ações serão tomadas pelos Governos Estaduais dentro de sua esfera de competência nem em que medida essas ações podem direta ou indiretamente afetar adversamente os negócios da Companhia.

Qualquer medida regulatória significativa por parte das autoridades competentes poderá impor um ônus relevante sobre as atividades da Companhia e de suas controladas, bem como eventualmente restringir sua expansão. Na medida em que a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de repassar aos seus clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados. Para mais informações, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

A Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética, de 06 de março de 2013, com efetividade por ora suspensa em razão de liminar obtida pela APINE (Associação Brasileira dos Produtores de Energia Elétrica), associação da qual a Companhia faz parte, determina que também as geradoras arquem com parcela do pagamento do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços de sistema. Caso a liminar seja cassada ou a efetiva cobrança seja determinada, e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de repassar aos seus clientes os custos dela decorrentes, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados.

Igualmente, por opção governamental, os LEN realizados a partir de 2013 deixaram de isentar os empreendedores de geração pelo risco de atraso na entrada em operação comercial das linhas de transmissão por onde a energia produzida pelas usinas é escoada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Não é possível assegurar se essa opção será mantida para futuros leilões. Caso seja, a Companhia poderá eventualmente participar de leilões sob essa nova alocação de risco e, caso se verifique o referido atraso em linhas de transmissão, poderá se ver obrigada a adquirir de terceiros a energia elétrica para adimplemento de contratos celebrados em tais leilões para venda de energia a concessionárias de distribuição. Nessa hipótese, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar alterações unilaterais nos termos e condições aplicáveis às autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas, de modo que a Companhia e suas controladas estão sujeitas a aumentos imprevistos em seus custos ou diminuição de suas receitas projetadas e caso não tenham capacidade de cumprir com as novas condições impostas, a Companhia poderá ser penalizada.

As autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas são outorgadas pela União Federal. Porém, tais autorizações são outorgadas a título precário não oneroso, ou seja, as autorizações outorgadas à Companhia e/ou suas controladas podem ser revogadas a qualquer tempo pela autoridade competente quando o interesse público assim o exigir e eventuais indenizações recebidas podem não ser suficientes para cobrir investimentos realizados por elas. Igualmente, não há garantia de que essas autorizações serão renovadas, pois a decisão de sua renovação corresponde a competência discricionária do poder concedente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em caso de descumprimento de qualquer disposição legal ou regulamentar decorrente da exploração das usinas autorizadas, a ANEEL poderá impor penalidades que variam de acordo com a gravidade do descumprimento as quais vão desde advertências até a imposição de multas ou mesmo revogação das autorizações.

Além disso, a legislação aplicável impõe a obrigação aos agentes de geração de pagamento de determinados encargos setoriais, os quais podem ser majorados sem que a Companhia tenha controle sobre isso. A esse risco regulatório somam-se outros de natureza diversas, na medida em que, no exercício de sua competência de regulação dos serviços e instalações de energia elétrica, a ANEEL pode alterar as normas atualmente vigentes, afetando negativamente as condições da prestação dos serviços outorgados à Companhia. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente e este pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros.

A revogação antes do prazo final de quaisquer autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL poderão afetar adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser afetadas de maneira adversa em caso de revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

A Companhia e/ou suas controladas são beneficiárias de incentivos fiscais concedidos pelo poder público, como a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) sobre equipamentos eólicos, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (“REIDI”), que a isenta da contribuição ao PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre equipamentos eólicos, e a extensão de convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária (“CONFAZ”), que confere isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica. Esses incentivos impactam o custo de construção dos projetos e caso o setor não possua mais referidos incentivos o custo para construção dos projetos poderá ser aumentado em mais de 10%. Adicionalmente, alguns parques da Companhia e/ou de suas controladas foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) que concede dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido nas aquisições de bens do ativo fixo.

A Companhia goza de incentivos fiscais que podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda do referidos incentivos, afetando adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Novas regras para a comercialização de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica praticados pela Companhia e/ou por suas controladas.

Segundo a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 (“Decreto nº 5.163/2004”), as geradoras podem vender eletricidade no ACR, por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL, ou no ACL, por meio da livre negociação de preços. No ACR são realizados: (i) leilões para energia elétrica proveniente de novos empreendimentos (i.e., aqueles que até o início do processo público licitatório para expansão e comercialização da energia elétrica não sejam detentores de outorga ou sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, nesse caso restrito ao acréscimo de capacidade); e (ii) leilões para energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes. Nesse segundo caso, o Decreto nº 5.163/2004 permite às distribuidoras adquirentes de eletricidade negociada pelas geradoras no ACR reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de Consumidores Potencialmente Livres (aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no artigo 15 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995 – carga igual ou maior que 10.000 kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kW – e poderem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica no Mercado Livre, é atendido de forma regulada) do Mercado Regulado para o Mercado Livre; (ii) outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até 4% do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de 17 de março de 2004. Caso as distribuidoras que venham a ter contratos de fornecimento de energia com a Companhia e/ou suas controladas decidam reduzir o montante de energia contratada, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso ocorram alterações nas regras de venda de energia elétrica, alterações de condições de mercado ou outras alterações legislativas ou na regulamentação relacionadas ao setor elétrico, a Companhia e/ou suas controladas poderão ser compelidas a vender sua capacidade excedente no mercado de curto prazo ou no ACL, onde os preços estão sujeitos a uma volatilidade significativa. Se isso ocorrer em períodos em que os preços nesses mercados estiverem em baixa, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão poderão ser adversamente afetados.

Novas regras ou condições para aquisição, utilização ou financiamento de equipamentos relacionados à implantação de projetos de geração de energia poderão, no futuro, afetar negativamente os negócios da Companhia.

Atualmente, os aerogeradores e outros equipamentos utilizados na implantação de parques eólicos da Companhia foram adquiridos ou são passíveis de aquisição mediante obtenção da linha de financiamento FINAME junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), o qual apresenta condições e custos favoráveis comparados a outros financiamentos disponíveis no mercado. Caso os fornecedores de tais equipamentos sejam descredenciados dessa linha de financiamento, os novos equipamentos disponíveis no mercado não atinjam os requisitos mínimos de elegibilidade para tal financiamento – como índice mínimo de nacionalização –, ou qualquer outra medida regulatória ou governamental crie requisitos adicionais para a aquisição, financiamento e/ou utilização de equipamentos de geração de energia elétrica em projetos nacionais, incluindo, mas não se limitando a, maiores índices de nacionalização ou outras medidas destinadas a fomentar a indústria nacional, os custos de implantação de novos projetos eólicos poderão ser majorados e afetar adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Não há como quantificar o risco envolvido, dada a impossibilidade de previsão da Companhia acerca do tamanho do impacto de potenciais mudanças nas condições de financiamento de equipamentos dentro da cadeia produtiva de projetos eólicos.

i. com relação aos países estrangeiros

Não aplicável, uma vez que a atuação da Companhia é restrita ao Brasil.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia monitora constantemente os riscos internos, regulatórios, de mercado e outros relacionados a suas operações que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica e aspectos regulatórios envolvidos. A Companhia administra de forma conservadora sua posição de caixa e seu capital de giro considerando, dentre outros fatores, tais riscos. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Descrição dos processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: i) que não estão sob sigilo, e ii) são relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas:

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas era de R\$87 mil (em 31 de dezembro de 2012 esse valor era de R\$84 mil) e refere-se basicamente a processos administrativos de riscos ambientais.

A Companhia utilizou como critério para a apresentação dos processos abaixo descritos os prognósticos de perda provável enviados por seus assessores jurídicos externos.

Em relação aos Encargos de Serviço do Sistema, a Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

A APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

O valor do risco é de aproximadamente, R\$1.420. Baseado no entendimento da Administração e dos assessores jurídicos contratados pela APINE esse risco é classificado como “possível” justificando o não provisionamento de acordo com as políticas contábeis da Companhia.

Além da contingência acima mencionada, na mesma data, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária no montante aproximado de R\$3,5 milhões (em 31 de dezembro de 2012 esse valor era de R\$2,4 milhões), sendo R\$3,2 milhões (em 31 de dezembro de 2012 esse valor era de R\$2,1 milhões) de natureza cível, R\$189 mil (em 31 de dezembro de 2012 esse valor era de R\$155 mil) de natureza trabalhista e R\$101 mil (em 31 de dezembro de 2012 esse valor era de R\$103 mil) administrativos, os quais a Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. As principais causas de tais processos são relativas a danos morais e rescisão de contrato de arrendamento e aluguéis.

A Companhia e suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entendem que as provisões constituídas registradas em balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(i) contingências ambientais

A Companhia é parte em seis processos administrativos, sendo (i) dois Autos de Infração de Interdição e Multa lavrados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA); (ii) dois Autos de Infração de Multa e Embargos lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e (iii) dois Autos de Infração de Multa e de Apreensão de Campo lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente (IMA). Os dois últimos processos foram avaliados pela Companhia como sendo de perda provável. Quanto aos demais, suas provisões para contingências estão registradas nas demonstrações financeiras pelo valor total das perdas consideradas prováveis. Em 31 de dezembro de 2013, o valor total dos processos administrativos envolvendo contingências passivas era de R\$88,9 mil, e este valor encontrava-se integralmente provisionado, uma vez que tais processos foram considerados de perda provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de suas assessorias jurídicas, conforme abaixo detalhado.

Os quatro processos administrativos junto a órgãos ambientais classificados como prováveis de perda e nos quais a Companhia é parte estão descritos na tabela abaixo:

Processo nº 02029.000509/2009-14	
a. Juízo	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	05/05/2009

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. Partes no processo	IBAMA x Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado em fevereiro de 2014: R\$13.834,28
f. Principais fatos	Trata-se do Auto de Infração de Multa nº500722, lavrado sob o fundamento de causar dano à Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins por realizar supressão da cobertura vegetal e perfuração de solo.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor não significativo
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$13.666,23

Processo nº 02029.000510/2009-31

a. Juízo	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	05/05/2009
d. Partes no processo	IBAMA x Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado em fevereiro de 2014: R\$7.685,71
f. Principais fatos	Trata-se do Auto de Infração devido à intervenção de supressão de vegetação nativa do Cerrado (picadas) em fração de hectare em Área de Preservação Permanente – APP do Rio de Ondas, sem licença ou autorização de órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida conforme determinada as normas legais e regulamentos pertinentes, com efetivo impacto ao meio ambiente local.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor não significativo
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$7.592,35

Processo nº 2009-013673/TEC/AIMU-0222

a. Juízo	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	17/04/2009
d. Partes no processo	INEMA x Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado em fevereiro de 2014: R\$66.337,85
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração de Multa nº 500721, lavrado sob o fundamento de realizar pesquisa e intervenções fiscais em desacordo com os objetivos da Estação Ecológica Serra do Tocantins e seus regulamentos e do Embargo/Interdição nº 568351, nos seguintes termos: ficam embargadas as atividades de pesquisa realizadas pela Renova no interior da Unidade de Conservação Federal Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor não significativo
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$65.627,19

Processo nº 2009-13668/TEC/AIIN-0053

a. Juízo	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	14/04/2009

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. Partes no processo	INEMA x Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido atualizado em fevereiro de 2014: R\$2.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração em Campo por supressão de vegetação nativa de Cerrado em APP do Rio de Ondas, sem necessárias anuências ou registros ou em desacordo com os mesmos.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor não significativo
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$2.000,00

Adicionalmente, o Ministério Público Federal ofereceu, em 15 de abril de 2011, denúncia contra a Companhia, a qual está em trâmite perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, por alegada infração aos artigos 38 e 40 da Lei dos Crimes Ambientais, em virtude de trabalho de sondagem realizado no interior da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, conforme abaixo:

Processo nº 3170.30.2011.4.01.4300	
a. Juízo	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Tocantins
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	15/04/2011
d. Partes no processo	Renova Energia S/A, Geomaster Engenharia de Solo Ltda. e respectivos administradores x Ministério Público Federal.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	n/a
f. Principais fatos	Alegada infração dos artigos 38 e 40 da Lei dos Crimes Ambientais em virtude de trabalho de sondagem realizado no interior da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Aplicação de pena restritiva de direitos.
i. Valor provisionado, se houver provisão	n/a

(ii) Contingências Tributárias**a. Valores envolvidos**

Em 19 de março de 2014, a Companhia e/ou suas controladas figuravam em 10 processos de natureza tributária. O valor envolvido nas referidas causas perfaz o montante de aproximadamente R\$12,1 milhões, sendo R\$0,1 milhão referente a quatro processos administrativos tributários e R\$12,0 milhões referentes a seis processos judiciais tributários. Nenhuma dessas demandas encontra-se garantida pela Companhia e/ou suas controladas através de depósitos, fiança bancária ou penhora de bens.

Com relação ao prognóstico dos processos, quatro deles foram avaliados como de probabilidade de perda possível, nenhum deles foi avaliado como de probabilidade de perda provável e seis processos apresentam probabilidade de perda remota. As demandas avaliadas com probabilidade de perda possível perfazem o montante de, aproximadamente, R\$0,1 milhão, enquanto que o valor das demandas com probabilidade de perda remota perfaz o montante de R\$12,0 milhões.

Para as ações tributárias, a Companhia e/ou suas Controladas não constituíram qualquer provisão, conforme demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

b. Valor provisionado, se houver

As contingências tributárias estão classificadas como de perda possível ou remota, motivo pelo qual não há provisionamento.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes*c. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência*

A principal prática da Companhia e de suas controladas que causou esta contingência é o suposto não recolhimento do ISSQN nos meses de fevereiro, março e abril de 2011.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral que não estejam sob sigilo, em face da Companhia ou suas controladas que as partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não são partes em quaisquer processos sigilosos relevantes e que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(i) Contingências Trabalhistas

a. Valores envolvidos

De acordo com demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem um passivo trabalhista no valor de R\$189 mil referentes a contingências trabalhistas com classificação de perda possível, motivo pelo qual não há provisionamento.

A Companhia utilizou como critério para a apresentação dos processos abaixo descritos os prognósticos de perda possível enviados por seus assessores jurídicos externos.

Na data deste Formulário de Referência existem as seguintes contingências repetitivas trabalhistas envolvendo a Companhia e suas controladas:

Contingências Repetitivas – Renova Energia S.A. e Controladas	
Fatos e/ou causa jurídica	Responsabilidade subsidiária. Verbas rescisórias, horas extras, Intervalo Intrajornada, Repouso semanal remunerado em dobro, Adicional de periculosidade/insalubridade, Aviso Prévio, FGTS, Indenização por danos morais e materiais, Horas in itinere, 13º salário, Férias + 1/3, Salário <i>in natura</i> , Saldo de salário, Diferenças e Multa de FGTS de 40%, Multas dos Artigos 467 e 477 da CLT, Honorários advocatícios e Juros e correção Monetária.
Valores Envolvidos	R\$189 mil
Valores Provisionados	N/A
Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Tratam-se de reclamações trabalhistas repetitivas movidas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços à Companhia e suas controladas.

b. Valor provisionado, se houver

As contingências trabalhistas estão classificadas como de perda possível, motivo pelo qual não há provisionamento.

c. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência

As principais práticas da Companhia ou de suas controladas que causaram as contingências são o suposto não pagamento de verbas rescisórias, horas extras, repouso semanal remunerado, aviso prévio, adicional de periculosidade, FGTS, bem como outras verbas trabalhistas.

(ii) Contingências Tributárias

a. Valores envolvidos

As principais demandas tributárias conexas são:

Matéria	Total do valor envolvido (em milhões de reais)
Reabilitação do REIDI ¹	12,0
ISS ²	0,1

Reabilitação do REIDI

O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (“REIDI”) instituído pela Lei Federal nº 11.488 de 15 de junho 2007.

O incentivo fiscal do REIDI corresponde à suspensão da contribuição ao PIS (1,65%) e da COFINS (7,6%) incidentes sobre a importação e aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos e serviços, assim como locação de bens móveis, desde que destinadas à utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado da pessoa

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

jurídica habilitada ao regime.

As contingências identificadas referem-se a seis Mandados de Segurança impetrados pelas centrais eólicas Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Pilões e Serra do Espinhaço visando à análise do pedido de reabilitação do referido benefício.

Conforme as peças processuais disponibilizadas, o enquadramento no REIDI depende da análise dos documentos pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) e da observância dos demais requisitos estabelecidos pela legislação em vigor, que concede a habilitação do contribuinte para os benefícios. Não há na legislação vigente um prazo para que ocorra essa análise. Uma eventual morosidade da RFB para analisar os pedidos de reabilitação pode atrasar ou impossibilitar o início da implementação dos projetos de infraestrutura, causando prejuízos para a Companhia e/ou sua controladas.

A probabilidade de perda está classificada como remota, de acordo com a avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

A Companhia recebeu autos de infração por supostamente não ter recolhido o Imposto sobre serviço de qualquer natureza (“ISSQN”) referente aos meses de fevereiro, março e abril de 2011.

A probabilidade de perda está classificada como possível, segundo o relatório dos advogados responsáveis por essas demandas.

b. Valor provisionado, se houver

As contingências tributárias estão classificadas como de perda possível ou remota, motivo pelo qual não há provisionamento.

c. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência

A principal prática da Companhia e de suas controladas que causou esta contingência é o suposto não recolhimento do ISSQN nos meses de fevereiro, março e abril de 2011.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes envolvendo a Companhia.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Companhia não possui valores mobiliários custodiados em outros países.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Renova Energia S.A. ("Companhia") está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na inflação e mudança nas taxas de juros e dos índices de preços (em conjunto, Riscos de Mercado), Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco de Escassez de Vento e Risco da Escassez Hidrológica.

Riscos de Mercado

A Companhia está exposta à possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros para a Companhia.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas possuem como contrapartes BNB, BNDES, FINEP, IBBA NPs e Debenturistas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa pré-fixada. A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

A Companhia financia majoritariamente seus projetos por meio de *Project Finance* com o BNDES para os projetos eólicos e BNB para as PCHs. Em 2013, além dessas modalidades, a Companhia contratou empréstimos-ponte e notas promissórias que serão substituídos por contrato que será oportunamente assinado entre o BNDES e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o valor total dos financiamentos sob essas modalidades era de R\$2,1 bilhões.

No que diz respeito ao risco de taxa de juros da Companhia, este decorre substancialmente de debêntures e financiamentos para os projetos. Tais instrumentos financeiros são subordinados principalmente à taxa de juros vinculadas aos indexadores TJLP e CDI.

No que diz respeito à inflação, as receitas da Companhia são ajustadas por índices de correção monetária, No caso dos parques eólicos o reajuste é feito pelo IPCA e para as PCHs da Companhia o reajuste é feito pelo IGPM.

Análise de Sensibilidade

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2013		9,77%	9,77%	9,77%
Aplicações financeiras:	Baixa do CDI	351.711	351.711	351.711
Taxa anual estimada do CDI para 2014		10,50%	7,88%	5,25%
Efeito anual nas aplicações financeiras:				
Ganho		2.374		
Perda			(6.164)	(14.702)

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2013		9,77%	9,77%	9,77%
Empréstimos:				
DEBÊNTURES - RENOVA	Alta do CDI	338.086	338.086	338.086
NOTAS PROMISSÓRIAS - LER 2010 E LEN 2011	Alta do CDI	406.147	406.147	406.147
Taxa anual estimada do CDI para 2014		10,50%	13,13%	15,75%
Efeito anual nos empréstimos:				
Perda		6.012	27.629	49.246

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2013		5,00%	5,00%	5,00%
Empréstimos:				
BNDES - LP - LER 2009	Alta da TJLP	929.884	929.884	929.884
BNDES - CP - LER 2010 e LEN 2011	Alta da TJLP	625.226	625.226	625.226
Taxa anual estimada da TJLP para 2014		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito anual nos empréstimos:				
Perda		-	19.439	38.878

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 10,50%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (7,88% a.a.) e 50% (5,25% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para as debêntures e notas promissórias que são vinculadas à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento de 25% (13,13%) e 50% (15,75%), respectivamente. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores da taxa CDI foram de 8,06%; 8,40% e 11,60%, respectivamente.

Para os empréstimos e financiamentos vinculados à TJLP, a Companhia e suas controladas consideraram um cenário provável com base na taxa para o segundo trimestre de 2013 obtida do BNDES o qual espera-se a manutenção desta taxa para o horizonte de um ano, 5%. Os cenários II e III consideram uma alta dessas taxas em 25% (6,25%) e 50% (7,50%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado nas aplicações financeiras e nos empréstimos são: (i) 100,92% do CDI nas aplicações financeiras; (ii) 1,99% + TJLP para os empréstimos com BNDES e (iii) 123,45% do CDI para as debêntures. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores da TJLP foram de 5,00%; 5,75% e 6,00%, respectivamente.

Os efeitos (aumento/redução) demonstrados nessa análise de sensibilidade referem-se às variações das taxas de juros consideradas para os cenários I, II e III em relação à taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2013.

Risco Liquidez

A Companhia está exposta à capacidade de suas controladas e controladoras em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira de suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e debêntures da Companhia (sem considerar os custos de captação) são:

Ano de Vencimento:	R\$ mil
até 12 meses	1.112.019
2015	96.374

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

2016	97.880
2017	100.535
2018	107.720
Após 2018	887.006
Total	2.401.534

Risco de Crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, cauções e depósitos vinculados, entre outros. Outra fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos para as rubricas de caixa e equivalentes de caixa era de R\$132,6 milhões, R\$608,1 milhões e R\$389,8 milhões respectivamente. Para os mesmo períodos a rubrica de clientes era de R\$20,9 milhões, R\$ 21,3 milhões e R\$5,2 milhões. Já as contas de cauções e depósitos no curto e longo prazo apresentavam os seguintes saldos: R\$151,2 milhões, R\$108,2 milhões e R\$11,9 milhões. A conta de aplicações financeiras só apresentou saldo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e o saldo era de R\$214,5 milhões. Portanto, a não realização desses direitos pode impactar as Companhia.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração de referidos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Companhia.

Risco de Escassez de Vento

A Companhia está exposta à possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais. Caso ocorra ventos em intensidade diferente das premissas utilizadas nos projetos a Companhia pode ser obrigada a ressarcir o montante de energia não gerado de acordo com as cláusulas dos contratos firmados.

De acordo com os contratos de energia no mercado regulado, para os leilões de energia de reserva (LER), se a Companhia gerar até 10% abaixo da energia contratada, a Companhia precisará ressarcir a CCEE pelo mesmo valor do contrato, caso essa geração negativa seja maior do que 10%, será adicionado 15% ao valor do contrato. Para os leilões de energia nova (LEN), se a Companhia gerar até 10% abaixo da energia contratada, a Companhia precisará ressarcir as distribuidoras pelo mesmo valor do contrato, caso essa geração negativa seja superior a 10%, será pago o maior valor entre o preço do contrato e a média do PLD dos últimos doze meses.

Para mais informações vide item 4.1 a) deste Formulário.

Risco de Escassez Hidrológica

A controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. Para as PCHs, uma revisão de 5% na garantia física, em função de variação de geração (obedecendo as regras do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE), implica numa variação de 5% na receita para essas usinas.

Para mais informações vide item 4.1 (a) deste Formulário de Referência.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. *riscos para os quais se busca proteção*

A Renova Energia S.A. ("Companhia") está exposta a riscos resultantes do curso normal de suas atividades tais como riscos de mercado, liquidez, risco de crédito, escassez de ventos e escassez hidrológica, conforme exposto no item 5.1 acima.

No entanto, tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de proteção especial para nenhum tipo de risco porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados.

Riscos de Mercado

A Companhia possui aplicações financeiras sujeitas à remuneração vinculada a indexadores (principalmente CDI), e financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas ao CDI e a TJLP. O risco relacionado a esses saldos resulta da possibilidade de existirem mudanças nessas taxas de juros.

A Companhia busca se proteger contra os Riscos de Mercado contratando empréstimos com instituições que possuem um bom *rating* e que a Companhia acredita que tenham baixo risco de *default*. Adicionalmente, a Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

Risco de Liquidez

Para se proteger dos riscos de liquidez a Companhia busca financiamentos de longo prazo, que sejam aderentes ao fluxo de entrada de caixa dos projetos.

Risco de crédito

Em relação ao risco de crédito, dado a dinâmica setorial, onde grande parte dos contratos são firmados no âmbito do Proinfa, CCEE e outras distribuidoras, a Companhia entende estar pouca exposta nos contratos do mercado regulado. Já nos contratos do mercado livre, a Companhia busca firmar contratos com clientes que possuam boa análise de crédito. Adicionalmente, a Companhia restringe a exposição ao risco de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, efetuando investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha.

Risco de escassez de vento

Em relação ao risco de escassez de vento, a Companhia busca certificar seus projetos com instituições de renome e tem uma equipe própria de prospecção e medição de ventos para reduzir as incertezas.

Risco de escassez hidrológica

Em relação ao risco de escassez hidrológica, desde que as PCHs da Companhia atendam aos requisitos para participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), esse risco é distribuído entre todos os participantes do MRE, uma vez que as condições hidrológicas podem variar nas diversas regiões do país.

b. *estratégia de proteção patrimonial (hedge)*

A Companhia não utiliza estratégias específicas de proteção patrimonial (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia financia majoritariamente seus projetos por meio de *Project Finance* com o BNDES para os projetos eólicos e BNB para as PCHs. Em 2013, além dessas modalidades, a Companhia contratou empréstimos-ponte e notas promissórias que serão substituídos por contrato que será oportunamente assinado entre o BNDES e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o valor total dos financiamentos sob essas modalidades era de R\$2,1 bilhões. A Companhia não possui risco considerável de moeda em seu balanço e por isso não realiza *hedge* cambial no momento.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

No que diz respeito ao risco de taxa de juros da Companhia, este decorre substancialmente de debêntures e financiamentos para os projetos. Tais instrumentos financeiros são subordinados principalmente à taxa de juros vinculadas aos indexadores TJLP e CDI. A Companhia não possui instrumentos para *hedge* das taxas de juros.

Adicionalmente os contratos de compra e venda de energia eólica são indexados pelo índice IPCA e de energia proveniente das PCH's são indexados pelo IGPM. A Companhia não possui instrumentos para *hedge* das taxas de inflação.

c. instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos outros parâmetros para o gerenciamento do riscos a que estamos sujeitos, além do que foi citado no item (a) acima.

Adicionalmente, realizamos uma gestão rígida e criteriosa do nosso caixa de curto e longo prazo, com o apoio da nossa administração e dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração e atualizamos periodicamente os indicadores macroeconômicos estimados pelo mercado financeiro incorporando tais estimativas em nossa projeção de caixa de longo prazo.

e. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial ou efetua aplicações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, por meio de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos.

Para assessorar o Conselho de Administração no gerenciamento dos riscos descritos acima, a Companhia possui Comitês de Assessoramento, quais sejam: (i) Comitê de Auditoria e *Compliance*; (ii) Comitê Financeiro; (iii) Comitê de Gestão; (iv) Comitê de Talentos e Remuneração; (v) Comitê de Engenharia e Operação; (vi) Comitê de Novas Tecnologias e Prospeção

O Comitê de Auditoria e *Compliance* tem como funções, entre outras: (i) assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna; (ii) revisar e opinar, previamente à sua aprovação, acerca das demonstrações financeiras anuais e informações contábeis intermediárias trimestrais da Companhia, inclusive acerca de suas notas explicativas, relatório da Administração e relatório dos auditores independentes; (iii) avaliar a efetividade e qualidade dos controles internos e da auditoria independente, inclusive no que tange à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas; (iv) assegurar o cumprimento e a correta aplicação dos princípios e normas contábeis nos termos da legislação em vigor e de acordo com as diretrizes dos órgãos reguladores locais; (v) avaliar e reportar ao Conselho de Administração o cumprimento, pela Administração da Companhia, das recomendações feitas pela auditoria independente; (vi) reunir-se periodicamente com auditores internos e externos para entender os controles realizados e aprofundar questões relevantes; (vii) avaliar e recomendar objetivos e atividades principais, tanto para a área contábil (auditoria externa) como para a área de auditoria interna; e (viii) recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições.

O Comitê Financeiro tem como funções, entre outras: (i) analisar as necessidades financeiras da Companhia e sugerir mecanismos para satisfazê-las; (ii) monitorar os principais indicadores financeiros da Companhia; e (iii) analisar a estrutura financeira da Companhia e recomendar ações corretivas, se necessário.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

O Comitê de Gestão tem como funções: (i) propor estratégia de atuação da Companhia, com base em diretrizes estratégicas e orçamentárias, metas gerais e específicas, indicadores, perspectivas e métricas; (ii) monitorar o desempenho operacional da Companhia, analisando e sintetizando matérias técnico-operacionais; (iii) sugerir ao Conselho de Administração metas a serem cumpridas pela Administração e verificar o seu cumprimento; (iv) monitorar riscos de mercado e propor iniciativas para minimizá-los; (v) propor e monitorar as estratégias de longo prazo da Companhia; (vi) auxiliar na definição das métricas e diretrizes do orçamento da Companhia; e (vii) discutir com a Diretoria a viabilidade de cumprimento das metas estabelecidas e sugerir ao Conselho de Administração medidas para corrigir desvios.

O Comitê de Talentos e Remuneração tem como funções, entre outras: (i) orientar o planejamento estratégico da gestão de pessoas e a política de remuneração da Companhia; e (ii) avaliar e supervisionar as práticas e processos de sucessão em todos os níveis hierárquicos da Companhia.

O Comitê de Engenharia e Operação tem como funções: (i) acompanhar e elaborar parecer ao Conselho na contratação de fornecedores para obras da Companhia; (ii) monitorar o desempenho das equipes internas e externas no desenvolvimento de obras da Companhia; (iii) acompanhar a execução dos contratos de fornecimento para obras da Companhia; (iv) auxiliar na definição de estratégias e de planos de ação para questões envolvendo o andamento de obras da Companhia; (v) monitorar riscos de construção e propor iniciativas para minimizá-los; (vi) acompanhar e reportar ao Conselho o atingimento de marcos do cronograma físico-financeiro das obras da Companhia; e (vii) acompanhar, reportar ao Conselho e recomendar soluções para eventuais desvios do orçamento da Companhia para uma respectiva obra.

O Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção tem como função: (i) Propor e acompanhar o desenvolvimento e o estudo de novas tecnologias e novos modelos de negócios; e (ii) propor e acompanhar o *pipeline* de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado são monitoradas de forma contínua, conforme mencionado anteriormente no item “f” acima.

Embora a Companhia não possua uma política específica de gerenciamento de riscos, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Em 28 de março de 2013, a Companhia celebrou contrato de parceria de longo prazo com a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. ("Alstom") que prevê a instalação de 1,2GW de capacidade instalada no valor aproximado de R\$2,6 bilhões. Este contrato mitiga o risco de falta de fornecimento de equipamento e potencial aumento de preço dos mesmos.

Excluindo o contrato com a Alstom indicado acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

Riscos Relacionados ao Brasil

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os negócios da Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas.

Por exemplo, o real desvalorizou 16,9% em 2001 e 34,8% em 2002 frente ao dólar, embora o real tenha valorizado 18,9%, 6,3% e 20,4% com relação ao dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 25,4% frente ao dólar, tendo fechado em R\$2,336 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,74 por US\$1,00. Em 2010, observou-se nova valorização de 4,5% do Real em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$1,88 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$2,04 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$2,34 por US\$1,00. A Companhia não pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao dólar novamente.

As desvalorizações do real com relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar significativa e adversamente a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem afetar adversamente a Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas da Companhia poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como as que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- flutuações cambiais;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- alterações das normas trabalhistas;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;

5.4 - Outras informações relevantes

- política fiscal;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente a Companhia, na forma descrita acima.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado das Units da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	11/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/08/2008

6.3 - Breve histórico

Constituição da Espra e do Consórcio Enerbrás & WM

Em 09 de fevereiro de 2001, os Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo constituíram a Enerbrás Comercializadora de Energia Ltda., atualmente denominada Enerbrás Centrais Elétricas S.A. ("Enerbrás"), dando início à sua atuação em aproveitamentos hidrelétricos.

Em 27 de outubro de 2003, a Enerbrás constituiu consórcio para implantação, desenvolvimento e construção das atuais três PCHs da Companhia, localizadas na região do extremo sul da Bahia, entre os Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

Em 17 de setembro de 2004, referido consórcio foi transformado em uma sociedade por ações denominada Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), cuja finalidade era deter a autorização de geração de energia por meio das três PCHs da Companhia.

Em 4 de março de 2005, a Enerbrás e o Sr. Ricardo Delneri tornaram-se detentores de 99,99% e 0,000001%, respectivamente, das ações da Espra. Hoje, a Enerbrás e Renovapar S.A. detêm, respectivamente, 99,99% e 0,000001% das ações da Espra.

Constituição da Companhia

Em 11 de dezembro de 2006, a Companhia foi constituída, como parte de uma reorganização societária implementada pelos atuais controladores indiretos da Companhia, os Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, com prazo de duração indeterminado e com o seguinte objeto social (i) a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; (ii) produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis; (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental; e (iv) a participação no capital social de outras sociedades.

Aquisição do Controle Societário da Enerbrás

Em 12 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu o controle societário da Enerbrás mediante a aquisição das ações ordinárias detidas pelos Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo.

Registro de Companhia Aberta e Oferta Pública de Ações

O registro de companhia aberta foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 20 agosto de 2008.

Em 13 de julho de 2010, a Companhia realizou sua Oferta Pública Primária de Distribuição de Units, representativas, cada uma, de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais nominativas, com a distribuição pública primária de 10.713.800 Units, tornando-se, desta forma, a primeira empresa dedicada ao setor de energia renovável do Brasil a ter suas ações listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). Para mais informações, vide item 18 deste Formulário de Referência.

Comercialização de Energia no Mercado Regulado

Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia comercializou no Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 2009, 127,0 MW médios de energia para a geração por 14 parques eólicos localizados no interior da Bahia ("Complexo Eólico Alto Sertão I").

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia comercializou no LER 78,0 MW médios de energia para a geração por seis parques eólicos localizados no interior da Bahia ("Complexo Eólico Alto Sertão II").

Em 18 de agosto de 2011, a Companhia comercializou no Leilão de Energia Nova ("LEN") 103,6 MW médios de energia para a geração por 9 parques eólicos no Complexo Eólico Alto Sertão II.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia comercializou no LEN 10,6 MW médios de energia para a geração por um parque eólico localizado no interior da Bahia.

Em 23 de agosto de 2013, a Companhia comercializou no LER 73,7 MW médios de energia para a geração por nove parques eólicos localizados no interior da Bahia.

6.3 - Breve histórico

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia comercializou no LEN 183,9 MW médios de energia para a geração por 17 parques eólicos localizados no interior da Bahia.

Aumento de Capital Social para Ingresso da Light Energia no Bloco de Controle da Companhia

Em 19 de agosto de 2011, vislumbrando um potencial crescimento da Companhia em geração de energia renovável e acreditando em seu modelo organizacional, a Light Energia, subsidiária integral da Light S.A., por meio do acordo de investimento firmado com a RR Participações, então controladora da Companhia, ingressou no capital da Companhia aportando cerca de R\$360,0 milhões, mediante a subscrição e integralização de 50.561.797 novas ações ordinárias.

Em 25 de outubro de 2011, ocorreu a homologação do aumento de capital no valor de R\$376,0 milhões, mediante a emissão de 52.815.211 novas ações ordinárias, considerando o aporte da Light e o exercício do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia.

Para mais informações vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Comercialização de Energia no Mercado Livre

Com o ingresso da Light Energia no bloco de controle da Companhia, foi acordado um contrato de compra e venda de energia entre a Light Energia e a Companhia de 400 MW de capacidade instalada para comercialização no Mercado Livre.

Adicionalmente, em 2012, foram celebrados dois acordos para venda de energia no Mercado Livre de 61,0 MW médios, e em 2013, foi celebrado mais um contrato no mercado livre, para venda de energia de 15,0 MW médios.

Conclusão das Obras do Complexo Eólico Alto Sertão I

Em 1º de julho de 2012, a Companhia, por meio de suas Sociedades de Propósito Específico ("SPE's"), concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão I, composto por 14 parques eólicos com 184 aerogeradores de potência nominal de 1,6 MW.

Em outubro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou despachos atestando que os 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, estavam aptos a operar.

Aumento de Capital Social para Ingresso da BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR") no Capital Social da Companhia

Com o objetivo de contribuir na elaboração da estratégia da Companhia, e visando ao seu crescimento com rentabilidade, em 13 de julho de 2012, a BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ingressou no capital da Companhia. O investimento da BNDESPAR foi de R\$260,7 milhões mediante a emissão de 23.059.239 novas ações ordinárias e 4.875.036 novas ações preferenciais.

Em 02 de outubro de 2012, ocorreu a homologação do aumento de capital no valor de R\$314,7 milhões, considerando o aporte da BNDESPAR e o exercício do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia.

Complementação do Objeto Social da Companhia

Em 22 de agosto de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas que deliberou sobre a complementação do objeto social da Companhia para a inclusão das seguintes atividades adicionais: (i) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética; (ii) a prestação serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração; (iii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia; (iv) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, *wafers*, células, painéis, módulos e inversores; e (v) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de

6.3 - Breve histórico

disponibilização de ativos de geração de energia.

Parceria estratégica com a Alstom para fornecimento de turbinas

Em 28 de março de 2013 a Companhia firmou um contrato de parceria com a Alstom que prevê a instalação de 1,2 GW de capacidade instalada em energia eólica. A parceria, uma das maiores no mercado mundial, conforme divulgado pela Alstom em 2013, irá propiciar: (i) ganhos de escala; (ii) desenvolvimento tecnológico diferenciado; (iii) economia e mitigação de riscos logísticos, já que os equipamentos serão produzidos no estado da Bahia, onde ficam os parques eólicos da Companhia; e (iv) alinhamento estratégico com um fornecedor de primeira linha pra suportar o plano de negócios da Companhia.

Essa parceria permitirá o desenvolvimento de tecnologia mais adequada aos nossos projetos, bem como melhor aproveitamento do nosso portfólio. Por meio da interação entre as equipes das empresas, estão sendo desenvolvidas soluções customizadas para condições específicas da região onde os projetos serão implantados, tais como velocidade do vento, turbulência e características do solo, fortalecendo a troca de conhecimento entre elas.

Para mais informações acerca desta parceria vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Início de Operação da Primeira Planta Solar da Companhia

Em 20 de fevereiro de 2013, teve início a operação da primeira planta solar da Companhia localizada em Goiás, no modelo de geração distribuída, com capacidade instalada de 25,65 kWp.

A planta solar irá abastecer as operações da mineradora de ouro Yamana Gold e permitirá à mineradora gerar energia elétrica para o próprio abastecimento utilizando módulos fotovoltaicos com tecnologia silício monocristalino. A Yamana Gold está localizada na cidade de Pilar de Goiás, aproximadamente 250 km de Goiânia, local onde está situada a unidade abastecida com energia solar.

Além desse projeto, mais um projeto de geração distribuída foi entregue em 2013. O projeto foi instalado numa residência no Rio de Janeiro com 13,0 KWp de capacidade instalada.

Avanço na implementação do Complexo Eólico Alto Sertão II

Os parques eólicos do LER 2010, em conjunto com os parques eólicos do LEN A-3 2011, formam o Complexo Eólico Alto Sertão II, que tem 386,1 MW de capacidade instalada e está localizado no interior da Bahia, na mesma região onde a Companhia possui o Complexo Eólico Alto Sertão I.

Os parques eólicos do LER 2010 são compostos por 100 aerogeradores e tiveram montagem e instalação concluídas em dezembro de 2013.

Como a Companhia alterou o ponto de conexão do LER 2010, não terá garantia de receita (regra do leilão de energia de reserva), até que a linha de transmissão entre em operação. A linha deveria ter entrado em operação em 23 de maio de 2012, mas está atrasada e a previsão oficial de entrada em operação é 28 de fevereiro de 2014. Para não estar sujeita a penalidades desde a data de início de suprimento (1º de setembro de 2013) e a efetiva entrada em operação da linha de transmissão, a Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da nossa obrigação de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL. Assim, até que saia a resposta da ANEEL sobre o pedido de concatenação e/ou caso o pedido não seja integralmente atendido, a Companhia provisiona o valor da multa de acordo com o contrato. O contrato estabelece que o ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

No A-3 2011 as atividades em curso referem-se à montagem e comissionamento de turbinas e finalização da parte eletromecânica. De um total de 130 aerogeradores, já foram entregues 120, das quais 78 já estão montados e todas as 130 fundações já foram concretadas.

6.3 - Breve histórico

A data contratual para conclusão da linha de transmissão que escoará energia do A-3 2011 era 1º de fevereiro de 2014, mas está atrasada e a previsão oficial de entrada em operação é 21 de janeiro de 2015. Para não ter que recompor lastro (regra do leilão de energia nova) entre a data de início de suprimento (1º de março de 2014) e a efetiva entrada em operação da linha de transmissão, a Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da nossa obrigação de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de aproximadamente 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL.

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 8 de agosto de 2013, foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, por meio do qual a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Brasil PCH, celebrado em 14 de junho de 2013 entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás ("Petrobrás"), a Cemig GT e a Brasil PCH S.A. ("Contrato de Compra e Venda Brasil PCH") para a Chipley Participações S.A. ("Chipley").

Conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2014, a Cemig GT realizou um adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") no valor de R\$739,9 milhões que foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH pela Chipley, subsidiária da Companhia.

A aquisição é estratégica para a Companhia que adicionou ativos operacionais em sua base, melhorando o balanceamento entre os ativos já em operação e os ativos em construção e desenvolvimento.

A Brasil PCH incrementará a geração de caixa da Companhia e irá permitir a utilização desse caixa no crescimento da Companhia, tanto em projetos já contratados, como em novos projetos.

Além disso, o fortalecimento da fonte hídrica também é positivo, uma vez que existe complementariedade entre as fontes eólicas e hídricas e diminui o risco de dependência de uma única fonte.

Para mais informações sobre a operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Sobre a Brasil PCH

A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas: (i) PCH Bonfante; (ii) PCH Calheiros; (iii) PCH Carangola; (iv) PCH Fumaça IV (pertencente à SPE Caparaó Energia S.A.); (v) PCH Funil; (vi) PCH Irará; (vii) PCH Jataí; (viii) PCH Monte Serrat; (ix) PCH Retiro Velho; (x) PCH Santa Fé; (xi) PCH São Joaquim; (xii) PCH São Pedro; e (xiii) PCH São Simão, com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios ("PCHs Brasil PCH").

Todas as PCHs Brasil PCH possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA com vencimento previsto para 2027 e 2028.

Com a aquisição, a Companhia aumenta sua base de ativos operacionais e sua consequente geração de caixa disponível para investir em seu crescimento.

A aquisição também é positiva para a Companhia em razão da complementariedade entre as fontes eólica e hídrica diminuindo o risco de dependência de uma única fonte.

Após a aquisição de participação na Brasil PCH, a capacidade instalada contratada da Companhia passa ser de 1.953,3 MW, sendo 24,8% de ativos em operação.

Aumento de capital a ser realizado pela Cemig GT

A Companhia aprovou, em 20 de fevereiro de 2014, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,55 bilhões ("Aumento de Capital Cemig GT"), mediante a emissão de até 199.427.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão, por ação ordinária, de R\$17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º,

6.3 - Breve histórico

I da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo na análise econômica-financeira constante do Anexo I à Ata que aprovou o respectivo Aumento de Capital Cemig GT.

Em decorrência do Aumento de Capital Cemig GT, quando homologado, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$1,0 bilhão, representado por 156.899.210 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais, para até R\$4,56 bilhões, representado por até 356.326.754 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais.

O montante de R\$1,4 bilhão, o qual foi corrigido desde 31 de dezembro de 2012 até 20 de fevereiro de 2014 pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme estabelecido no Acordo de Investimento Cemig GT, celebrado em 8 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações, Light Energia, Cemig GT e a Chipley, equivalendo hoje ao montante de R\$1,55 bilhão, representado por 87.186.035 ações ordinárias, deverá ser subscrito e integralizado, dentro do prazo para exercício do direito de preferência, que será de 36 dias (iniciado em 24 de fevereiro de 2014), encerrando-se em 31 de março de 2014, inclusive (“Prazo para o Exercício do Direito de Preferência”), pela Cemig GT, ou, se for o caso, uma sociedade de propósito específico (SPE) em que a Cemig GT detenha 50% ou mais das ações ordinárias. A integralização ocorrerá por meio: (i) da cessão para a Companhia do crédito no valor de R\$739,9 milhões referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) realizado pela Cemig GT na Chipley, em 12 de fevereiro de 2014; e (ii) da transferência de fundos imediatamente disponíveis (TED) para uma ou mais contas mantidas pela Companhia junto a uma instituição financeira previamente designada para tanto pela Companhia.

Nos termos do artigo 171, §1º, alínea “a” da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do fato relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014, será assegurado aos titulares de ações ordinárias, ações preferenciais ou de Units da Companhia, o direito de preferência para a subscrição das ações ordinárias do Aumento de Capital Cemig GT, proporcional às ações por eles detidas no encerramento do pregão de 21 de fevereiro de 2014. As ações de emissão da Companhia (e as Units por elas formadas) adquiridas a partir de 24 de fevereiro de 2014, inclusive, serão negociadas ex direitos e não farão jus ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital Cemig GT.

As eventuais sobras do Aumento de Capital serão rateadas entre os acionistas da Companhia que manifestarem intenção de subscrição de sobras em seus respectivos boletins de subscrição, nos termos do artigo 171, §7º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, em rodada única e as sobras que remanescerem após o rateio serão canceladas, em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários nº18, de 9 de maio de 2006, Processo RJ/2006/0214. Após o rateio e o cancelamento das sobras, o Conselho de Administração realizará nova reunião a fim de homologar o Aumento de Capital Cemig GT.

O Aumento de Capital Cemig GT poderá, ainda, ser parcialmente subscrito pelos acionistas da Companhia, observadas as seguintes condições: (i) o Aumento de Capital Cemig GT deverá ser subscrito no limite mínimo de R\$1,55 bilhão; e (ii) os acionistas da Companhia terão, no prazo de sete dias após o término do Prazo para o Exercício do Direito de Preferência, a possibilidade de confirmar as suas respectivas decisões de subscreverem as suas parcelas no Aumento de Capital Cemig GT, na hipótese de a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital.

As ações ordinárias referentes ao Aumento de Capital Cemig GT serão idênticas às ações ordinárias da Companhia já existentes e conferirão os mesmos direitos aos seus titulares, e participarão de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do Aumento de Capital Cemig GT pela Companhia.

Simultaneamente à homologação do aumento de capital será celebrado um novo acordo de acionistas por meio do qual a Cemig GT passará a fazer parte do bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações e a Light Energia.

Para mais informações vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a. Incorporações

Não houve operações de incorporações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no exercício social corrente.

b. Fusões

Não houve operações de fusões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no exercício social corrente.

c. Cisões

Não houve operações de cisões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no exercício social corrente.

d. Incorporações de ações

Não houve operações de incorporações de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no exercício social corrente.

e. Alienações e aquisições de controle acionário ou outras relevantes

(i) Evento

Transferência de controle acionário de SPEs para subholdings

Principais condições do negócio

Em 02 de março de 2011, a Nova Renova S.A. ("Nova Renova") adquiriu da Companhia o controle societário da Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica") e da Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica").

Em 14 de março de 2011, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social nas subholdings Salvador Eólica e Bahia Eólica sendo integralizado com as ações das 14 SPEs, por seu valor patrimonial.

Sociedades envolvidas

Nova Renova Energia, Salvador Eólica, Bahia Eólica, Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Igaporã S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A. e Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.

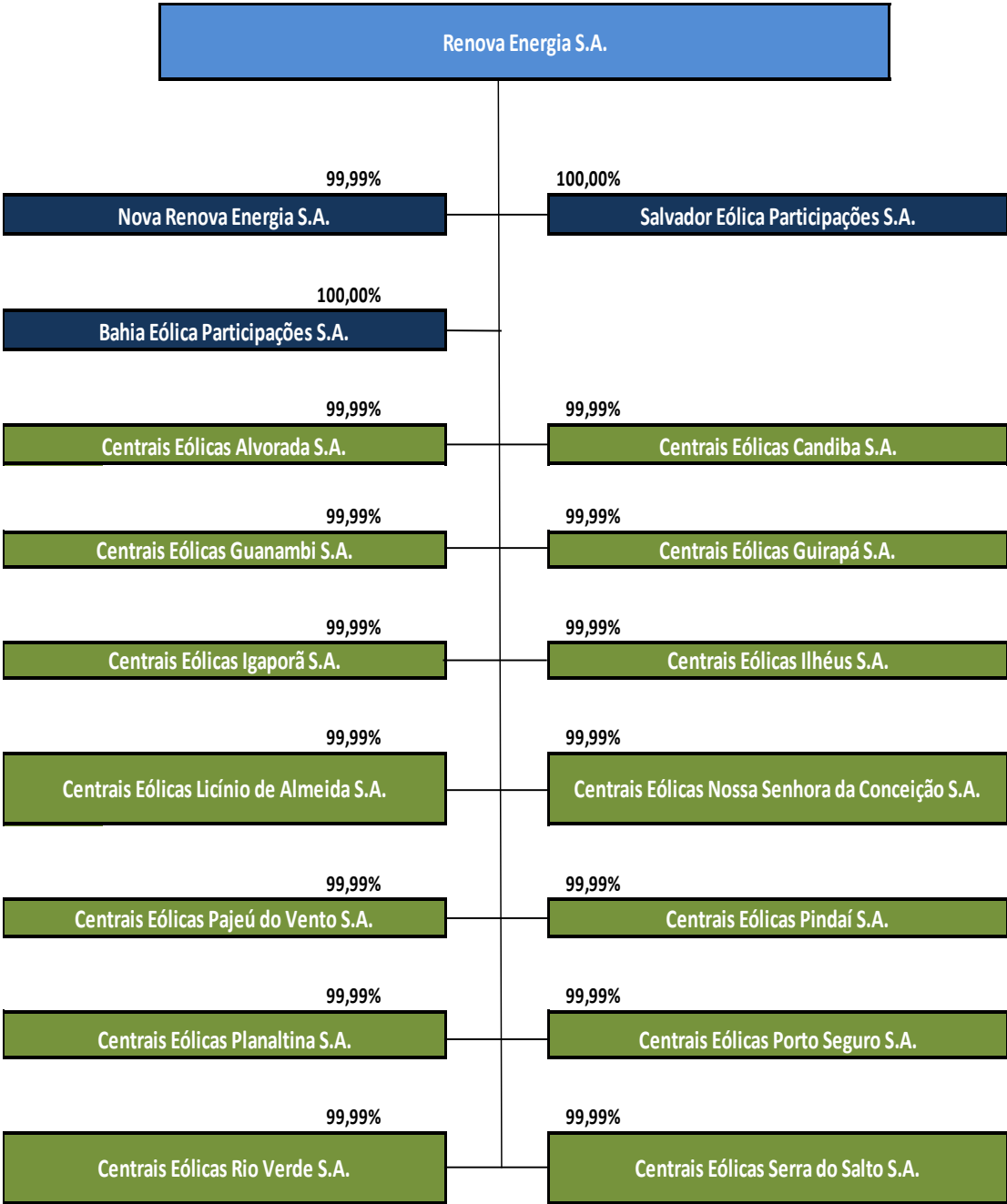
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista que a operação foi realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

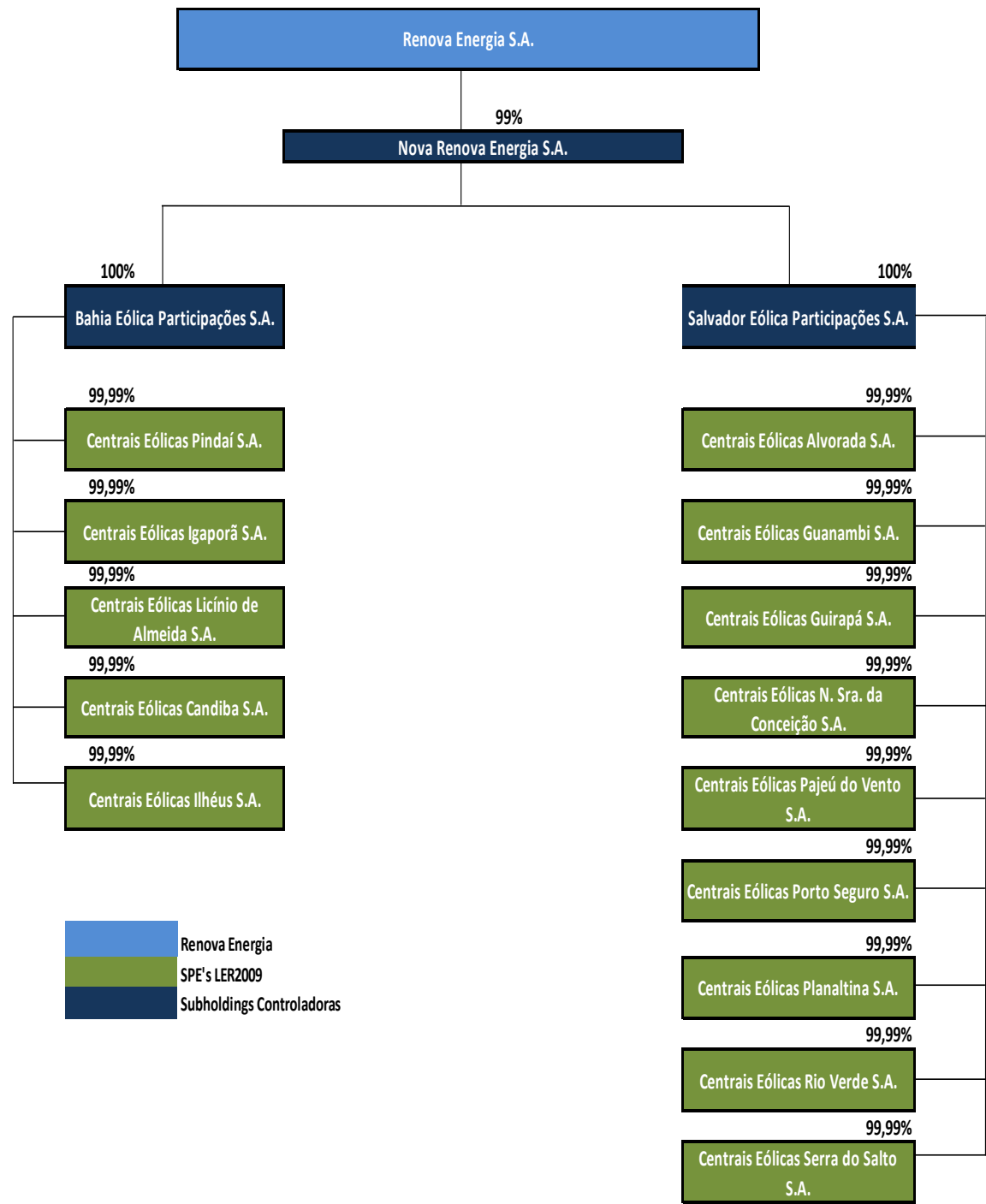
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(ii) Evento

Investimento da Light S.A. ("Light") na Companhia e Alteração do Bloco de Controle da Companhia.

Principais condições do negócio

Em 08 de julho de 2011 foi celebrado o Acordo de Investimento entre RR Participações, Light Energia e a Companhia ("Acordo de Investimento Light"), por meio do qual a Light concordou em realizar um investimento na Companhia através de um aumento de capital da Companhia com a emissão de novas ações ordinárias ao preço de subscrição total de R\$360,0 milhões, o qual foi deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia conforme abaixo descrito.

Nos termos do Acordo de Investimento Light, em 17 de agosto de 2011 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, um aumento de capital da Companhia com a emissão de 53.108.330 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, livres e desembaraçadas de qualquer gravame, representativas de 50% do número de ações integrantes do bloco de controle da Companhia, o qual foi criado com a celebração do Acordo de Acionistas Light (conforme abaixo definido), pelo preço de emissão de R\$7,12 por ação ("Aumento de Capital Light"). O Aumento de Capital Light foi cedido pela Light para sua controlada Light Energia conforme acordado no Acordo de Investimento Light, e após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Companhia e o cancelamento de sobras das novas ações ordinárias, foi homologado em 25 de outubro de 2011 em Reunião do Conselho de Administração no valor de R\$376,0 milhões.

Adicionalmente, após a realização do Aumento de Capital Light e nos termos do Acordo de Investimento Light, a Light Energia, a RR Participações e a Companhia celebraram um Acordo de Acionistas em 19 de agosto de 2011, o qual foi aditado por meio de seu primeiro aditamento em 31 de agosto de 2012 ("Acordo de Acionistas Light"), o qual alterou o controle da Companhia, bem como estabeleceu termos e condições sobre o relacionamento entre os acionistas do bloco de controle, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

Sociedades envolvidas

Light, Light Energia, RR Participações e Companhia.

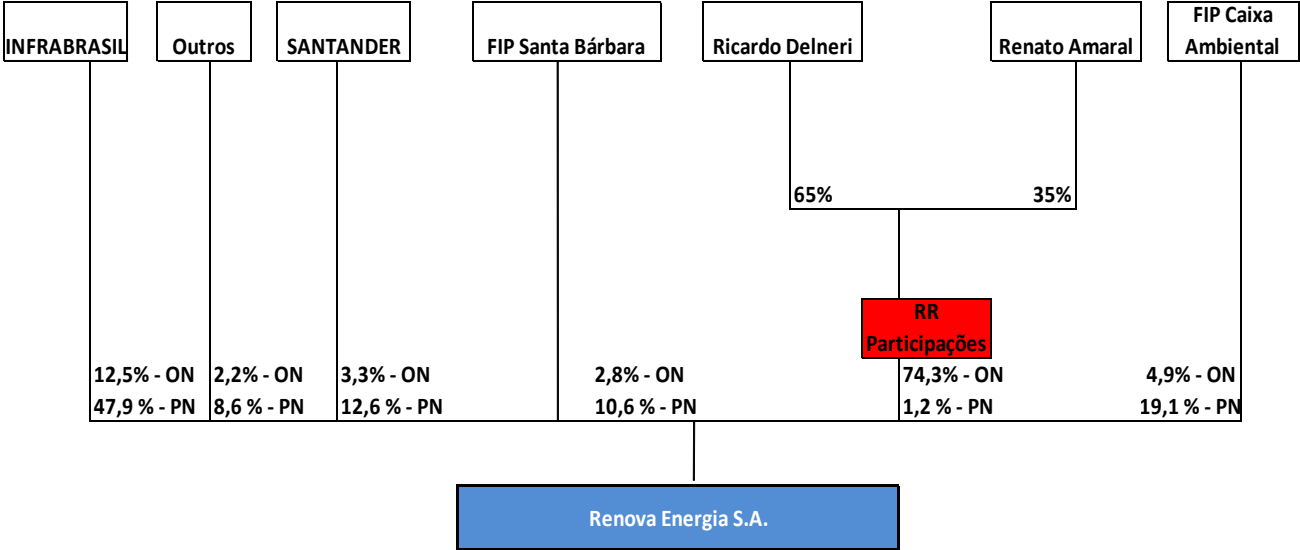
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Com o Aumento de Capital Light e a celebração do Acordo de Acionistas Light, a Light Energia passou a integrar o bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações, passando a Light Energia e a RR Participações a deterem cada uma 50.561.797 ações ordinárias vinculadas ao Acordo de Acionista Light, totalizando 34,6% do capital votante da Companhia e 25,9% da totalidade das ações de emissão da Companhia na época, além de disporem sobre outras matérias, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

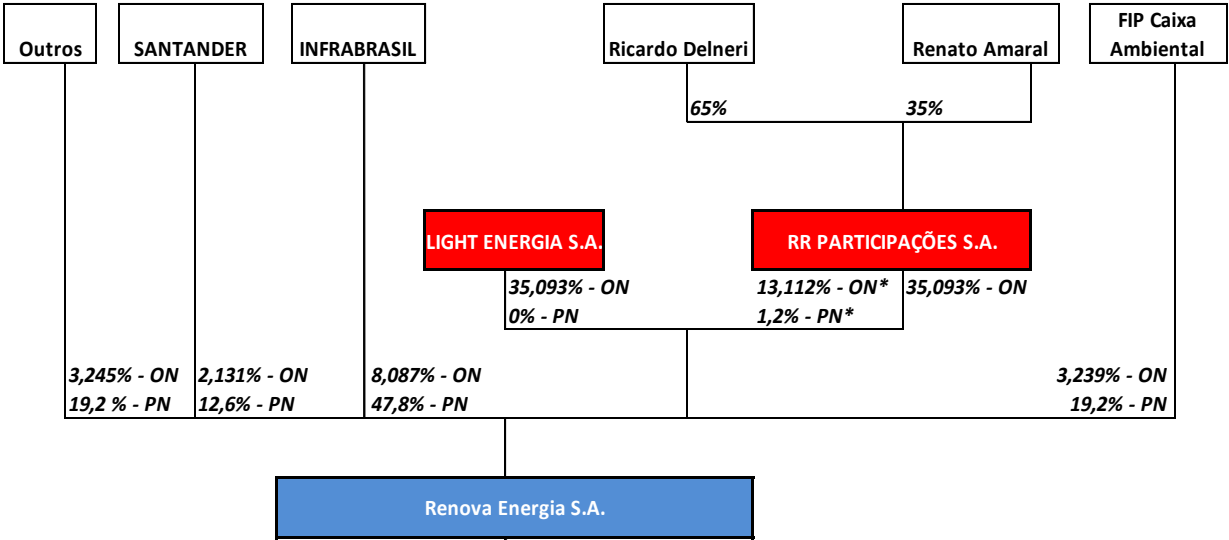
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



*Ações da RR Participações fora do Bloco de Controle.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(iii) Evento

Transferência de controle acionário para subholdings

Principais condições do negócio

Em 16 de março de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica") sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial.

Em 31 de maio de 2012 as SPEs foram transformadas em sociedades por ações.

Sociedades envolvidas

Nova Renova, Renova Eólica Participações S.A., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Morrinhos Ltda. (atualmente denominada Centrais Elétricas Morrão Ltda.), Centrais Elétricas Seraíma Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda. e Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.

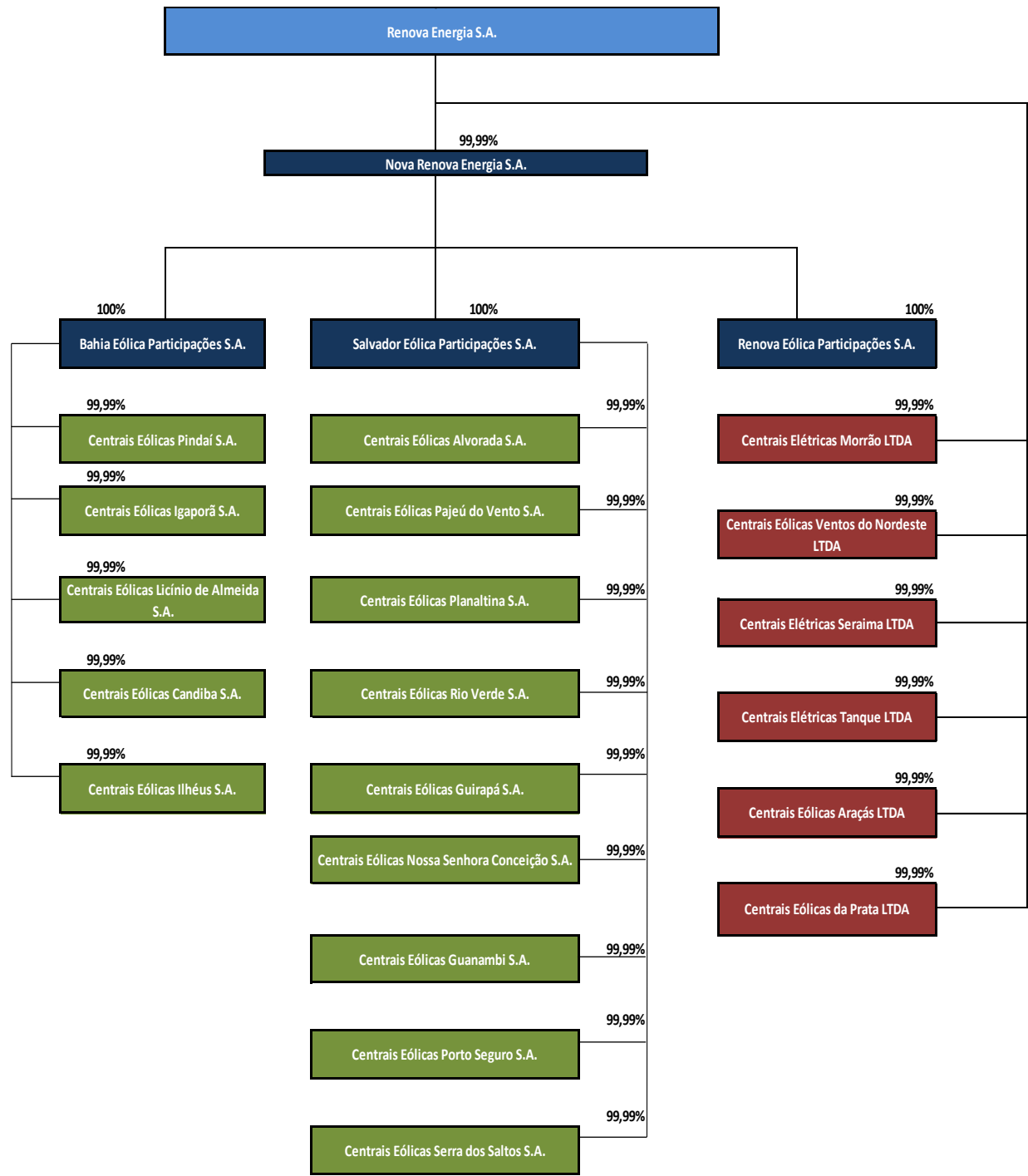
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista que a operação foi realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

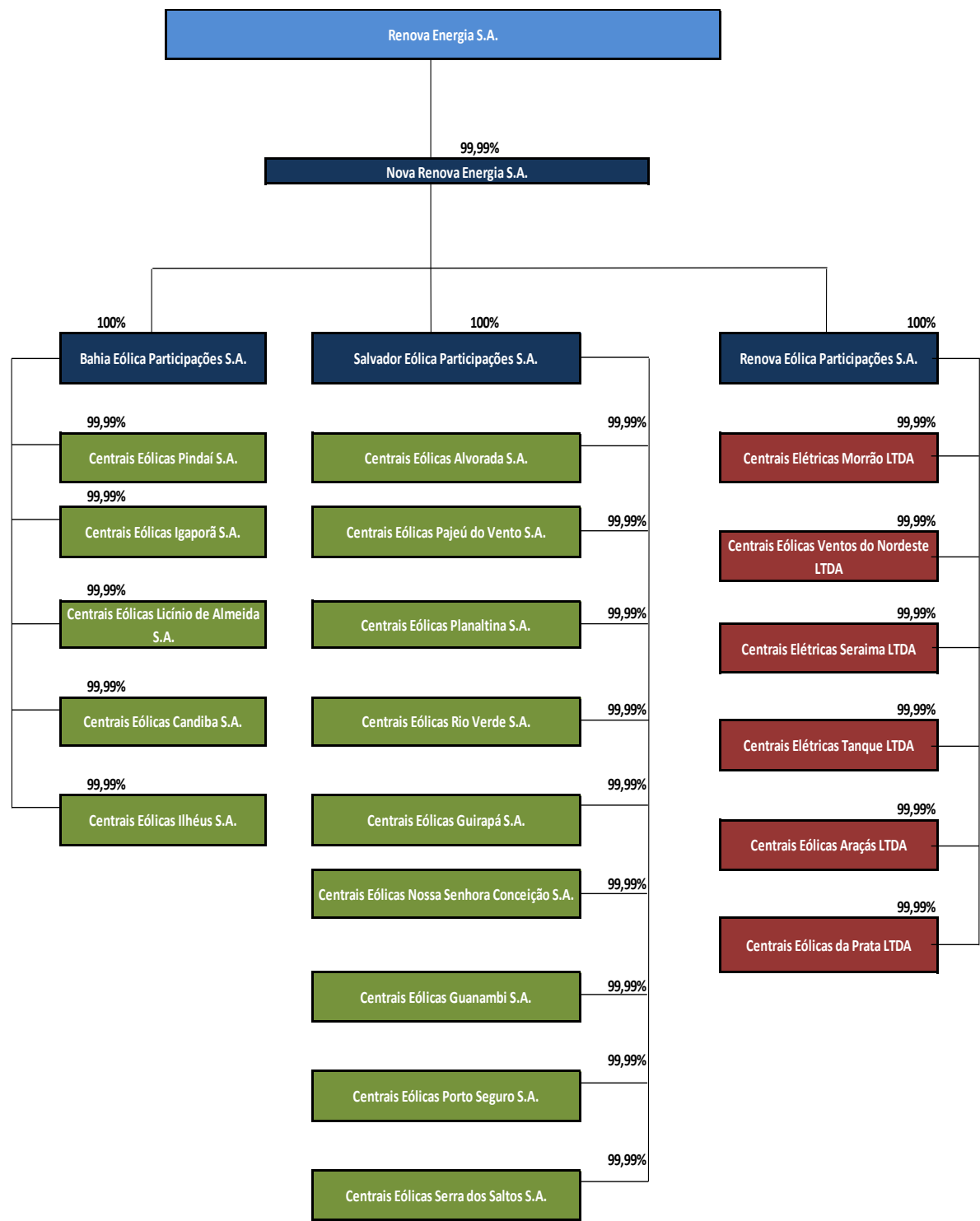
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(iv) Evento

Transferência de controle acionário para subholdings

Principais condições do negócio

Em 1º de junho de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial.

Em 31 de outubro de 2012 as SPEs tiveram seu tipo societário transformado para sociedade por ações.

Sociedades envolvidas

Nova Renova, Renova Eólica, Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Elétricas Maron Ltda. e Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.

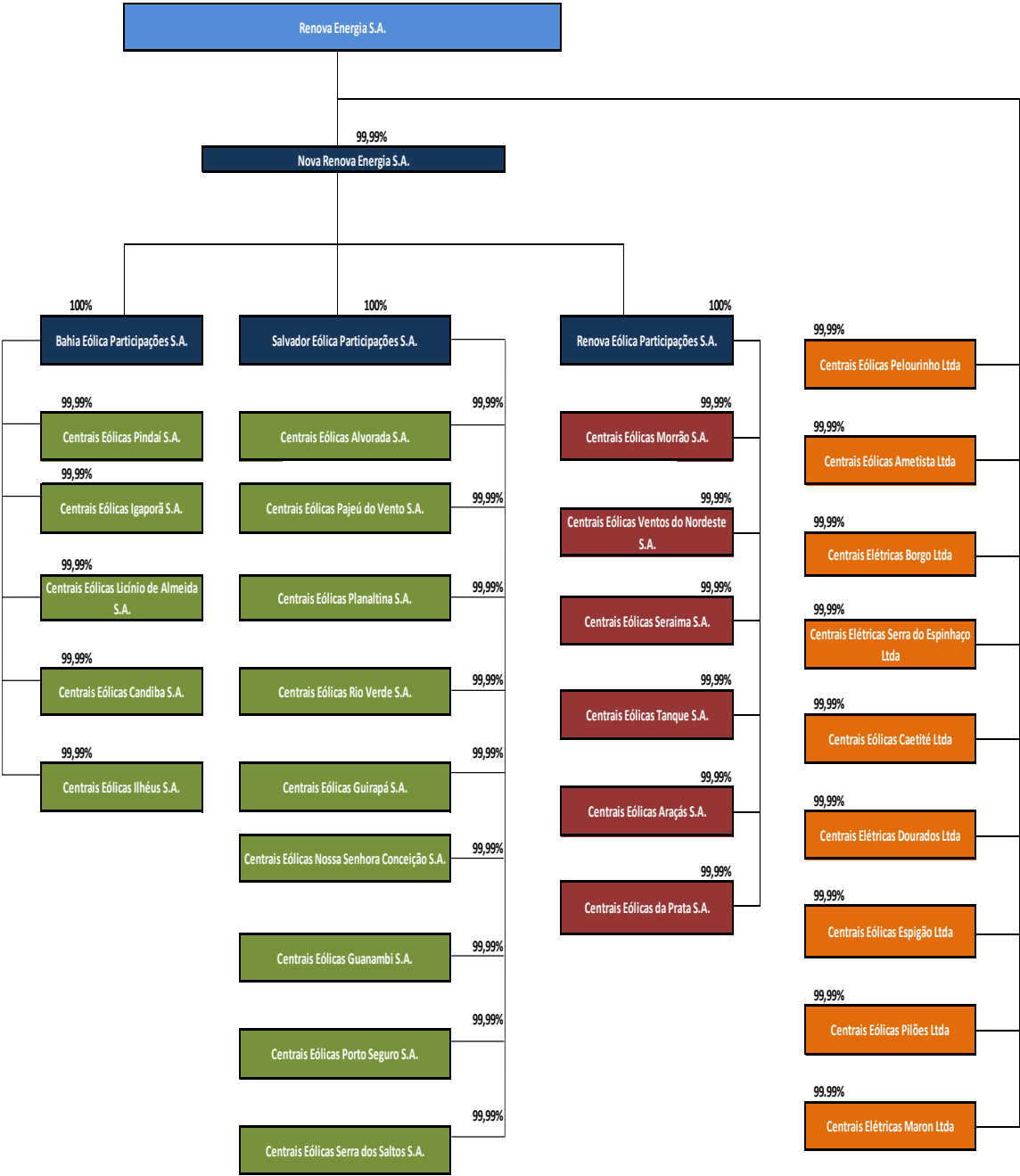
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista que a operação foi realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

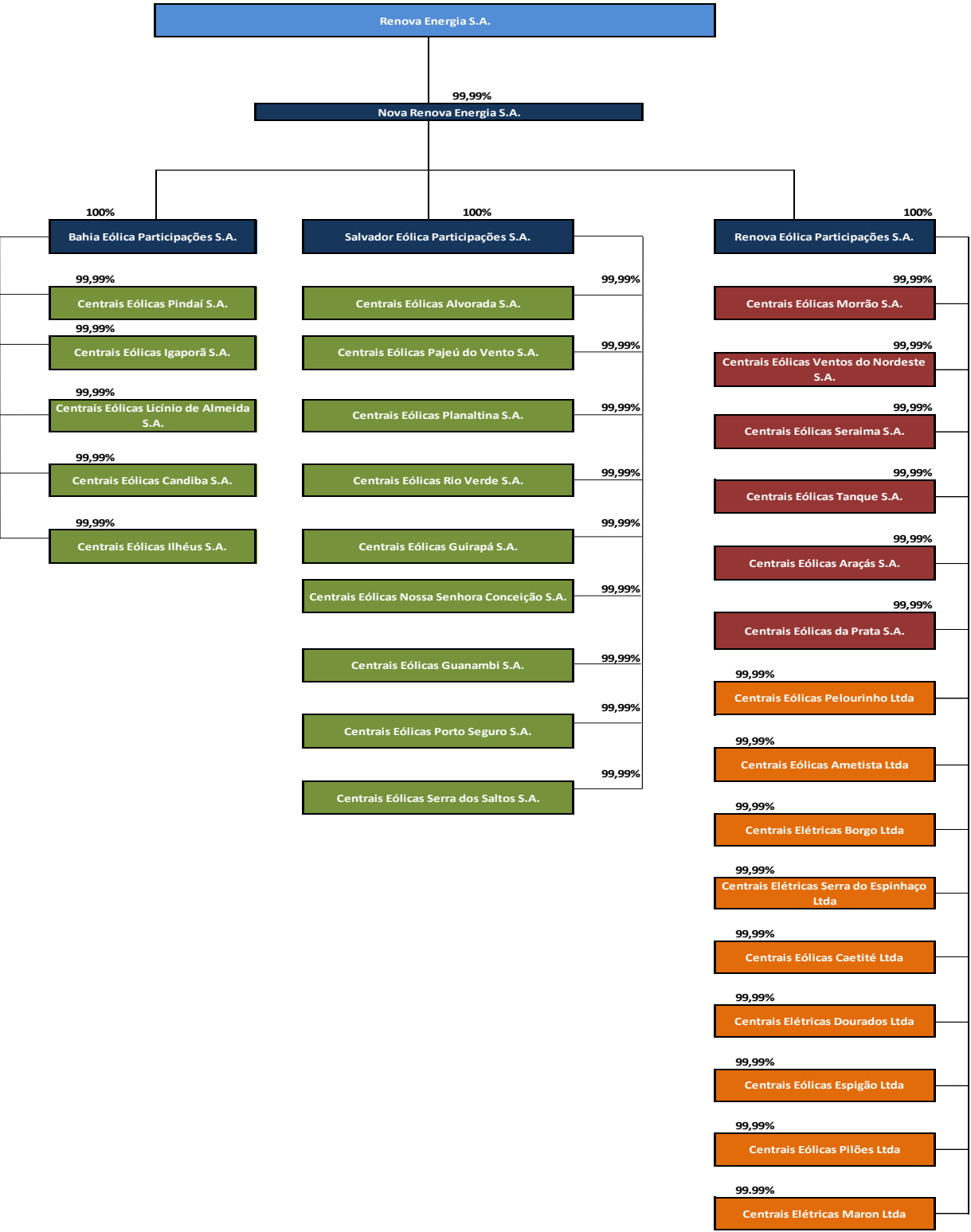
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(v) Evento

Investimento do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) na Companhia.

Principais condições do negócio

Em 22 de junho de 2012 foi celebrado o Contrato de Promessa de Subscrição de Units entre Light Energia, RR Participações, Light, Ricardo Lopes Delneri, Renato do Amaral Figueiredo e BNDESPAR, conforme aditado em 24 de julho de 2012 (“Contrato de Promessa de Subscrição”), por meio do qual o BNDESPAR concordou em realizar um investimento na Companhia através de um aumento de capital da Companhia com a emissão de 24.987.244 novas ações ordinárias e 8.730.416 novas ações preferências, representadas por Units ao preço de subscrição de total de R\$314,7 milhões, o qual foi deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia conforme abaixo descrito.

Nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição, em 13 de julho de 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, um aumento de capital da Companhia no valor de R\$314,7 milhões, mediante a emissão de 33.717.660 Units com valor unitário de R\$28,0002 cada uma, com as mesmas características e condições estatutárias já atribuídas pelo estatuto social da Companhia (“Aumento de Capital BNDESPAR”). O Aumento de Capital BNDESPAR, após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Companhia, e a realização do leilão de sobras, foi homologado em 02 de outubro de 2012 em Reunião do Conselho da Administração da Companhia no valor de R\$314,7 milhões.

Adicionalmente, após a realização do Aumento de Capital BNDESPAR e nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição, a RR Participações, a Light Energia, a Light, o Sr. Ricardo Lopes Delneri, e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e o BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06 de novembro de 2012 (“Acordo de Acionistas BNDESPAR”), o qual não alterou o controle da Companhia, contudo outorgou ao BNDESPAR o direito de eleger um membro para o Conselho de Administração, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

Sociedades envolvidas

RR Participações, a Light Energia, a Light, o BNDESPAR e a Companhia.

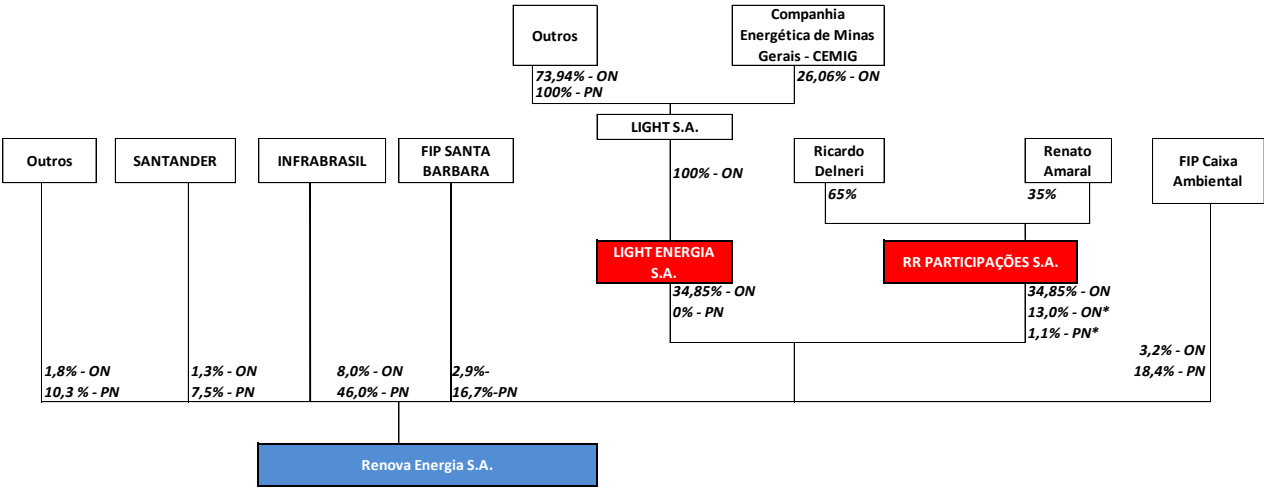
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Com relação do Aumento de Capital BNDESPAR o BNDESPAR passou a deter 23.059.239 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalente a 13,6% do capital votante da Companhia, e 4.875.036, equivalente a 8,2% das ações preferenciais de emissão da Companhia, totalizando 27.934.275 ações de emissão da Companhia, ou 12,2% do capital social da Companhia na época.

Quadro societário antes e depois da operação:

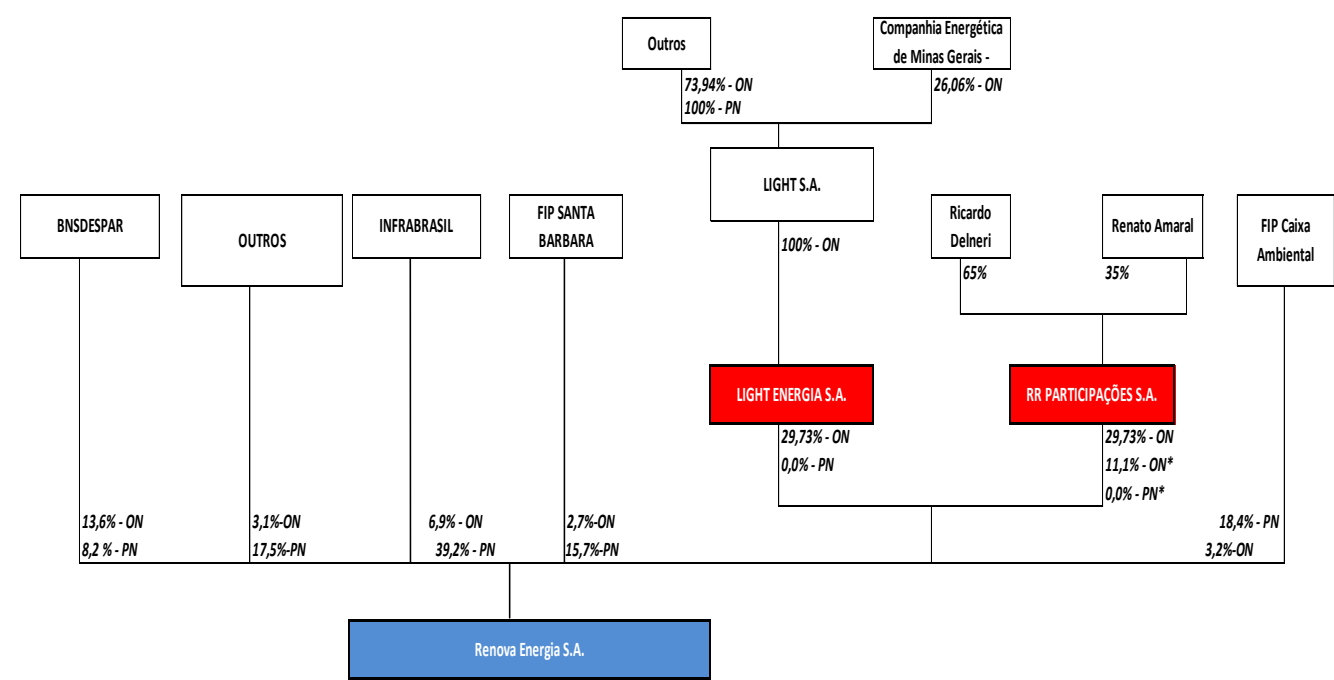
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(vi) Evento

Constituição da Renova Comercializadora de Energia S.A.

Principais condições do negócio

Em 15 de outubro de 2012, foi constituída a Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora") como subsidiária integral, com a finalidade de oferecer suporte às atividades de gestão de energia da Companhia.

Sociedades envolvidas

Companhia e Renova Comercializadora.

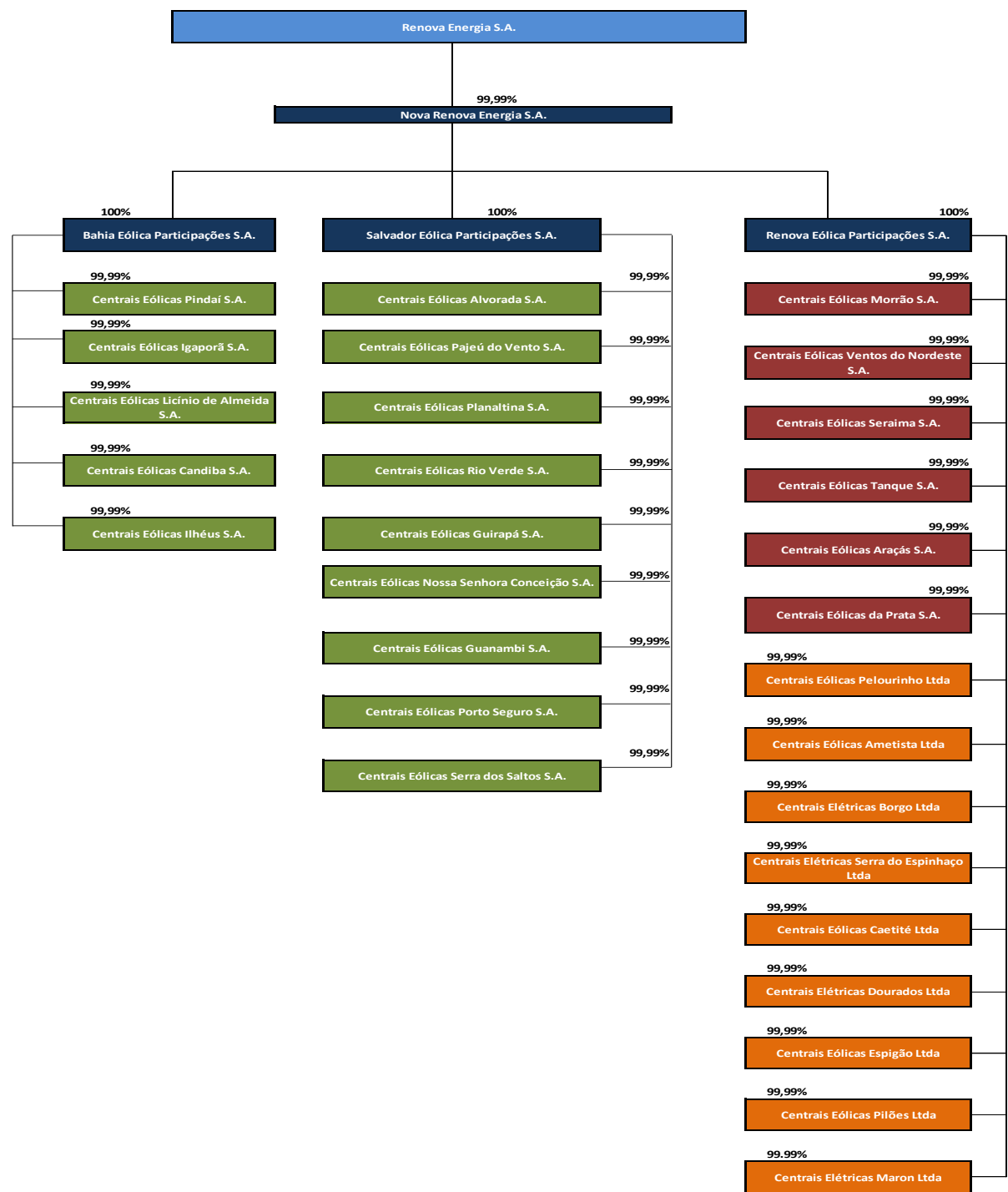
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista ter sido uma constituição simples realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

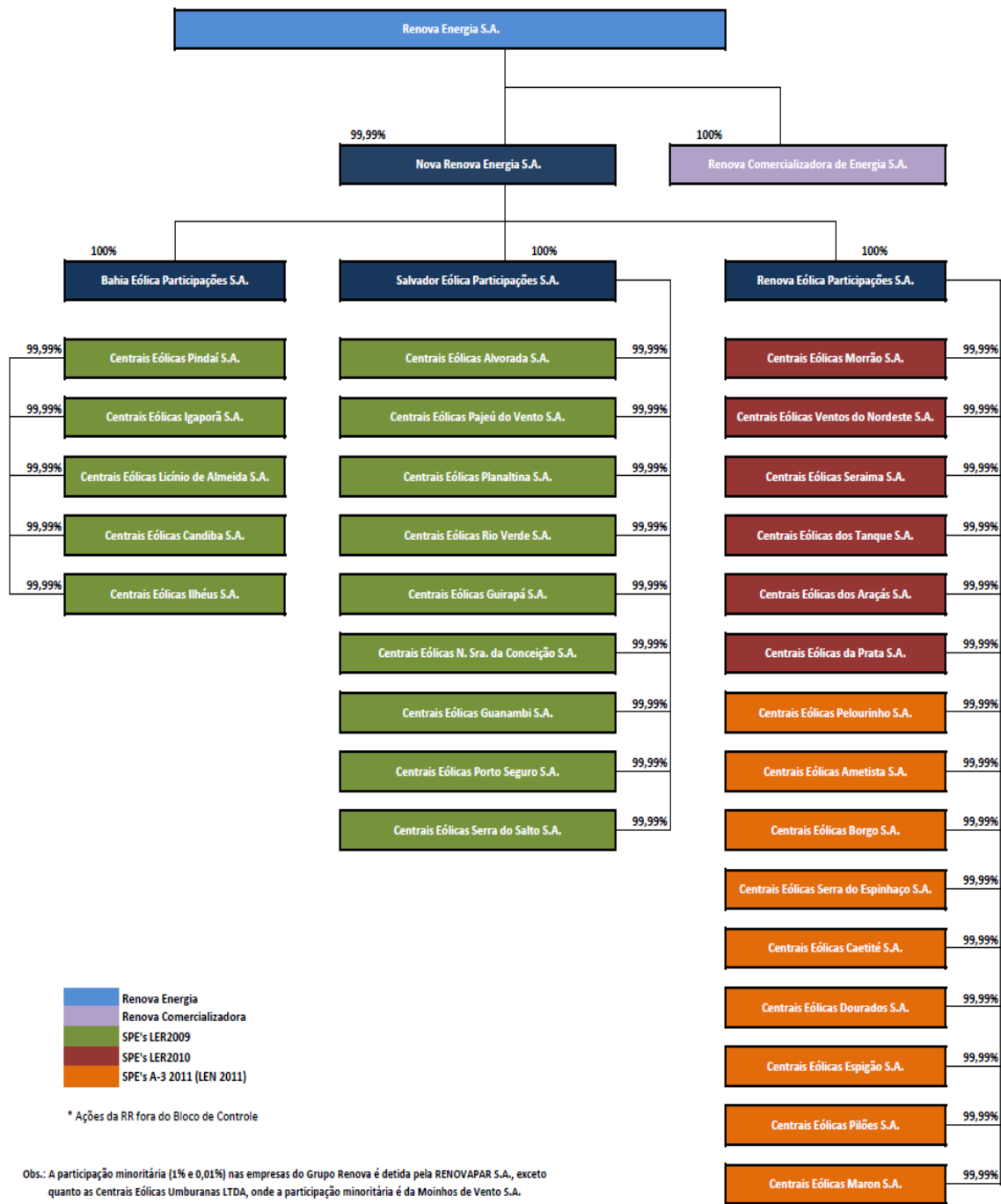
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(vii) Evento

Aquisição do controle da Brasil PCH pela Chipley.

Principais condições do negócio

Em 14 de fevereiro de 2014, após o cumprimento das condições suspensivas (tais como fim do prazo para exercício dos direitos de preferência e de venda conjunta dos demais acionistas da Brasil PCH, anuência da ANEEL, aprovação do CADE e anuência dos agentes financiadores), e exercício do direito de venda conjunta pela Jobelba, detentora de 2% das ações da Brasil PCH, foi concluída a aquisição de ações de emissão da Brasil PCH, pela Chipley, representativas de 51% do capital social total e votante da Brasil PCH, anteriormente detidas Petrobras e Jobelba ("Operação"), pelo valor total de R\$739,9 milhões pago proporcionalmente à Petrobrás e à Joelba.

A Operação foi concluída nos termos da operação divulgada por meio do Fato Relevante da Companhia de 08 de agosto de 2013, isto é, foi realizada: (a) respeitado o disposto no Acordo de Investimento Cemig GT celebrado em 08 de agosto de 2013 entre RR Participações, Light Energia, Cemig GT, Chipley e a Companhia, que teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Companhia, por meio da subscrição e integralização, pela Cemig GT, de novas ações ordinárias emitidas pela Companhia; (b) tendo em vista a cessão da posição contratual, pela Cemig GT à Chipley (sociedade que atualmente é subsidiária da Companhia, que, juntamente com a Renovapar S.A. ("Renovapar"), detém ações de emissão da Chipley representativas de 60% do seu capital social total e votante), do Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH S.A., celebrado originalmente entre Cemig GT e a Petrobras, em 14 de junho de 2013; (c) tendo em vista que a Jobelba S.A., anterior detentora de ações representativas de 2% do capital social total e votante da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (*tag along*) no âmbito da Operação; e (d) tendo em vista que a Operação foi aprovada pelo CADE, conforme parecer técnico nº 350 de 28 de novembro de 2013, e pela ANEEL, conforme decisão proferida em 28 de janeiro de 2014 no processo nº 48500.006544/2013-01.

Em 12 de fevereiro de 2014 foi aprovada no Conselho de Administração da Companhia, a realização de um AFAC da Cemig GT no valor de R\$739,9 milhões para a Chipley, subsidiária da Companhia, o qual foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014.

Apesar de a Companhia ter adquirido 51% de participação societária na Brasil PCH, por meio da controlada Chipley, o acordo de acionistas da Brasil PCH ("Acordo de Acionistas Brasil PCH") estabelece que existe um controle compartilhado entre as partes, uma vez que a eleição da diretoria e as decisões sobre o direcionamento das atividades relevantes que impactam os resultados financeiros e planos de negócios da Brasil PCH exigirão a aprovação pela maioria dos membros de seu Conselho de Administração, sendo que metade de seus membros é eleita pela Chipley e metade pelos demais acionistas que agem em bloco.

Sociedades envolvidas

RR Participações, Brasil PCH, Petrobras, Light Energia, Cemig GT, Chipley e a Companhia.

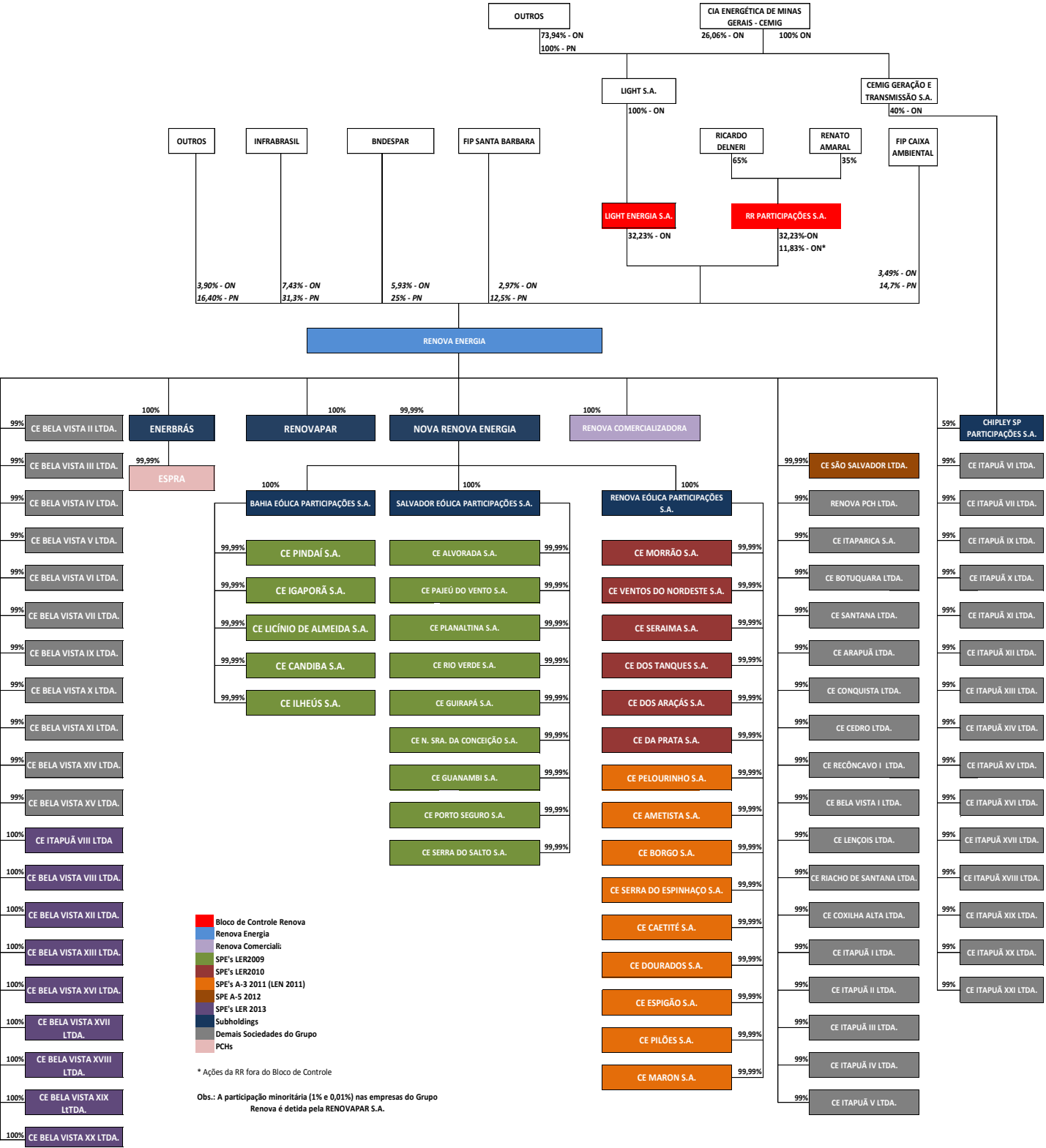
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

A operação não afetou o quadro acionário de controlador, acionistas com mais de 5% do capital social e/ou administradores da Companhia.

Quadro societário antes e depois da operação:

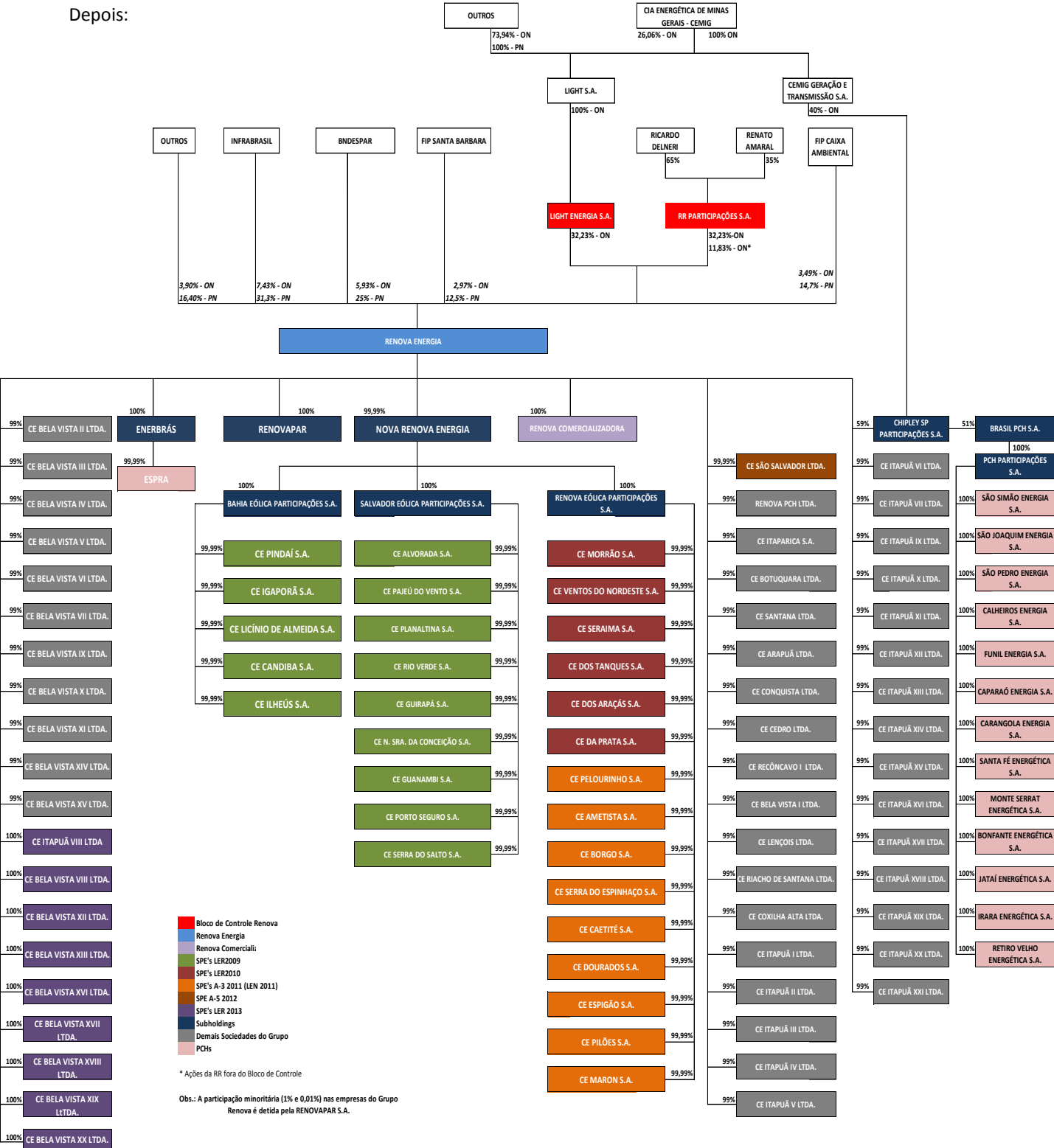
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(viii) Evento

Investimento da Cemig GT na Companhia e Alteração do Bloco de Controle da Companhia.

Principais condições do negócio

A Companhia aprovou, em 20 de fevereiro de 2014, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,55 bilhões ("Aumento de Capital Cemig GT"), mediante a emissão de até 199.427.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão, por ação ordinária, de R\$17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo na análise econômica-financeira constante do Anexo I à Ata que aprovou o respectivo Aumento de Capital Cemig GT.

Em decorrência do Aumento de Capital Cemig GT, quando homologado, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$1,0 bilhão, representado por 156.899.210 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais, para até R\$4,56 bilhões, representado por até 356.326.754 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais.

O montante de R\$1,4 bilhão, o qual foi corrigido desde 31 de dezembro de 2012 até 20 de fevereiro de 2014 pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme estabelecido no Acordo de Investimento Cemig GT, celebrado em 8 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações, Light Energia, Cemig GT e a Chiple, equivalendo hoje ao montante de R\$1,55 bilhão, representado por 87.186.035 ações ordinárias, deverá ser subscrito e integralizado, dentro do prazo para exercício do direito de preferência, que encerrará em 29 de julho de 2014, inclusive ("Prazo para o Exercício do Direito de Preferência"), pela Cemig GT, ou, se for o caso, uma sociedade de propósito específico (SPE) em que a Cemig GT detenha 50% ou mais das ações ordinárias. A integralização ocorrerá por meio: (i) da cessão para a Companhia do crédito no valor de R\$739,9 milhões referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") realizado pela Cemig GT na Chiple, em 12 de fevereiro de 2014; e (ii) integralização do AFAC realizado pela Cemig GT na Companhia em 31 de março de 2014.

Nos termos do artigo 171, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações e nos termos dos fatos relevantes divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014 e em 31 de março de 2014, será assegurado aos titulares de ações ordinárias, ações preferenciais ou de Units da Companhia, o direito de preferência para a subscrição das ações ordinárias do Aumento de Capital Cemig GT, proporcional às ações por eles detidas no encerramento do pregão de 21 de fevereiro de 2014. As ações de emissão da Companhia (e as Units por elas formadas) adquiridas a partir de 24 de fevereiro de 2014, inclusive, serão negociadas ex direitos e não farão jus ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital Cemig GT.

As eventuais sobras do Aumento de Capital serão rateadas entre os acionistas da Companhia que manifestarem intenção de subscrição de sobras em seus respectivos boletins de subscrição, nos termos do artigo 171, §7º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, em rodada única e as sobras que remanescerem após o rateio serão canceladas, em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários nº18, de 9 de maio de 2006, Processo RJ/2006/0214. Após o rateio e o cancelamento das sobras, o Conselho de Administração realizará nova reunião a fim de homologar o Aumento de Capital Cemig GT.

O Aumento de Capital Cemig GT poderá, ainda, ser parcialmente subscrito pelos acionistas da Companhia, observadas as seguintes condições: (i) o Aumento de Capital Cemig GT deverá ser subscrito no limite mínimo de R\$1,55 bilhão; e (ii) os acionistas da Companhia terão, no prazo de sete dias após o término do Prazo para o Exercício do Direito de Preferência, a possibilidade de confirmar as suas respectivas decisões de subscreverem as suas parcelas no Aumento de Capital Cemig GT, na hipótese de a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital.

As ações ordinárias referentes ao Aumento de Capital Cemig GT serão idênticas às ações ordinárias da Companhia já existentes e conferirão os mesmos direitos aos seus titulares, e participarão de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do Aumento de Capital Cemig GT pela Companhia.

Adicionalmente, e simultaneamente à homologação do Aumento de Capital Cemig GT e nos termos do Acordo de Investimento Cemig GT, a Cemig GT deverá aderir ao Acordo de Acionistas BNDESPAR, nos termos da cláusula 6.1, vii, do Acordo de Investimento Cemig GT, e ainda, celebrar juntamente com a RR Participações e a Light Energia um Acordo de Acionistas ("Acordo de Acionistas Cemig GT"), o qual alterará o controle da Companhia, bem como estabelecerá termos e condições sobre o relacionamento entre os acionistas do

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

bloco de controle.

Para mais informações sobre o Acordo de Acionistas Cemig GT vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

Sociedades envolvidas

RR Participações, Light Energia, Light, BNDESPAR, Cemig GT, Chipley e a Companhia.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Diluição mínima

Renova Energia	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	79,0%	-	-	188.309.629	59,2%
RR Participações	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
CEMIG GT/FIP/SPE	87.186.035	36,6%	-	-	87.186.035	27,4%
Outros Acionistas	49.775.616	20,9%	80.408.816	100,0%	130.184.432	40,8%
RR Participações*	9.560.093	4,0%	-	0,0%	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	23,2%	27.934.275	8,8%
Outros	30.904.098	13,1%	61.785.966	76,8%	92.690.064	29,0%
Total	238.085.245	100,0%	80.408.816	100%	318.494.061	100,0%

Diluição máxima

Renova Energia	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	53,7%	-	-	188.309.629	43,6%
RR Participações	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
Light Energia	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
CEMIG GT/FIP/SPE	87.186.035	24,9%	-	-	87.186.035	20,2%
Outros Acionistas	162.017.119	46,3%	80.408.816	100,0%	242.425.935	56,4%
RR Participações*	25.562.104	7,3%	-	0,0%	25.562.104	5,9%
BNDESPAR	33.395.603	9,5%	18.622.850	23,2%	52.018.453	12,1%
Outros	103.059.412	29,5%	61.785.966	76,8%	164.845.378	38,4%
Total	350.326.748	100,0%	80.408.816	100,0%	430.735.564	100,0%

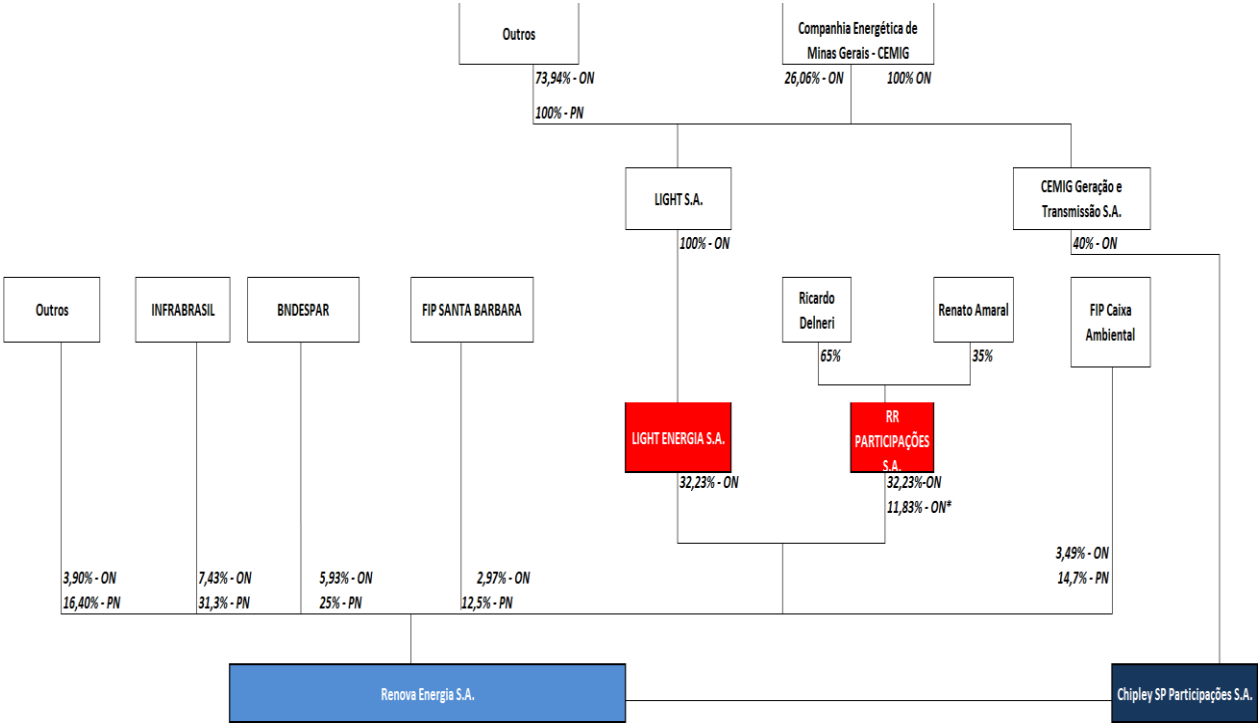
*Ações da RR Participações fora do Bloco de Controle

Uma vez cumpridas as condições suspensivas previstas no Acordo de Investimento Cemig GT e no Contrato de Compra e Venda de Ações Brasil PCH: (i) a entrada da Cemig GT e/ou FIP, ou, ainda, SPE controlada por tal fundo na Companhia, via subscrição e integralização de novas ações a serem emitidas pela Companhia em aumento de seu capital social; (ii) a celebração de novo Acordo de Acionistas da Companhia, o qual prevê, dentre outras disposições, que Cemig GT, Light e RR terão cada um 2 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a eleição dos novos conselheiros da Companhia, nos termos do novo Acordo de Acionistas da Companhia.

Quadro societário antes e depois da operação:

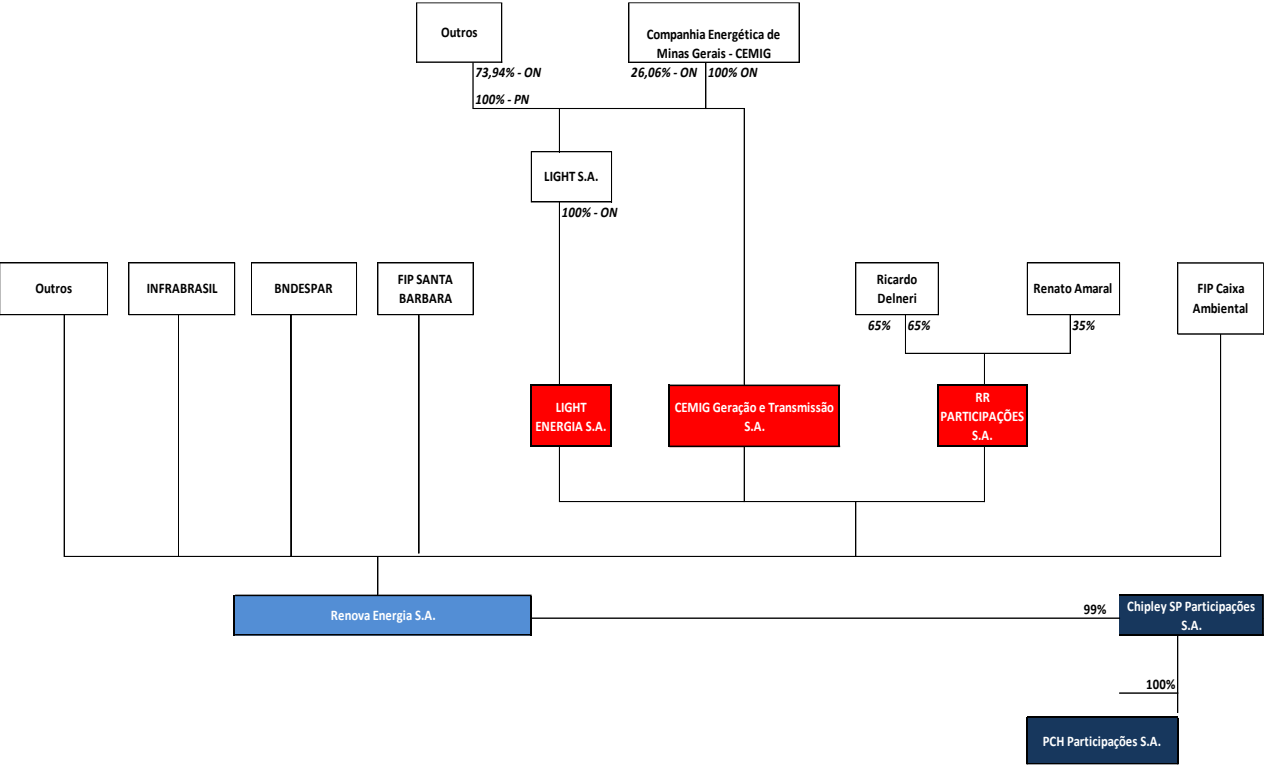
Antes:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas***f. Aliações e aquisições de ativos importantes***

Exceto pela aquisição da Brasil PCH, não houve operações de alienações e aquisições de ativos importantes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no exercício social corrente.

Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH vide a descrição do evento (vii) apresentada no item 6.5 “e” deste Formulário de Referência.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não existe pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 6 foram disponibilizadas nos itens acima.

Além das empresas citadas nos itens 6.3 e 6.5, a Companhia possui ainda controle societário das empresas (i) não operacionais: Centrais Eólicas Santana Ltda., Centrais Eólicas Arapuã Ltda., Centrais Eólicas Conquista Ltda., Centrais Eólicas Cedro Ltda., Centrais Eólicas Recôncavo I Ltda., Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda., Centrais Eólicas Lençóis Ltda., Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda. e Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda., Centrais Elétricas Botuquara Ltda., Centrais Elétricas Itaparica Ltda., Renova PCH Ltda. e Renovapar S.A e Enerbrás Centrais Elétricas S.A.; e (ii) operacional: Energética Serra da Prata S.A.

Para verificar o organograma completo da Companhia, já considerando a conclusão das operações listadas no item 6.5, vide item 8.2 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Companhia foi constituída em 11 de dezembro de 2006, é regida por seu Estatuto Social, e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas;
- (ii) produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis;
- (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental;
- (iv) comercialização de créditos de carbono;
- (v) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética;
- (vi) a prestação serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração;
- (vii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia;
- (viii) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores;
- (ix) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia; e
- (x) participação no capital social de outras sociedades.

A Companhia possui experiência na implementação de projetos de energia eólica contratada no Brasil e atua de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação dos empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas, o que lhe confere vantagens competitivas e retornos atrativos em seus projetos.

Os empreendimentos de geração de energia elétrica por fontes alternativas (parques eólicos, PCHs, usinas térmicas de biomassa e de energia solar), além de serem fontes limpas de geração de energia elétrica e contarem com forte demanda no mercado, gozam de uma série de benefícios em comparação a outros tipos de projetos de energia, tais como: (i) desconto de 50% a 100% nas tarifas de transmissão e distribuição; (ii) possibilidade de consumidores especiais (consumidores com demanda contratada acima de 0,5MW) comprarem exclusivamente energia gerada por fontes alternativas; (iii) menor dificuldade para o licenciamento ambiental; (iv) receitas potenciais com os créditos de carbono, uma vez que são elegíveis para obtenção de tais créditos, por meio do MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo), no âmbito do Protocolo de Kyoto; (v) são projetos de infraestrutura e portanto elegíveis ao REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura).

A Companhia faz prospecção em todas as regiões do país e atua, por meio de parques eólicos, PCHs e usinas solares, nas regiões nordeste e centro-oeste do Brasil.

Parques Eólicos:

Mercado Regulado:

A Companhia possui 1,8 GW em capacidade instalada contratada nos leilões de energia de reserva de 2009 (LER 2009), de 2010 (LER 2010) e de 2013 (LER 2013) e nos leilões de energia nova de 2011 (A-3 2011), de 2012 (A-5 2012) e de 2013 (A-5 2013).

ACR	Potência Instalada (MW)	Energia Contratada (MW méd.)
LER 2009	294,4	127,0
LER 2010	167,7	78,0
A-3 2011	218,4	103,6
A-5 2012	22,4	10,6

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

LER 2013	159,0	73,7
A-5 2013	355,5	183,9
TOTAL	1.217,4	576,8

(1) Garantia física estabelecida pelo MME

(2) Ambiente de Comercialização Regulado

Mercado Livre:

Em 2011, a Renova iniciou sua atuação também no mercado livre de energia, por meio de um acordo de comercialização com a Light de 400,0 MW de potência instalada provenientes de fonte eólica. Os contratos de compra e venda de energia decorrentes deste acordo (doravante referidos como “Contratação Light I” e “Contratação Light II”) foram celebrados em 2013.

Em 2012, a Companhia firmou acordos para comercialização de energia no mercado livre totalizando 61,0 MW médios, sendo que um contrato de 11 MW foi assinado em 2012 e um contrato de 50,0 MW foi assinado em 2013.

Ainda no âmbito do mercado livre de energia, em 2013, a Companhia comercializou 15 MW médios de energia, sendo que o contrato de compra e venda de energia foi celebrado nesse mesmo ano.

Todos os projetos que comercializaram energia no mercado livre de energia serão instalados no interior da Bahia, mesma região onde está em operação o Alto Sertão I.

ACL	Potência Instalada (MW)	Energia Contratada (MW méd.)
Contratação Light I	200,0	100,2
Contratação Light II	200,0	100,2
Mercado Livre I	94,3	50,0
Mercado Livre II	21,7	11,0
Mercado Livre III	29,7	15,0
TOTAL	545,70	276,4

Além dos 1,8 GW de capacidade instalada de energia eólica contratada nos mercados livre e regulado, a Companhia possui potencial estimado de 14,8 GW em portfólio em desenvolvimento no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 100 torres anemométricas, e adicionais estão em processo de instalação para comprovação da qualidade do vento nas regiões. Em adição aos estudos próprios, a Renova conta com certificações de vento das seguintes consultorias: Garrad Hassan, Dewi, Camargo Schubert e Inova.

A Renova continua investindo na ampliação do complexo eólico no interior da Bahia, onde estão situados a maioria dos projetos com energia comercializada, e tem investido em outros estados como: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Minas Gerais. Para mais informações, veja o item 10 deste Formulário de Referência.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs):

A Companhia possui 3 PCHs no estado da Bahia que estão em operação em desde 2008 e, em conjunto, possuem capacidade instalada de 41,8MW.

Com a aquisição da Brasil PCH a Companhia passou a deter mais 13 PCHs em operação que, em conjunto, possuem capacidade instalada de com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios.

Além das PCHs operacionais, a Companhia conta com um portfólio de projetos de PCHs com potencial de capacidade instalada de 161,8 MW em projetos básicos e 420,8 MW em inventários.

Usina Solar:

No ano de 2013 a Companhia avançou nos seus projetos de geração de energia solar e já entregou dois projetos de geração distribuída.

O primeiro projeto, com capacidade instalada de 25,65kWp, foi instalado e irá abastecer as operações da mineradora de ouro Yamana

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Gold e permitirá a geração de energia elétrica para o próprio abastecimento utilizando módulos fotovoltaicos com tecnologia silício monocristalino. A Yamana Gold está localizada na cidade de Pilar de Goiás, aproximadamente 250 km de Goiânia.

A segunda planta solar entregue foi instalada em uma residência no Rio de Janeiro com 13,3kWp de capacidade instalada.

Além dos projetos de geração distribuída, em 2013 a Companhia começou a utilizar também o modelo *off grid*, sistema que não se conecta à rede e armazena energia em baterias. A equipe de prospecção eólica da Renova utiliza a energia solar armazenada para alimentar o LIDAR, equipamento para medição de vento adquirido recentemente pela Companhia.

A Companhia vem investindo continuamente na geração de energia solar e acredita na viabilidade comercial da fonte nos próximos anos, à medida que receba incentivos e que sua cadeia produtiva se desenvolva, a exemplo do que aconteceu com a fonte eólica nos últimos anos.

Para estar bem posicionada no momento em que o mercado demandar de energia solar, a Renova possui uma equipe altamente capacitada dedicada à análise da viabilidade de novas tecnologias e desenvolvimento de novos negócios.

Para o ano de 2014, a Companhia possui projetos de energia solar em desenvolvimento para implementar nos meses de fevereiro e março nas cidades de Guanambi, Caetité, Curitiba e Rio de Janeiro.

Comercialização

Em agosto de 2011, a Light Energia assinou com a Companhia um compromisso de compra de energia proveniente de 400MW de capacidade instalada de energia eólica. Adicionalmente a Companhia possui mais três contratos no mercado livre com 76,0 MW médios comercializados, correspondentes a 145,7 MW de capacidade instalada.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e Serviços Comercializados

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que são suas unidades de negócios estratégicas. Tais unidades oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir a Companhia apresenta um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora:

a) Eólico – A Companhia acredita ser líder nesse seguimento em termos de capacidade instalada contratada, de acordo com estudos realizados internamente, com 1.763 MW, decorrente da participação nos leilões de energia elétrica organizados pela ANEEL desde 2009, com a contratação de 294,4 MW no LER 2009, 167,7 MW no LER 2010, 218,4 MW no leilão A-3 2011, 22,4 MW no leilão A-5 2012, 159,0 MW no LER 2013 e 355,5 MW no leilão A-5 2013. Atualmente, a Companhia conta com 294 MW em operação. Além disso, a Companhia é proprietária dos complexos eólicos Alto Sertão I, Alto Sertão II e Alto Sertão III, localizados no interior da Bahia, região que acredita apresentar uma das melhores condições para geração de energia eólica no mundo, com fator de capacidade médio estimado em mais de 50%;

b) PCH – A Companhia possui 190 MW de capacidade instalada em PCHs já em operação, integralmente comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). Desenvolvemos projetos de PCHs desde nossa fundação em 2001 e atualmente a Companhia conta com três usinas no sul da Bahia, além de 13 PCHs com histórico de operação comprovado e sólida performance financeira adicionadas ao nosso portfólio em razão da aquisição de 51% do capital da Brasil PCH. Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e Geração de energia. Este segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011;

c) Solar – a Companhia tem um time dedicado que participa ativamente nas discussões do setor e realiza atividades de prospecção e arrendamento de terras para a futura implantação de projetos. Em 2013, a Companhia implantou dois projetos solares de geração distribuída para clientes industriais e residenciais, e a Companhia possui 205 MW registrados na ANEEL para serem comercializados e que estão localizados em uma das regiões de maior potencial de geração solar do Brasil, de acordo com mais de 12 meses de medição de irradiação solar e temperatura em loco (estações solarimétricas da Companhia) e dados de satélite com 10 anos de histórico e alta resolução adquiridos da empresa 3TIER. Também em 2013, conseguimos financiamento do FINEP para o primeiro e único projeto comercial híbrido solar e eólico para geração de energia do Brasil. O projeto contará com um parque de energia solar do país, com capacidade instalada de 4,8 MWp, correspondente a aproximadamente 1 MW médio, a ser instalado em Alto Sertão na Bahia, na mesma região onde são localizado nossos parques eólicos; e

d) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas, tanto no ACR, na modalidade de leilão, como ACL.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Renova Energia S.A.						
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de (Valores em R\$ mil)	2013		2012		2011	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
Receita líquida – PCHs da Companhia	40.526	17,9%	38.725	33,5%	36.553	100,0%
Receita líquida - Eólicas	185.349	82,0%	76.773	66,4%	0	0,0%
Receita líquida - Solar	136	0,0%	141	0,0%	0	0,0%
Receita de Comercialização e administrativos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Receita operacional líquida (ROL)	226.011	100,0%	115.639	100,0%	36.553	100,0%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Renova Energia S.A.						
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de (Valores em R\$ mil)	2013		2012		2011	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
Lucro líquido – PCHs da Companhia	21.797	347,6%	16.937	(281,5%)	14.060	(116,6%)

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Lucro Líquido - Eólicas	22.305	355,7%	5.132	(85,3%)	(2.568)	21,3%
Lucro Líquido - Solar	(11)	-0,2%	44	(0,7%)	0	0,0%
Custos Comercialização e administrativos	(37.820)	(603,1%)	(28.130)	467,5%	(23.553)	195,3%
Lucro (prejuízo) total	6.271	100,0%	(6.017)	100,0%	(12.061)	100,0%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do Processo de Produção

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía em operação uma capacidade instalada de 336,2 MW, e possuíamos um portfólio de ativos em construção com capacidade instalada de 1,47 GW. A capacidade total contratada da Companhia é de 1.804,9 MW. Da capacidade total contratada, 41,8 MW são provenientes de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs da Companhia) e 1.763,1 MW são provenientes de parques eólicos. Da energia eólica, 1.217,4 MW foram comercializadas no mercado regulado de energia e 545,7 MW no mercado livre. Adicionalmente, em 2013 anunciamos a aquisição da Brasil PCH, que foi concretizada em fevereiro de 2014. Essa aquisição adicionou 148,4 MW de capacidade instalada ao nosso portfólio em operação e aumentou nossa capacidade instalada contratada total de 1.804,9 MW para 1.953,3 MW.

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Riscos de Geração, construção e transmissão:

Operação				
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia – Obrigações Contratuais	183	08/09/2013	08/09/2014	COELBA
Riscos Operacionais	156.109	25/09/2012	25/09/2014	ESPRA
Responsabilidade Civil	20.000	25/09/2012	25/09/2014	ESPRA
Construção				
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia Executante Construtor (LER 2009)	48.519	01/10/2012	01/02/2014	ANEEL
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LER 2010	29.470	06/12/2010	14/04/2014	ANEEL
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação do LEN 2011	41.193	05/12/2011	01/06/2014	ANEEL
Risco de Engenharia ALOP (LER 2009)	1.287.348	30/06/2012	28/02/2014	Renova Energia
Risco de Engenharia ALOP (LER 2010)	672.254	29/11/2012	01/09/2014	ANEEL
Risco de Engenharia ALOP (LEN 2011)	785.586	29/11/2012	01/05/2015	ANEEL
Responsabilidade Civil – LER 2009	10.000	28/06/2013	28/06/2014	Renova Energia
Responsabilidade Civil – LER 2010	20.000	29/11/2012	01/09/2014	Renova Energia
Responsabilidade Civil – LEN 2011	20.000	29/11/2012	01/05/2014	Renova Energia
Transporte Delay Start Up (Projeto LER 2010 LEN 2011)	801.500	30/11/2012	01/05/2014	Renova Energia
Garantia Executante Constructor (LEN 2012)	3.144	02/04/2013	01/04/2017	ANEEL
Garantia Executante Constructor (LER 2013)	31.750	05/12/2013	01/12/2015	ANEEL
Administração e Portfólio				
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Seguros de Responsabilidade Civil geral de administradores – D&O	30.000	18/12/2013	18/02/2014	Renova Energia
Seguros de Responsabilidade Civil Oferta Pública de Ações - POSI	25.000	07/07/2013	07/07/2014	Renova Energia
Seguro Escritório - Filiais	2.250	19/11/2013	07/11/2014	Renova Energia
Seguro Escritório - Sede	3.000	07/11/2012	07/11/2014	Renova Energia

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Garantia de Registro – PB – PCH Açungui	916	13/08/2012	14/08/2014	ANEEL
Garantia ICG LEN 2011 – 1ª Fase	5.560	10/08/2012	03/04/2014	ANEEL
Garantia ICG LEN 2011 – 2ª Fase	5.560	23/08/2012	01/02/2014	ANEEL
Garantia de Concorrência – 2013	21.971	03/03/2013	06/05/2014	CCEE

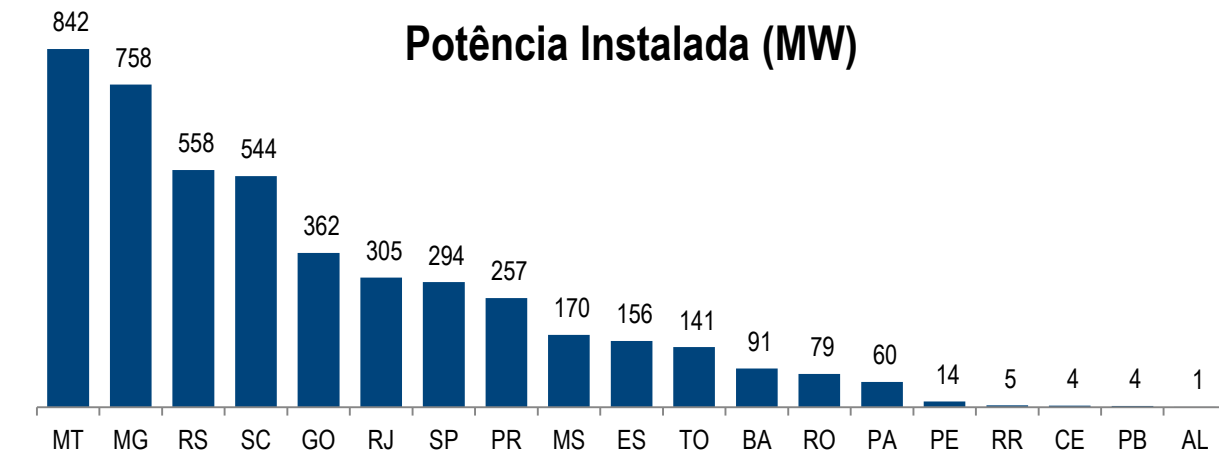
As características de cada fonte de geração de energia renovável que a Companhia utiliza está listada abaixo:

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

As Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs são caracterizadas por possuírem potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW cuja área ocupada pelo reservatório é inferior a 13km², destinadas à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma. O reservatório de uma PCH típica não permite o armazenamento do fluxo da água. Quando não há homogeneização, convencionou-se interpretar que a PCH opera “a fio d'água”. Em PCHs, são comuns as situações em que a vazão disponível é menor do que a capacidade das turbinas, causando ociosidade. Em outras situações, as vazões são maiores do que a capacidade das máquinas, “vertendo” água. Observa-se que, por conta da possibilidade de as PCHs participarem do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), a quantidade de energia comercializada pela usina depende somente do seu certificado de garantia física, independentemente, portanto, de sua produção individual de energia. As PCHs são construídas, em sua maioria, em rios de médio porte que possuem desníveis significativos em seu percurso, gerando força hidráulica suficiente para movimentar pequenas turbinas.

O Protocolo de Kyoto estabeleceu metas de redução das emissões de gases de efeito estufa e criou mecanismos para o cumprimento destas metas. As PCHs são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”), status concedido aos projetos concebidos em países em desenvolvimento e que resultem em redução certificada de emissões (“RCEs”). Para auxiliar no cumprimento de suas metas, os países que tem metas de redução compram créditos de carbono no mercado para auxiliar no cumprimento.

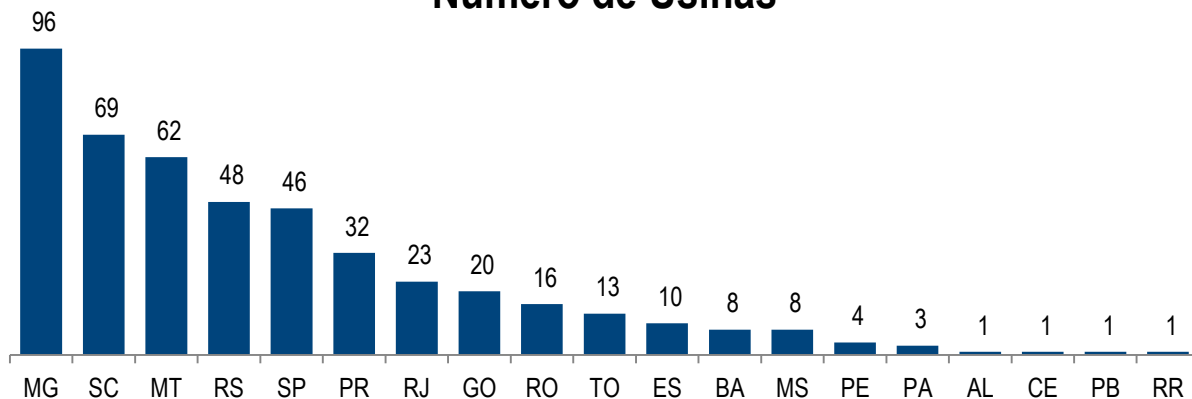
Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o setor de PCHs no Brasil é composto por 462 usinas, localizadas predominantemente no Sudeste, Sul e Centro-oeste do país, cuja capacidade instalada total corresponde a 4.645 MW.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 13/02/2014.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Número de Usinas



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 13/02/2014.

A atratividade destas usinas fundamenta-se, principalmente, por suas características de menor impacto ambiental, menor volume de investimentos, prazo de maturação mais curto e tratamento incentivado pela regulamentação vigente. Nesse sentido, uma característica da PCH é a dispensa de licitação para obtenção da concessão, bastando ao empreendedor obter autorização da ANEEL.

Apesar de possuir menor porte, seu preço é competitivo em relação ao das hidrelétricas tradicionais, tendo em vista os seguintes incentivos: (i) a possibilidade de utilização de regime fiscal em lucro presumido; (ii) maior facilidade na obtenção de licenciamento ambiental, (iii) isenção de pagamento de UBP, (iv) isenção do pagamento dos Encargos de P&D; (v) menor prazo de implementação e manutenção do investimento e (vi) isenção do pagamento da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos; (vii) possibilidade de comercializar de imediato a energia elétrica produzida com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 kW; (viii) a possibilidade de sub-rogação da CCC para empreendimentos instalados nos sistemas isolados;

Adicionalmente, a comercialização de energia gerada por PCHs no mercado livre é beneficiada devido à regulamentação da contratação incentivada, a qual prevê redução nas tarifas de distribuição/transmissão dos geradores e dos respectivos consumidores dessa energia. De acordo com a Lei 9.427/1996, fontes alternativas (PCH, biomassa, eólica e solar) têm direito a um desconto de no mínimo 50% nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição associados. O direito a esse desconto é estendido também aos consumidores desta energia limpa, a chamada “energia incentivada”.

O desenvolvimento deste mercado apresenta vantagens, como (i) a possibilidade de combinar a produção desses geradores com a produção de outros geradores, de modo a compensar períodos de baixa produção; (ii) a possibilidade do uso de comercializadores para comercializar a energia incentivada, sem que o consumidor adquirente perca o benefício do desconto a que faz jus ao contratar com o comercializador, o que implica oportunidades de venda de energia relevantes, uma vez que garante acesso a um segmento de mercado atualmente cativo que não tem possibilidade de se tornar livre a menos que adquira energia de geradores incentivados.

Em termos de desenvolvimento socioambiental, as PCHs promovem geração a ser distribuída de forma local, aumentando a oferta de energia elétrica nas regiões em que estão instaladas, diferente das grandes hidrelétricas e das usinas termelétricas, onde tal distribuição local não ocorre. Os maiores aproveitamentos hidrelétricos são concentrados na maioria em regiões isoladas, tornando os pequenos empreendimentos importantes, em vista especialmente da redução dos custos de transmissão que proporcionam.

Em 31 de dezembro de 2013 a capacidade instalada das PCHs da Companhia era de 190,2MW.

Parques Eólicos

A também denominada energia dos ventos pode ser explicada, em termos físicos, como a energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do aerogerador. Ao girar, as pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que por fim produz a eletricidade. A quantidade de energia mecânica transferida e, portanto, o potencial de energia elétrica a ser produzida está diretamente relacionado à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento na altura de cada aerogerador. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A construção de um parque eólico é menos complexa em comparação à construção de PCHs, consistindo basicamente na preparação de fundações e posterior montagem dos aerogeradores, os quais são montados no local. O prazo de construção de uma usina eólica é mais curto do que o de uma PCH (entre 1 ano e meio a 2 anos, em média), e o investimento necessário por MW instalado para a construção de um parque eólico também é inferior ao investimento para construção de uma PCH.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, os ventos do Brasil são duas vezes superiores à média mundial e possuem volatilidade de 5% (oscilação da velocidade), o que dá maior previsibilidade ao volume a ser produzido. Além disso, como a velocidade costuma ser maior em períodos de estiagem, existe a grande vantagem de operar as usinas eólicas de forma complementar às usinas hidrelétricas, preservando a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas.

De 2005 à 2011, a capacidade instalada de parques eólicas cresceu 36 vezes, passando de 74MW à 2.705 MW – um crescimento anual médio de 82%, segundo os dados do Balanço Energético Nacional, produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As regiões com maior potencial medido são Nordeste, principalmente no litoral (75GW), Sudeste, particularmente no Vale do Jequitinhonha (29,7GW) e Sul (22,8GW), região em que está instalado um dos maiores parques eólicos do país, o de Osório, no Rio Grande do Sul, com 150MW de potência.

Destacamos ainda que flutuações na geração de energia em função da variabilidade dos ventos, uma característica da geração eólica, não foi identificada no Brasil. Outro obstáculo enfrentado por projetos eólicos é a necessidade de construir extensas redes de transmissão, que está sendo mitigada com a licitação de novas ICG (linha de transmissão para conexão compartilhada).

Por fim no Brasil, onde o leque de opções para a expansão das fontes renováveis é amplo, a tarifa da energia é um componente importante na política energética e essencial para viabilizar a inserção competitiva desta fonte. Dado ao potencial eólico brasileiro o desafio se concentra no custo desta energia desta fonte comparado ao das demais opções de expansão.

Outro benefício desta fonte renovável, que pode vir no futuro a contribuir para viabilizar estes projetos, refere-se à perspectiva de venda de créditos de carbono por ser uma tecnologia de geração limpa de energia.

O ano de 2009 foi um marco para a energia eólica no Brasil. No dia 14 de dezembro de 2009 ocorreu o segundo leilão de energia de reserva, tendo esse leilão se destinado exclusivamente à contratação de usinas eólicas. Os resultados do leilão surpreenderam em dois aspectos: (i) a elevada capacidade contratada; e (ii) os preços praticados, abaixo das estimativas de mercado e em níveis competitivos com outras fontes tidas como mais baratas, como termelétricas.

Os preços praticados neste primeiro leilão representam uma quebra de paradigma no setor, onde havia a crença da necessidade de preços acima de R\$200,00 por MWh para viabilizar projetos de geração de fonte eólica, em linha com as tarifas praticadas no Proinfa, situadas na faixa de R\$250,00 a R\$270,00 por MWh. Os principais fatores que possibilitaram essa importante redução de custos na indústria podem ser listados como segue:

- (i) Alto Fator de Capacidade dos Parques Vencedores: Os parques eólicos vencedores do certame possuíam em média 41,7% de fator de capacidade, já descontados os arredondamentos dos lotes inteiros, sendo que alguns parques chegavam a ter fato de capacidade acima de 50%, o que implica em uma elevada produção de energia anual, em níveis extremamente altos se comparado com os padrões internacionais, o que demonstra o grande potencial eólico brasileiro;
- (ii) Maturação da Indústria de Suprimento de Equipamentos Eólicos: Com o forte crescimento de programas de apoio à energia eólica em países como Estados Unidos, China e Índia, bem como na Comunidade Europeia, pioneira neste setor, grandes fabricantes de equipamentos, tais como General Electric, Siemens e Alstom, ingressaram no setor nos últimos anos por meio de aquisições e usaram sua capacidade financeira e técnica para ampliar os volumes produzidos e o tamanho individual dos equipamentos, o que trouxe expressivos ganhos de escala no setor e a consequente redução dos custos unitários;
- (iii) Incentivos Fiscais na Indústria: A isenção do IPI sobre equipamentos eólicos, o REIDI, que isenta o PIS e COFINS, e a extensão de convênios do CONFAZ que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2012 a isenção do ICMS para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica, possibilitaram a desoneração fiscal sobre os equipamentos, assim como a liberação de importação para equipamentos de potência unitária acima de 1,5 MW, o que acirrou

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a competição com os fabricantes de equipamentos locais e propiciou melhores condições para os empreendedores. Adicionalmente alguns parques da Companhia foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido; e

- (iv) Crise Financeira Internacional: A crise financeira internacional, que vem afetando mais fortemente os países desenvolvidos e com grande impacto na oferta de crédito nesses países que são o *core market* dos grandes fabricantes de equipamentos eólicos, incentivou esses fabricantes a buscar novas alternativas de mercado para vender sua produção, aumentando, assim, a oferta de equipamentos eólicos no país e fortalecendo o poder de negociação dos projetos com altos fatores de capacidade e escala, e consequentemente grandes chances de êxito no leilão.

Em agosto de 2010 ocorreu outro leilão de energia de reserva, o LER 2010, onde a Companhia comercializou energia proveniente de seis empreendimentos eólicos.

Em agosto de 2011 ocorreu o 12º Leilão de Energia Nova (A-3), onde a Companhia comercializou energia proveniente de nove empreendimentos eólicos.

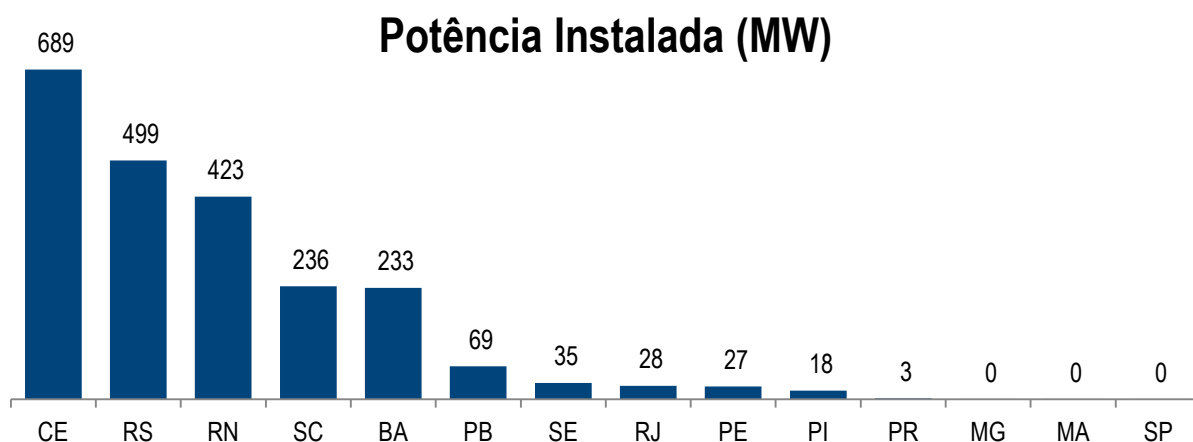
Em dezembro de 2012 ocorreu o 15º Leilão de Energia Nova (A-5), onde a Companhia comercializou energia proveniente de um empreendimento eólico.

Em agosto de 2013 ocorreu o 5º Leilão de Energia de Reserva, onde a Companhia comercializou energia proveniente de nove empreendimentos eólicos.

Em dezembro de 2013 ocorreu o 18º Leilão de Energia Nova, onde a Companhia comercializou energia proveniente de 17 empreendimentos eólicos.

Em 31 de dezembro de 2013, somando os leilões descritos acima, a Companhia possuía 1.217,4 MW de capacidade instalada comercializada no mercado regulado. Adicionalmente, na mesma data, a Companhia possuía 545,7 MW de capacidade instalada comercializada no mercado livre.

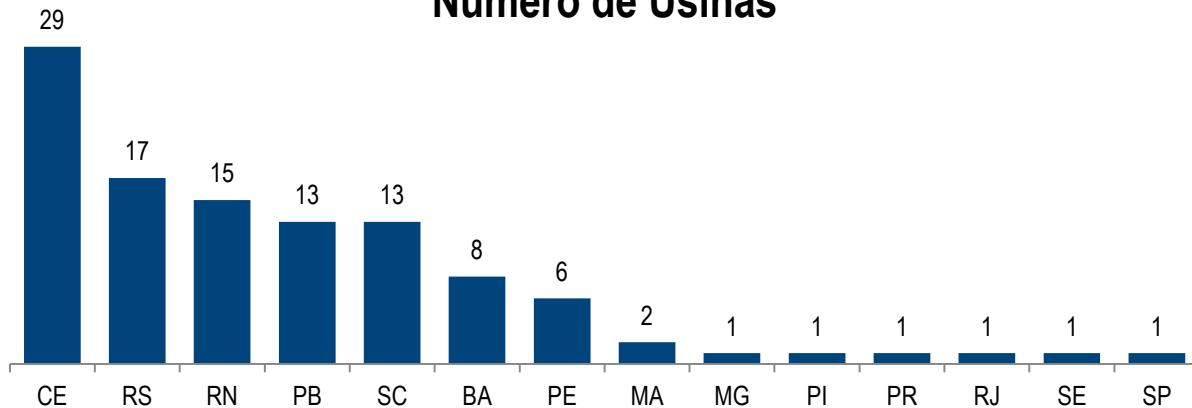
De acordo com a ANEEL, as 109 usinas eólicas em operação atualmente apresentam capacidade instalada de 2.560 MW. Além disso, em 02 de fevereiro de 2014, o Banco de Informações de Geração (“BIG”) da ANEEL registrava a existência de 163 projetos de energia eólica em construção com potência total de 4.214 MW de capacidade instalada. Outros 131 empreendimentos com potência total de 3.404 MW possuem outorgas, porém sem obras iniciadas.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 13/02/2014.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Número de Usinas



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 13/02/2014.

Energia solar

A energia solar é o recurso renovável de maior abundância no planeta Terra, sendo que, a cada ano recebemos cerca de 23.000 TWh de energia solar, quantidade significativamente maior que a demanda mundial de 16 TWh por ano.

Existem duas maneiras principais de se realizar a conversão da energia solar em energia elétrica. A primeira delas é usufruindo do efeito fotovoltaico, descoberto em 1.839 por Edmond Becquerel, que consiste no aproveitamento das características fotocondutoras de alguns elementos como por exemplo o Silício. Nesse caso, a incidência de recurso solar em um módulo fotovoltaico, que utiliza como insumo o Silício purificado, converte em um estágio único a energia solar em energia elétrica.

Um segundo modelo de aproveitamento é caracterizado pela utilização de espelhos refletores que, uma vez focalizados em um fluido térmico, aquecem o mesmo que por conseguinte é utilizado para geração de vapor. Deste passo em diante, a usina se assemelha a uma usina térmica tradicional.

O Brasil é um dos países com as melhores condições de recurso solar no mundo, especialmente nos estados do Nordeste, tais quais a Bahia e Pernambuco. Ao mesmo tempo, em se tratando de medições anuais, a volatilidade do recurso se mostra diminuta.

Dado os incentivos em diversos países do mundo como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, a cadeia de suprimentos da energia solar se desenvolveu rapidamente, assim como sua eficiência, o que proporcionou uma redução de custo significativa ao longo dos últimos anos, proporcionando uma evolução exponencial da fonte. Apenas em 2012, 28,4 GW de potência solar foram instalados, sendo que a capacidade instalada acumulada mundial já superou o patamar dos 100 GW.

O aproveitamento da energia solar para a geração de energia elétrica galgou, nos últimos anos, alguns degraus em seu desenvolvimento no Brasil, com a implementação de projetos de maior porte, com cerca de 1 MW de capacidade.

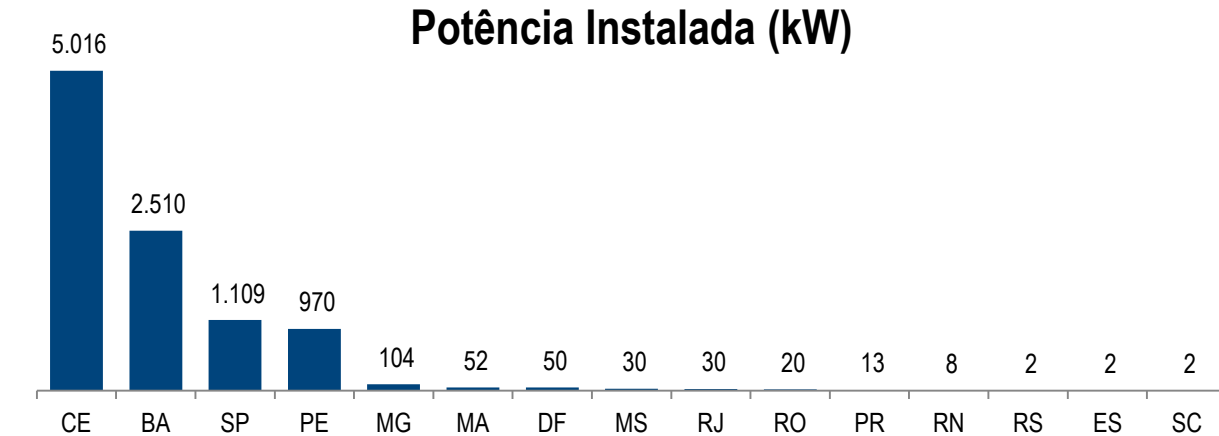
Em 31 de dezembro de 2013 o Brasil possuía mais de 3,2 GW com Despacho de Requerimento de Outorga na ANEEL, e outros 700 MW em vias de obtenção do mesmo.

Grande parte desse movimento deu-se pelos incentivos que foram criados ao longo dos anos de 2012 e 2013, entre eles (i) a ampliação do desconto de 50% para 80% no uso das tarifas de distribuição/transmissão para os primeiros 10 anos desses empreendimentos; (ii) a criação de um fundo setorial pelo BNDES ("Fundo Clima") para incentivar a cadeia fotovoltaica, desde o downstream na fabricação de equipamentos até o *upstream* em projetos para comercialização (leilão e mercado livre); (iii) o estabelecimento da Resolução 428/2013 para criação do sistema de compensação de energia ("*net metering*") para sistema de até 1 MW no contexto da geração distribuída; (iv) a criação da Chama Estratégica #13 de P&D da ANEEL para desenvolver projetos comerciais e criar o conhecimento necessário para implantação em larga escala destes projetos.

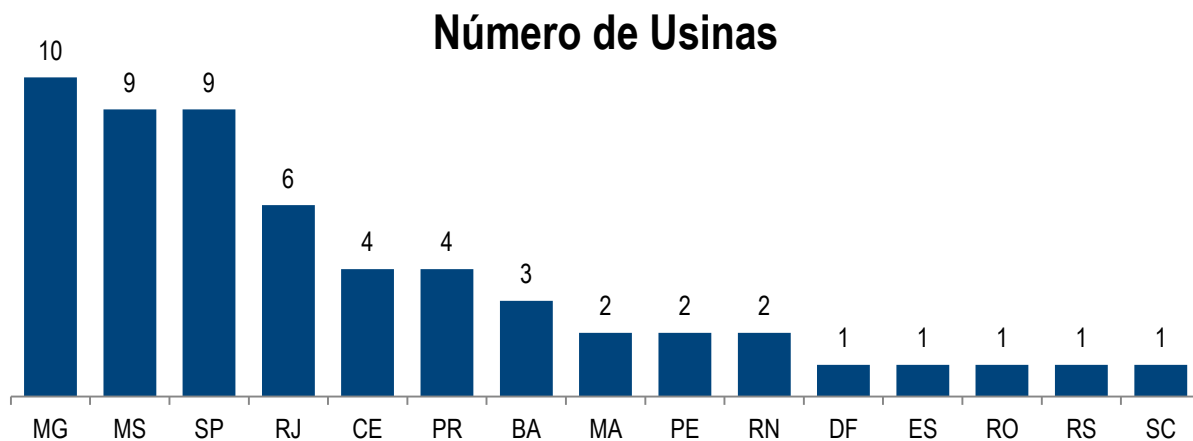
Atualmente, os agentes governamentais competentes estudam a criação de um leilão específico para a energia solar vislumbrando a criação deste mercado para grandes projetos. No contexto da geração distribuída, o mercado está em sua fase inicial, e já apresenta

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

competitividade na maioria das regiões brasileiras. De acordo com a ANEEL, as 55 usinas solares em operação atualmente apresentam capacidade instalada de 9.9 MW.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 13/02/2014.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 13/02/2014.

b. Características do Processo de Distribuição

No processo de distribuição de energia gerada pelos parques eólicos, PCHs e usinas solares não são utilizadas empresas controladas, coligadas, controladoras diretas ou indiretas ou de propriedade do acionista controlador da Companhia. A Companhia é responsável pela geração da energia e a transmissão é de responsabilidade de empresas terceiras.

Dos contratos de venda de energia eólica firmados pela Companhia, 69,05% foram negociados no mercado regulado (ACR) e 30,95% no mercado livre (ACL). A Companhia continuará a investir nos dois mercados.

A estratégia da Companhia é manter a exploração das 2 (duas) alternativas de comercialização de energia, mercado regulado e mercado livre, de forma a viabilizar o crescimento sustentável do portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente 30,2% de nossa energia contratada está vendida no mercado livre a um prazo médio de 16 anos e 69,8% no mercado regulado a um prazo médio de 20 anos, o que acreditamos mostrar nossa capacidade de explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado, dos quais a Companhia participou, são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos 3 (três) anos foram realizados 6 (seis) leilões, totalizando mais de 10,7 GW de capacidade instalada com energia comercializada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

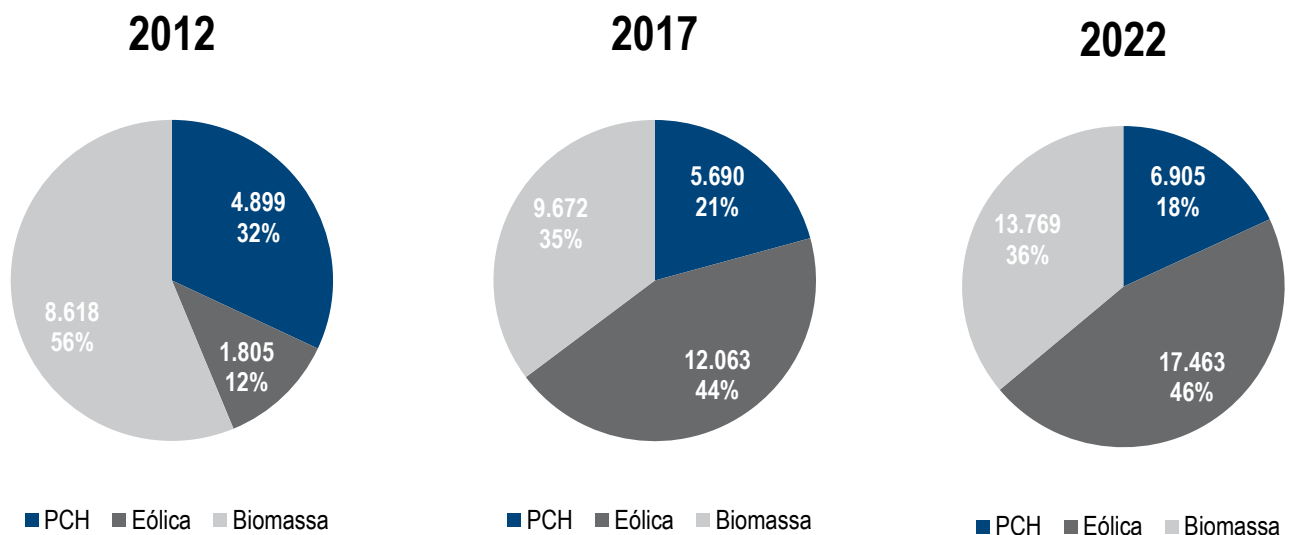
c. *Características dos Mercados de Atuação, em especial: (i) Participação em cada um dos mercados; e (ii) Condições de competição nos mercados*

Segundo a ANEEL, o sistema brasileiro de geração de energia elétrica é composto predominantemente por usinas hidrelétricas detidas por diversos proprietários, havendo um aumento significativo de outras fontes na matriz energética. A escolha desta fonte como base do parque gerador brasileiro está relacionada à abundância de recursos hídricos e à existência de um relevo favorável. O Brasil possui algumas das maiores usinas hidrelétricas do planeta, como Itaipu (14.000 MW) e Tucuruí (8.370 MW), cuja instalação na década de 1970 foi fundamental para o desenvolvimento industrial e econômico nacional. O foco na geração de energia a partir do aproveitamento de rios é uma lógica que permeia as políticas públicas brasileiras há várias décadas, e vem sendo mantida pelo governo atual, em especial através do desenvolvimento de grandes projetos na região Amazônica. Dentre esses projetos podemos destacar Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em construção no Rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte (11.233 MW), que teve a sua licença ambiental de instalação emitida e sua construção iniciada no Rio Xingu, no Pará. Entretanto, o relevante impacto socioambiental da construção de usinas de grande porte, cujos reservatórios demandam o alagamento de áreas extensas muitas vezes cobertas de vegetação nativa ou habitadas, tem levado à revisão da classificação de tais empreendimentos na categoria de fontes renováveis de energia. Estima-se que o Brasil apresentava em 2003 potencial de geração de energia hidrelétrica ainda não explorado de aproximadamente de 258.853MW, dos quais apenas 30% foram aproveitados de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE. Especificamente para Pequenas Centrais Hidrelétricas, foi identificado um potencial da ordem de 15.000MW a ser aproveitado em pequenas centrais, com capacidade até 30MW.

O planejamento da expansão da oferta de energia é regido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, que determina, como critério econômico, a igualdade entre o Custo Marginal de Operação – CMO e o Custo Marginal de Expansão – CME, para cada ano no período, e, como critério de segurança, o limite para o risco de insuficiência da oferta de energia elétrica, ou risco de déficit, em 5% dos cenários hidrológicos, em cada subsistema do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foram selecionados como candidatos a constar do plano os empreendimentos de geração com viabilidade técnica, econômica e socioambiental, com os prazos necessários ao desenvolvimento dos projetos compatíveis com a previsão de início de operação no horizonte do estudo.

Mercado Brasileiro de Energia Renovável – Capacidade Instalada (MW) em 2022



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia - 2022

De acordo com dados do Banco de Informações de Geração – BIG/ANEEL, a capacidade instalada total do sistema elétrico brasileiro é de cerca de 126.582 MW (Fev/2014). Observe-se que este total engloba as unidades geradoras instaladas nos sistemas isolados, bem como a autoprodução (geração de energia elétrica instalada no local do consumo).

Em conformidade com a Lei 10.848 de 2004, para concretizar a expansão do SIN são realizados leilões para compra de energia com três

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(A-3) e cinco (A-5) anos de antecedência. Este processo faz com que haja um parque de geração já totalmente contratado e em implantação com usinas que deverão entrar em operação entre 2012 e 2014, além de um parque parcialmente contratado entre 2015 e 2016, oriundo dos leilões ocorridos em 2010 e 2011 – os leilões A-5 e o leilão específico para a compra da energia da UHE Belo Monte.

Destaca-se que a composição deste parque gerador, contratado e em implantação, é o resultado da real possibilidade de oferta que se tinha à época da realização dos leilões, tanto pela disponibilidade de projetos e de equipamentos, quanto pelo fato de terem obtido as necessárias licenças ambientais, sem as quais nenhum empreendimento de geração pode participar dos leilões de compra de energia elétrica previstos em lei.

Os empreendimentos contratados no PROINFA também foram inseridos de acordo com o cronograma do CMSE.

O PROINFA foi um programa do governo federal, instituído em 26 de abril de 2002 pela Lei 10.438, para aumentar a participação da energia renovável na matriz energética brasileira. O PROINFA tinha como meta promover a entrada de 3.300 MW de energias renováveis (divididos igualmente entre as três fontes) até dezembro de 2008 através de contratos de longo prazo (20 anos) entre os geradores renováveis e a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). O programa foi um marco no desenvolvimento do setor de energia eólica no país, ao possibilitar o estabelecimento de alguns dos primeiros Parques Eólicos comercialmente viáveis do Brasil. O investimento nestes parques criou condições para a instalação no Brasil de indústrias estrangeiras, produtoras de componentes para Parques Eólicos (aerogeradores), reduzindo consequentemente o custo de geração através da fonte eólica, aumentando sua competitividade e criando um ciclo virtuoso que perdura até hoje. Empreendimentos de biomassa e PCHs também foram beneficiados, embora os resultados tenham sido comparativamente inferiores. A tecnologia para construção e operação de PCHs e de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa é largamente dominada por empresas de engenharia e fornecedores de equipamentos no Brasil, e os equipamentos necessários estão amplamente disponíveis no mercado nacional.

São consideradas energia renovável (alternativa) a energia produzida por PCHs, parques eólicos e solar ou biomassa.

Embora as PCHs estejam presentes no país há muito tempo, a maior parte de suas instalações se deu nas duas últimas décadas, em especial após reforma do setor energético brasileiro, tendo em conta a abertura do mercado para empresas privadas.

Já o mercado eólico, começou a ficar competitivo nos últimos seis anos com a instalação de leilões, organizados pelo governo, exclusivos para essa fonte de energia. Após meados de 2011, com a redução do custo de instalação, a energia eólica passou a competir no mercado regulado com outras fontes de energia.

Os Leilões de Fontes Alternativas (“LFAs”) foram organizados exclusivamente para contratação de energia de fontes renováveis para venda no mercado regulado. Assim como o PROINFA, os LFAs obtiveram êxito no desenvolvimento do setor de energia renovável no Brasil, em especial o setor de energia eólica. Ao garantir a compra da energia gerada através de contratos de longo prazo com grupos de distribuidoras, os LFAs aumentaram a previsibilidade e segurança dos empreendimentos vencedores e permitiram que os mesmos obtivessem condições favoráveis de financiamento para construção dos parques eólicos.

Com o objetivo de complementar a energia contratada no ambiente regulado e garantir maior segurança no fornecimento de energia, a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, foi criado o Leilão de Energia de Reserva (“LER”). O Ministério de Minas e Energia define o montante de energia a ser comercializado no leilão, sendo que os custos decorrentes são rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica. A contabilização e liquidação desta energia pode ocorrer apenas no mercado de curto prazo da CCEE.

O mercado livre é formado por agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Neste ambiente ocorre a livre comercialização de energia para consumidores livres e especiais, formalizada através de contratos bilaterais estabelecidos entre as partes.

Atualmente, o governo brasileiro, através da ANEEL, oferece uma série de incentivos à instalação de empreendimentos de energia renovável no país (PCHs, Parques Eólicos e Solar e Usinas Termelétricas à Biomassa).

Dentre estes incentivos, os principais são:

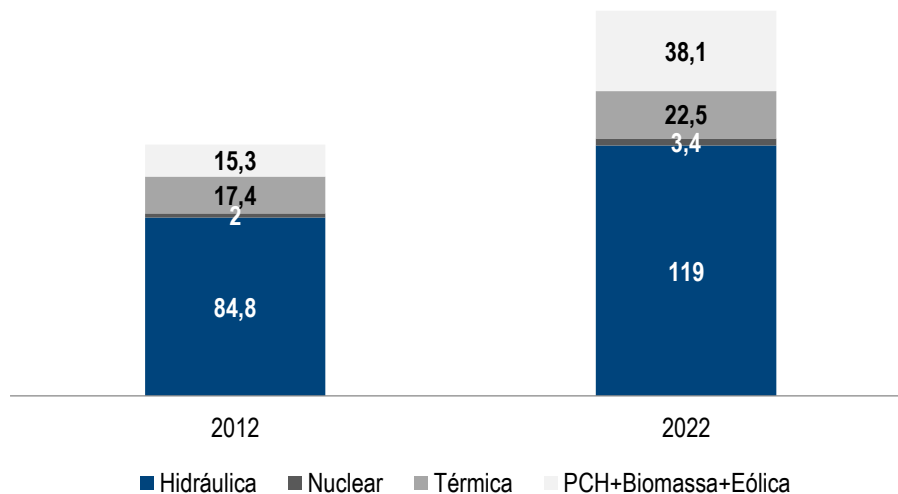
- Empreendimentos podem receber autorização emitida pela ANEEL, não estando sujeitos aos requerimentos do regime de concessão (ex: os projetos não são necessariamente leiloados e a autorização é concedida ao desenvolvedor do mesmo);

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Desconto de até 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, tanto para agentes geradores quanto para consumidores; e especificamente para projetos solares, 80% nos 10 primeiros anos, e 50% no período subsequente;
- “Reserva de Mercado”: consumidores com demanda entre 0,5 MW e 3,0 MW podem tornar-se consumidores livres especiais, com a condição de adquirirem sua energia de fontes renováveis (ex.: Parques Eólicos e Usinas Termelétricas a Biomassa);
- Isenção do pagamento de tarifas setoriais como Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (“CFURH”), Uso do Bem Público (“UBP”) e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”); e
- Linhas de financiamento com taxas e prazos atrativos concedidos pelo BNDES.

Além disso, a Companhia possui os benefícios fiscais citados no item 7.3 a (iii) acima.

Os resultados da política oficial de incentivo às fontes renováveis são visíveis no aumento da participação das mesmas no total de energia gerada no país. Em 2007, PCHs e parques eólicos representavam cerca de 2,1% da matriz ou 2.067 MW, em comparação com 5,1% registrado em 2012, crescimento de 196,8% nos últimos 5 anos. Esse ritmo deve ser mantido nos próximos anos, já que, segundo a ANEEL, existem hoje 163 usinas eólicas e 31 PCHs em construção. Quando concluídas, essas usinas irão adicionar ao parque gerador brasileiro capacidades instaladas de 4.214 MW e 344MW, respectivamente. De acordo com o Plano Decenal de Expansão 2022 da Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), fontes eólicas, PCHs e de biomassa deverão possuir conjuntamente uma capacidade instalada de 38.1GW, contra os 15.3GW atuais, ou seja, mais que o dobro da capacidade atual.



Fonte: Plano Decenal de Expansão 2022.

O crescimento do mercado de geração de energia renovável no Brasil, observado nos últimos anos, e a estabilidade do marco regulatório do setor, têm atraído um considerável fluxo de investimentos privados, com forte participação de agentes estrangeiros como empresas de energia e fundos de investimento em participação. Ao contrário do cenário observado para o setor de geração como um todo, o segmento de energias renováveis é predominantemente controlado pela iniciativa privada.

i) Participação em cada um dos mercados

A Companhia possui contratos de 1.953,3 MW de energia contratada. Desse valor: (i) 190,2 MW de PCHs da Companhia; (ii) 1.217,4 MW comercializados no mercado regulado de energia eólica e (iii) 545,7 MW comercializados no mercado livre de energia.

ii) Condições de competição nos mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A competição por projetos de PCH pode acontecer entre empreendedores que querem explorar o mesmo local. Nesse caso, a competição se dá em processo formal regido pelo ANEEL. Já nos casos de PCHs em fases mais avançadas de desenvolvimento (após a fase em que pode haver disputas), concorremos com outros empreendedores apenas quanto a possíveis aquisições.

A comercialização de energia elétrica no mercado regulado é realizada por meio de leilões públicos. Nesse caso, a Companhia concorre com todas as geradoras qualificadas para cada leilão.

No mercado livre, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. Nesse caso, a competição é entre as geradoras e os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia no mercado livre. Para os consumidores livres com consumo entre 0,5 MW e 3,0 MW, é mandatória a contratação no mercado livre de energia gerada através de fontes renováveis.

No caso de Usinas Eólicas, a competição por projetos de investimentos ocorre, principalmente, na disputa pelas terras com os melhores potenciais de ventos. O mercado de energia eólica ainda é incipiente no Brasil quando analisada a capacidade instalada em operação, mas apresenta acentuado crescimento.

Especificamente para solar, em termos de modelo de negócio, há uma distinção a ser realizada dada a possibilidade de modularização das unidades geradoras.

Os projetos de energia solar podem ser desenvolvidos em larga escala e negociados no mercado regulado através de leilões ou mercado livre, de maneira análoga ao realizado por fontes eólicas, PCHs, ou UTEs a biomassa, e também podem ser comercializados no contexto da geração distribuída, através de unidades de pequeno porte descentralizadas, instaladas diretamente no ponto de consumo, onde os sistemas de geração são comercializados diretamente e bilateralmente, entre empresa e cliente final.

Os sistemas de geração distribuída não podem ultrapassar a potência instalada de 1 MW e por isto, se destinam a pequenos e médios clientes.

No mercado de geração distribuída a competição se dá principalmente pela competitividade da empresa em oferecer o menor preço de venda final ao consumidor.

Os principais concorrentes da Companhia no setor eólico são: CPFL Renováveis, Energipe, Bioenergy e Eletrosul. Nas PCHs, mercado muito fragmentado, os principais concorrentes da Companhia são CPFL Renováveis e Gestamp.

d. Eventual Sazonalidade

Não há impacto de sazonalidade sobre as contas de resultado, uma vez que os contratos relevantes da Companhia são de longo prazo e garantem receita mensal.

e. Principais insumos e matérias primas: i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii) eventual dependência de poucos fornecedores; iii) eventual volatilidade de seus preços.

i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

Os principais insumos utilizados pela Companhia em suas atividades são materiais de construção civil, mecânica, elétrica, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica ou eólica e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica para a construção da infraestrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de usinas eólicas e barragens para PCHs.

Em se tratando da energia solar, os principais insumos utilizados são os módulos fotovoltaicos (ou placas fotovoltaicas) os inversores, as estruturas metálicas de suporte, e os demais equipamentos elétricos de proteção do sistema. A Companhia realiza tratativas com os principais fornecedores mundiais destes equipamentos, e seleciona apenas aqueles regulamentados perante os órgãos de certificação brasileiros, tais quais, o INMETRO.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Após a implantação de suas usinas, a atividade operacional da Companhia passa a ser de manutenção de seus ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis.

ii) eventual dependência de poucos fornecedores.

A Companhia adquire equipamentos e serviços de diversos fornecedores, não possuindo dependência em relação a qualquer deles. Os principais fornecedores de aerogeradores para nossos parques eólicos são: General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. (“GE Brasil”) e Alstom.

As SPes Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas dos Igaporá S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas N. Sra. da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pajeú S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A. e Centrais Eólicas Serra do Alto S.A. que comercializaram energia no LER 2009, celebraram, em 26 de maio de 2011 – e aditados em 13 de julho de 2011, com a GE Brasil os Contratos de Venda de Equipamentos de Geração de Energia e Serviços Relacionados (Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services) por meio dos quais a GE Brasil se comprometeu a fabricar, entregar e instalar 184 aerogeradores equivalentes a uma capacidade instalada de 293.6 MW e investimentos contratados de aproximadamente R\$ 854.6 milhões, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

As SPes Centrais Eólicas Morrão Ltda., Centrais Eólicas Seraíma Ltda., Centrais Eólicas Tanque Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda. que comercializaram energia no LER 2010, celebraram, em 8 de agosto de 2012, com a GE Brasil os Contratos de Venda de Equipamentos de Geração de Energia e Serviços Relacionados (Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services) por meio dos quais a GE Brasil se comprometeu a fabricar, entregar e instalar 100 aerogeradores equivalentes a uma capacidade instalada de 167.7 MW e investimentos contratados de aproximadamente R\$384,1 milhões, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

As SPes Centrais Eólicas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Dourados Ltda., Centrais Eólicas Maron Ltda., Centrais Eólicas Serra do Espinhaço Ltda., Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda. e Centrais Eólicas Pilões Ltda. que comercializaram energia no LEN 2011 celebraram, em 8 de agosto de 2012, com a GE Brasil os Contratos de Venda de Equipamentos de Geração de Energia e Serviços Relacionados (Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services) por meio dos quais a GE Brasil se comprometeu a fabricar, entregar e instalar 130 aerogeradores equivalentes a uma capacidade instalada de 218.4 MW e investimentos contratados de aproximadamente R\$439,1 milhões, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

Em 28 de março de 2013 a Companhia formalizou uma importante parceria estratégica com a Alstom, líder global em geração e transmissão de energia. A parceria visa à execução do plano de crescimento da Companhia com a implementação dos parques eólicos que já tiveram energia contratada e, ainda, futuros projetos. Dessa forma, a Companhia vem ganhando eficiência na implementação dos seus parques e aumentando a sua competitividade no segmento de energia eólica.

O acordo envolve o fornecimento de 440 aerogeradores, com início de operação em 2015, equivalentes a uma capacidade instalada de 1,2 GW e investimentos de aproximadamente €1,0 bilhão, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

A parceria prevê o desenvolvimento da tecnologia mais adequada aos parques da Companhia, bem como pela busca do melhor aproveitamento de seu portfólio. Por meio da interação entre as equipes das empresas, estão sendo desenvolvidas soluções customizadas para condições específicas da região tais como velocidade do vento, turbulência e características do solo, fortalecendo a troca de conhecimento técnico entre elas.

Os aerogeradores são fabricados na unidade da Alstom em Camaçari, no estado da Bahia, que terá capacidade para 600 MW por ano. Adicionalmente, o acordo estabelece o compromisso da Alstom para instalar um cluster eólico na Bahia para a produção dos principais componentes das turbinas. Mais próximas da região onde estão os parques da Companhia, este cluster permitirá grande redução dos custos de logística dos projetos, e dos riscos associados ao transporte de equipamentos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

iii) eventual volatilidade de seus preços.

A Companhia não possui volatilidade direta em seus preços.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Com relação ao exercício social corrente a Companhia não apresentará o montante de receita total, uma vez que apenas será possível auferir referido valor após o fechamento do 1º trimestre.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") foi responsável por 17,9% da receita líquida total da Companhia, e a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") foi responsável por 82,0% da receita líquida total.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Eletrobrás foi responsável por 33,5% da receita líquida total da Companhia, e a CCEE foi responsável por 66,4% da receita líquida total.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Eletrobrás foi responsável por 100,0% da receita líquida total da Companhia.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes de Eletrobrás e CCEE são PCHs e parques eólicos, respectivamente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) Aspectos Regulatórios

(i) Fundamentos Históricos

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, regulamentada pelo Decreto nº 2.655, que alterou a Lei de Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) (Lei nº 9.427/95), a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, a transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo; (ii) a exigência de que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais (contratos de longo prazo, firmados entre geradores e distribuidores, com preços da energia fixados pela ANEEL, e definidos e regidos por Leis e Decretos Federais), em geral compromissos do tipo *take or pay* (compromissos nos quais o comprador se obriga a pagar uma quantia mínima para certo volume de energia, independentemente se ocorrer o consumo da quantidade e no período estipulado), a preços e volumes aprovados pela ANEEL; e (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíam um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (“GCE”), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração.

Ademais, o Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, as quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas as condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecidas como Leis do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, o qual disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

O Governo Federal, por meio da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, determinou as regras de extinção das concessões e prestação temporário do serviço público de energia elétrica, bem como as regras de intervenção na concessão de serviço público de energia elétrica para adequação do serviço.

Em 11 de janeiro de 2013, por meio da Lei nº 12.783, o Governo Federal estabeleceu as condições para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição vincendas entre 2015 e 2017, com a instituição de um regime de alocação de cotas de garantia física de energia e de potência das concessionárias de geração às concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme definidas pela ANEEL.

(ii) Principais Autoridades do setor elétrico brasileiro *Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE*

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O CNPE é um órgão que presta assessoria ao Presidente da República, e que possui como atribuição principal a formulação de políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

O setor de energia elétrica do Brasil é regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos, expedindo os atos regulamentares necessários ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei nº 9.074/1995; (ii) gerir os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica e de concessão de uso de bem público, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes; (iii) fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias, autorizadas e permissionárias de serviços e instalações de energia elétrica e impor as multas aplicáveis; (iv) regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão, distribuição e das geradoras sujeitas ao regime de cotas.

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

Em 06 de março de 2013 foi expedida a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética. Referida Resolução, dentre outras matérias, criou nova diretriz para cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças e determinou que as geradoras arquem com parcela do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços dos sistemas, até então suportado exclusivamente pelas distribuidoras, as quais repassavam os custos para o consumidor final. Informações sobre os riscos dessa Resolução nos negócios da Companhia estão melhor descritas no item 4.1, “h” deste Formulário de Referência.

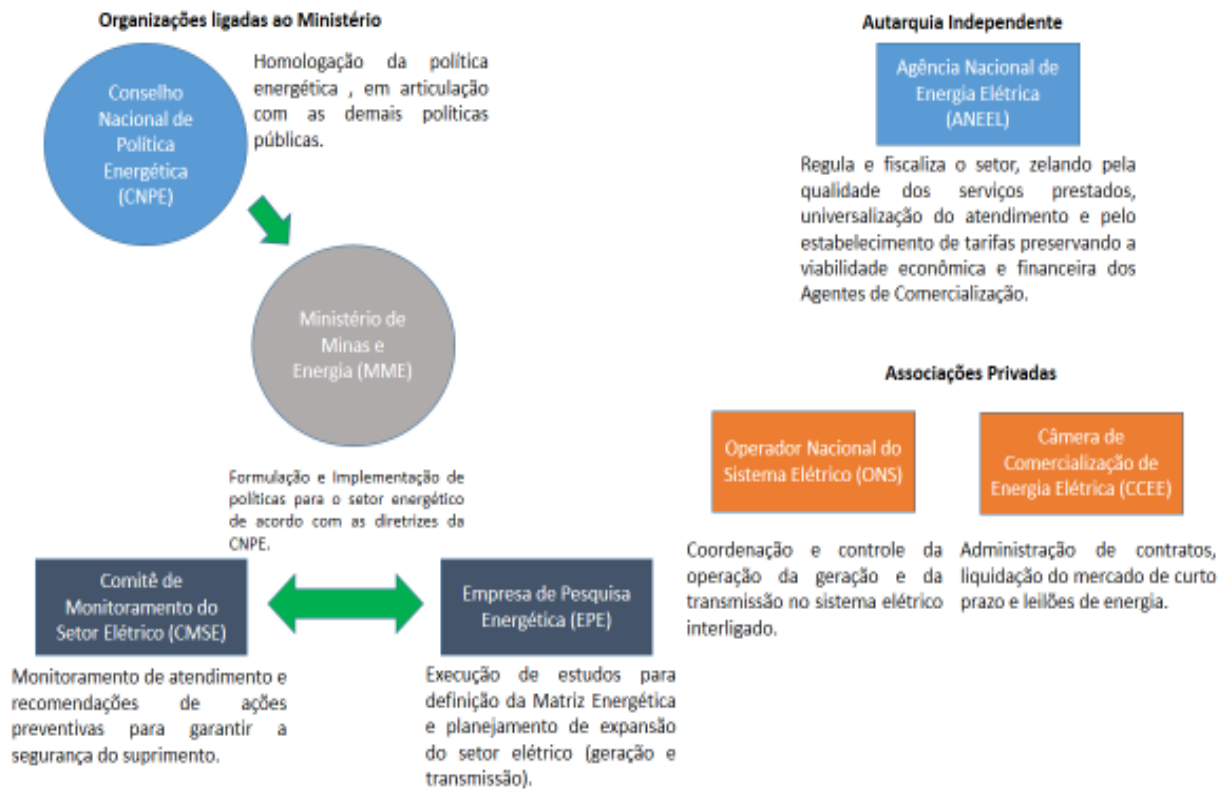
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, a CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN. Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, a CCEE é responsável por (i) registrar os contratos de comercialização de energia

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

Abaixo segue quadro ilustrativo com as principais entidades do setor de energia elétrica e suas respectivas atribuições.



Outras instituições: ANA, IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais

A Agência Nacional de Águas ("ANA") é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos, uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

No que tange os rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais, a implantação dos respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos.

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas (eólica, solar, PCH e biomassa) atuam na modalidade de produtores independentes de energia elétrica (PIE) ou autoprodutores de energia elétrica, estando sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões, sendo outorgadas a título gratuito. Ainda, as PCHs cuja operação comercial teve início após 27 de dezembro de 1996 são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei 9.427/96).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Os titulares das autorizações para exploração de PCHs, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), necessários ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas de transmissão que farão a conexão das PCHs da Companhia ao Sistema Interligado Nacional (SIN). No caso das usinas eólicas, poderão ser instituídas servidões administrativas em relação às instalações de transmissão de interesse restrito, sendo que a Companhia deve deter a posse ou propriedade dos terrenos sobre os quais seus parques eólicos estão/serão implantados.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL. Nos termos da Portaria MME nº 132, de 25 de abril de 2013, para a alteração das características técnicas dos projetos que tenham sido habilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que venderam energia em leilões de energia nova, de energia de reserva ou de fontes alternativas, a ANEEL deverá instruir os processos e encaminhá-los ao MME, que poderá autorizar as modificações de características técnicas que impliquem em alterações de garantia física, de capacidade instalada e de localização da central geradora, podendo consultar a EPE.

As autorizações para exploração de parques eólicos são válidas por 35 anos e as autorizações para exploração de PCHs são válidas por 30 anos, ambas podendo ser prorrogadas à critério da ANEEL, não existindo direito adquirido da Companhia à prorrogação dessas outorgas. Em caso de prorrogação, as condições da prestação dos serviços podem ainda ser alteradas pela ANEEL, o que pode afetar os resultados posteriores da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidrelétrico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

No Brasil, o PIE se submete ao regime jurídico do serviço pelo preço, não sendo a sua energia vendida segundo tarifas homologadas pela ANEEL como se dá no caso de concessionárias de serviço público. No caso de venda de energia nos leilões do ACR, há um preço teto definido pelo MME, sendo os lances feitos pelos empreendedores iguais ou inferiores a esse preço teto. Já no ACL os preços são livremente negociados entre as partes.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL n.º 77/2004 e da Lei n. 9.427/1996, os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas.

Autorizações para PCHs. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões tradicionais, dispensando a necessidade de licitações. O processo de autorização para o desenvolvimento de PCH é regulamentado por resoluções estabelecidas pela ANEEL, e suas principais etapas compreendem:

(i) Inventário – a identificação, registro e aprovação de estudo de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, observada a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, a qual teve determinados dispositivos alterados e revogados no que concerne aos estudos de inventários de PCHs pela Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008;

(ii) Projeto – o empreendedor deve registrar, elaborar e obter aprovação da ANEEL em relação ao projeto básico, que será avaliado quanto à obtenção do licenciamento ambiental pertinente e quanto aos parâmetros da reserva de disponibilidade hídrica, observada as Resoluções ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998 e nº 343, de 9 de dezembro de 2008.

(iii) Disputa – a decisão de eventuais disputas entre projetos básicos de empreendedores concorrentes para o mesmo aproveitamento seguem os critérios da Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008;

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das PCHs e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As autorizações das PCHs são válidas por 30 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidráulico, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, mediante prévia autorização da ANEEL.

Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. As PCHs têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação das PCHs, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

A Companhia é detentora de Autorizações outorgadas pela ANEEL para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos potenciais hidrelétricos denominados PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino 1 e PCH Colino 2, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação. Adicionalmente, somos titulares de diversos estudos de inventário de rios, bem como de aprovações para apresentação de projetos básicos que poderão gerar novas outorgas para implantação e exploração de PCH no futuro.

Autorizações para Usinas Eólicas. O processo de autorização para Parques Eólicos é mais simples e rápido quando comparado ao processo de autorização das PCHs, e é regulado pela Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração de centrais geradoras eólicas. Como no caso de PCHs, os Parques Eólicos dispensam a necessidade de licitação para sua outorga.

A implantação de Parques Eólicos com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW, deverá ser comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante apresentação de ficha técnica preenchida, na forma dos modelos anexos a Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, em conjunto com a licença ambiental compatível com a etapa do projeto. A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras eólicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, certificação das medições de vento e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente e as licenças ambientais. A partir de agosto de 2012, com a publicação da Portaria MME nº 454, de 2 de agosto de 2012, para a alteração das características técnicas dos projetos, incluindo eólicos, que tenham sido habilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que venderam energia em leilões de energia nova, de fontes alternativas ou de reserva, a ANEEL deverá instruir os processos e encaminhá-los ao MME, para manifestação prévia, ouvida a EPE.

Assim como nas PCHs, as autorizações aos Parques Eólicos são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das usinas Eólicas e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

A Companhia é titular de autorizações que a estabelece como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração dos 30 (trinta) parques eólicos vencedores de leilões de energia do mercado regulado promovidos pela ANEEL, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado se assim a Companhia solicitar ao Poder Concedente, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

As autorizações perdem a sua validade quando do término do prazo nelas fixado. No entanto, para o caso específico das autorizações referentes a PCH, a ANEEL poderá extinguir as autorizações da Companhia antes do prazo fixado, se: (i) a Companhia comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações; (ii) a Companhia descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência, incluindo descumprimento de cronograma; (iii) a Companhia transferir a terceiros os bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL; (iv) a Companhia não recolher a multa decorrente de penalidade imposta por infração; (v) a Companhia solicitar o término antecipado; (vi) a Companhia desativar as centrais geradoras por mais de 24 (vinte e quatro) meses contínuos ou, por igual período, inexistir contrato de compra e venda de energia elétrica; ou (vii) a Companhia for desligada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica por inadimplemento.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

E, para os casos referentes às autorizações de PCH e de eólicas, a ANEEL poderá revogar a autorização nas hipóteses de: (i) descumprimento de cronogramas, obrigações e encargos decorrentes da autorização; (ii) transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL, quando aplicável; (iii) não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta à autorizatária; (iv) descumprimento de notificação da fiscalização para regularizar a exploração do empreendimento objeto da autorização, quando for o caso; (v) comercialização da energia elétrica em desacordo com as prescrições da legislação, das normas específicas e do ato autorizativo; (vi) permanência por mais de vinte e quatro meses contínuos sem atuação no mercado ou, por igual período, inexistência de contrato de compra e venda de energia elétrica; ou (vii) desligamento do agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por inadimplemento.

Ao final do prazo das autorizações da Companhia relativas às PCHs, os bens e instalações relacionados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, por meio de reversão, mediante o pagamento de indenização sobre os ativos não integralmente amortizados ou depreciados. No caso das autorizações para parques eólicos, não há a reversão nem o direito ao pagamento de indenização.

(b) Comercialização de Energia Elétrica

(i) Ambientes de Contratação

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para o fornecimento aos seus consumidores, do qual participam os Agentes de Geração e de Distribuição de energia elétrica; e o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não regulados, do qual participam Agentes de Geração, Comercialização, Importadores e Exportadores de energia e Consumidores Livres.

A energia gerada por: (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de cogeração e PCHs); (ii) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA; e (iii) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao ACR.

Ambiente de Comercialização Regulada ("ACR")

O ACR é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, para empresas de distribuição, que adquirem energia visando atender à carga dos Consumidores Cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia nos leilões públicos de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração de energia existente, de energia nova e de fontes alternativas serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições meteorológicas como hidrologia e regime de ventos. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade aos compradores. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR").

No ACR a energia pode ser adquirida pelas distribuidoras da seguinte forma:

- Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, denominados CCEARs;
- Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da distribuidora;
- Usinas enquadradas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA;
- Contratos de Itaipu;
- Angra 1 e 2; e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Empreendimentos de geração cuja concessão foi prorrogada ou licitada nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Ainda, as contratações no âmbito do PROINFA, bem como os contratos firmados antes da promulgação da Lei nº 10.848/04 também são considerados contratos no âmbito do ACR.

O Poder Concedente, com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada. A energia de reserva será contratada mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do MME. A contratação da energia de reserva será formalizada mediante a celebração de Contrato de Energia de Reserva (“CER”) entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, e os autoprodutores. A energia elétrica produzida em central geradora comprometida com CER será contabilizada e liquidada no mercado de curto prazo.

Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

No ACL a energia elétrica é comercializada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por mudar de fornecedor de eletricidade, observado que o contrato com a distribuidora poderá ser rescindido apenas por meio de notificação da distribuidora com antecedência mínima de 180 dias em relação ao término da vigência do contrato.

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão se tornar consumidores especiais, contratando energia no ACL exclusivamente de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou PCHs.

Mercado de curto prazo e os ambientes de contratação

A existência de dois ambientes de comercialização para contratação de energia no Brasil não elimina a necessidade de um local onde as diferenças entre energia fisicamente produzida/consumida e energia contratada sejam contabilizadas e liquidadas. Este ambiente é o “mercado” de curto prazo, que é administrado pelo CCEE e trata-se de um local onde as diferenças entre a produção e consumo efetivos de cada agente de mercado e seus respectivos contratos são liquidados utilizando os preços resultantes da otimização hidrotérmica.

A participação neste mercado é compulsória para geradores, distribuidoras, importadores, exportadores, comercializadores e consumidores livres no SIN. As exceções são os geradores menores que 50MW e distribuidoras que comercializam menos que 500 GWh/ano, os quais são participantes facultativos.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do SIN deverão, por meio de licitação na modalidade de leilões, garantir o atendimento à totalidade de seu mercado no ACR.

À ANEEL cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores de um leilão, ou seja, os vencedores do leilão serão aqueles que ofertarem energia elétrica pelo menor preço por MW/hora para atendimento da demanda prevista pelas distribuidoras.

(ii) Leilões de Energia

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados (i) 5 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões “A-5”), e (ii) 3 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões “A-3”). Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes (i) realizados 1 ano antes da data da entrega inicial (chamados de leilões “A-1”), e (ii) realizados aproximadamente

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

4 meses antes da data de entrega (chamados de “leilões de ajustes”). Os editais dos leilões são preparados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará um CCEAR com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à demanda estimada da distribuidora. Os CCEARs dos leilões “A-5” e “A-3” terão um prazo variando de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado, e os CCEAR dos leilões “A-1” terão um prazo variando entre 3 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado estarão limitados ao prazo de 2 anos.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 estabeleceu um mecanismo denominado Valor Anual de Referência (“VR”), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões A-5 e A-3, calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, que será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O VR é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões A-5, cujo custo de aquisição deverá ser inferior ao da energia contratada em leilões A-3 e o VR será aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição serão repassados integralmente.

Leilões de Energia Existente

Os leilões de energia existente (“EE”) complementam os contratos de energia nova para cobrir assim 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a EE, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 3 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano seguinte ao leilão e por esta razão este leilão é chamado de A-1. Os leilões A-1 possuem limites mínimos e máximos de compra de energia.

Além da duração, os contratos de EE têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de EE contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

Leilões de Energia Nova

Os leilões de energia nova (“EN”) têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (15-30 anos) são oferecidos aos geradores candidatos.

A cada ano, dois tipos de leilões de EN são realizados: (i) Leilão Principal (“A-5”), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação em 5 anos após o leilão. Assim, com estes prazos, este contrato viabilizará ao investidor (vencedor do leilão) obter o *project finance*, e oferece o tempo necessário para construção da nova planta; (ii) Leilão Complementar (“A-3”), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5 realizado 2 anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

Leilões de Ajuste

Os Leilões de Ajuste tem o objetivo fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados de 3 a 4 vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados para efeitos de repasse para os consumidores cativos pelo VR a ser descrito mais a frente.

Leilões de energia alternativa

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Além dos leilões de EN e EE, o MME pode periodicamente organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é similar aos dos leilões A-3 e A-5. O primeiro Leilão de energia alternativa ocorreu em junho de 2007.

Leilão de Geração Distribuída (“GD”)

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) mínima eficiência para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade instalada de 30MW para hidrelétricas, entre outros.

Leilões Especiais

A legislação atual também permite ao Governo realizar alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico.

Leilão de Projeto Estruturante

A atual legislação dá direito ao Governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente, e da usina de Belo Monte, de abril de 2010.

Leilão de Reserva

Finalmente, o Governo ainda pode realizar leilões especiais para contratação de energia de reserva. Esses leilões são totalmente definidos pelo governo (desenho, tipo de energia a ser contratada, demanda do leilão, etc.). O primeiro leilão de reserva ocorreu em 14 de agosto de 2008 e contratou exclusivamente energia de biomassa de cana-de-açúcar para entrega em 2009 e 2010. O segundo leilão de reserva ocorreu em 14 de dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em 2012 e por um período de 20 anos. O terceiro leilão de reserva ocorreu entre os dias 25 e 26 de agosto de 2010 e contratou energia proveniente de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega 2013, por um período de 30 anos (PCHs), 20 anos (Eólicas) e 15 anos (Biomassa). O quarto leilão de reserva ocorreu no dia 18 de agosto de 2011 e contratou energia proveniente de Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega em 2014 e por um período de 20 anos. O último leilão de energia de reserva ocorreu em agosto de 2013 e contratou somente energia proveniente de fonte eólica.

(c) Encargos Regulatórios

Os principais encargos do setor elétrico são:

Reserva Global de Reversão (RGR): é um encargo setorial criado para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. Ao longo dos anos, porém, diversas outras destinações para esses recursos foram autorizadas, como por exemplo, a sua utilização na expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, na geração de energia a partir de fontes eólica, solar, biomassa e PCHs, desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, dentre outros. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/12, esse encargo agora é devido apenas pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, excetuando-se aquelas licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, e, pelas concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica não prorrogadas ou licitadas nos termos da citada Lei.

Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”): é um encargo setorial destinado à promoção do desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada. Os recursos desse fundo setorial também são utilizados para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

convertida na Lei nº 12.783/12, o recurso destinado às fontes alternativas citadas foi limitado a 30% do recolhimento anual desse encargo. Esse recurso é recolhido por quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel, e, dos aportes realizadas pela União de créditos oriundos de Itaipú.

Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos ("CFURH"): é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R\$/MWh).

Taxa do ONS: é uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa da ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"): encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

PROINFA: como já mencionado, este encargo subsidia o programa de incentivo às fontes alternativas. O encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST e TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE"): encargo setorial para cobrir os custos de atividade da ANEEL, pago por todos os agentes do setor.

Encargo de Serviço de Sistema ("ESS"): pago por todos os consumidores para cobrir os custos de redesenho (despacho fora da ordem de mérito) e serviços ancilares.

Uso do Bem Público ("UBP"): corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

Aplicam-se às concessões de geração os seguintes encargos: RGR, UBP (no caso de hidroelétricas), CFURH, P&D, TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica). Às autorizações, aplicam-se: TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica).

(d) Conexão às Instalações de Transmissão e Distribuição Locais

Nos termos da redação do Decreto nº 6.460, editado em 19 de maio de 2008, as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fontes renováveis não integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações, conectadas diretamente à rede básica, poderão ser consideradas Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada ("ICG").

Os detentores de outorga para geração de energia renovável não mais arcarão com os custos relativos à conexão de suas usinas à Rede Básica, estando somente obrigados a pagar ao distribuidor ou transmissor local, conforme o caso, as tarifas de transporte relacionadas.

São classificadas como ICGs, nos termos da Resolução da ANEEL nº 320, de 10 de julho de 2008, as instalações de transmissão, não integrantes da Rede Básica, destinadas ao acesso de centrais de geração em caráter compartilhado à Rede Básica, definidas por chamada pública a ser realizada pela ANEEL e licitadas em conjunto com as instalações de Rede Básica para duas ou mais centrais de geração. A conexão de nova central de geração ou concessionária ou permissionária de distribuição à ICG, para acesso à Rede Básica, será permitida mediante o pagamento de encargo e deverá ser precedida de Parecer de Acesso a ser emitido pelo ONS, de celebração de CCT, com propriedade das instalações e intervenção do ONS, CUST, com o ONS.

As centrais de geração e as concessionárias ou permissionárias de distribuição serão responsáveis pelo custeio de sua parcela das perdas elétricas da Rede Básica, de acordo com as regras de comercialização.

(e) Mecanismo de Realocação de Energia

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção financeira contra riscos hidrológicos para os geradores é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O MRE é um mecanismo financeiro desenvolvido por um processo de 5 etapas, que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do SIN. Tais etapas são detalhadas abaixo:

(1) aferição se a produção total líquida de energia dentro do MRE alcança os níveis totais de garantia física dos membros do MRE como um todo;

(2) aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de garantia física, conforme determinados pelo ONS;

(3) caso determinadas geradoras, participantes do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de energia assegurada, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de energia assegurada. Esta alocação do adicional da energia gerada, designada "energia otimizada", é feita, primeiramente, entre as geradoras dentro de uma mesma região e, depois, entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de energia assegurada;

(4) se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantia física (ou sua energia contratada, para aqueles membros do MRE que não tiverem contratado 100% de sua energia assegurada), e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada "energia secundária", deve ser alocado entre as geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo preço CCEE prevalecente na região em que tiver sido gerada; e

(5) se, após a etapa (3) ou (4) acima, todos os membros do MRE não tenham atingido o nível de energia assegurada total do MRE, a energia faltante será paga pelos membros do MRE com base no Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

Energia Otimizada

As geradoras, membros do MRE, que produziram energia além de seus níveis de energia assegurada são compensados por custos variáveis de Operação e Manutenção ("O&M") e custos com o pagamento de *royalties* pelo uso da água. As geradoras do MRE que não tiverem gerado seus níveis de energia assegurada devem pagar custos de O&M e custos com os *royalties* pelo uso da água às geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de energia assegurada durante o mesmo período. Atualmente, a TEO paga pelas geradoras que recebem alocação de energia do MRE é de R\$10,54/MWh para todas as geradoras que forneceram seu adicional de energia gerada ao MRE (conforme determinado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.658, de 26 de novembro de 2013).

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para estar apta a gerar e comercializar energia, a Companhia incorre em custos decorrentes da regulamentação ambiental, bem como em custos para emissão de licenças e/ou certidões para regularização de sua situação perante os órgãos reguladores.

A Constituição Federal confere ao Governo Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade comum de proteger o meio ambiente. Os entes da federação podem promulgar leis e emitir regulamentações que tratam da proteção ambiental, de forma concorrente, de modo que a legislação federal aborda questões gerais, de âmbito nacional, enquanto a legislação estadual trata de questões regionais. Os municípios, por sua vez, têm competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a assuntos de interesse local. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 foi editada, conforme previsão do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de disciplinar a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício dessa competência comum, quanto à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendedores que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, estão sujeitos ao registro junto ao Cadastro Técnico Federal ("CTF"), do IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA"). Nossas controladas estão registradas perante o

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs e empreendimentos de energia eólica, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com o mencionado Decreto Federal com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”) nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- Licença Prévia: concedida na fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo;
- Licença de Instalação: autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais;
- Licença de Operação: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visando autorizar o início do funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (“EIA”) e Relatório de Impacto Ambiental (“RIMA”). Nesses casos, é obrigatória a realização de investimentos em unidades de conservação, a título de compensação ambiental, no valor definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento.

O processo de licenciamento de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental foi disciplinado pela Resolução CONAMA nº. 279/01. Essa Resolução prevê que os empreendimentos de geração de energia elétrica de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental, que consiste na realização de estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a concessão da licença prévia, que conterá informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação. Trata-se do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) que será apresentado pelo empreendedor ao requerer emissão de Licença Prévia.

No âmbito administrativo, as penalidades aplicáveis variam de simples advertência até aplicação de multa, que pode variar de R\$50,00 a R\$50 milhões, conforme a Lei nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008. No âmbito criminal, essa mesma lei destaca a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la ao pagamento de multa, além de sanções restritivas de direito. No âmbito cível, o poluidor poderá ser obrigado a recuperar os danos causados independentemente da configuração da culpa.

Observa-se que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas (cível, administrativa ou criminal) não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação das licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da empresa.

A Companhia não aderiu a padrões internacionais de proteção ambiental.

Uso de Recursos Hídricos

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A utilização de recursos hídricos depende de prévia autorização do competente órgão gestor dos recursos hídricos nos casos de (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d'água. A outorga visa controlar e possibilitar a acessibilidade aos recursos hídricos, sem implicar alienação, uma vez que os recursos possuem caráter de bem público.

Todas as PCHs do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata obtiveram outorga de utilização de recursos hídricos, expedidas pelo INEMA, válidas até junho de 2016, autorizando a construção das barragens de nossos empreendimentos. No caso de projetos eólicos são solicitadas outorgas em projetos que utilizem água de poços subterrâneos na fase de implantação ou que necessite dos mesmos para a operação.

Nesse sentido, o INEMA emitiu 8 (oito) outorgas em favor dos empreendimentos eólicos da Companhia: Portaria nº 4728, 4727, 5084, 5088, 5086, 4729, 5085, 5087, válidas até 2017, autorizando a captação de água subterrânea.

Reserva de disponibilidade hídrica

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto aos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos no caso de corpos hídricos de dominialidade dos estados ou junto à Agência Nacional de Águas, no caso de lagos e rios sob domínio federal. A obtenção da outorga é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCHs.

Proteção da Flora

A implantação de PCHs e empreendimentos eólicos pode demandar a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente ("APP"). As APPs, de acordo com o Código Florestal - Lei nº 12.651/2012, compreendem as áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. São exemplos de APPs as margens de rios e os topos de morros, conforme identificadas no Código Florestal, onde muitos empreendimentos de geração de energia se encontram instalados ou em vias de instalação. As intervenções nessas áreas somente são permitidas em casos especiais, como por exemplo, nos casos de empreendimentos considerados de utilidade pública ou de interesse social desde que demonstrada a inviabilidade de alternativa locacional para instalação do empreendimento. Os empreendimentos de geração de energia são considerados de utilidade pública, podendo ser instalados nessas áreas, mediante processo de licenciamento ambiental.

O Código Florestal determina também a necessidade de se instituir a Reserva Legal, definida como sendo uma área localizada no interior de propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural; de auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. O Código Florestal define o percentual da propriedade rural que deve ser respeitado a título da Reserva Legal, que varia de acordo com as regiões ou biomas brasileiros.

Para a instalação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, situadas nos municípios de Vereda, Jucuruçu e Itamaraju, no Estado da Bahia, a supressão em Áreas de Preservação Permanente realizada foi devidamente autorizada pelo IBAMA.

Todavia, foi necessária a revegetação de uma área total de 148 hectares de Áreas de Preservação Permanente, referentes às PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e II.

Igualmente, a localização das áreas mantidas a título de Reserva Legal nas propriedades em que se encontram as PCHs Cachoeira da Lixa e Colino 1 foram devidamente aprovadas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA).

Quanto aos empreendimentos eólicos, já implantados e em fase de implantação no Estado da Bahia, nos municípios de Guanambi, Caetité, Pindaí e Igaporã, a Renova Energia vem apoiando os arrendatários a viabilizarem a Reserva Legal dos seus imóveis rurais.

O Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), publicado em 28 de maio de 2012, estabeleceu não ser necessária a Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

transmissão e de distribuição de energia elétrica. Vale ressaltar que este dispositivo, dentre outros, é objeto de questionamento em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, pendente julgamento do Supremo Tribunal Federal.

Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a empresa a sanções administrativas, civis e criminais.

Responsabilidade Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, conforme alterado. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais corresponsáveis.

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como por exemplo, a destinação final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores, gerentes e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia e concorrem para prática de crimes ambientais, na medida de sua culpabilidade) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas físicas são: (i) multa, (ii) pena restritiva de direitos e (iii) pena privativa de liberdade.

Já as penas aplicadas isolada, cumulativa ou alternativamente, às pessoas jurídicas, são: (i) multa, (ii) penas restritiva de direito, (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) prestação de serviços à comunidade; (ii) suspensão parcial ou total da atividade, (iii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos da Companhia ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a Companhia estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão e certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”), descrito no seu art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar Redução Certificada de Emissões (RCEs) em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de gases de efeito estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas de RCEs.

Projetos de Créditos de Carbono da Companhia

As três PCHs da Companhia fazem parte do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). De acordo com o Decreto nº 5.882/2006, eventuais créditos de carbono obtidos serão de titularidade da Eletrobrás, de modo que a Companhia não adota providências para obtenção de tais créditos.

Quanto aos projetos eólicos, a Companhia possui registro dos parques eólicos do LER 2009, LER 2010 e A-3 2011. Após o início da geração de energia pelos parques eólicos a Companhia poderá comercializar os certificados de Redução Certificada de Emissões (“RCEs”).

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com a International Finance Corporation (“IFC”), subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais foram estabelecidos parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Atualmente, estas regras são adotadas voluntariamente por instituições financeiras, que apenas concedem o crédito caso determinadas imposições socioambientais sejam respeitadas pelo empreendedor. Assim, além das exigências advindas da legislação de cada um dos países em que os empreendimentos estão localizados, as instituições financeiras submetem os projetos aos seus próprios requisitos de controle socioambiental, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. Nesse contexto os Princípios do Equador assumem um importante papel de controle das atividades social ou ambientalmente impactantes.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Inicialmente, tais princípios eram aplicados aos projetos de valor igual ou superior a US\$ 50,0 milhões. Em 2006, os princípios sofreram uma revisão e a exigência do seu cumprimento passou a ser aplicada a projetos de valor igual ou superior a US\$ 10,0 milhões.

A Companhia adota em suas atividades elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador.

Observa-se que a terceira revisão dos Princípios do Equador foi publicada em 4 de junho de 2013 e já se aplica aos contratos que foram estabelecidos a partir 1º de janeiro de 2014. Essa revisão, dentre outras alterações, aumentou o âmbito de abrangência dos princípios a uma parcela maior de transações, expandiu o âmbito da análise subjacente e impôs novas obrigações a respeito de divulgação e fornecimento de informações.

Gerenciamento Ambiental da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente. A inobservância dessas normas poderá resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Licenciamento Ambiental

A Companhia possui três PCHs instaladas na Bacia do rio Jucuruçu, localizada no estado da Bahia.

A PCH Cachoeira da Lixa, localizada nos municípios de Itamaraju e Jucuruçu, e as PCHs Colino 1 e Colino 2, localizadas nos municípios de Vereda e Jacuruçu, possuem licença de operação cujos prazos expiraram, respectivamente, em 1º de dezembro 2012, 24 de julho de 2013 e 1º de maio de 2013. Tais licenças foram concedidas pelo órgão ambiental do estado da Bahia, o Instituto do Meio Ambiente (IMA), atualmente denominado INEMA.

No âmbito do processo de licenciamento esses empreendimentos foram objeto de EIA/RIMA. A localidade em que foram instaladas as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 é caracterizada pela (i) baixa riqueza de espécies da flora e fauna; (ii) ausência de atividade minerária; (iii) ausência de fontes poluidoras; (iv) existência de barreiras naturais à atividade migratória da ictiofauna; e (v) reduzido número de propriedades e benfeitorias vizinhas.

A Companhia possui os seguintes projetos em seu portfólio: PCHs Juracitaba, Mascote, Santa Clara Jusante, Pedras, Cachoeira Grande e Vereda, também localizadas no estado da Bahia, já iniciaram os respectivos processos de licenciamento junto ao órgão estadual ambiental competente, a fim de obterem a Licença Prévia (que no estado da Bahia, antes da edição da Lei Estadual nº 12.377/2011 era anteriormente denominada de Licença de Localização (LL)) para os empreendimentos. Já foram concedidas as Licenças de Localização para as PCHs Juracitaba (válida até 7 de maio de 2014) e Santa Clara Jusante (válida até 23 de julho de 2014).

A Companhia possui dois empreendimentos já licenciados no Estado de Minas Gerais, as PCHs Eixo B3 e Figueirinha 2, ambos de competência do órgão estadual. Com relação a estes empreendimentos, de acordo com a legislação estadual, a pedido do interessado e mediante avaliação do órgão ambiental, foi possível a emissão da Licença Prévia e a Licença de Instalação concomitantemente. O prazo de validade de tais licenças se encerra em 2 de agosto de 2014 e em 23 de julho de 2014, respectivamente.

No âmbito da competência federal, sob a responsabilidade do IBAMA, a Companhia possui um empreendimento, a PCH Taquarizinho, situado na divisa entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para qual foi requerida a Licença Prévia ao órgão ambiental competente.

Nos casos dos empreendimentos de energia eólica a Companhia possui projetos em três fases de licenciamento ambiental, sendo: 69 parques com Licença Prévia que totalizam 1.539,28 MW com capacidade projetada, 15 parques com Licença de Implantação que totalizam de 386,10 MW e 14 parques com Licença de Operação, que totalizam 294,40 MW. Observa-se que todas as Licenças de Operação e de Implantação estão, atualmente, válidas.

Todos os empreendimentos eólicos da Companhia estão situados no Estado da Bahia, em oito municípios: Caetitê, Guanambi, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi, Umburanas e Riacho de Santana.

Gerenciamento Ambiental

A Companhia realiza um constante trabalho de monitoramento ambiental e adota uma série de medidas de prevenção, mitigação e compensação de eventuais impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

A Companhia implantou o sistema de acompanhamento dos requisitos legais de meio ambiente, saúde e segurança para os empreendimentos do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata e para os empreendimentos eólicos, com o objetivo de evidenciar o cumprimento da legislação incidente sobre os seus empreendimentos. Além disso, se encontra em estruturação o Sistema de Gestão Integrada, para o gerenciamento dos empreendimentos eólicos, estruturando a organização para alcançar a melhoria de seus processos gerenciais, nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

A Companhia assumiu o compromisso de melhoria contínua de seu desempenho ambiental por meio do atendimento à legislação ambiental aplicável e do estabelecimento de objetivos e metas. Nesse sentido, a política ambiental da Companhia tem como diretrizes:

- respeito e cumprimento à legislação ambiental vigente;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- utilização de técnicas que compatibilizem ganhos de qualidade e produtividade com o uso racional dos recursos naturais;
- sistema de gerenciamento ambiental estruturado para avaliar e controlar as atividades que causam impactos considerados significativos, estabelecer objetivos e metas, executar auditorias internas, efetuar análises críticas e revisões periódicas, visando a prevenção da degradação ambiental e a melhoria contínua; e
- transparência de suas atividades e ações.

Os objetivos e metas ambientais da Companhia, dentre outros:

- programas institucionais de educação ambiental;
- prevenção de acidentes e capacitação para combate à situação de emergência;
- redução de impactos por geração / disposição de resíduos sólidos;
- redução de impacto / alteração nos corpos hídricos; e
- redução de impactos ambientais na geração de energia elétrica.

A Companhia executa ainda uma série de programas ambientais na área de influência das PCHs Instaladas e dos empreendimentos eólicos implantados e em fase de implantação, tais como: programa de recuperação de áreas degradadas, programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, programas de educação ambiental e comunicação social voltados às comunidades próximas aos seus empreendimentos e programas de controle de processos erosivos.

Atuação Sustentável

A Renova Energia é líder na geração de energia eólica contratada do Brasil, conforme estudos desenvolvidos internamente pela Companhia, e a sustentabilidade é um dos pilares de sua estratégia de negócio. A empresa desenvolve suas atividades de forma empreendedora, criativa, social e ambientalmente responsável. A Companhia investe na valorização e no relacionamento com seus públicos de interesse: acionistas, comunidades, colaboradores, autoridades públicas, fornecedores, parceiros, enfim, todas as pessoas impactadas direta ou indiretamente por sua atuação.

Com o Programa Catavento, o investimento social privado em projetos socioambientais, alcança resultados relevantes para o desenvolvimento da região do semiárido baiano, especialmente nas cidades de Caetitê, Guanambi e Igaporã. O programa Catavento já envolveu quase 10 mil pessoas dos três municípios.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de nenhuma patente, marca, licença, concessão, franquia ou contrato de royalties relevante para o desenvolvimento de suas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, 100% da receita líquida da Companhia, ou seja, R\$226,0 milhões, R\$115,6 milhões e R\$36,6 milhões, respectivamente, decorreu única e exclusivamente do território nacional, no qual as sedes da Companhia e de suas respectivas controladas estão localizadas. Adicionalmente, tendo em vista o dito anteriormente, a Companhia não auferiu receitas no exterior.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a receita da Companhia foi exclusivamente proveniente de clientes do território nacional.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

Não se aplica, pois a totalidade da receita da Companhia é proveniente do território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira, uma vez que suas atividades são desenvolvidas apenas no Brasil.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Projetos sociais

Em 23 de maio de 2012 foi lançado o programa Catavento. O programa é uma iniciativa de investimento social privado da Companhia e conta com 20 projetos a serem executados nos municípios de Caetitê, Guanambi e Igaporã, localizados no interior da Bahia, região onde foram implantados os quatorze parques eólicos que comercializaram energia LER 2009.

O Programa Catavento é composto por projetos sócio-ambientais divididos nas dimensões de Socioeconomia, Cultura e Patrimônio, Meio Ambiente e Desenvolvimento Organizacional.

As instituições envolvidas nos projetos formam uma rede de parceiros do Programa. Essa rede, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento territorial no âmbito desta iniciativa, se reúne periodicamente para discutir as estratégias de alcance dos objetivos traçados para os projetos e Programa. Em 2013 foram 5 encontros da rede e em 2014 estão previstos outros 11 encontros, considerando a realização do 1º encontro em janeiro.

Participam dessa rede órgãos públicos, como Secretarias de Meio Ambiente, de Ação Social e de Educação e Cultura de municípios, organizações não governamentais, como Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Comitê para Democratização da Informática – CDI e Fundação Anísio Teixeira, cooperativas de profissionais e associações comunitárias, como Coopericli e Ascontec, iniciativa privada, como a própria Companhia, gestora do Programa, e Zanettini Arqueologia e autarquias, como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA.

O Programa constitui uma oportunidade de investimento social planejado, que juntamente com a implementação dos projetos de geração de energia eólica é essencial na consolidação do desenvolvimento sustentável da Companhia. O investimento total do Catavento é de R\$9,4 milhões financiados pelo BNDES através de subcréditos específicos para desenvolvimento de política de atuação no entorno dos projetos.

Contratos de longo prazo

A Companhia celebrou em 21 de dezembro de 2012 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com cliente de mercado livre que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2019. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 11MW médios multiplicado pela quantidade de horas por mês. O preço da Energia Elétrica contratada será de R\$100,62 MWh, corrigido a cada 12 meses da assinatura do referido contrato pela variação acumulada do IPCA. Caso o IPCA venha a ser extinto, o índice de reajuste a ser adotado será aquele que venha a substituí-lo, ou, não havendo índice substituto, outro índice escolhido em comum acordo pelas partes do contrato.

A Companhia celebrou em 1º de abril de 2013 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com cliente de mercado livre que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de abril de 2015 e 31 de março de 2023. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 15MW médios multiplicado pela quantidade de horas para cada ciclo de faturamento, sendo que a quantidade de horas para cada ciclo de faturamento será aquela divulgada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O preço da Energia Elétrica contratada será de R\$124,00 MWh, corrigido a cada 12 meses da assinatura do referido contrato pela variação acumulada do IPCA. Caso o IPCA venha a ser extinto, o índice de reajuste a ser adotado será aquele que venha a substituí-lo, ou, não havendo índice substituto, outro índice escolhido em comum acordo pelas partes do contrato.

A Companhia celebrou em 3 de setembro de 2013 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com cliente de mercado livre. que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2022. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 50MW médios multiplicado pela quantidade de horas por mês. O preço da Energia Elétrica contratada será de R\$105,00 MWh, corrigido a cada 12 meses da assinatura do referido contrato pela variação acumulada do IPCA. Caso o IPCA venha a ser extinto, o índice de reajuste a ser adotado será aquele que venha a substituí-lo, ou, não havendo índice substituto, outro índice escolhido em comum acordo pelas partes do contrato.

A Companhia celebrou, no âmbito da Contratação Light I: (i) em 17 de outubro de 2013, Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com objetivo de estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica a ser disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de julho de 2015 a 31 de agosto de 2035, cujo volume de Energia Elétrica

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

contratada e que deverá ser disponibilizada é de 33,4 MW médios multiplicado pela quantidade de horas para cada ciclo de faturamento, sendo que a quantidade de horas para cada ciclo de faturamento será divulgada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; e (ii) em 23 de dezembro de 2013, Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com objetivo de estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica a ser disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de julho de 2015 a 31 de agosto de 2035, com volume de 66,8 MW médios. Assim, no âmbito da Contratação Light I, o total contratado é 100,2 MW médios.

A Companhia celebrou, no âmbito da Contratação Light II: (i) em 17 de outubro de 2013, Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com objetivo de estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica a ser disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2036, cujo volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 33,4 MW médios multiplicado pela quantidade de horas para cada ciclo de faturamento, sendo que a quantidade de horas para cada ciclo de faturamento será divulgada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; e (ii) em 23 de dezembro de 2013, Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com objetivo de estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica a ser disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 1º de setembro de 2036, com volume de 66,8 MW médios. Assim, no âmbito da Contratação Light II, o total contratado é 100,2 MW médios.

Além desses, a Companhia possui relacionamento de longo prazo com o BNDES, que financiou parte relevante dos recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Companhia, com o BNB, que financiou as PCHs da Energética Serra da Prata e com a FINEP que irá financiar o primeiro projeto híbrido da Companhia. Para mais informações sobre a FINEP vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

Para a celebração dos três contratos de longo prazo acima mencionados, a Companhia incorreu apenas em custos não recuperáveis, tais como emolumentos para celebração dos contratos e honorários dos assessores legais, uma vez que as linhas de transmissão a serem utilizadas pelos clientes acima mencionados estarão prontas para operar.

Política de Sustentabilidade

A Companhia desenvolve suas atividades objetivando assegurar sustentabilidade a longo prazo, pois entende que esse é um dos pilares centrais para o bom curso de seus negócios. Assim, a Companhia busca conscientizar seus colaboradores, fornecedores e comunidades nas quais atua no sentido de preservar o meio ambiente e utilizar racionalmente os recursos naturais. A geração de energia por usinas eólicas e PCHs é uma geração limpa, que reduz a dependência de consumo de combustíveis fósseis, sendo possível emitir créditos de carbono, que são certificados emitidos por entidade internacional credenciada ao verificar-se a efetiva contribuição do projeto para a redução de emissão de gases do efeito estufa em consonância com a nova Política Nacional de Mudanças Climáticas e com as determinações da ONU.

A política de sustentabilidade da Companhia busca, portanto: (i) privilegiar, sempre que possível, o aproveitamento e a capacitação profissional de mão de obra dos locais onde os empreendimentos serão desenvolvidos, com a criação de empregos e geração de renda; (ii) buscar a redução contínua do impacto ambiental das atividades da Companhia; (iii) prevenir acidentes; e (iv) melhorar as relações com as entidades fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas.

A abordagem socioambiental é intrínseca ao negócio da Companhia, seja pela natureza e opção de negócio em geração de energia renovável, pela visão do componente de inovação e de diferenciação de mercado, pela composição do time de profissionais com formação e experiência específicas na área socioambiental ou pela existência de programas ambientais nas regiões onde são implantados os empreendimentos.

Outro aspecto importante a ser abordado é o modo transparente com que a Companhia pratica suas atividades. Desde 2011 todas as informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social são reunidas no Relatório de Sustentabilidade, publicado pela primeira vez no ano de 2012. O objetivo, que vai além de fornecer dados de gestão e indicadores-chave para os seus parceiros, é o de criar um momento de auto avaliação e identificação de oportunidades de ajuste e evolução dos processos.

Grande parte dos empreendimentos da Companhia em estudo ou em desenvolvimento situa-se em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o que maximiza os impactos positivos da atividade da Companhia, por meio da criação de emprego e geração de renda, bem como viabilizar investimentos em infraestrutura e capacitação profissional de mão de obra local, criando

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

uma boa receptividade para a atividade da Companhia por parte das comunidades envolvidas e do Poder Público nas áreas de atuação da Companhia.

Além disso, a Companhia pretende desenvolver continuamente seu modelo de gestão ambiental, que busca reduzir o impacto ambiental de suas atividades, inclusive com prevenção de acidentes e melhoria nas relações com entidades públicas fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas.

A Companhia entende que a definição de uma estratégia corporativa para a sustentabilidade e para a sua integração nos processos da organização são de extrema relevância para o sucesso de seus negócios. Essa estratégia de sustentabilidade permite atrair novos investidores cujo portfólio de investimentos privilegie empresas que buscam inserir nos novos negócios a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, reduzindo riscos de incorrer em custos não previstos e/ou atrasos na execução do Plano de Negócios, mantendo bom relacionamento com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Essa postura permite, ainda, que a Companhia se consolide como referência em sustentabilidade no mercado, garantindo que a liderança e a equipe da organização estejam altamente alinhadas e motivadas com o tema.

Relatório Anual e de Sustentabilidade

Mais informações relativas aos resultados econômicos, sociais e ambientais da Companhia estão disponíveis no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2012, publicado em <http://www.renovaenergia.com.br>.

7.9 - Outras informações relevantes

Pontos Fortes

A Companhia acredita possuir os seguintes pontos fortes:

Comprovado histórico de crescimento, geração de valor e perfil empreendedor em nosso mercado de atuação. A Companhia é fruto do perfil empreendedor e desenvolvedor de nossos Acionistas Fundadores, que constituíram nossa Companhia em 2001, e que possibilitou a originação e desenvolvimento do que acredita ser um portfólio de ativos eólicos de alta qualidade, e destacou a Companhia no setor de geração de energia renovável a partir de fontes renováveis em termos de capacidade instalada contratada. Desde 2009, a Companhia tem constantemente adicionado projetos eólicos contratados em seu portfólio, principalmente por meio da participação em leilões organizados pela ANEEL (1.217 MW) e a celebração de contratos no mercado livre (546 MW), e pela aquisição de 51% da Brasil PCH (148 MW), tendo sua capacidade instalada contratada aumentado de 42 MW em janeiro de 2009 para 1.953 MW quando a aquisição foi consumada, e demonstrando sua competitividade e competência para concorrer nesses mercados. Além disso, com a aquisição de 51% da Brasil PCH, a Companhia diversificou suas fontes de geração de energia o que proporcionou à Companhia um maior balanceamento entre ativos em desenvolvimento e ativos operacionais com geração de caixa e previsibilidade de receitas. A Companhia acredita que seu destaque no setor e a longa experiência adquirida nos últimos anos a posicionou de forma privilegiada para continuar expandindo nossas atividades com potenciais ganhos de escala, maior poder de barganha com fornecedores e outras sinergias operacionais e financeiras. A Companhia entende que este posicionamento permitirá a ela aproveitar as expectativas de elevado crescimento do setor de energias renováveis no Brasil, especialmente a eólica.

Portfólio de projetos que acreditamos ser de alta qualidade para garantir um crescimento com geração de valor para a Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui um portfólio que acreditamos ser de alta qualidade com operações desenvolvidas principalmente nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, a partir de: (i) matrizes eólicas, em que somos um dos pioneiros e proprietários dos complexos eólicos Alto Sertão I, Alto Sertão II e Alto Sertão III, localizados no seu site da Bahia com um potencial eólico de 5,8 GW; (ii) PCHs, sendo três do seu portfólio original e 13 adicionadas a ele em decorrência da aquisição de 51% do capital da Brasil PCH; e (iii) energia solar, na qual a Companhia investe na prospecção de novos sites e participamos do estudo e das discussões para o desenvolvimento da indústria no Brasil, e da qual já temos 205 MW registrados na ANEEL, localizados em um dos pontos com condições de radiação bastante propícias para o desenvolvimento dessas atividades no Brasil. Adicionalmente, a Companhia conseguiu financiamento do FINEP para o primeiro e único projeto comercial híbrido solar e eólico para geração de energia do Brasil. O projeto contará com um parque de energia solar, com capacidade instalada de 4,8 MWp, correspondente a aproximadamente 1 MW médio, a ser instalado na Bahia, na mesma região onde são localizados os seus parques eólicos. Além disso, todos os projetos contratados se beneficiam de uma receita previsível no longo prazo ajustada pela inflação, o que proporciona à Companhia maior estabilidade financeira até a entrada em operação dos projetos em desenvolvimento. Dessa maneira, a Companhia acredita que nosso portfólio apresenta um balanceamento adequado entre ativos em desenvolvimento e ativos operacionais com geração de caixa, e nos proporciona ganhos de escala na contratação de obras e serviços de engenharia, bem como na compra de equipamentos e materiais, contribuindo para incrementar suas margens.

Comprovado histórico de execução de projetos. Desde nossa constituição, a Companhia já implementou vários projetos *greenfields*: em 2008 entregou três PCHs no prazo e custo estimados; em 2012 foi a vez da entrega do Alto Sertão I, que corresponde aos parques que comercializaram energia no LER 2009, cujo orçamento foi de R\$1,4 bilhão, também no prazo e custo estimados. Atualmente, a Companhia está trabalhando na conclusão das obras do Alto Sertão II, complexo com 386 MW de capacidade instalada, que corresponde aos parques que comercializaram energia no LER 2010 e LEN A-3 2011. Dos parques que comercializam energia no LER 2010, todos os 100 aerogeradores tiveram suas montagens e instalações concluídas em dezembro de 2013, e dos que comercializam energia no LEN A-3 2011, 93 dos 130 aerogeradores já tiveram montagem e instalação concluídas.

Modelo de negócios integrado, capaz de capturar valor em todas as etapas da cadeia produtiva, garantindo maior competitividade. A Companhia tem um modelo de negócios que engloba prospecção, desenvolvimento, comercialização, implantação e operação de projetos, sendo, portanto, integrado e capaz de gerar ganhos de escala e eficiência para nossa atividade. Continuamente a Companhia investe em atividades relacionadas à prospecção, estudos técnicos, processos de licenciamento ambiental e regulatórios, dentre outros. A Companhia conta, ainda, com uma equipe com conhecimento das condições climáticas específicas das regiões em que seus projetos estão sendo implementados. A Companhia acredita que esse modelo de negócios, utilizado inclusive na implementação do complexo eólico Alto Sertão I, que foi concluído dentro do prazo e orçamento planejados, nos garante a base e flexibilidade necessárias para desenvolver seus projetos, visando a maximização de sua rentabilidade e a redução dos riscos de execução das obras.

7.9 - Outras informações relevantes

Parcerias com fornecedores estratégicos, proporcionando economias de escala, além de maior proteção e flexibilidade em cenários adversos. A Companhia parcerias de longo prazo com fornecedores estratégicos como GE (General Electric) e Alstom, de forma a assegurar que nossas usinas tenham: (i) equipamentos de alta confiabilidade, (ii) garantias de performance e de disponibilidade de empresas de comprovada capacidade técnica e estabilidade financeira, e (iii) condições vantajosas de fornecimento, notadamente preço e prazo de entrega. A Companhia utiliza esses acordos para o desenvolvimento de tecnologia e suprimento de aerogeradores e serviços de suporte para seus parques eólicos, o que propicia a ela economias de escala em razão do volume de equipamentos e serviços a serem fornecidos e suporta nosso plano de crescimento. A customização dos equipamentos realizada por esses fornecedores para as condições específicas de seus projetos gera maior eficiência na produção de energia, e o porte dos projetos da Companhia permite que a cadeia produtiva relacionada às atividades desenvolvidas por seus parceiros seja instalada próxima dos seus parques, desenvolvendo as respectivas regiões e reduzindo riscos e custos logísticos, ocasionando um aumento da rentabilidade de suas atividades.

Administração experiente, base acionária com habilidades complementares, e elevados padrões de governança corporativa. A Companhia tem uma equipe de administradores e engenheiros com extensa experiência no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica e uma base acionária que favorece o desenvolvimento da Companhia, combinando o espírito empreendedor e conhecimento específico do setor de energias renováveis dos Acionistas Fundadores da Companhia, com a relevância e reputação setoriais e experiência de longa data do Grupo Light e do Grupo Cemig. Além deles, ter a BNDESPAR no Conselho de Administração ajuda a Companhia a aprimorar seu planejamento estratégico, trazendo uma visão externa relevante para o desenvolvimento do setor em geral e de nossas atividades em específico. Adicionalmente, a Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em linha com as melhores práticas do mercado brasileiro e internacional, observando normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a adoção de um plano de negócios que a Companhia acredita ser diferenciado e rentável.

Principais Estratégias

O principal objetivo da Companhia é aproveitar a grande oportunidade de crescimento do setor de energia renovável, com alta eficiência e rentabilidade diferenciada para seus acionistas. A Companhia pretende fazer isso (i) por meio do crescimento orgânico, continuando a entregar seus projetos dentro do prazo e do orçamento previsto, segmento em que tivemos grande sucesso nos últimos anos, desenvolvendo vantagens competitivas pela alta qualidade de seus projetos e negociação diferenciada com fornecedores, e (ii) pelo desenvolvimento do portfólio potencial da Companhia de 15.595 MW localizado nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, a Companhia se aproveita de seu *know how* do setor e das possibilidades de crescimento híbrido de seus complexos e (iii) também por meio de aquisições, estratégia já implementada em 2013 e com boas perspectivas devido à consolidação de um setor altamente fragmentado e com oportunidades de sinergias operacionais. Desta forma, a Companhia busca se consolidar como a empresa líder do setor de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no Brasil. Para alcançar esse objetivo, a Companhia tem as seguintes estratégias:

Continuar crescendo por meio de nossa plataforma diferenciada de comercialização de energia com rentabilidade e geração de valor para o acionista. A atuação da Companhia não está restrita à venda de energia em leilões e em mercados de preços regulados. A Companhia pretende explorar sua plataforma de comercialização de energia da maneira mais eficiente e economicamente mais interessante para ela, priorizando os mercados com preços e prazos mais atrativos, inclusive por meio da celebração de contratos bilaterais com consumidores livres, especialmente pequenos compradores de energia que possuem incentivos para a compra de energias renováveis (entre 0,5 MW e 3,0 MW). A Companhia tem uma base acionária sólida que favorece o seu desenvolvimento e essa estratégia, tendo em vista a ampla base de clientes do Grupo Light e Grupo Cemig, membros de nosso bloco de controle, que ela compreende explorar visando a comercialização de energia a preços mais atrativos que no mercado regulado.

Consolidarmo-nos como líder no setor de energias renováveis no Brasil. Com o crescimento constante da demanda por energias renováveis no Brasil em função de seu baixo impacto ambiental, agilidade do ciclo de construção, preços competitivos e incentivos regulatórios e fiscais do governo, a Companhia acredita que pode utilizar sua sólida expertise na prospecção e implementação de projetos *greenfields*, tanto no mercado regulado como no mercado livre. Outra vertente de crescimento é por meio de uma maior consolidação do setor. Atualmente, o mercado brasileiro de energias renováveis ainda é bastante fragmentado (as duas maiores companhias abertas do setor detinham, em fevereiro de 2014, menos de 30% do mercado em termos de capacidade instalada em projetos eólicos e PCH, segundo dados da ANEEL), e o país possui uma capacidade instalada de apenas 2,6 GW em operação, contra um potencial de 143,5 GW segundo dados do Atlas do Potencial Eólico Brasileiro publicado em 2001, última publicação no setor. Como parte da consolidação do setor de energias renováveis no Brasil e conforme a Companhia faz desde o início de suas atividades,

7.9 - Outras informações relevantes

a Companhia continuará a aproveitar oportunidades rentáveis de aquisições e/ou parcerias estratégicas, tal qual a Companhia fez em 2013, com a aquisição da Brasil PCH, bem como a analisar e discutir possibilidades que podem ser relevantes para o seu crescimento e que podem, inclusive, ser financiadas mediante emissão de ações, dívida, caixa operacional ou qualquer combinação desses meios de financiamento. Além disso, para fortalecer nossa liderança no mercado brasileiro, a Companhia pretende explorar cada vez mais o potencial de seus complexos eólicos, que acredita ser os melhores do país, além continuar a inovar e a utilizar as melhores técnicas disponíveis para desenvolvê-los, como já fizemos ao utilizar um sistema híbrido de energia solar e eólica em nosso principal *sítio* localizado na Bahia, sendo este o primeiro projeto deste tipo no Brasil.

Maximizar retornos em razão da captura de sinergias e ganhos de escala de nossos projetos. A Companhia pretende maximizar as sinergias e ganhos de escala na construção, operação e manutenção de seu portfólio, na contratação de obras e serviços de engenharia, bem como na compra de equipamentos e materiais, visando incrementar suas margens. A atuação da Companhia, no âmbito dessa estratégia, se dará por meio da exploração da crescente relevância de suas operações, bem como da otimização de suas parcerias de longo prazo com fornecedores como Alstom e GE.

Continuar buscando a mais eficiente estrutura financeira e de capital, alinhada com a estratégia de longo prazo da Companhia. A estruturação dos projetos da Companhia se inicia com a avaliação da qualidade dos mesmos e segue com a estruturação do financiamento, com dívidas de longo prazo na modalidade de *project finance*, dívidas estruturadas, dívidas de mercado e capital próprio. A Companhia tem uma base acionária operacional e financeiramente sólida que favorece o seu desenvolvimento, uma vez que a solidez financeira dos seus acionistas é importante para reduzir custos e necessidade de garantias, por exemplo. A Companhia tem Grupo Light e o Grupo Cemig como acionistas do seu bloco de controle, os quais são dois dos principais grupos do setor elétrico brasileiro. A Companhia pode utilizar a presença destes acionistas como auxílio em seu crescimento, em virtude de sua experiência, perfil de crédito de elevada qualidade e acesso em condições diferenciadas a instituições financeiras de primeira linha do país, o que reforça seu posicionamento no acesso ao mercado financeiro nacional. A Companhia pretende, também, ampliar suas parcerias com instituições que tenham como objetivo fomentar o mercado de energias renováveis promovendo condições especiais referente à dívidas de longo prazo, a fim de que a mesma possa otimizar e balancear da maneira mais adequada sua estrutura de capital.

Explorar o crescimento por meio de novas tecnologias e fontes de energia renováveis. A Companhia pretende continuar investindo na energia solar e outras fontes, tais como biogás, biomassa, entre outras, com o fim de diversificar seu portfólio de fontes de energias renováveis, sempre que as novas tecnologias permitam obter taxas de rentabilidade equivalentes as das suas atividades atuais focadas no desenvolvimento e operação de parques eólicos e PCHs. Neste sentido, a Companhia pode, inclusive, celebrar novas parcerias com outros fornecedores estratégicos que sejam adequados para essa diversificação de portfólio. Ademais, como a geração de energia por meio de parques eólicos e PCHs torna-nos elegíveis para emitir e negociar no mercado mundial créditos de carbono, iremos considerar a emissão de certificados em consonância com o Protocolo de Kyoto e demais regras da UNFCCC, uma vez que a venda de referidos créditos poderá nos conferir uma fonte de receita adicional.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. Controladores diretos e indiretos

Controladores Diretos da Companhia:

Na data deste Formulário de Referência são controladores diretos da Companhia a Light Energia com 32,23% do capital votante, correspondente a 50.561.797 ações ordinárias de emissão da Companhia, e a RR Participações com 32,23% do capital votante, correspondente a 50.561.797 ações ordinárias de emissão da Companhia. Além das ações vinculadas pelo Acordo de Acionistas Light, a RR Participações detém na data deste Formulário de Referência 18.560.093 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 11,83% do capital votante, e que não estão no bloco de controle.

Denominação Social	Relação	Participação Direta	Participação Indireta
Light Energia S.A.	Controladora direta	32,23%	0%
RR Participações S.A.	Controladora direta	32,23%	0%

Ressalte-se que, uma vez homologado o Aumento de Capital Cemig GT, e após a assinatura do Acordo de Acionistas Cemig GT, a Cemig GT passará a fazer parte do bloco de controle da Companhia.

Para mais informações sobre o Acordo de Acionistas Cemig GT vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

Controladores Indiretos da Companhia:

Na data deste Formulário de Referência são controladores da RR Participações o Sr. Ricardo Lopes Delneri com 65,00% do capital social votante e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo com 35,00% do capital social votante.

Na data deste Formulário de Referência é controladora da Light Energia com 100,00% do capital social votante a Light. A Light é uma companhia aberta, sendo que seus principais acionistas, conforme seu Formulário de Referência 2012 divulgado em 15 de maio de 2013, são: Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG, com participação de 26,06%, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e RME – Rio Minas Energia Participações S.A., com participação de 13,03% cada uma.

Denominação Social	Relação	Participação Direta	Participação Indireta
Ricardo Lopes Delneri	Controlador Indireto	0%	22,62%
Renato do Amaral Figueiredo	Controlador Indireto	0%	9,69%
Light S.A.	Controladora Indireto	0%	32,31%
Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG	Controladora Indireto	0%	8,42%
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	Controladora Indireto	0%	4,20%
RME – Rio Minas Energia Participações S.A.	Controladora Indireto	0%	4,20%

b. Controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em fase de construção e pré-operacional:

Denominação Social	Relação	Participação Direta	Participação Indireta
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	controlada direta	100%	0%
Energética Serra da Prata S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Nova Renova Energia S.A.	controlada direta	99,99%	0%
Bahia Eólica Participações S.A.	controlada indireta	0%	100%
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Candiba S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Salvador Eólica Participações S.A.	controlada indireta	0%	100%
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	controlada indireta	0%	99,99%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Renova Eólica Participações S.A.	controlada indireta	0%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Tanque S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas da Prata S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Ametista S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Borgo S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Serra do Espinhaço S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Caetité S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Dourados S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Espigão S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Pilões S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas Maron S.A.	controlada indireta	0%	99,99%
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	controlada direta	99,99%	0%
Centrais Eólicas Santana Ltda.	controlada direta	99,99%	0%
Centrais Eólicas Arapuã Ltda.	controlada direta	99,99%	0%
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	controlada direta	99,99%	0%
Centrais Eólicas Cedro Ltda.	controlada direta	99,99%	0%
Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda.	controlada direta	99,99%	0%
Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda.	controlada direta	99,99%	0%
Centrais Eólicas Lençóis Ltda.	controlada direta	99%	0%
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda.	controlada direta	99%	0%
Centrais Eólicas Recôncavo I Ltda.	controlada direta	99%	0%
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	controlada direta	99%	0%
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	controlada direta	99%	0%
Renova PCH Ltda.	controlada direta	99%	0%
Renova Comercializadora de Energia S.A.	controlada direta	100%	0%
Renovapar S.A.	controlada direta	100%	0%
Chiplely SP Participações S.A.	controlada direta e indireta	60%	0%
21 Centrais Eólicas Itapuã numeradas de I a VII e IX a XXI	controladas diretas	99%	0%
Central Eólica Itapuã VIII	controlada direta	100%	0%
Centrais Eólicas Bela Vista II a VII, IX a XI, XIV e XV	controlada direta	99%	0%
Centrais Eólicas Bela Vista VIII, XII, XIII e XVI a XX	controlada direta	100%	0%

Nota: Para melhor visualização da estrutura societária, vide item 8.2.

c. Participações do emissor em sociedades do grupo

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía participação direta em outras sociedades do grupo econômico em que se insere, além das participações nas Controladas descritas no item (b) deste item.

d. Participações de sociedades do grupo no emissor

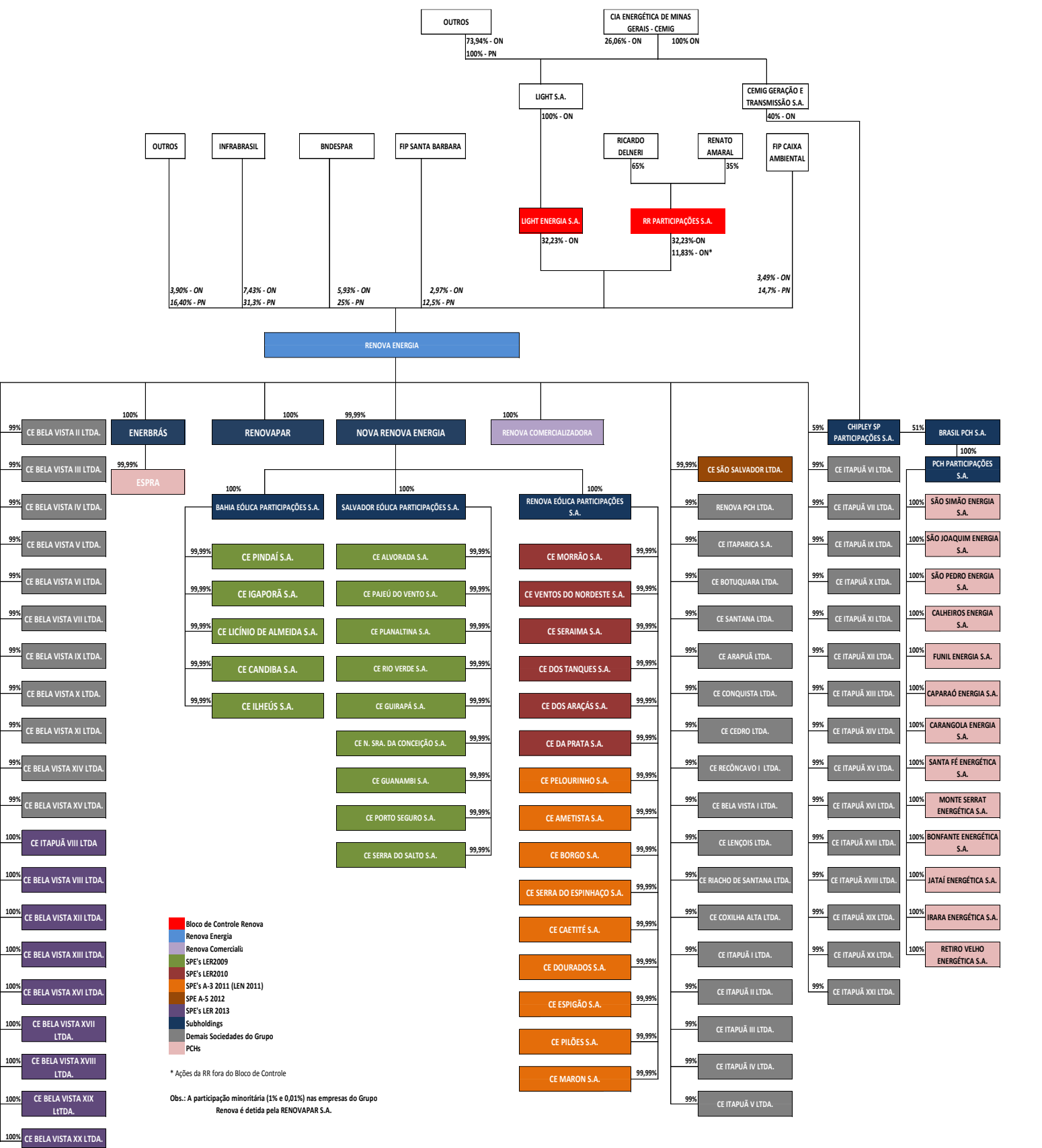
As participações dos Controladores na Companhia estão descritas no item (a) deste item. As outras sociedades do grupo, que não sejam controladores diretos ou indiretos, não possuem participação na Companhia.

e. Sociedades sob controle comum.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

A Companhia tem controle comum com a CEMIG GT na Chipley.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	15/10/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Constituição da Renova Comercializadora de Energia
Descrição da operação	Em 15 de outubro de 2012, foi constituída a Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora") como subsidiária integral, com a finalidade de oferecer suporte às atividades de gestão de energia da Companhia.
Data da operação	01/07/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de controle acionário
Descrição da operação	Em 1º de junho de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial. Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência. Em 31 de outubro de 2012 as SPEs tiveram seu tipo societário transformado para sociedade por ações.
Data da operação	22/06/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Investimento da BNDESPAR na Companhia
Descrição da operação	Em 22 de junho de 2012 foi celebrado o Contrato de Promessa de Subscrição de Units entre Light Energia, RR Participações, Light, Ricardo Lopes Delneri, Renato do Amaral Figueiredo e BNDESPAR, conforme aditado em 24 de julho de 2012 ("Contrato de Promessa de Subscrição"), por meio do qual o BNDESPAR concordou em realizar um investimento na Companhia através de um aumento de capital da Companhia com a emissão de 24.987.244 novas ações ordinárias e 8.730.416 novas ações preferências, representadas por Units ao preço de subscrição de total de R\$314,7 milhões, o qual foi deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia conforme abaixo descrito. Nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição, em 13 de julho de 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, um aumento de capital da Companhia no valor de R\$314,7 milhões, mediante a emissão de 33.717.660 Units com valor unitário de R\$28,0002 cada uma, com as mesmas características e condições estatutárias já atribuídas pelo estatuto social da Companhia ("Aumento de Capital BNDESPAR"). O Aumento de Capital BNDESPAR, após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Companhia, e a realização do leilão de sobras, foi homologado em 02 de outubro de 2012 em Reunião do Conselho da Administração da Companhia no valor de R\$314,7 milhões. Adicionalmente, após a realização do Aumento de Capital BNDESPAR e nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição, a RR Participações, a Light Energia, a Light, o Sr. Ricardo Lopes Delneri, e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e o BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06 de novembro de 2012 ("Acordo de Acionistas BNDESPAR"), o qual não alterou o controle da Companhia, contudo outorgou ao BNDESPAR o direito de eleger um membro para o Conselho de Administração, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência. Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.
Data da operação	16/03/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de controle acionário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 16 de março de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica") sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial. Em 31 de maio de 2012 as SPEs foram transformadas em sociedades por ações. Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.
Data da operação	08/07/2011
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	<p>Investimento da Light S.A. ("Light") na Companhia e Alteração do Bloco de Controle da Companhia.</p> <p>Em 08 de julho de 2011 foi celebrado o Acordo de Investimento entre RR Participações, Light Energia e a Companhia e a Companhia ("Acordo de Investimento Light"), por meio do qual a Light concordou em realizar um investimento na Companhia através de um aumento de capital da Companhia com a emissão de novas ações ordinárias ao preço de subscrição total de R\$360,0 milhões, o qual foi deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia conforme abaixo descrito.</p> <p>Nos termos do Acordo de Investimento Light, em 17 de agosto de 2011 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, um aumento de capital da Companhia com a emissão de 53.108.330 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, livres e desembaraçadas de qualquer gravame, representativas de 50% do número de ações integrantes do bloco de controle da Companhia, o qual foi criado com a celebração do Acordo de Acionistas Light (conforme abaixo definido), pelo preço de emissão de R\$7,12 por ação ("Aumento de Capital Light"). O Aumento de Capital Light foi cedido pela Light para sua controlada Light Energia conforme acordado no Acordo de Investimento Light, e após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Companhia e o cancelamento de sobras das novas ações ordinárias, foi homologado em 25 de outubro de 2011 em Reunião do Conselho de Administração no valor de R\$376,0 milhões.</p> <p>Adicionalmente, após a realização do Aumento de Capital Light e nos termos do Acordo de Investimento Light, a Light Energia, a RR Participações e a Companhia celebraram um Acordo de Acionistas em 19 de agosto de 2011, o qual foi aditado por meio de seu primeiro aditamento em 31 de agosto de 2012 ("Acordo de Acionistas Light"), o qual alterou o controle da Companhia, bem como estabeleceu termos e condições sobre o relacionamento entre os acionistas do bloco de controle, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.</p> <p>Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.</p>
Data da operação	14/03/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Trasnsferência de controle acionário
Descrição da operação	<p>Em 02 de março de 2011, a Nova Renova S.A. ("Nova Renova") adquiriu da Companhia o controle societário da Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica") e da Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica").</p> <p>Em 15 de março de 2011, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social nas subholdings Salvador Eólica e Bahia Eólica sendo integralizado com as ações das 14 SPEs, por seu valor patrimonial.</p> <p>Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.</p>

8.4 - Outras informações relevantes

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 8 de agosto de 2013, foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, por meio do qual a Cemig GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda Brasil PCH para a Chipley.

Em 12 de fevereiro de 2014 foi aprovada no Conselho de Administração da Companhia, a realização de um AFAC da Cemig GT no valor de R\$739,9 milhões para a Chipley, subsidiária da Companhia, o qual foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014.

A aquisição é estratégica para a Companhia que adicionou ativos operacionais em sua base, melhorando o balanceamento entre os ativos já em operação e os ativos em construção e desenvolvimento.

A Brasil PCH incrementará a geração de caixa da Companhia e irá permitir a utilização desse caixa no crescimento da Companhia, tanto em projetos já contratados, como em novos projetos.

Além disso, o fortalecimento da fonte hídrica também é positivo, uma vez que existe complementariedade entre as fontes eólicas e hídricas e diminui o risco de dependência de uma única fonte.

Para mais informações sobre a operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Sobre a Brasil PCH

A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas: (i) PCH Bonfante; (ii) PCH Calheiros; (iii) PCH Carangola; (iv) PCH Fumaça IV (pertencente à SPE Caparaó Energia S.A.); (v) PCH Funil; (vi) PCH Irará; (vii) PCH Jataí; (viii) PCH Monte Serrat; (ix) PCH Retiro Velho; (x) PCH Santa Fé; (xi) PCH São Joaquim; (xii) PCH São Pedro; e (xiii) PCH São Simão, com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios ("PCHs Brasil PCH").

Todas as PCHs Brasil PCH possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA com vencimento previsto para 2027 e 2028.

Com a aquisição, a Companhia aumenta sua base de ativos operacionais e sua consequente geração de caixa disponível para investir em seu crescimento.

A aquisição também é positiva para a Companhia em razão da complementariedade entre as fontes eólica e hídrica diminuindo o risco de dependência de uma única fonte.

Após a aquisição de participação na Brasil PCH, a capacidade instalada contratada da Companhia passa ser de 1.953,3 MW, sendo 24,8% de ativos em operação.

Aumento de capital a ser realizado pela Cemig GT

A Companhia aprovou, em 20 de fevereiro de 2014, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,55 bilhões, mediante a emissão de até 199.427.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão, por ação ordinária, de R\$17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo na análise econômica-financeira constante do Anexo I à Ata que aprovou o respectivo Aumento de Capital Cemig GT.

Em decorrência do Aumento de Capital Cemig GT, quando homologado, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$1,0 bilhão, representado por 156.899.210 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais, para até R\$4,56 bilhões, representado por até 356.326.754 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais.

O montante de R\$1,4 bilhão, o qual foi corrigido desde 31 de dezembro de 2012 até 20 de fevereiro de 2014 pela variação do CDI, conforme estabelecido no Acordo de Investimento Cemig GT, celebrado em 8 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações, Light Energia, Cemig GT e a Chipley, equivalendo hoje ao montante de R\$1,55 bilhão, representado por 87.186.035 ações ordinárias,

8.4 - Outras informações relevantes

deverá ser subscrito e integralizado, dentro do Prazo para Exercício do Direito de Preferência, pela Cemig GT, ou, se for o caso, uma sociedade de propósito específico (SPE) em que a Cemig GT detenha 50% ou mais das ações ordinárias. A integralização ocorrerá por meio: (i) da cessão para a Companhia do crédito no valor de R\$739,9 milhões referente ao AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley, em 12 de fevereiro de 2014; e (ii) da transferência de fundos imediatamente disponíveis (TED) para uma ou mais contas mantidas pela Companhia junto a uma instituição financeira previamente designada para tanto pela Companhia.

Nos termos do artigo 171, §1º, alínea “a” da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do fato relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014, será assegurado aos titulares de ações ordinárias, ações preferenciais ou de Units da Companhia, o direito de preferência para a subscrição das ações ordinárias do Aumento de Capital Cemig GT, proporcional às ações por eles detidas no encerramento do pregão de 21 de fevereiro de 2014. As ações de emissão da Companhia (e as Units por elas formadas) adquiridas a partir de 24 de fevereiro de 2014, inclusive, serão negociadas ex direitos e não farão jus ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital Cemig GT.

As eventuais sobras do Aumento de Capital serão rateadas entre os acionistas da Companhia que manifestarem intenção de subscrição de sobras em seus respectivos boletins de subscrição, nos termos do artigo 171, §7º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, em rodada única e as sobras que remanescerem após o rateio serão canceladas, em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários nº18, de 9 de maio de 2006, Processo RJ/2006/0214. Após o rateio e o cancelamento das sobras, o Conselho de Administração realizará nova reunião a fim de homologar o Aumento de Capital Cemig GT.

O Aumento de Capital Cemig GT poderá, ainda, ser parcialmente subscrito pelos acionistas da Companhia, observadas as seguintes condições: (i) o Aumento de Capital Cemig GT deverá ser subscrito no limite mínimo de R\$1,55 bilhão; e (ii) os acionistas da Companhia terão, no prazo de sete dias após o término do Prazo para o Exercício do Direito de Preferência, a possibilidade de confirmar as suas respectivas decisões de subscreverem as suas parcelas no Aumento de Capital Cemig GT, na hipótese de a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital.

As ações ordinárias referentes ao Aumento de Capital Cemig GT serão idênticas às ações ordinárias da Companhia já existentes e conferirão os mesmos direitos aos seus titulares, e participarão de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do Aumento de Capital Cemig GT pela Companhia.

Simultaneamente à homologação do aumento de capital será celebrado um novo acordo de acionistas por meio do qual a Cemig GT passará a fazer parte do bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações e a Light Energia.

Para mais informações vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Informações adicionais sobre os itens 9.1 a e 9.1 b deste Formulário de Referência.

(a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2013 três PCHs instaladas em municípios localizados no interior do Estado da Bahia, que são compostas por casa de força e barragem, e que compartilham uma subestação elevatória. A casa de máquinas de tais PCHs compreende todos os equipamentos mecânicos, incluindo as turbinas, bem como os equipamentos de natureza elétrica, tais como o grupo gerador e o transformador, dentre outros.

A Companhia aluga as terras que foram alagadas em decorrência da instalação das três PCHs da Companhia e as áreas utilizadas para reservatório. Esses ativos possuem vida útil prolongada e não demandam investimentos adicionais, além da sua manutenção. As três PCHs da Companhia instaladas possuem licença ambiental de operação, concedida pelo IMA do Estado da Bahia.

A Companhia possui contratos vigentes com proprietários de imóveis em áreas a serem inundadas em virtude da instalação de algumas PCHs de seu portfólio, por meio dos quais foram outorgadas opções para a aquisição desses imóveis na hipótese de efetivo desenvolvimento dessas PCHs.

A Companhia também é parte em contratos de arrendamento que compreendem a totalidade das terras necessárias para a instalação dos parques eólicos em implementação.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2013, 14 parques eólicos aptos a operar que estão situados em terrenos arrendados. Conforme estudos desenvolvidos internamente pela Companhia, os parques formam o maior complexo eólico do país e foram inaugurados (aptos a operar) em 1º de julho de 2012. Os parques estão localizados no interior da Bahia, nos municípios de Caetitê, Guanambi, Igaporã e Pindaí.

(b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando: (i) duração; (ii) território atingido; (iii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos; e (iv) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas encontram-se registradas.

Marcas e Patentes

Somos titulares de marcas registradas e pedidos de registros de marcas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas à nossa atividade, nas formas nominativa, mista e figurativa, dentre as quais destacam-se”, “RENOVA ENERGIA”, “RENOVA BIODIESEL” e “CATAVENTO”. Não somos titulares de patentes ou pedidos de patentes junto ao INPI.

Consideramos que as nossas marcas e outras propriedades intelectuais têm um valor significativo e são fatores essenciais no *marketing* de produtos, a Companhia implementou uma política de proteção de marcas de sua titularidade, realizando o controle dos pedidos de registro de marcas depositados por terceiros, de maneira a assegurar seus direitos e interesses. Nesses casos, foram tomadas as providências cabíveis junto ao INPI para proteção das marcas, de maneira a não prejudicar as atividades da Companhia.

Domínios

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem domínios registrados no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, sendo eles: (i) renovaenergia.com.br, com prazo de vigência até 2015; e (ii) renovaftp.com.br, com prazo de vigência até 2015. Ressalta-se que os titulares de pedidos de marcas ou marcas registradas com nomes correlatos têm preferência no registro dos domínios, razão pela qual a Companhia acredita que não terá problemas para renová-los no futuro, consignando que eventual indeferimento do registro de algum domínio não trará efeitos adversos para as operações da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Para mais informações sobre patentes, marcas e licenças veja o item 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PCH Cachoeira da Lixa	Brasil	BA	Itamaraju e Jucuruçu	Própria
PCH Colino 1	Brasil	BA	Vereda e Medeiros Neto	Própria
PCH Colino 2	Brasil	BA	Vereda e Medeiros Neto	Própria
Parques Eólicos em Operação - LER 2009	Brasil	BA	Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí	Arrendada
Escritório São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório Salvador	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Escritório Caetité	Brasil	BA	Caetité	Alugada
Parques Eólicos aptos a operar - LER 2010	Brasil	BA	Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí	Arrendada
Parques Eólicos em Construção - LEN 2011	Brasil	BA	Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019092, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	CATAVENTO (mista) - Processo nº 840213387, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019130, em nome de Renova energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019076, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019050, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 828990018, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Até 06 de setembro de 2021	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA BIODIESEL (mista) - Processo nº 829206469, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Até 28 de setembro de 2020	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	RENOVA BIODIESEL (mista) - Processo nº 829272127, em nome de Renova Biodiesel S.A.	Brasil	Até 08 de dezembro de 2019	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA BIODIESEL (mista) - Processo nº 829206477, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Até 30 de novembro de 2020	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Centrais Eólicas Itaparica S.A.	12.050.083/0001-02	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	90,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	-780,23		
31/12/2012	-100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	-150,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Itapuã VIII Ltda.	18.684.356/0001-57	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	28.281,22		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	11.197.380/0001-12	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2013	28,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	266.097,15		
31/12/2012	-2,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	-2,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	04.287.373/0001-46	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	15,340302	0,000000	5.142.905,24	Valor contábil	31/12/2013	124.135.044,51		
31/12/2012	0,754547	0,000000	15.310.506,24					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2011	17,547566	0,000000	11.920.859,04					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Nova Renova Energia S.A.	12.041.313/0001-77	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	32,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	858.291.372,59		
31/12/2012	79,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Renova PCH Ltda.	12.044.208/0001-91	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para a execução das atividades da Companhia.								
Renovapar S.A.	17.667.090/0001-71	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	-16.226,65		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								

9.2 - Outras informações relevantes

Reorganização societária

Em 16 de março de 2012, a Companhia autorizou o aumento do capital social de sua controlada Nova Renova, de R\$344.596 para R\$356.887, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência da totalidade das ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas CE da Prata, CE Araças, CE Morrão, CE Seraíma, CE Tanque e CE Ventos do Nordeste, nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 12.291.409 (doze milhões, duzentas e noventa e uma mil e quatrocentas e nove) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Nova Renova.

Em 16 de março de 2012, a controlada Nova Renova conforme identificada acima, autorizou o aumento de capital de sua controlada Renova Eólica dos atuais R\$100,00 (cem reais) para R\$12.291, na sua totalidade por meio da transferência das ações detidas por sua controladora Nova Renova nas sociedades CE da Prata, CE Araças, CE Morrão, CE Seraíma, CE Tanque e CE Ventos do Nordeste, mediante a emissão de 12.291.409 (doze milhões, duzentas e noventa e uma mil e quatrocentas e nove) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia.

Essa alteração foi necessária devido à estrutura de financiamento para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao Leilão de Energia de Reserva - 2010 (LER). Desta forma, a Renova Eólica passa a deter o controle direto das mencionadas controladas e a Companhia passou a deter o controle indireto sobre elas.

Em 31 de maio de 2012, a Companhia autorizou o aumento do capital social de sua controlada Nova Renova, dos atuais R\$356.887 para R\$372.019, mediante a emissão de 15.131.144 (quinze milhões cento e trinta e uma mil e cento e quarenta e quatro) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Nova Renova.

Em 01 de junho de 2012, a Companhia autorizou o aumento do capital social de sua controlada Nova Renova, dos atuais R\$372.019 para R\$387.764, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência da totalidade das ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas CE Maron, CE Pilões, CE Ametista, CE Dourados, CE Caetité, CE Espigão, CE Borgo, CE Serra do Espinhaço e CE Pelourinho, nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 15.745.082 (quinze milhões setecentas e quarenta e cinco mil e oitenta e duas) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Nova Renova.

Em 01 de junho de 2012, a controlada Nova Renova, conforme identificada acima, autorizou o aumento de capital de sua controlada Renova Eólica dos atuais R\$27.423 para R\$43.168, na sua totalidade por meio da transferência das ações detidas por sua controladora Nova Renova S.A. nas sociedades CE Maron, CE Pilões, CE Ametista, CE Dourados, CE Caetité, CE Espigão, CE Borgo, CE Serra do Espinhaço e CE Pelourinho, mediante a emissão de 15.745.082 (quinze milhões setecentas e quarenta e cinco mil e oitenta e duas) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia.

Essas alterações foram necessárias devido à estrutura de financiamento para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao Leilão de Energia Nova (A-3) - 2011 (LEN).

Desta forma, a Nova Renova passa a deter o controle direto das mencionadas Sociedades e a Companhia passou a deter o controle indireto sobre elas.

A abertura dos investimentos realizados na subholding Nova Renova Energia S.A. que controla as companhias Renova Eólica, Salvador Eólica e Bahia Eólica é a seguinte:

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 8 de agosto de 2013, foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, por meio do qual a Cemig GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda Brasil PCH para a Chipley.

Conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2014, a Cemig GT realizou

9.2 - Outras informações relevantes

um AFAC no valor de R\$739,9 milhões que foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH pela Chipley, subsidiária da Companhia.

A aquisição é estratégica para a Companhia que adicionou ativos operacionais em sua base, melhorando o balanceamento entre os ativos já em operação e os ativos em construção e desenvolvimento.

A Brasil PCH incrementará a geração de caixa da Companhia e irá permitir a utilização desse caixa no crescimento da Companhia, tanto em projetos já contratados, como em novos projetos.

Além disso, o fortalecimento da fonte hídrica também é positivo, uma vez que existe complementariedade entre as fontes eólicas e hídricas e diminui o risco de dependência de uma única fonte.

Para mais informações sobre a operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Sobre a Brasil PCH

A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas: (i) PCH Bonfante; (ii) PCH Calheiros; (iii) PCH Carangola; (iv) PCH Fumaça IV (pertencente à SPE Caparaó Energia S.A.); (v) PCH Funil; (vi) PCH Irará; (vii) PCH Jataí; (viii) PCH Monte Serrat; (ix) PCH Retiro Velho; (x) PCH Santa Fé; (xi) PCH São Joaquim; (xii) PCH São Pedro; e (xiii) PCH São Simão, com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios (“PCHs Brasil PCH”).

Todas as PCHs Brasil PCH possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA com vencimento previsto para 2027 e 2028.

Com a aquisição, a Companhia aumenta sua base de ativos operacionais e sua consequente geração de caixa disponível para investir em seu crescimento.

A aquisição também é positiva para a Companhia em razão da complementariedade entre as fontes eólica e hídrica diminuindo o risco de dependência de uma única fonte.

Após a aquisição de participação na Brasil PCH, a capacidade instalada contratada da Companhia passa ser de 1.953,3 MW, sendo 24,8% de ativos em operação.

Aumento de capital a ser realizado pela Cemig GT

A Companhia aprovou, em 20 de fevereiro de 2014, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,55 bilhões, mediante a emissão de até 199.427.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão, por ação ordinária, de R\$17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo na análise econômica-financeira constante do Anexo I à Ata que aprovou o respectivo Aumento de Capital Cemig GT.

Em decorrência do Aumento de Capital Cemig GT, quando homologado, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$1,0 bilhão, representado por 156.899.210 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais, para até R\$4,56 bilhões, representado por até 356.326.754 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais.

O montante de R\$1,4 bilhão, o qual foi corrigido desde 31 de dezembro de 2012 até 20 de fevereiro de 2014 pela variação do CDI, conforme estabelecido no Acordo de Investimento Cemig GT, celebrado em 8 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações, Light Energia, Cemig GT e a Chipley, equivalendo hoje ao montante de R\$1,55 bilhão, representado por 87.186.035 ações ordinárias, deverá ser subscrito e integralizado, dentro do Prazo para Exercício do Direito de Preferência, pela Cemig GT, ou, se for o caso, uma sociedade de propósito específico (SPE) em que a Cemig GT detenha 50% ou mais das ações ordinárias. A integralização ocorrerá por meio: (i) da cessão para a Companhia do crédito no valor de R\$739,9 milhões referente ao AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley, em 12 de fevereiro de 2014; e (ii) da transferência de fundos imediatamente disponíveis (TED) para uma ou mais contas mantidas pela Companhia junto a uma instituição financeira previamente designada para tanto pela Companhia.

9.2 - Outras informações relevantes

Nos termos do artigo 171, §1º, alínea “a” da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do fato relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014, será assegurado aos titulares de ações ordinárias, ações preferenciais ou de Units da Companhia, o direito de preferência para a subscrição das ações ordinárias do Aumento de Capital Cemig GT, proporcional às ações por eles detidas no encerramento do pregão de 21 de fevereiro de 2014. As ações de emissão da Companhia (e as Units por elas formadas) adquiridas a partir de 24 de fevereiro de 2014, inclusive, serão negociadas ex direitos e não farão jus ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital Cemig GT.

As eventuais sobras do Aumento de Capital serão rateadas entre os acionistas da Companhia que manifestarem intenção de subscrição de sobras em seus respectivos boletins de subscrição, nos termos do artigo 171, §7º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, em rodada única e as sobras que remanescerem após o rateio serão canceladas, em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários nº18, de 9 de maio de 2006, Processo RJ/2006/0214. Após o rateio e o cancelamento das sobras, o Conselho de Administração realizará nova reunião a fim de homologar o Aumento de Capital Cemig GT.

O Aumento de Capital Cemig GT poderá, ainda, ser parcialmente subscrito pelos acionistas da Companhia, observadas as seguintes condições: (i) o Aumento de Capital Cemig GT deverá ser subscrito no limite mínimo de R\$1,55 bilhão; e (ii) os acionistas da Companhia terão, no prazo de sete dias após o término do Prazo para o Exercício do Direito de Preferência, a possibilidade de confirmar as suas respectivas decisões de subscreverem as suas parcelas no Aumento de Capital Cemig GT, na hipótese de a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital.

As ações ordinárias referentes ao Aumento de Capital Cemig GT serão idênticas às ações ordinárias da Companhia já existentes e conferirão os mesmos direitos aos seus titulares, e participarão de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do Aumento de Capital Cemig GT pela Companhia.

Simultaneamente à homologação do aumento de capital será celebrado um novo acordo de acionistas por meio do qual a Cemig GT passará a fazer parte do bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações e a Light Energia.

Para mais informações vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Todas as informações prestadas neste item são com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 não refletindo, portanto, quaisquer informações financeiras consolidadas da Brasil PCH e suas controladas. Para informações sobre os riscos relativos à consolidação das demonstrações financeiras da Companhia e da Brasil PCH vide item 4.1(a) deste Formulário de Referência, vide fator de risco “*As demonstrações financeiras da Companhia não refletem os efeitos contábeis da recente aquisição da Brasil PCH*”.

Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH, ver item 6.5 deste Formulário de Referência, bem como o item 10.11 deste Formulário de Referência para informações financeiras pró-forma não auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. As informações financeiras pró-forma não auditadas foram preparadas assumindo a premissa de que a aquisição da Brasil PCH tivesse sido consumada em 1º de janeiro de 2013 para fins de Demonstração de Resultado e em 31 de dezembro de 2013 para fins de Balanço Patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico (“SPEs”) operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2011, 2012 e 2013, a receita operacional líquida consolidada da Companhia foi de R\$36,6 milhões, R\$115,6 milhões e R\$226,0 milhões, respectivamente, sendo composta durante o ano de 2011 exclusivamente pelos contratos de compra e venda de energia das pequenas PCHs da Companhia, e a partir do terceiro trimestre de 2012 também pela receita dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 60% e 75% do total do investimento.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de financiamento de longo prazo contratado junto ao BNDES era de R\$929,9 milhões (sem incluir os empréstimos pontes tomados junto ao BNDES).

Na mesma data, o saldo financiado com o BNB para as PCHs da Companhia era de R\$102,2 milhões.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

(i) 2011: (a) aumento de capital para investimento da Light no valor de R\$376,0 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de outubro de 2011, que fortaleceu a estrutura financeira da Companhia e a sua representatividade no setor, ao contar com um acionista estratégico de grande porte e (b) emissão de notas promissórias no valor de R\$150,0 milhões junto ao Banco Votorantim;

(ii) 2012: (a) emissão de debêntures no valor de R\$301,8 milhões, liquidada em 11 de outubro de 2012 e (b) aumento de capital para investimento da BNDESPAR no valor de R\$314,7 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de outubro de 2012;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(iii) 2013: (a) emissão de empréstimos pontes junto ao BNDES no valor de R\$600,0 milhões; (b) emissão de notas promissórias com o Itaú no valor de R\$400,0 milhões. Esses empréstimos serão quitados na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo, que será assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente; e (c) contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de até R\$108,0 milhões, que foi assinado, porém ainda não foi desembolsado

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida da Companhia totalizava R\$2,0 bilhões ao passo que atingiu R\$895,4 milhões em 2012 e R\$519,4 milhões em 2011, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foi de 2,02, 0,90 e 0,76, respectivamente.

O índice de liquidez corrente (passivo circulante dividido pelo ativo circulante) em 31 de dezembro de 2013 era de 3,13 (0,55 em dezembro de 2012 e 0,43 em 31 de dezembro de 2011). Vale ressaltar que do saldo total de financiamentos no curto prazo de R\$1.111,4 milhões, R\$1.031,4 milhões é referente aos empréstimos pontes tomados junto ao BNDES e da emissão de notas promissórias, que serão substituídas pelo contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente, o que irá alongar a dívida da Companhia.

Desta forma, considerando as informações acima, a Diretoria da Companhia entende que a Companhia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento de seus projetos, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente ao seu plano de negócios.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta níveis de alavancagem satisfatórios, em linha com a prática de mercado e de acordo com o grau de desenvolvimento da Companhia.

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiado também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos, o que explica a estrutura de capital ter uma parcela maior formada por capital de terceiros, o que a diretoria entende ser uma boa estrutura para a Companhia.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2013	AV %	31 de dezembro de 2012	AV %	31 de dezembro de 2011* (Reapresentado)	AV %
Capital de terceiros ¹	2.390.256	70,5%	1.503.522	60,3%	909.215	57,1%
Capital próprio ²	1.000.600	29,5%	991.397	39,7%	681.954	42,9%
Total	3.390.815	100,0%	2.494.919	100,0%	1.591.169	100,0%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e debêntures.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, reserva de capital e prejuízos acumulados.

(*) As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram alguns ajustes e reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia e, portanto, foram reapresentadas e republicadas.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total da Companhia era de R\$2,4 bilhões, sendo que R\$2,0 bilhões eram referentes às operações de financiamento para os projetos eólicos, tanto de longo prazo como empréstimos pontes e notas promissórias e R\$102,2 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. Também compõe o endividamento uma emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$338,1 milhões. O custo de emissão foi de R\$11,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, R\$1,2 bilhão do endividamento total de R\$1,5 bilhão eram referentes às operações de financiamento na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$1,1 bilhão eram referentes aos projetos eólicos e R\$108,6 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. No mesmo período, R\$307,3 milhões do endividamento eram referentes à emissão das debêntures da Companhia. O custo de emissão foi de R\$12,1 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2011, R\$764,4 milhões do endividamento total de R\$909,2 milhões eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$652,1 milhões eram referentes aos projetos eólicos e R\$112,3 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. No mesmo período, R\$151,0 milhões do endividamento referente à emissão das notas promissórias comerciais com o Banco Votorantim foi contraído pela Companhia, que possuía recursos disponíveis suficientes para sua quitação e mantinha posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$389,8 milhões. O custo de emissão foi de R\$6,2 milhões.

i) hipóteses de resgate de ações;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito nos itens 10.1.(a) e 10.1.(b), o fluxo de caixa estimado e a posição de liquidez, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos, tais como investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, conforme detalhado nos itens (a) e (b) acima.

A seguir, é apresentada a posição de ativo circulante contra os compromissos financeiros representados no passivo circulante.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$441,6 milhões de ativo circulante e R\$1,4 bilhão de passivo circulante, gerando um déficit de R\$939,3 milhões. Importante ressaltar, que o montante de R\$1,0 bilhão que hoje está alocado no passivo circulante será substituído por um contrato de financiamento de longo prazo a ser celebrado entre a Companhia e o BNDES oportunamente.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$699,3 milhões de ativo circulante e R\$370,3 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$299,0 milhões.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía R\$411,8 milhões de ativo circulante e R\$178,7 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$233,1 milhões.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 estão apresentados na tabela abaixo e a Diretoria entende que é a estrutura adequada para o momento da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$ mil)	2013	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais	89.288	(21.589)	(9.627)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.369.824)	(599.775)	(733.737)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	805.012	839.640	1.114.641
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(475.524)	218.276	371.277
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	608.122	389.846	18.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	132.598	608.122	389.846

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 o caixa da Companhia reduziu R\$475,5 milhões em função de:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$89,3 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1,4 bilhão em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Entrada de caixa de R\$805,0 milhões em financiamentos em função dos empréstimos pontes tomados junto ao BNDES e da emissão de Notas Promissórias, parcialmente compensado pelo pagamento de outros empréstimos em aberto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 o caixa da Companhia aumentou R\$218,3 milhões em função de:

- Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais de R\$21,6 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$599,8 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão I;
- Entrada de caixa de R\$839,6 milhões em financiamentos em função dos empréstimos para financiar a construção do Complexo Eólico Alto Sertão I.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 o caixa da Companhia aumentou R\$371,3 milhões em função de:

- Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais de R\$ 9,6 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$733,7 milhões em atividades de investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão I;
- Entrada de caixa de R\$1,1 bilhão em atividades de financiamentos em função dos empréstimos para financiar a construção do Complexo Eólico Alto Sertão I.

d) formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração em construção, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital, conforme descrito acima. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB e FINEP, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações e notas promissórias.

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade. A diretoria entende que as formas de financiamento utilizadas pela Companhia são as adequadas para o estágio de desenvolvimento da mesma.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria pretende manter a estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, diretamente ou por meio de suas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de *Project Finance* deve continuar a ser a mais importante, o que a Diretoria acredita ser a melhor estrutura, uma vez que esses financiamento são de longo prazo e se adequam às necessidades da Companhia.

A Companhia não possui ativos não circulantes além dos investimentos mencionados acima, e por isso não precisa de financiamento além dos já descritos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A Diretoria da Companhia entende que os financiamentos contratados são os mais adequados para as operações e para o momento da Companhia, privilegiando os contratos de longo prazo e com taxas competitivas.

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado da Companhia nas respectivas datas:

		Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)		
Contrato	Taxa	2013	2012	2011
BNDES Salvador Eólica	TJLP + 1,92%	619.381	630.836	465.530
BNDES (subcrédito social)	TJLP	5.439	4.064	186.561
BNDES Bahia Eólica	TJLP + 2,18%	305.064	314.625	-
BNDES Nova Renova	TJLP + 2,98%	625.226	150.270	-
Itaú (Notas Promissórias)	DI + 0,98%	406.147	-	-
BNB	9,5% a.a.	102.191	108.607	112.274
Debêntures	123,45% do CDI	338.086	307.257	-
IFC Votorantim (Notas Promissórias)	100,0% do CDI + 2,5% a.a. 9,5% a.a.	-	-	151.031
Total do endividamento¹		2.401.534	1.515.659	915.396
Custo de captação		(11.278)	(12.137)	(6.181)
End. líquido dos custos		2.390.256	1.503.522	909.215

1: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

Contratos BNDES

Em 5 de maio de 2011, as controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos junto ao BNDES no montante total de R\$586,7 milhões. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2013, o montante total liberado foi de R\$578.604.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito "D", destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6,4 milhões. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

Em 6 de dezembro de 2011, as controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no valor total de R\$297,4 milhões. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 98,8MW de capacidade instalada e 42,5MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2013, o montante total liberado foi de R\$295,4 milhões.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito "C", destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3,0 milhões. O financiamento está indexado a TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações das controladas, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de três meses de serviço da dívida e três meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3.

Contrato BNB

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbrás, contratou financiamento junto ao BNB em 30 de junho de 2006, no valor total de R\$120,1 milhões. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações da Enerbrás, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva.

Debêntures simples não conversíveis em ações

A 2ª emissão de Debêntures da Companhia possui as seguintes características:

Controladora					
Forma e Classe	Captado (em R\$ mil)	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Tipo de Garantia	Encargos	Vencimento
Moeda Nacional					
Debêntures da 1ª Série – 2ª emissão	10.063	11.269	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2014
Debêntures da 2ª Série – 2ª emissão	26.163	29.301	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2015
Debêntures da 3ª Série – 2ª emissão	27.169	30.428	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2016
Debêntures da 4ª Série – 2ª emissão	29.182	32.682	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2017
Debêntures da 5ª Série – 2ª emissão	35.220	39.443	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2018
Debêntures da 6ª Série – 2ª emissão	57.358	64.236	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2019
Debêntures da 7ª Série – 2ª emissão	38.238	42.824	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2020
Debêntures da 8ª Série – 2ª emissão	35.220	39.443	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2021
Debêntures da 9ª Série – 2ª emissão	43.270	48.460	Ação	123,45% CDI	17 de setembro de 2022
Total	301.883	338.086			

Em 11 de outubro de 2012 ocorreu a liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia com garantia adicional real, em nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476, sob o regime de garantia firme, no valor total de R\$301,9 milhões e prazo total de 10 anos, vencendo em 17 de setembro de 2022.

As debêntures serão remuneradas a uma taxa de juros de 123,45% do CDI. A amortização de principal e juros ocorre apenas no vencimento de cada série (*bullet*). A Companhia poderá resgatar as debêntures a qualquer momento e a seu critério a partir de 17 de setembro de 2014. Os recursos captados por meio desta emissão são destinados ao reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou LEN 2011.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova.

BNDES – Empréstimos Pontes

Em 07 de junho de 2013, as controladas indiretas da Companhia indicadas abaixo celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600,0 milhões. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011. O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014.

São garantias do financiamento o penhor de ações da Renova Eólicas Participações S.A. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano acima da TJLP.

Companhias

Valor (em R\$ mil)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Centrais Eólicas dos Araças S.A.	64.000
Centrais Eólicas da Prata S.A.	43.750
Centrais Eólicas Morrão S.A.	60.500
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	64.000
Centrais Eólicas Tanque S.A.	60.500
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	43.750
Centrais Eólicas Ametista S.A.	37.000
Centrais Eólicas Borgo S.A.	25.500
Centrais Eólicas Caetité S.A.	32.000
Centrais Eólicas Dourados S.A.	31.000
Centrais Eólicas Espigão S.A.	11.000
Centrais Eólicas Maron S.A.	48.000
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	22.000
Centrais Eólicas Pilões S.A.	40.000
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	17.000
Total	600.000

Notas promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas da Companhia indicadas abaixo emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R\$400,0 milhões e nos termos da instrução CVM nº 476.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de uma dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente de *spread* de 0,98% a.a.

O vencimento das notas promissórias comerciais será em 04 de maio de 2014. É garantia das notas promissórias, garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval para a totalidade das obrigações a serem assumidas pelas controladas.

Os recursos da emissão foram destinados à implementação de quinze parques eólicos, conforme quadro abaixo:

Companhias	Nota Promissória		
	Quantidade	Valor unitário (em R\$ mil)	Total (em R\$ mil)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	2	7.000	14.000
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	2	8.000	16.000
Centrais Eólicas Morrão S.A.	4	6.250	25.000
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	3	7.000	21.000
Centrais Eólicas Tanque S.A.	2	9.500	19.000
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	2	6.000	12.000
Centrais Eólicas Ametista S.A.	5	8.600	43.000
Centrais Eólicas Borgo S.A.	5	6.200	31.000
Centrais Eólicas Caetité S.A.	8	6.250	50.000
Centrais Eólicas Dourados S.A.	5	8.000	40.000
Centrais Eólicas Espigão S.A.	4	5.250	21.000
Centrais Eólicas Maron S.A.	5	4.200	21.000
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	5	7.600	38.000
Centrais Eólicas Pilões S.A.	4	4.000	16.000
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	4	8.250	33.000
Total			400.000

FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a Centrais Elétricas Itaparica S.A., controlada indireta da Companhia, celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (“FINEP”) no valor de até R\$108,0 milhões e com vencimento em 15 de janeiro de 2024. Sobre o principal incidirão juros de 3,5% ao ano.

São garantias do financiamento, fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, fiança corporativa da Companhia e alienação fiduciária de equipamentos adquiridos com os recursos do financiamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os recursos desse financiamento de inovação tecnológica são destinados ao desenvolvimento de estudos e pesquisas com a implantação de uma usina pioneira de geração e distribuição de energia híbrida (solar e eólica) e ainda não foram desembolsados.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

**Exercício social encerrado em 31
de dezembro de 2013 (em R\$
mil)**

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	1.111.373	192.836	206.837	879.209	2.390.256
Garantia flutuante					
Garantia quirografária	269.566		11.670	87	281.323
Total	1.380.939	192.836	218.507	879.296	2.671.579

Os diretores da Companhia entendem que a estrutura de subordinação e o montante das dívidas, medido pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante constituem uma adequada estrutura de capital, considerando que a construção dos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo e que grande parte das dívidas no curto prazo serão substituídos por um empréstimos de longo prazo.

Em eventual concurso universal de credores primeiro seriam pagas as dívidas tomadas junto ao BNDES e ao BNB que estão no nível dos projetos, perto do fluxo gerador de caixa. Na sequência seriam pagas as dívidas que estão na holding, como a as debêntures ou as notas promissórias de 2011. A sequência de pagamento, primeiro as dívidas do projeto e depois da holding são válidas para os últimos três exercícios sociais.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas, possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), as quais determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer. A Diretoria entende que as cláusulas estão em conformidade com as cláusulas praticadas pelo mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Eventual descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas.

Nos termos dos contratos de financiamento com o BNDES, as controladas dos projetos do LER 2009 precisam manter, até março de 2029, o saldo mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida e da Conta Reserva de O&M, reguladas pelo Contrato de Cessão (níveis mínimos de coberturas de parcelas a vencer).

Adicionalmente, nos contratos de financiamento com o BNDES, a subholding Salvador Eólica Participações S.A. precisa manter "Conta Reserva Especial" com mínimo de R\$ 25,0 milhões.

Nos termos dos contratos de financiamento com o BNDES, as controladas dos projetos do LER 2009 estão sujeitas ao vencimento antecipado da referida dívida caso deixem de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado ("ICSD Consolidado") de, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

O ICSD Consolidado em um determinado ano de referência é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade no ano de referência somada ao saldo final de caixa do ano anterior pelo serviço da dívida do ano de referência, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Bahia Eólica S.A. e da Salvador Eólica S.A.

Nos termos da escritura de emissão das debêntures de sua 2ª emissão, a Companhia está sujeita ao vencimento antecipado das debêntures caso deixe de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") da emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: (i) Total de Dividendos recebidos pela Companhia/Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos).

Visando à adequação do nível de ICSD exigido, a escritura de emissão admite a utilização do saldo de caixa acumulado na Companhia para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das referidas debêntures.

O termo "Serviço da Dívida" é definido como o valor da amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação do cumprimento do ICSD.

Os empréstimos pontes celebrados com as controladas possuem *covenants* financeiros que determinam que o Patrimônio Líquido / Ativo Total seja igual ou superior a 0,25 no ano de 2013.

Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou um índice de cobertura da dívida superior ao mínimo exigido pelos seus credores e não infringiu nenhuma cláusula estipulada em seus contratos de financiamento e nas escrituras de emissão.

Em 17 de setembro de 2012, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, composta por 30 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em até nove séries, com valor unitário de R\$10,0 mil, totalizando R\$300,0 milhões ("Debêntures"). O vencimento destas debêntures é em 17 de setembro de 2022, remuneradas pela variação acumulada de 123,45% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Intrafinanceiros.

As Debêntures contam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbrás, de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados na conta vinculada 6120-4, mantida no Banco do Brasil S.A., Agência 3064-3, na qual serão depositados o: (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás à Companhia, provenientes dos dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A.; (b) fluxo de dividendos distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica e Bahia Eólica.

As Debêntures vencerão antecipadamente na ocorrência, dentre outras hipóteses, dos seguintes eventos: (i) distribuição de recursos na forma de dividendos que exceda o percentual de 25% do lucro líquido. É admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250,0 milhões na Companhia; (b) atingido ICSD conforme definido no item "r" da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia; e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

obrigações assumidas na Escritura; (ii) alteração societária e venda de ativos da Enerbrás ou da Nova Renova, bem como de todas as controladas dessas, ligadas direta ou indiretamente aos Projetos ESPRA e LER 2009; e (iii) alienação e/ou alteração do controle direto ou indireto da Companhia.

Para mais informações, vide itens 3.9 e 18.5 deste Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dos contratos de financiamentos da Companhia, os que possuem saldo remanescentes estão descritos abaixo:

	Contratado	Liberado	% Liberado
BNDES Salvador Eólica	586.677	578.606	98,6%
BNDES Bahia Eólica	297.380	296.940	99,9%

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações a seguir expressam as opiniões dos nossos Diretores.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Demonstração de Resultado	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2013	AV	2012	AV	Varição (AH) 2013x2012
(em R\$ milhões, exceto percentuais)					
Receita operacional líquida	226,0	100,0%	115,6	100,0%	95,4%
Custos gerenciáveis	(18,2)	(8,0%)	(10,4)	(9,0%)	74,6%
Custos não gerenciáveis	(11,4)	(5,1%)	(5,5)	(4,7%)	108,7%
Depreciação	(68,4)	(30,3%)	(32,9)	(28,5%)	107,8%
Lucro bruto	128,0	56,6%	66,8	57,8%	91,5%
Despesas Operacionais	(39,5)	(17,5%)	(44,1)	(38,2%)	(10,6%)
Gerais e administrativas	(38,4)	(17,0%)	(43,4)	(37,5%)	(11,5%)
Depreciações	(1,1)	(0,5%)	(0,8)	(0,7%)	37,9%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	88,5	39,2%	22,7	19,6%	290,2%
Receitas (despesa) financeira líquidas	(72,3)	(32,0%)	(22,6)	(19,5%)	220,1%
Receitas financeiras	32,4	14,3%	27,4	23,7%	18,2%
Despesas financeiras	(104,7)	(46,3%)	(50,0)	(43,2%)	109,4%
Resultado antes dos impostos	16,2	7,2%	0,1	0,1%	14400,9%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(10,0)	(4,4%)	(6,5)	(5,6%)	54,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	0,0	0,0%	0,4	0,3%	(93,1%)
Lucro/(prejuízo) do exercício	6,3	2,8%	(6,0)	(5,2%)	(204,2)%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$226,0 milhões, representando um aumento de R\$110,4 milhões ou 95,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$115,6 milhões. A Diretoria informa que este aumento ocorreu devido ao pagamento da tarifa do uso do sistema de transmissão ("TUST") dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012 e que isto deverá ocorrer sempre que houver inauguração de parques eólicos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$185,3 milhões da receita operacional líquida da Companhia, o que representa 82,0% do total da receita e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com 17,9% e 0,1%, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos gerenciáveis totalizaram R\$18,2 milhões, um aumento de 74,6% em relação aos R\$10,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 ou R\$7,8 milhões, refletindo principalmente: (i) provisão para quatro meses de multa do LER 2010 no valor de R\$4,6 milhões; (ii) reclassificações entre as linhas de custos e despesas no valor de R\$1,7 milhão; e (iii) aumento dos custos relativos aos serviços de terceiros, relacionados à manutenção dos parques. A Diretoria acredita que os custos são adequados e compatíveis com a situação atual da Companhia.

Como a Companhia alterou o ponto de conexão do LER 2010, não terá garantia de receita (regra do leilão de energia de reserva), até que a linha de transmissão entre em operação. A Diretoria acredita que a mudança no ponto de conexão foi a decisão correta na época. Para não estar sujeita a penalidades desde a data de início de suprimento (1º de setembro de 2013) e a efetiva entrada em operação da linha de transmissão, a Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da obrigação da Companhia de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL a esse respeito.

Conforme explicado acima, com a alteração do ponto de conexão, a Companhia deixou de ter a receita garantida para o LER 2010 e, portanto, até que saia a resposta da ANEEL sobre o pedido de concatenação e/ou caso o pedido não seja atendido, a Companhia provisiona o valor da multa de acordo com o contrato. O contrato estabelece que o ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. A Diretoria acredita que a estrutura dos custos gerenciáveis estão de acordo com as práticas de mercado e que está em conformidade com o atual estágio da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$11,4 milhões, aumento de 108,7% ou R\$6,0 milhões quando comparado aos R\$5,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a depreciação alocada no custo dos serviços prestados totalizou R\$68,5 milhões, aumento de 107,8% ou R\$35,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Diretoria esclarece que o crescimento é explicado principalmente devido aos 14 parques eólicos do complexo Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012, data que os parques começaram a ser depreciados.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$38,4 milhões, representando uma diminuição de 11,5% ou R\$5,0 milhões em relação aos R\$43,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Diretoria explica que as variações são principalmente por:

- Pessoal e administração: aumento de 49,9% em função do crescimento da quantidade de funcionários para suportar o crescimento da Companhia, que passou de 182 em 31 de dezembro de 2012 para 223 em 31 de dezembro de 2013 (incluindo os estagiários) e também pela provisão de bônus para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Serviços de terceiros: redução de R\$2,9 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, em função principalmente da menor contratação de consultorias neste ano.
- Projetos descontinuados: a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários trimestralmente, tendo havido diminuição de 25,5% em relação ao R\$1,9 milhão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 em função da menor baixa de projetos de inventários de PCHs no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- Outras: representa as despesas envolvidas com fretes e correios, despesas relacionadas a programas sociais voltados às comunidades onde a Companhia atua, além de despesas não recorrentes. A diminuição em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente a R\$2,0 milhões de remuneração em ações registradas no quarto trimestre de 2012 e restituição de R\$1,2 milhão de ICMS cobrado indevidamente das PCHs da Companhia.

A Diretoria entende que a atual situação das despesas gerais e administrativas estão de acordo com o estágio atual da Companhia e que a estrutura está adequada.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$72,3 milhões. A variação em relação aos R\$22,6 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, de 220,1% ou R\$49,7 milhões, deve-se principalmente aos juros dos financiamentos dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, pois até a data da inauguração dos parques, estes encargos eram capitalizados e também das debêntures emitidas em outubro de 2012, no valor de R\$300,0 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas dos parques eólicos e das PCHs da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizaram R\$10,0 milhões, aumento de 62,7% ou R\$3,8 milhões em relação aos R\$6,1 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, variação principalmente em função do pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Lucro/(prejuízo) do exercício

Em 2013, o lucro líquido da Companhia foi de R\$6,3 milhões, ante prejuízo de R\$6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação de 204,2%. A Diretoria acredita que o lucro líquido está de acordo com o estágio da Companhia, que hoje possui um portfólio de projetos em operação e outro portfólio de projetos em desenvolvimento.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Demonstração de Resultado	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação 2012x2011
	2012	AV	2011	AV	
(em R\$ milhões, exceto percentuais)			(reapresentado)		
Receita operacional líquida	115,6	100,0%	36,6	100,0%	216,4%
Custos gerenciáveis	(10,4)	(9,0%)	(4,1)	(11,1%)	155,6%
Custos não gerenciáveis	(5,5)	(4,7%)	(1,2)	(3,2%)	374,5%
Depreciação e amortização	(32,9)	(28,5%)	(5,7)	(15,5%)	481,3%
Lucro bruto	66,8	57,8%	25,7	70,2%	160,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas Operacionais	(44,1)	(38,2%)	(40,2)	(110,0%)	9,7%
Gerais e administrativas	(43,4)	(37,5%)	(39,0)	(106,8%)	11,1%
Depreciações	(0,8)	(0,7%)	(1,2)	(3,3%)	(34,4%)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	22,7	19,6%	(14,6)	(39,8%)	(255,8%)
Receitas (despesa) financeira líquidas	(22,6)	(19,5%)	5,2	14,1%	(536,7%)
Receitas financeiras	27,4	23,7%	20,1	54,9%	36,6%
Despesas financeiras	(50,0)	(43,2%)	(14,9)	(40,8%)	235,3%
Resultado antes dos impostos	0,1	0,1%	(9,4)	(25,7%)	(101,2%)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(6,5)	(5,6%)	(2,7)	(7,3%)	142,4%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	0,4	0,3%	-	-	100,0%
Lucro/(prejuízo) do exercício	(6,0)	(5,2%)	(12,1)	(33,0%)	(50,1%)

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$115,6 milhões, representando um aumento de R\$79,1 milhões ou 216,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$36,6 milhões. A Diretoria esclarece que este aumento ocorreu devido ao início de faturamento dos parques eólicos do LER 2009 no terceiro trimestre do ano e que conforme os parques seja inaugurados, a receita operacional da Companhia irá crescer.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a fonte eólica contribuiu com R\$76,8 milhões da receita operacional líquida, o que representa 66,4% do total da receita e as PCHs e a fonte solar contribuíram com 33,5% e 0,1%, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais. A Diretoria da Companhia entende que a estrutura dos custos gerenciáveis da Companhia está em linha com as práticas de mercado e é adequado para o estágio atual da mesma.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os custos gerenciáveis totalizaram R\$10,4 milhões, aumento de 155,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 ou R\$6,3 milhões, principalmente em função dos serviços de manutenção dos quatorze parques eólicos que compõe o Complexo Eólico Alto Sertão I, que tiveram sua construção finalizada em julho de 2012.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as PCHs se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às PCHs e aos parques eólicos operacionais. A Diretoria esclarece que esses custos estão de acordo com os praticados no mercado e são contratuais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$5,5 milhões, aumento de 374,5% ou R\$4,3 milhões quando comparado com o mesmo período no ano anterior. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram equivalentes a R\$43,4 milhões, apresentando um aumento de R\$4,3 milhões ou 11,1% na comparação com o exercício de 2011, quando as despesas gerais e administrativas foram de R\$39,0 milhões. As despesas administrativas consolidadas referem-se majoritariamente à estrutura corporativa da Companhia, que realiza as atividades administrativo-financeiras, contábil-fiscal, legal e regulatória, dentre outras para as sociedades operacionais detentoras dos ativos. As despesas administrativas registradas no período apresentaram um aumento de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

11,1%, principalmente devido ao aumento na estrutura da Companhia. No mesmo período, a Companhia aumentou o quadro de colaboradores em 63,9%, passando de 111 em 31 de dezembro de 2011 para 182 no final de 2012 (incluindo os estagiários).

A Diretoria entende que a atual situação das despesas gerais e administrativas estão de acordo com o estágio atual da Companhia e que a estrutura está adequada.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

As despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$22,6 milhões em comparação a receita financeira líquida de R\$5,2 milhões em 2011. A Diretoria esclarece que a variação de R\$27,7 milhões, ou 536,7%, quando comparada com o ano anterior refere-se especialmente aos encargos de dívida referentes ao financiamento dos projetos eólicos do LER 2009, que antes do início do faturamento eram capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social (correntes e diferidos) totalizaram R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$3,5 milhões ou 129,3%. O aumento é referente principalmente pela maior receita gerada em 2012.

Lucro/(prejuízo) do exercício

Em 2012, a Companhia apresentou prejuízo de R\$6,0 milhões, representando redução de R\$6,0 milhões no prejuízo líquido em relação a 2011. A Diretoria entende que o prejuízo estava de acordo com a atual situação da Companhia, que possui vários projetos em construção que geraram gastos, mas que ainda não contribuíram com as receitas.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Balanco Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de				Varição
(em R\$ milhões, exceto percentuais)	2013	AV	2012	AV	2013 x 2012
Ativo					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	132,6	3,6%	608,1	22,7%	(78,2%)
Aplicações financeiras	241,4	6,6%	0,0	0,0%	-
Contas a receber de clientes	20,9	0,6%	21,3	0,8%	(1,8%)
Impostos a recuperar	10,8	0,3%	7,1	0,3%	51,5%
Adiantamentos a fornecedores	5,1	0,1%	4,3	0,2%	17,5%
Pagamentos antecipados	2,3	0,1%	2,1	0,1%	9,0%
Cauções e depósitos vinculados	27,2	0,7%	25,4	0,9%	7,2%
Outros créditos	1,3	0,0%	0,9	0,0%	37,7%
Total do ativo circulante	441,6	12,0%	669,3	25,0%	(34,0%)
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	124,0	3,4%	82,8	3,1%	49,8%
Impostos diferidos	0,9	0,0%	0,9	0,0%	4,6%
Outros créditos	0,2	0,0%	0,1	0,0%	6,4%
Imobilizado em serviço	1.459,7	39,7%	1.507,8	56,3%	(3,2%)
Imobilizado em curso	1.645,8	44,8%	417,1	15,6%	294,6%
Total do ativo não circulante	3.230,6	88,0%	2.008,7	75,0%	60,8%
Total do ativo	3.672,2	100,0%	2.678,0	100,0%	37,1%
					Varição
Passivo e Patrimônio Líquido	2013	AV	2012	AV	2013 x 2012
CIRCULANTE					
Fornecedores	244,4	6,7%	159,4	6,0%	53,4%
Empréstimos e financiamentos	1.100,1	30,0%	198,2	7,4%	455,1%
Debêntures	11,2	0,3%	-	-	-
Impostos a recolher	7,5	0,2%	6,4	0,2%	17,2%
Salários e férias a pagar	8,5	0,2%	1,5	0,1%	447,5%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	8,9	0,2%	4,7	0,2%	89,6%
Outras contas a pagar	0,2	0,0%	0,0	0,0%	2175,0%
Total do passivo circulante	1.380,9	37,6%	370,3	13,8%	272,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	953,9	26,0%	1.000,1	37,3%	(4,6%)
Debêntures	325,0	8,9%	305,2	11,4%	6,5%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	11,7	0,3%	10,9	0,4%	6,7%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	0,1	0,0%	0,1	0,0%	3,6%
Total do passivo não circulante	1.290,6	35,1%	1.316,3	49,2%	(2,0%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.017,7	27,7%	1.017,6	38,0%	0,0%
(-) Custos na emissão de ações	-36,1	(1,0%)	-36,1	(1,3%)	0,0%
Reserva de capital	55,1	1,5%	52,3	2,0%	5,3%
Prejuízos acumulados	-36,1	(1,0%)	-42,3	(1,6%)	(14,8%)
Total do patrimônio líquido	1.000,6	27,2%	991,4	37,0%	0,9%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.672,2	100,0%	2.678.039	100,0%	37,1%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo circulante era de R\$441,6 milhões (12,0% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$669,3 milhões (25,0% do ativo total, representando uma redução de 34,0% ou R\$227,7 milhões).

A Diretoria explica que a diminuição de R\$475,5 milhões ou 78,2% em 31 de dezembro de 2013 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e pagamento de empréstimos e da entrada de caixa de empréstimos pontes com o BNDES e Notas Promissórias, além da geração de caixa operacional. A Diretoria entende que o consumo de caixa é normal em função da execução do plano de negócios da Companhia, com a construção dos parques eólicos. Adicionalmente, o saldo de aplicações financeiras no valor de R\$241,5 milhões são referentes a aplicações em fundos de investimentos e que até nos exercícios anteriores eram instrumentos de renda fixa (considerados como caixa e equivalente de caixa) e que serão utilizados na construção dos parques do Alto Sertão II.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de cauções e depósitos vinculados era de R\$27,2 milhões, aumento de 7,2% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo não circulante era de R\$3.230,6 milhões (88,0% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,0 bilhões (75,0% do ativo total), o que representa um aumento de R\$1,2 bilhão ou 60,8%.

A Diretoria explica que o aumento de R\$41,2 milhões na conta de cauções e depósitos em 31 de dezembro 2013, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 94,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 99,0% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$1.459,7 milhões. O saldo de imobilizado em curso era de R\$1.645,8 milhões, variação de R\$1,2 bilhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2011 e a variação foi em função foi em função do avanço na implementação do Complexo Eólico Alto Sertão II.

PASSIVO

Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$1.380,9 milhões, representando um aumento de R\$1,0 bilhão ou 272,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo era de R\$370,3 milhões.

O aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$901,9 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1,1 bilhão, comparados com os R\$198,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. A Diretoria ressalta que o montante no curto prazo é em função dos empréstimos pontes e Notas Promissórias, que tem vencimento em junho de 2014 e maio de 2014, respectivamente, ou na data de desembolso da primeira parcela do Contrato de Financiamento de Longo Prazo a ser assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente, alongando assim o prazo da dívida.

O aumento do passivo circulante também é devido ao aumento de R\$85,0 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$244,4 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e a Diretoria entende que a variação é normal, decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1,3 bilhão, uma diminuição de R\$25,7 milhões ou 2,0% em comparação com 31 de dezembro de 2012, causado principalmente pela diminuição da conta de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pelo maior saldo das debêntures.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta do Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$1,0 bilhão, representando um aumento de R\$9,2 milhões ou 0,9% em relação a 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo foi de R\$991,4 milhões. A Diretoria esclarece que o aumento está relacionado principalmente ao menor saldo de prejuízo acumulado em função do lucro líquido gerado no ano.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Balanco Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de				Variação
(em R\$ milhões, exceto percentuais)	2012	AV	2011	AV	2012 x 2011
Ativo			(reapresentado)		
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	608,1	22,7%	389,8	24,1%	56,0%
Contas a receber de clientes	21,3	0,8%	5,2	0,3%	313,6%
Impostos a recuperar	7,1	0,3%	1,5	0,1%	369,2%
Adiantamentos a fornecedores	4,3	0,2%	13,5	0,8%	(68,0%)
Pagamentos antecipados	2,1	0,1%	1,4	0,1%	52,3%
Cauções e depósitos vinculados	25,4	0,9%	0,0	0,0%	63407,5%
Outros créditos	0,9	0,0%	0,4	0,0%	132,8%
Total do ativo circulante	669,3	25,0%	411,8	25,5%	62,5%
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	-	-	0,2	-	
Cauções e depósitos vinculados	82,8	3,1%	11,9	0,7%	597,2%
Impostos diferidos	0,9	0,0%	-	-	-
Outros créditos	0,1	0,0%	0,1	-	-
Imobilizado em serviço	1.507,8	56,3%	196,3	12,2%	668,0%
Imobilizado em curso	417,1	15,6%	994,2	61,6%	(58,0%)
Total do ativo não circulante	2.008,7	75,0%	1.202,8	74,5%	67,0%
TOTAL DO ATIVO	2.678,0	100,0%	1.614,6	100,0%	65,9%
					Variação
Passivo e patrimônio líquido	2012	AV	2011	AV	2012 x 2011
			(reapresentado)		
CIRCULANTE					
Fornecedores	159,4	6,0%	19,6	1,2%	714,6%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e financiamentos	198,2	7,4%	155,3	9,6%	27,6%
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos a recolher	6,4	0,2%	2,3	0,1%	184,7%
Salários e férias a pagar	1,5	0,1%	1,4	0,1%	9,4%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	4,7	0,2%	-	-	-
Outras contas a pagar	0,0	0,0%	0,1	0,0%	(91,8%)
Total do passivo circulante	370,3	13,8%	178,7	11,1%	107,2%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.000,1	37,3%	753,9	46,7%	32,7%
Debêntures	305,2	11,4%	-	-	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	10,9	0,4%	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	0,1	0,0%	0,1	0,0%	13,5%
Total do passivo não circulante	1.316,3	49,2%	753,9	46,7%	74,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.017,6	38,0%	702,8	43,5%	44,8%
(-) Custos na emissão de ações	-36,1	(1,3%)	-34,2	(2,1%)	5,5%
Reserva de capital	52,3	2,0%	49,7	3,1%	5,2%
Prejuízos acumulados	-42,3	(1,6%)	-36,3	(2,2%)	16,6%
Total do patrimônio líquido	991,4	37,0%	682,0	42,2%	45,4%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.678,0	100,0%	1.614,6	100,0%	65,9%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo circulante era de R\$669,3 milhões (25,0% do ativo total) e em 2011 o saldo era de R\$411,8 milhões (25,5% do ativo total).

A Diretoria esclarece que o aumento de R\$218,3 milhões ou 56,0% em 31 de dezembro de 2012 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2011 deve-se: (i) ao desembolso da segunda emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$301,9 milhões; (ii) ao desembolso de R\$150,0 milhões referente ao empréstimo ponte contratado junto ao BNDES no valor de R\$300,0 milhões, e a quitação das notas promissórias com o Votorantim no valor de R\$154,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo das contas a receber de clientes era de R\$21,3 milhões, um aumento de 313,6% em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$5,2 milhões. Este aumento de R\$16,2 milhões na conta de Clientes, segundo a Diretoria, é principalmente devido ao início de faturamento a ser pago pela CCEE, referente aos 14 parques do Complexo Eólico Alto Sertão I.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta de cauções e depósitos vinculados era de R\$25,4 milhões e de R\$0,04 milhão em 2011. O aumento refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$2,0 bilhões (75,0% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$1,2 bilhão (74,5% do ativo total), o que representa um aumento de R\$806,0 milhões ou 67,0%.

A Diretoria esclarece que o aumento de R\$70,9 milhões na conta de cauções e depósitos em 2012, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES e do BNB.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$1,5 bilhão. O aumento de R\$1,3 bilhão na conta do Imobilizado em Serviço em relação a 2011 é representado por: (i) R\$937,7 milhões devido a conclusão da montagem e instalação dos projetos eólicos que comercializaram energia no LER 2009, evento que reflete na redução de R\$547,0 milhões na conta do Imobilizado em curso e (ii) R\$373,7 milhões referente a compra de equipamentos contabilizados diretamente na conta de Imobilizado em Serviço.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$370,3 milhões, representando um aumento de R\$191,6 milhões ou 107,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o mesmo saldo foi de R\$178,7 milhões. A Diretoria entende que o aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$42,9 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$198,2 milhões, comparados com os R\$155,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento na conta de Empréstimos e Financiamentos foi devido ao componente de curto prazo do empréstimo com BNDES relacionado aos parques do Complexo Eólico Alto Sertão I. Também estão incluídos nessa conta os itens mencionados na linha de Caixa e Equivalentes de Caixa. A Diretoria esclarece que essas movimentações são decorrentes do estágio normal da Companhia.

O aumento do passivo circulante também é devido ao aumento de R\$139,8 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2012 R\$159,4 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores restantes dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos quatorze parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que foram concluídos em julho de 2012.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1,3 bilhão, um aumento de R\$562,4 milhões ou 74,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011. A Diretoria informa que o aumento de R\$551,5 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures do não circulante, é decorrente principalmente à captação de debêntures e empréstimos ponte para os parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta do Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$991,4 milhões, representando um aumento de R\$309,4 milhões ou 45,4% em relação a 31 de dezembro de 2011, quando o mesmo saldo foi de R\$682,0 milhões. A Diretoria esclarece que o aumento está relacionado principalmente ao aumento de capital de R\$314,8 milhões deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, para comportar o aporte da BNDESPAR na Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a. resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia é gerada por meio da comercialização de energia elétrica, seja no ambiente regulado, nos leilões organizados pelo Governo ou no ambiente livre, onde a Companhia e o consumidor livre fecham acordos de compra e venda de energia.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$226,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, R\$115,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e R\$36,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía 1.804,9MW de capacidade instalada contratada, sendo que 336,2MW estão em operação comercial e gerando receita para a Companhia.

Em 31 de dezembro 2011, apenas as três PCHs da Companhia, com capacidade instalada de 41,8MW eram operacionais e, portanto a receita operacional líquida da Companhia naquele exercício social foi de R\$36,6 milhões. A partir de julho de 2012, os parques que comercializaram energia no LER 2009, com capacidade instalada de 294,4MW, entraram em operação, principal fator para o crescimento de 216,4% da receita operacional líquida da Companhia, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$115,6 milhões. Dessa maneira, a Companhia teve receita das PCHs e do LER 2009 durante todo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, principal fator para o crescimento de 95,4% da receita operacional líquida, que encerrou o ano no montante de R\$226,0 milhões.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Diretoria informa que não houve variação de receitas nos últimos três exercícios sociais decorrentes de modificações de preços ou taxas de câmbio.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária (inflação).

A Diretoria esclarece que o preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

Adicionalmente, a partir de 2012, a Companhia passou a receber receita proveniente dos parques eólicos e até essa data a receita era proveniente apenas das PCHs da Companhia.

As receitas da Companhia não estão sujeitas dessa maneira a variações de taxas de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

A Diretoria ainda informa que os principais indicadores que afetam seu caixa e endividamento e consequentemente as receitas e despesas financeiras são: TJLP e CDI.

Já os custos e despesas operacionais, como contratações de serviços de terceiros e reajustes de folha salarial, podem ser impactadas por diversos índices de inflação, como por exemplo IGPM e INPC.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente a Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, as variações das taxas de juros não causaram grandes impactos nos negócios da Companhia.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é fechada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é denominada em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, não houve impacto nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ à alíquota de 25% (alíquota de 15%, acrescida do adicional e 10% sobre parcela do lucro tributável que excede R\$ 240.000,00 ao ano) e da CSLL à alíquota de 9%, representando uma tributação global de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78,0 milhões, é facultada a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no lucro presumido. A tributação com base no lucro presumido será determinada por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, tal regime implica na aplicação da alíquota de IRPJ (conforme acima) sobre uma base de cálculo presumida equivalente a 8% da Receita Bruta auferida, enquanto que, no caso da CSLL, a respectiva alíquota (conforme acima) é aplicada sobre uma base presumida equivalente a 12% da Receita Bruta auferida. Ainda, no regime de lucro presumido, a sistemática de apuração da Contribuição ao PIS e da COFINS é a cumulativa, com incidência das contribuições à alíquota conjunta de 3,65% sobre o total das receitas da Companhia. Por outro lado, as sociedades optantes pelo lucro real estão obrigadas à adoção da sistemática não-cumulativa de apuração da Contribuição ao PIS e da COFINS, sendo que, em tal sistemática, as referidas contribuições incidem à alíquota conjunta de 9,25%, sendo permitido o aproveitamento de determinados créditos legalmente previstos. Atualmente, a Companhia e as *subholdings* Bahia Eólica e Salvador Eólica adotam o regime de tributação do lucro real e as controladas operacionais Espra e as SPEs dos parques em operação comercial do LER 2009 adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e pode se beneficiar de mecanismos semelhantes. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espira e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Os 29 projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição ao PIS e da COFINS (mercado interno e importação) que poderá ser convertida em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o valor total de imposto de renda e contribuição social devido pela Companhia foi de R\$10,0 milhões, enquanto que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, e em 31 de dezembro de 2011 os valores foram de R\$6,1 milhões e R\$2,7 milhões respectivamente.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

A Diretoria esclarece que em 2008, entraram em operação três PCHs, a Cachoeira da Lixa, a Colino 1 e a Colino 2. Em 2012, 14 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009 começaram a faturar. Dessa maneira, a Diretoria informa que até o terceiro trimestre de 2012, a receita da Companhia era proveniente das PCHs e a partir de 2012 a receita passou a ser composta pela receita das PCHs e pela receita dos parques eólicos.

Além disso, em virtude dos resultados dos leilões no ambiente regulado realizados em 2010, 2011, 2012 e 2013 e dos contratos firmados no mercado livre de energia, a Companhia tem projetos eólicos a serem entregues até 2018.

Não houve introdução e ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 08 de agosto de 2013 foi celebrado Acordo de Investimento por meio do qual a CEMIG GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH para a Chipley.

A Diretoria informa que em decorrência desse acordo, a Companhia adquiriu 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014, por intermédio da Chipley SP Participações S.A., sua controlada direta.

Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. *mudanças significativas nas práticas contábeis*

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

b. *efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram algumas reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia, que foi republicada. No entanto, nenhuma alteração teve efeito significativo.

Desta forma, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis a que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

c. *ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes*

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011. O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

“(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

A Diretoria entende que a atual avaliação do método de equivalência patrimonial reflete adequadamente a sua participação em controladas.

(b) Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

A Diretoria entende que em posse das informações atuais e da falta de clareza da resolução autorizativa, a Companhia deprecia seus ativos pelas taxas definidas pela ANEEL.

(c) Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa no 2.6, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes nas demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.”

A Diretoria entende que a reclassificação dos saldos refletem mais adequadamente as operações da Companhia.

O relatório dos auditores independentes emitido pela KPMG relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, apesar de também não conter ressalvas, continha o parágrafo de ênfase transcrito abaixo:

“Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Renova Energia S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto”.

A Diretoria entende que a atual avaliação do método de equivalência patrimonial reflete adequadamente a sua participação em controladas.

O relatório da KPMG também continha os parágrafos de outros assuntos transcritos abaixo:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

“Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em 01 de março de 2012, emitimos um relatório de auditoria sem modificação sobre as Demonstrações financeiras da Renova Energia S.A individual e consolidado levantadas em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.e, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os assuntos descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. A presente opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

Para mais informações vide item 2.3 deste Formulário de Referência.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia prepara as demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes da sua experiência e diversos outros fatores que acredita ser razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que são adotadas são aquelas que a administração da Companhia acredita serem relevantes para determinar a condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando a administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação das práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como o resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e suposições correlatas pelo menos trimestralmente.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas demonstram a necessidade de adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- **Imobilizado:** a Diretoria informa que no caso do imobilizado pode haver uma mudança se a Companhia tiver que depreciar os ativos pelo prazo da autorização e não pelos prazos estabelecidos pela ANEEL.
- **Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:** a Diretoria entende que se houver mudança de julgamento em eventos classificados como possíveis em prováveis, as provisões terão que ser reajustadas.
- **Transações com partes relacionadas e Plano de opção de compra de ações:** a Diretoria entende que se houver mudanças nessas práticas em função de novas diretrizes de seus acionistas esses valores podem sofrer modificações.
- **Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** a Diretoria informa que a Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros e que as variações no CDI, TJLP e Taxa pré-fixada podem resultar em perdas monetárias. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas criam riscos atrelados a essas variações.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

A Diretoria esclarece ainda que utiliza um sistema integrado para controle de suas operações. Para aprimorar ainda mais seus controles a Diretoria contratou uma auditoria interna independente para monitorar e validar seus processos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Até a data de envio para a CVM deste Formulário de Referência a Companhia não havia recebido a carta de controle interno de 2013 do auditor independente.

Porém nos anos anteriores, em complemento à auditoria das demonstrações financeiras foi apresentado aos nossos Diretores um relatório de recomendações dos controles internos. As recomendações dos auditores independentes da Companhia são sobre controles sistêmicos e desenvolvimento de manuais de normas e procedimentos. A Diretoria informa que já iniciou seus trabalhos para desenvolvimento do manual de normas e procedimentos, com o mapeamento das principais rotinas e processos da controladoria. Esses processos serão estendidos para a Companhia como um todo para finalmente dar origem ao manual.

Outra deficiência apontada pela auditoria independente foi a parametrização do sistema para conciliação de fornecedores o qual a Companhia já implementou.

A Diretoria da Companhia analisou todas as deficiências indicadas no relatório e está adotando planos de ação para corrigi-las e/ou aperfeiçoá-las. De qualquer modo, na avaliação dos diretores da Companhia, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Diretoria informa que nos últimos três exercícios sociais, houve apenas uma oferta pública de distribuição de debêntures. A Diretoria esclarece que o total de recursos captados na oferta pública distribuição de debêntures (2ª emissão) realizada em 2012 foi utilizado para o reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou A-3 2011. Para mais informações, veja item 18.5 deste Formulário de Referência.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Diretoria informa que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica tendo em vista não ter havido desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. *os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, a Companhia pode ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado *spot*), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o seu custo de produção.

b. *outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

10.10 - Plano de negócios

a. *investimentos, incluindo:*

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos que comercializaram energia nos Leilões de Energia de Reserva de 2009 e 2010 e no Leilão de Energia Nova A-3 2011. A Diretoria esclarece que o principal montante dos investimentos são referentes à aquisição dos aerogeradores. Além disso são incorridos custos com obras civis e com a parte elétrica dos equipamentos e linhas de transmissão, entre outros.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

Período	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Investimento (em R\$ mil)	1.130.878	599.775	733.737

A Companhia, além dos parques que comercializaram energia no LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 e das PCHs em operação, a Companhia possui 1.082,6MW em capacidade instalada contratada que entrarão em operação até 2018. A Diretoria entende que os investimentos previstos estão em linha com os investimentos já realizados na construção dos demais parques eólicos, sendo que os valores gastos tendem a variar com os índices de inflação ao longo dos anos.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linha de financiamento do BNDES, na modalidade *Project Finance* e outras dívidas, como por exemplo debêntures, as quais a Diretoria entende ser a mais adequada para financiar os projetos da Companhia. Em 2013 a Companhia ou suas controladas contrataram empréstimos pontes junto ao BNDES e notas promissórias com banco comercial para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II. Esses empréstimos de curto prazo serão quitados na data de desembolso do Contrato de Longo Prazo que será assinado entre a Companhia e o BNDES. Além disso, contratou financiamento com a FINEP para o desenvolvimento de estudos e pesquisas com a implantação de uma usina pioneira de geração e distribuição de energia híbrida (solar e eólica).

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Diretoria informa que a Companhia não realizou desinvestimentos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

b. *aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia*

A Diretoria informa que não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. *novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

A Diretoria esclarece que a Companhia possui projetos em desenvolvimento que comercializaram energia nos mercados regulados e livres. No mercado regulado, a Companhia comercializou energia nos LER 2009, que já foi entregue, no LER 2010, cujas obras encerraram em dezembro de 2013, no A-3 de 2011, cujas obras ficam prontas no primeiro trimestre de 2014 e para os leilões A-5 2012, LER 2013 e A-5 2013, cujas obras ainda não foram iniciadas. No mercado livre, a Companhia possui 545,7 MW de capacidade instalada que as obras ainda não foram iniciadas. A Diretoria esclarece que as obras dos projetos em desenvolvimento serão iniciadas no momento oportuno para serem entregues no prazo.

Adicionalmente, a Diretoria esclarece que não houve inclusão de novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

10.10 - Plano de negócios

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas

Os diretores da Companhia, com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados e da posição patrimonial da Companhia, levando em conta a aquisição de 51% do capital social da Brasil PCH pela Chipley em 14 de fevereiro de 2014 e o investimento na Companhia a ser realizado pela Cemig GT, ambas as transações de acordo com Acordo de Investimento Cemig GT celebrado em 08 de agosto de 2013 (conforme descritos a seguir), apresentam as informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Estas Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas contemplam: (1) Balanço Patrimonial Consolidado Pro Forma em 31 de dezembro de 2013, se as transações mencionadas acima, tivessem ocorrido em 31 de dezembro de 2013; e (2) Demonstração do Resultado Consolidado Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, se as transações mencionadas acima, tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2013 ("Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas").

Base de preparação

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas consolidadas e auditadas, da Companhia e da Brasil PCH:

- (a) Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards" ou "IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 17 de fevereiro de 2014 e inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente serem depreciados pelo prazo de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas normas, sendo que à medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado, conforme descrito na nota explicativa nº 2. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.
- (b) Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Brasil PCH relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 24 de janeiro de 2014 inclui ênfases sobre:
 - O fato de que conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 11, os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente serem depreciados pelo prazo de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas normas, à medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.
 - O fato de que conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3, as controladas Bonfante Energética S.A. e Monte Serrat Energética S.A. tiveram paralisações na geração de energia por conta de sinistros ocorridos nos seus equipamentos. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Além das ênfases mencionadas acima, o relatório de auditoria apresenta ressalva sobre o fato de que conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Brasil PCH emitiu ações resgatáveis, no montante de R\$24,0 milhões, as quais têm data definida para resgate. De acordo com o CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39), este valor deveria estar registrado no passivo circulante e não circulante, por não ser caracterizado como instrumento patrimonial. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013, o passivo está diminuído e o patrimônio líquido aumentado em R\$24,0 milhões e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$4,1 milhões, devido ao fato que a remuneração dessas ações deveria ter sido tratada como despesa no resultado do exercício.

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas da Companhia e da Brasil PCH mencionadas acima.

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram preparadas conforme Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela CVM, com

10.11 - Outros fatores com influência relevante

objetivo exclusivo de inclusão no Prospecto para Registro de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Units de Emissão da Companhia. A preparação destas Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma, foi realizada pela Companhia utilizando as melhores estimativas existentes na data de preparação deste Formulário de Referência, os ajustes pro forma, incluindo a alocação do preço pago na aquisição da participação societária na Brasil PCH (“Preço de Compra”), foram identificados com base nas informações existentes na data de preparação deste Formulário de Referência, representam os reflexos da alocação preliminar do Preço de compra, os quais podem diferir da alocação definitiva do Preço de compra que será preparada pela Companhia no momento da contabilização da aquisição da participação societária na Brasil PCH. Os ajustes pro forma foram determinados com base em premissas e estimativas, os quais a Companhia acredita serem razoáveis. Essas premissas e estimativas estão descritas em notas explicativas às Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas, as quais devem ser lidas em conjunto com as mesmas,

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma não podem ser auditadas, pois a sua compilação apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente a Demonstração de Resultado e nem o Balanço Patrimonial da Companhia caso as transações (aporte de capital da Cemig GT e a aquisição da Brasil PCH) tivessem, de fato ocorrido em 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente. Por essa razão, as Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram objeto de relatório de asseguarção limitada elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de serviços de asseguarção (Deliberação CVM 708, nos termos da NBC TO 3420 – “Trabalho de Asseguarção sobre a Compilação de Informações Financeiras Pro Forma incluídas no Prospecto e ISAE 3420 – “*Assurance Engagements to Report on the Compilation of Pro Forma Financial Information Included in a Prospectus*”).

As Informações Financeiras Consolidadas Pro forma Não Auditadas, foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins ilustrativos caso as transações apresentadas acima, tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente. Tais Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas não devem ser utilizadas como indicativo de resultados futuros da Companhia ou interpretadas como demonstração de seu resultado efetivo, tampouco são indicativos de resultados e desempenhos futuros da Companhia.

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas devem ser lidas em conjunto com os itens 6.5 e 10.1 (h) deste Formulário de Referência e as demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Companhia e da Brasil PCH.

Descrição das transações

Em 08 de Agosto de 2013 foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, com o objetivo de regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Companhia, por meio da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação de Cemig GT e da Companhia, para a qual foi cedida a posição contratual do Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH, celebrado entre Cemig GT e a Petrobrás, em 14 de junho de 2013.

A conclusão da aquisição da Brasil PCH estava sujeita a algumas condições suspensivas que não encontravam-se atendidas em 31 de dezembro de 2013. No entanto, em 14 de fevereiro de 2014, após o cumprimento das mesmas, a operação foi concluída, por meio de um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) de R\$739,9 milhões (referentes ao valor de R\$676,5 milhões definido no Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH, atualizado pela variação do CDI acrescida de 2% a.a. de 31 de dezembro de 2012 até 14 de fevereiro de 2014) feito pela Cemig GT na Chipley, os recursos foram utilizados integralmente para o pagamento da aquisição de 51,0% do capital da Brasil PCH. Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Apesar de a Chipley ter adquirido 51% de participação societária na Brasil PCH, o Acordo de Acionistas Brasil PCH estabelece que existe um controle compartilhado entre as partes, uma vez que a eleição da diretoria e as decisões sobre o direcionamento das atividades relevantes que impactam os resultados financeiros e planos de negócios da Brasil PCH exigirão a aprovação pela maioria dos membros de seu Conselho de Administração, sendo que metade de seus membros é eleita pela Chipley e metade pelos demais acionistas que agem em bloco. Por esta razão, nosso investimento em Brasil PCH será contabilizado como um investimento em negócio em conjunto de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto e na IFRS 11 – *Joint Ventures*, e nossa participação nos resultados será pelo método de equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Companhia aprovou, em 20 de fevereiro de 2014, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,55 bilhões, mediante a emissão de até 199.427.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão, por ação ordinária, de R\$17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei das

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Sociedades por Ações, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo na análise econômica-financeira constante do Anexo I à Ata que aprovou o respectivo Aumento de Capital Cemig GT.

Em decorrência do Aumento de Capital Cemig GT, quando homologado, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$1,0 bilhão, representado por 156.899.210 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais, para até R\$4,56 bilhões, representado por até 356.326.754 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais.

O montante de R\$1,4 bilhão, o qual foi corrigido desde 31 de dezembro de 2012 até 20 de fevereiro de 2014 pela variação do CDI, conforme estabelecido no Acordo de Investimento Cemig GT, celebrado em 8 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações, Light Energia, Cemig GT e a Chipley, equivalendo hoje ao montante de R\$1,55 bilhão, representado por 87.186.035 ações ordinárias, deverá ser subscrito e integralizado, dentro do Prazo para Exercício do Direito de Preferência, pela Cemig GT, ou, se for o caso, uma sociedade de propósito específico (SPE) em que a Cemig GT detenha 50% ou mais das ações ordinárias. A integralização ocorrerá por meio: (i) da cessão para a Companhia do crédito no valor de R\$739,9 milhões referente ao AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley, em 12 de fevereiro de 2014; e (ii) integralização do AFAC realizado pela Cemig GT na Companhia.

As eventuais sobras do Aumento de Capital serão rateadas entre os acionistas da Companhia que manifestarem intenção de subscrição de sobras em seus respectivos boletins de subscrição, nos termos do artigo 171, §7º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, em rodada única e as sobras que remanescerem após o rateio serão canceladas, em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários nº18, de 9 de maio de 2006, Processo RJ/2006/0214. Após o rateio e o cancelamento das sobras, o Conselho de Administração realizará nova reunião a fim de homologar o Aumento de Capital Cemig GT.

O Aumento de Capital Cemig GT poderá, ainda, ser parcialmente subscrito pelos acionistas da Companhia, observadas as seguintes condições: (i) o Aumento de Capital Cemig GT deverá ser subscrito no limite mínimo de R\$1,55 bilhão; e (ii) os acionistas da Companhia terão, no prazo de sete dias após o término do Prazo para o Exercício do Direito de Preferência, a possibilidade de confirmar as suas respectivas decisões de subscreverem as suas parcelas no Aumento de Capital Cemig GT, na hipótese de a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital.

Para mais informações vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

10.11 - Outros fatores com influência relevante**Balanço Patrimonial Pro forma Não Auditado em 31 de Dezembro de 2013**

	Consolidado	Ajustes pro forma	Consolidado
	31/12/2013	(a)	31/12/2013
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	132.598		132.598
Aplicações Financeiras	241.449		241.449
Contas a receber	20.923		20.923
Impostos a recuperar	10.751		10.751
Adiantamentos a fornecedores	5.065		5.065
Pagamentos antecipados	2.338		2.338
Cauções e depósitos vinculados	27.231		27.231
Outros créditos	1.260		1.260
Total dos ativos circulantes	441.615	-	441.615
Cauções e depósitos vinculados	123.981		123.981
Impostos diferidos	948		948
Outros créditos	150		150
Investimentos	-	739.943	739.943
Imobilizado	3.105.485		3.105.485
Intangível	-		-
Total dos ativos não circulantes	3.230.564	739.943	3.970.507
Total do ativo	3.672.179	739.943	4.412.122
PASSIVO			
Fornecedores	244.434		244.434
Empréstimos e financiamentos	1.100.134		1.100.134
Debêntures	11.239		11.239
Impostos a recolher	7.549		7.549
Salários e férias a pagar	8.465		8.465
Contas a pagar CCEE/Eletronbras	8.936		8.936
Outras contas a pagar	182		182
Total dos passivos circulantes	1.380.939	-	1.380.939
Empréstimos e financiamentos	953.855		953.855
Debêntures	325.028		325.028
Contas a pagar CCEE/Eletronbras	11.670		11.670
AFAC	-	-	-
Provisão para contingências	87		87
Total dos passivos não circulantes	1.290.640	-	1.290.640
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	1.017.697	739.943	1.757.640
(-) Custo na emissão de ações	(36.112)		(36.112)
Reserva de capital	55.067		55.067
Prejuízos acumulados	(36.052)		(36.052)
Patrimônio líquido	1.000.600	739.943	1.740.543
Total do Passivo, Patrimônio líquido	3.672.179	739.943	4.412.122

Demonstração do Resultado Pro forma Não Auditado em para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

10.11 - Outros fatores com influência relevante

	Consolidado	Equivalência Patrimonial	Ajustes Pro-forma		Consolidado Pro forma
	31/12/2013	(b)	(c)	(d)	31/12/2013
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	226.011				226.011
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciação e amortização	(68.449)				(68.449)
Custo de operação	(18.154)				(18.154)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(11.437)				(11.437)
Total	(98.040)		-	-	(98.040)
LUCRO BRUTO	127.971		-	-	127.971
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(38.306)				(38.306)
Depreciações	(1.077)				(1.077)
Outras receitas (despesas), líquidas	(86)				(86)
Resultado de equivalência patrimonial	-	39.991	(3.761)	(36.628)	(398)
Total	(39.469)	39.991	(3.761)	(36.628)	(39.867)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	88.502	39.991	(3.761)	(36.628)	88.104
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	32.426				32.426
Despesas financeiras	(104.687)				(104.687)
Total	(72.261)	-	-	-	(72.261)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16.241	39.991	(3.761)	(36.628)	15.843
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.994)				(9.994)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24				24
Total	(9.970)	-	-	-	(9.970)
LUCRO DO EXERCÍCIO	6.271	39.991	(3.761)	(36.628)	5.873

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas da Companhia e da Brasil PCH e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis e incluem os seguintes ajustes:

Balanço Patrimonial Consolidado Pro Forma

a) **Aquisição Brasil PCH e integralização de capital Cemig GT** - Ajuste pro forma referente ao registro da integralização de capital da Cemig GT na Companhia mediante cessão de AFAC feito à Chipley em 14 de fevereiro de 2014 no valor de R\$739,9 milhões. Para fins de Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas, a Companhia considerou que o AFAC cedido pela Cemig GT seria imediatamente convertido em capital social na Chipley e participação societária na Brasil PCH contabilizada como um investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Demonstração de Resultado Consolidada Pro Forma

b) **Reconhecimento de equivalência patrimonial** - Ajuste *pro forma* referente ao reconhecimento da equivalência patrimonial, relativa à participação de 51% no resultado da Brasil PCH S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$40,0 milhões.

c) **Alinhamento de práticas contábeis** - Para fins de alinhamento de práticas contábeis, a Companhia reclassificou o montante de R\$24,0 milhões, relativo ao valor das ações preferenciais resgatáveis existentes na Brasil PCH do patrimônio líquido para o passivo, para o adequado atendimento do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, utilizando para fins de análise dos demais ajustes pro forma, um patrimônio líquido da Brasil PCH ajustado já contemplando o efeito dessa reclassificação.

Dessa forma, para fins de preparação das Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas, a Companhia considerou que o valor pago aos portadores das ações preferenciais a título de dividendos fixos representaria uma despesa financeira no resultado da Brasil PCH. O efeito na demonstração do resultado da Companhia destes dividendos fixos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é R\$3,8 milhões.

d) **Alocação preliminar do preço de compra** - Para fins de preparação das Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas, a Companhia com base na melhor estimativa existente hoje, preparou uma alocação preliminar do preço de compra pago pelas ações da Brasil PCH e consequente identificação e mensuração da participação da Companhia no valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. O valor da mais valia paga na aquisição da Brasil PCH foi relativo substancialmente ao valor justo das autorizações de fornecimento de energia possuídas pelas controladas da Brasil PCH.

A Companhia acredita que após a conclusão do processo de alocação do preço de compra, além da parcela de mais valia alocada as autorizações, haja alocação de mais valia ao ativo imobilizado e aos empréstimos e financiamentos.

Pelo fato de serem ativos intangíveis identificados com vida útil definida os mesmos serão amortizados, em base linear, pelo prazo médio estimado de 20 anos contados a partir de 1º de janeiro de 2013 até o final de suas autorizações. Estes ajustes *pro forma* refletem a despesa com amortizações de tais ativos intangíveis, caso tivessem sido reconhecidos em 1º de janeiro de 2013. A despesa de amortização combinada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$36,6 milhões. Cabe ressaltar que a alocação preliminar do Preço de Compra, foi realizada com base nas informações existentes na data de preparação deste Formulário de Referência, a qual pode diferir da alocação definitiva do Preço de compra que será realizada pela Companhia no momento da contabilização definitiva da aquisição da participação societária na Brasil PCH.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2014 e conforme fato relevante publicado em 18 de fevereiro de 2014, os administradores da Companhia optaram por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, tendo em vista a necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados por seus auditores independentes e demais consultores no contexto de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia no Brasil e no exterior, em conformidade com a Instrução CVM 400.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no futuro

As projeções anteriormente divulgadas pela Companhia para demonstrar as expectativas de faturamento (linha de "Receitas – Venda de energia" de nossas demonstrações financeiras) baseadas nos contratos de energia vendidos no mercado regulado e no mercado livre ("Faturamento") foram descontinuadas em razão da realização de oferta pública, conforme facultado pelo Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2014 e nos termos divulgados no fato relevante publicado em 18 de fevereiro de 2014, não havendo que se falar mais em quaisquer projeções neste formulário de referência

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

2011

A Companhia não divulgava projeções operacionais ou financeiras.

2012

O exercício social alvo da projeção da Companhia divulgada em 2012 era o encerrado em 31 de dezembro de 2016, portanto referido item não é aplicável para o resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

2013

Os exercícios sociais alvos das projeções da Companhia divulgadas em 2013 eram os encerrados em 31 de dezembro de 2013 a 2017, portanto referido item é apenas aplicável para o resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, conforme abaixo descrito.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou um *guidance* de Faturamento de R\$235,5 milhões. A Companhia reportou, efetivamente, Faturamento de R\$234,5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, valor bem próximo e, conseqüentemente, sem desvios significativos, das estimativas então vigentes para o período.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário, e quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não aplicável, vide o item (a) acima.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e pelo Estatuto Social da Companhia. A Companhia possui ainda comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, os quais estão previstos no Estatuto Social da Companhia.

a. *atribuições de cada órgão e comitê.*

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é órgão de deliberação colegiada, responsável pelas diretrizes gerais de negócio da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização da gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias e controladas.

De acordo com o Estatuto Social vigente da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia será composto por nove membros e respectivos suplentes, em consonância com o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 ("Regulamento Nível 2") da BM&FBOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro ("BM&FBOVESPA"), que a Companhia, seus administradores e acionistas controladores estão vinculados desde a realização da oferta pública inicial da Companhia em 2010, dos quais um será o Presidente, não havendo obrigatoriedade de serem acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia são eleitos em Assembleia Geral para um mandato unificado de dois anos, condicionando a posse em seus respectivos cargos à assinatura de um Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento Nível 2, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício em seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto de sete membros, eleitos em Assembleia Geral da Companhia. Para mais informações vide o item 12.6/8 deste Formulário de Referência.

Competência do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias e controladas; (ii) aprovar quinquenalmente, revisar anualmente ou modificar a qualquer tempo o Plano de Negócios da Companhia, bem como aprovar anualmente o Orçamento, tal como elaborados pela Diretoria; (iii) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar a venda, locação, alienação ou qualquer outra forma de disposição de ativos efetuada pela Companhia (incluindo suas subsidiárias e controladas), em valor que ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), com relação a uma transferência isolada de ativos, ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), com relação ao valor total das transferências de ativos em qualquer exercício social; (iv) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar qualquer aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou para qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio de uma determinada sociedade (i) em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a uma transferência isolada, ou (ii) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor total das transferências em qualquer exercício social; (v) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar a celebração, o aditamento e/ou a rescisão de qualquer contrato ou outro instrumento que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Companhia e/ou suas subsidiárias e controladas: (i) em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um contrato isolado, ou (ii) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor total dos contratos (incluindo aditivos) firmados em qualquer exercício social; (vi) aprovar a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de um lado, e qualquer acionista (direto ou indireto), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente até o 3º grau de qualquer dessas pessoas) da Companhia e/ou de qualquer das subsidiárias (quando existentes) e/ou controladas, de outro, exceto com relação à aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou para qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio, cuja competência de deliberação para a aprovação será da Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 15, alínea (xxii) do Estatuto Social da Companhia; (vii) eleger e destituir, a qualquer momento, aceitar renúncia de, deliberar acerca de pedido de licença temporária de, designar substitutos de, qualquer Diretor;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

fixar suas atribuições específicas, observado o disposto neste Estatuto Social; (viii) distribuir a remuneração global dos administradores, fixada pela Assembleia Geral, dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como distribuir a remuneração anual global dos administradores das subsidiárias da Companhia; (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, suas subsidiárias e controladas, bem como solicitando informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer atos da administração; (x) manifestar-se acerca do relatório da administração, demonstrações financeiras e contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, assim como dos diretores das subsidiárias e controladas; (xi) convocar as Assembleias Gerais nas hipóteses legalmente previstas e quando julgar conveniente, observado o quanto disposto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia; (xii) submeter à Assembleia Geral proposta própria ou da Diretoria, nesse caso com parecer prévio, tendo como objetivo as seguintes matérias: (a) reforma do Estatuto Social da Companhia e dos atos constitutivos das subsidiárias e controladas, transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas; e (b) redução dos dividendos mínimos obrigatórios; (xiii) quando não previsto no Orçamento da Companhia, aprovar a celebração, por parte da Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias e controladas, de qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), como meio para que a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas tenha acesso a fundos de terceiros e que consista em uma obrigação de a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas pagar tais fundos acrescidos de juros, cujo valor total da transação (independente dos valores individuais dos instrumentos que a compõem) ultrapasse isoladamente R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou ainda, cumulativamente, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no total, durante o exercício social; (xiv) deliberar acerca do aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do art. 8º do Estatuto Social da Companhia, fixando preço das ações a serem emitidas, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à respectiva emissão assim como deliberar acerca do aumento de capital social via capital autorizado das subsidiárias e controladas; (xv) propor a redução dos dividendos mínimos obrigatórios, a ser submetida à Assembleia Geral ou a mudança na política de distribuição de dividendos, assim como a redução dos dividendos mínimos obrigatórios ou a mudança na política de dividendos das subsidiárias e controladas da Companhia; (xvi) outorgar garantias de qualquer natureza sobre seus bens, direitos, ativos financeiros ou fixos, para garantir obrigações da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas ou de terceiros (salvo se a garantia for concedida em uma operação que já tenha sido aprovada pelo Conselho de Administração, e desde que em tal aprovação tenha sido expressamente incluída a concessão de tal garantia); (xvii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, suas subsidiárias e controladas, obrigatoriamente dentre empresas de auditoria independente de renome internacional; (xviii) deliberar acerca do pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, pela Companhia ou por suas subsidiárias e controladas, aos acionistas, nos termos da legislação aplicável; (xix) autorizar o levantamento de balancetes semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio da Companhia, suas subsidiárias e controladas, nos termos do art. 204 da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia; (xx) deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia, suas subsidiárias e controladas, assim como deliberar acerca das condições referidas nos incisos VI a VIII do art. 59 da Lei das S.A., e deliberar ainda, sobre a emissão de debêntures conversíveis dentro do capital autorizado, nos termos do artigo 5, §2º da Lei das S.A.; (xxi) deliberar acerca da constituição, alteração ou encerramento de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, assim como aprovar seus respectivos regimentos internos e eleger seus respectivos membros; (xxii) deliberar acerca da aquisição e alienação, pela Companhia, suas subsidiárias e controladas, de participação societária em outras sociedades e a constituição de subsidiárias e controladas, bem como a participação em concorrências públicas e a participação em consórcio de empresas, joint ventures, parcerias, acordos de profit sharing, etc.; (xxiii) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos empregados, administradores da Companhia, suas subsidiárias e controladas, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, suas subsidiárias e controladas; (xxiv) definir e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha de instituição para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, para efeitos da oferta pública de aquisição de ações da Companhia na hipótese de cancelamento do seu registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, na forma do Capítulo VIII do Estatuto Social da Companhia, ou de saída do Nível 2, na forma do Capítulo IX deste Estatuto Social; (xxv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (xxvi) deliberar acerca da aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia pela própria Companhia ou de emissão de suas controladas pelas próprias controladas, para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como acerca da sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e legislação aplicável; (xxvii) manifestar-

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral da Companhia; (xxviii) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia; (xxix) aprovar a alteração dos atos constitutivos, qualquer emissão de ações e bônus de subscrição e qualquer outro valor mobiliário, a fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou cisão, envolvendo suas subsidiárias e controladas, exceto, quando tratar-se de: a) alteração de sede; e b) transformação do tipo societário de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima Fechada, cuja competência, para deliberar tais matérias, será da Diretoria da Companhia, conforme previsto no artigo 33, inciso (vi), deste Estatuto Social; e (xxx) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social das suas subsidiárias e controladas, exceto de subsidiárias integrais, cuja competência será da Assembleia Geral da Companhia, nos termos do artigo 15, inciso (vi) deste Estatuto Social.

Segundo o Regulamento Nível 2 e o Estatuto Social da Companhia, no mínimo, 20% dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, Conselheiro Independente é aquele que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Serão também considerados Conselheiros Independentes, aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no artigo 141, §4º e §5º da Lei das Sociedades por Ações. A posse de novos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento Nível 2.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é responsável pela prática de todos os atos necessários a realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, observadas as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até no máximo um terço dos cargos da Diretoria poderão ser preenchidos por membros do Conselho de Administração.

A Diretoria é composta por até 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, sendo: 1 Diretor Presidente; 1 Diretor de Engenharia e Operações; 1 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; 1 Diretor de Sustentabilidade e Comunicação; e 1 Diretor Jurídico e de Compras. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

A posse de novos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Por meio do Termo de Anuência, os nossos novos diretores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Todos os membros da nossa Diretoria possuem endereço comercial na sede da Companhia, com exceção do Diretor de Meio-Ambiente, Sr. Ney Maron de Freitas o qual possui endereço comercial na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com escritório na Avenida Paulo VI, nº 30, Pituba, CEP 41810-001. O nosso diretor de relação com investidores é o Sr. Pedro Villas Boas Pileggi, sendo seu telefone/fax (11) 3569-6746, seu e-mail ri@renovaenergia.com.br e o nosso website é www.renovaenergia.com.br.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais mediante convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de dois dias úteis. A convocação das reuniões da Diretoria se dá sempre por escrito, por meio de carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, digitalmente certificado, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

destinatário, e deverá indicar o local, data e hora da reunião, bem como a ordem do dia.

Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros; e, em segunda convocação com qualquer quorum e as deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos de seus membros.

Salvo exceções expressas no Estatuto Social da Companhia, as deliberações da Diretoria são tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes nas reuniões. Todas as deliberações da Diretoria constam de atas lavradas no respectivo livro e são assinadas pelos Diretores presentes.

Competências da Diretoria

Compete especialmente à Diretoria: (i) apresentar à Assembleia Geral, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei, bem como a proposta de destinação dos lucros do exercício; (ii) fixar, com base na orientação do Conselho de Administração, a política de investimento e financeira da Companhia; (iii) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do art. 35 do Estatuto Social da Companhia; (iv) transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis dentro dos limites previstos neste Estatuto Social e nas deliberações do Conselho de Administração; (v) praticar todos os atos visando à consecução do objeto social e do regular funcionamento da Companhia; (vi) aprovar: a) as alterações nos atos constitutivos de subsidiárias e controladas, relativos a: a.i) alteração de sede; e a.ii) transformação do tipo societário de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima Fechada; e (vii) autorizar os aumentos de capital social das subsidiárias e controladas, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui atualmente um 1 Comitê de Auditoria e *Compliance*, 1 Comitê Financeiro, 1 Comitê de Talentos e Remuneração, 1 Comitê de Engenharia e Operação e 1 Comitê de Gestão e 1 Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção (“Comitês de Assessoramento”), os quais exercem funções consultivas, em conformidade com os seus respectivos regimentos internos, com o escopo principal de assessorar o Conselho de Administração nas seguintes atividades: (i) o Comitê de Auditoria e *Compliance* assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como de revisar as demonstrações financeiras da Companhia; (ii) o Comitê Financeiro assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação de investimentos e desinvestimentos em negócios que estejam compreendidos no objeto social da Companhia e na identificação de necessidades financeiras e proposição de mecanismos para supri-las; (iii)

o Comitê de Talentos e Remuneração assessorará o Conselho de Administração nas atividades de seleção e contratação de colaboradores, inclusive aqueles que exerçam cargos estatutários, políticas de remuneração e outras atividades relacionadas a recursos humanos; (iv) o Comitê de Engenharia e Operação assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação do planejamento para implantação dos projetos de geração de energia, de escolha e contratação dos fornecedores e de acompanhamento da construção, dos cronogramas e orçamentos; (v) o Comitê de Gestão assessorará o Conselho de Administração nas atividades de formulação das estratégias de atuação da Companhia, na definição do Plano de Negócios e do Orçamento, no estabelecimento das metas e indicadores e no monitoramento do desempenho operacional da Companhia; e (vi) o Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção assessorará o Conselho de Administração no acompanhamento e desenvolvimento dos estudos de novas tecnologias e novos modelos de negócios, bem como no acompanhamento do *pipeline* de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento.

Cada Comitê será composto por 6 membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Além dos comitês estatutários, o Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o seu assessoramento, designando os seus respectivos membros dentre os membros da administração da Companhia ou outras pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

O funcionamento dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração será disciplinado pelo Conselho de Administração, que deverá aprovar os respectivos regimentos internos e o disposto no Estatuto Social da Companhia.

A tabela a seguir apresenta os nomes e cargos dos atuais membros dos comitês:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitês	Membros	
	Indicados pela Light e Cemig	Indicados pela RR Participações
Auditoria e Compliance	André Rocha Mahmoud e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Daniel Famano e Renato Amaral
Gestão	Evandro Leite Vasconcelos e Gilberto José de Cardoso	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Engenharia e Operação	Luis Fernando Guimarães e Gilberto José Cardoso	Daniel Famano e Renato Amaral
Talentos e Remuneração	Ana Silvia Corso Matte e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Financeiro	VAGO e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Novas Tecnologias e Prospecção	Douglas Braga Ferraz de Oliveira e Luiz Fernando de Almeida Guimarães	Daniel Famano e Renato Amaral

b. *data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.*

Até a data deste Formulário de Referência o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

Os Comitês de Assessoramento foram criados em 30 de maio de 2012.

c. *mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.*

A Companhia não possui mecanismos de avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

d. *em relação aos Membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.*

As responsabilidades individuais dos Diretores são atribuídas pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimento e demais condições do plano de negócios da Companhia; (iii) representar institucionalmente a Companhia; (iv) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados acerca das atividades da Companhia e do andamento de suas operações; (vi) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; e (vii) receber e analisar a possibilidade e viabilidade das solicitações dos acionistas quanto a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, observado o disposto no artigo 6º do estatuto social da Companhia.

Compete ao Diretor de Engenharia e de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) Colaborar com o planejamento, engenharia, operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia; (ii) desenvolver e responder tecnicamente pelos projetos de engenharia que serão implementados ou considerados para a tomada de decisão de novos negócios da Companhia; (iii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas à implantação de projetos de geração de energia elétrica da Companhia; (iv) responsabilizar-se pela operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia, bem como pela supervisão de empresas contratadas para este objetivo; e (v) demais atividades técnicas e operacionais da Companhia.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza administrativa e financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados da Companhia, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de aplicações financeiras, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia; (v) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (vi) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (vii) planejar, coordenar e representar a Companhia em emissões e distribuição de instrumentos de capital; (viii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (ix) observar as exigências

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios; (x) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (xi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (xii) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; (xiii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento e a implementação dos novos negócios da Companhia; (xiv) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em outras sociedades (fusões e aquisições); e (xv) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em projetos de geração ou comercialização de energia.

Compete ao Diretor de Sustentabilidade e de Comunicação dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, sugerir, definir e coordenar os procedimentos socioambientais a serem adotados pela Companhia; (ii) responsabilizar-se pelos aspectos socioambientais das atividades realizadas pela Companhia; (iii) definir e acompanhar a execução de novas práticas socioambientais nos projetos a serem implementados pela Companhia; (iv) planejar, sugerir, e definir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, e relacionamento com as comunidades.

Compete ao Diretor Jurídico e de Compras, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) coordenar e supervisionar o departamento jurídico e compras da Companhia; (ii) prestar aconselhamento jurídico e de compras nas atividades da Companhia; (iii) coordenar consultores e advogados externos, acompanhando os processos administrativos e judiciais relacionados à Companhia; (iv) conduzir os processos de compras de suprimentos e equipamentos necessários para o desenvolvimentos dos projetos da Companhia; (v) coordenar e acompanhar o relacionamento da Companhia com os seus fornecedores; (vi) promover a manutenção, conservação e modernização das instalações administrativas da Companhia; e (vii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

O Conselho de Administração poderá deliberar pela união das competências de qualquer diretoria da Companhia, observado o disposto no parágrafo quarto do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros dos comitês e do Conselho.

O desempenho dos membros Diretoria é avaliado com base na performance pessoal dos membros, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto a prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária, que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas Assembleias Gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado da nossa sede, e em outro jornal de grande circulação. Nossas publicações são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como no jornal Valor Econômico, sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da Assembleia Geral de Acionistas, e a segunda convocação, com oito dias de antecedência. A convocação deverá conter a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação da primeira convocação, quando esta tiver por objeto operação que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper por até 15 dias o curso do prazo de antecedência da convocação de Assembleia Geral Extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembleia Geral Extraordinária.

b. competências

Além das matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete, exclusivamente, à Assembleia Geral: (i) deliberar acerca de qualquer alteração do Estatuto Social ou dos atos constitutivos das subsidiárias e controladas da Companhia; (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, bem como do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria das controladas e subsidiárias da Companhia; (iii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia e de suas controladas e subsidiárias, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observando, quanto à remuneração do Conselho Fiscal, o quanto disposto no § 3º do art. 162 da Lei das S.A.; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e subsidiárias; (v) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos; (vi) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social da Companhia, e de suas subsidiárias integrais; (vii) deliberar acerca da constituição de reservas ou fundos, ressalvados aqueles obrigatórios por força de lei, desde que tais reservas ou fundos possam ter repercussões diretas nos direitos e interesses de eventuais acionistas minoritários; (viii) deliberar acerca de qualquer transformação de tipo societário, incorporação (inclusive incorporação de ações), cisão, fusão, resgate de ações e/ou conversão de algum valor mobiliário em ações, desdobramento ou grupamento de ações, que envolva a Companhia; (ix) nomear administrador judicial, liquidação, deliberar acerca da liquidação da Companhia e/ou de qualquer das suas subsidiárias e controladas, eleger e destituir liquidante e julgar-lhes as contas, bem como eleger e destituir o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (x) deliberar acerca da dissolução ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer das suas subsidiárias e controladas, que resulte em um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e o desempenho das suas subsidiárias e controladas; (xi) deliberar acerca de ajuizamento de pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias e controladas; (xii) aprovar operação de reestruturação, recuperação, ou a celebração de qualquer outro acordo, que tenha efeito similar a qualquer das matérias previstas nos itens (ix), (x) e (xi) acima; (xiii) deliberar acerca da emissão de ações e bônus de subscrição, observado o quanto disposto no art. 8º do Estatuto Social da Companhia;

(xiv) autorizar a emissão de debêntures, exceto debêntures não conversíveis em ações da Companhia, suas subsidiárias e controladas, e debêntures conversíveis dentro do capital autorizado, que caberá ao Conselho de Administração deliberar, nos termos do art. 25, inciso (xx) deste Estatuto; (xv) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia; (xvi) atribuir a administradores ou empregados da Companhia e/ou das suas subsidiárias e controladas de participação nos lucros da Companhia e/ou das suas subsidiárias e controladas; (xvii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e/ou às suas subsidiárias e controladas; (xviii) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (xix) deliberar acerca da saída no Nível 2, da BM&FBOVESPA, nos termos do Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia, ou migração para o segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (xx) escolher a empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2; (xxi) deliberar acerca da celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de um lado, e qualquer acionista relevante, nesse conceito entendido o acionista que direta ou indiretamente possuir participação no capital social da Companhia superior a 5% (cinco por cento), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente até o 3º grau de qualquer dessas pessoas) da Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, que

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

envolva a aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio; e (xxii) deliberar acerca de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Físico: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910.

Eletrônicos: www.renovaenergia.com.br; www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta da Companhia o qual prevê em seu artigo 4 que:

(i) Os representantes da Companhia devem agir tendo em vista o melhor interesse da Companhia. Considerações pessoais ou relacionamentos externos não devem interferir nos interesses da Companhia e, portanto, não se deve utilizar da posição ocupada na Companhia em benefício próprio, de parentes ou de amigos.

(ii) Ao identificar um conflito real ou potencial, tal conflito deve ser imediatamente relatado ao gestor da área envolvida, o qual deverá se encarregar de solucioná-lo. Adicionalmente, o Colaborador que identificar tal conflito real ou potencial deve se ausentar das discussões e não deve participar das decisões a respeito, exceto se solicitado pelo gestor, visando proporcionar mais detalhes sobre o caso em tela e as partes envolvidas, abstendo-se, contudo, de qualquer deliberação sobre a matéria.

(iii) Caso algum Colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de algum conflito não manifeste seu conflito de interesse, qualquer outro Colaborador que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do Colaborador em situação de conflito será considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia.

(iv) A Companhia não fará restrições às atividades político-partidárias e os Colaboradores da Renova terão o direito de livre associação. Contudo, o exercício de atividades políticas ou a filiação a qualquer partido político deverá ser comunicado à Diretoria da Companhia. Os Colaboradores, se filiados a partidos políticos, não deverão utilizar o seu horário de trabalho ou recursos da Companhia.

(v) É terminantemente proibido o exercício de atividades político-partidárias no ambiente de trabalho e que envolvam, sob qualquer forma, recursos da Renova, bem como é proibida a veiculação de qualquer forma de propaganda política nas instalações da Renova.

(vi) O Colaborador da Renova que participar de atividade política o fará como cidadão e nunca como representante da Renova. Desta forma, qualquer opinião política dos Colaboradores jamais deverá ser exteriorizada como uma posição política da Renova.

A Companhia está sujeita, ainda, as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que, dentre outras determinações, proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

O representante do exercício do direito de voto deve estar plenamente constituído por meio de procuração, nos termos do artigo 126 Lei das Sociedades por Ações.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído na forma da legislação societária, este representante pode votar em nome do acionista. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico. A Companhia usualmente recomenda a seus acionistas que a documentação necessária para participação em assembleias, inclusive procurações, sejam depositadas na sede social com, pelo menos, 72 horas de antecedência.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

A Companhia não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembleias.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias.

A Companhia não transmite ao vivo suas Assembleias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

A Companhia ainda não adotou uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	18/02/2014
		Valor Econômico - SP	18/02/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	18/02/2014
			19/02/2014
			20/02/2014
		Valor Econômico - SP	18/02/2014
			19/02/2014
			20/02/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo (estimativa) - SP	20/05/2014
		Valor Econômico (estimativa) - SP	20/05/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	19/03/2013
		Valor Econômico - SP	19/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	19/03/2013
			20/03/2013
			21/03/2013
		Valor Econômico - SP	19/03/2013
			20/03/2013
			21/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	30/07/2013
		Valor Econômico - SP	30/07/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	02/03/2012
			03/03/2012
		Valor Econômico - SP	02/03/2012
			03/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	02/03/2012
			03/03/2012
			06/03/2012
		Valor Econômico - SP	02/03/2012
			05/03/2012
			06/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	04/05/2012
		Valor Econômico - SP	04/05/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do seu Presidente, ou em caso de ausência ou impedimento temporário, por dois membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 8 dias em primeira convocação, podendo ser convocadas em prazo inferior em caso de manifeste urgência.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração nomeados pelos acionistas participantes do bloco de controle (no caso da Companhia, a Light Energia S.A. e a RR Participações S.A.), deverão votar em bloco, conforme orientação definida em Reunião Prévia de Acionistas que ocorre antes de cada Reunião do Conselho de Administração, nos termos do Capítulo V – Reunião Prévia do Acordo de Acionistas Light, conforme aditado.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedade considerada concorrente da Companhia; ou (ii) tiver interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados acima. A Companhia não tem mecanismos específicos para a identificação e administração de conflitos de interesse além dos previstos na legislação societária, porque entende que tais mecanismos legais são suficientes para este fim.

Além disso, o Código de Ética e Conduta dispõe em seu artigo 4 sobre o conflito de interesse das pessoas vinculadas à Companhia. Para mais informações sobre o Código de Ética e Conduta da Companhia vide item 12.2.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Pedro Villas Boas Pileggi	37	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	2 anos
205.859.708-74	Advogado	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/03/2014	Sim
Diretor Financeiro e de RI				
Carlos Mathias Aloysius Becker Neto	41	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	2 anos
809.607.829-15	Engenheiro	Diretor-Presidente	20/03/2014	Sim
Ney Maron de Freitas	46	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	2 anos
405.146.175-00	Advogado	Diretor de Sustentabilidade e Comunicação	20/03/2014	Sim
Ricardo de Lima Assaf	35	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	2 anos
283.393.748-26	Advogado	Diretor Jurídico e de Compras	20/03/2014	Sim
Álvaro de Freitas Gouveia Silva	53	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2014	2 anos
708.484.757-04	Engenheiro	Diretor de Engenharia e Operações		Sim
Fernando Henrique Schuffner Neto	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
320.008.396-49	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim
Não aplicável.				
Ricardo Lopes Delneri	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
157.602.498-94	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim
Renato do Amaral Figueiredo	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
146.623.258-70	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim
Carlos José Teixeira Corrêa	46	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
844.493.577-87	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2014	Sim
Geoffrey David Cleaver	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
063.631.758-79	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
068.386.827-61	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/03/2014	Não
Silvio Cláudio Peixoto de Camargo	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/12/2014	2 anos contados de 20 de março de 2014
122.917.168-16	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/12/2014	Não
Não aplicavel.				
Tiago de Sousa Guedes	29	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
105.038.497-07	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2014	Sim
André Rocha Mahmoud	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
851.819.517-91	Contabilista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim
Evandro Leite Vasconcelos	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
251.704.146-68	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	21/03/2014	Sim
Marcelo Pereira de Carvalho	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
720.444.116-87	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Não há.				
Fellipe Fernandes Goulart dos Santos	34	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
013.455.476-09	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Não há.				
Ana Silvia Matte	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
263.636.150-20	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2014	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Thiago Montenegro Henry	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
330.127.548-65	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Não há.				
Daniel Teruo Famao	34	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
299.262.938-32	engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2014	Sim
Peter Edward Cortes Marsden Wilson	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/12/2014	2 anos contados de 20 de março de 2014
168.126.648-20	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/12/2014	Sim
Não aplicavel.				
Ana Paula de Sousa Soares	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/12/2014	2 anos contados de 20 de março de 2014
915.537.177-91	Contadora	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/12/2014	Sim
Não aplicavell.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Pedro Villas Boas Pileggi - 205.859.708-74

O Sr. Pedro Pileggi é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e possui MBA pela Kellogg School of Management (Northwestern University / Chicago). O Sr. Pedro Pileggi atua desde 2011 na Companhia, onde é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Anteriormente, atuou por cinco anos no Banco Santander, instituição financeira onde exerceu, além de outras, a função de captar os recursos dos superavitários e emprestar aos deficitários, além de fazer captações, nas áreas de Corporate & Investment Banking, como responsável pela cobertura de empresas dos setores de energia elétrica e papel e celulose, e de Operações Estruturadas, como responsável pela venda de produtos estruturados de ações. Foi consultor na prática de estratégia da Accenture, consultoria especializada em gestão, em 2001 e foi executivo do Corporate do Banco BBA Creditanstalt, instituição financeira, entre 1995 e 2000. Ingressou na Companhia em abril de 2011.

O Sr. Pedro Pileggi não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto - 809.607.829-15

O Sr. Carlos Mathias Aloysius Becker Neto é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná e concluiu MBA na MIT Sloan School of Management. Atuou na Volvo Caminhões, montadora de automotores, (1995 a 1997), Renault Automóveis, montadora de automóveis (1997 a 2000), McKinsey & Company, consultoria especializada em gestão, (2000 a 2002), Fidelity Investments, gestora de recursos, (2003) e em 2004 voltou a atuar na McKinsey & Company, como sócio, na qual permaneceu até 20 de janeiro de 2012, antes de sua posse como Diretor Presidente da Companhia.

O Sr. Carlos Mathias não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Ney Maron de Freitas - 405.146.175-00

O Sr. Ney Maron, Diretor de Sustentabilidade e Comunicação da Companhia, desde 2011, é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA em 1989 e em Direito pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL em 2005, e possui especialização em Negócios Imobiliários pela Universidade Salvador e especialização em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. O Sr. Ney Maron atuou como Técnico em Recursos Naturais no Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia, órgão executor d Política Ambiental do Estado da Bahia, quando exerceu as funções de Diretor de Licenciamento Ambiental e de Chefe de Gabinete, entre 2003 e 2006, tendo ainda trabalhado na Braskem S.A., empresa do ramo de desenvolvimento químico, na área de Qualidade, Produtividade, Saúde Segurança e Meio Ambiente da Unidade Insumos Básicos – UNIB durante o primeiro semestre de 2007. O Sr. Ney Maron atua como membro-colaborador da Comissão de Meio Ambiente da OAB-BA. Ingressou na Companhia em setembro de 2007.

O Sr. Ney Maron não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Ricardo de Lima Assaf - 283.393.748-26

Ricardo de Lima Assaf é advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com especialização em direito público pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Ricardo Assaf atua na Companhia desde janeiro de 2014, onde ocupa o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório. Anteriormente, atuou por mais de 10 anos no setor de energia elétrica, com foco em regulação setorial, financiamento de projetos e operações de fusão e aquisição. Antes de ingressar na Renova, Ricardo Assaf foi sócio do escritório jurídico Machado Meyer Sendacz e Opice, no qual permaneceu por mais de 7 anos, após ter iniciado a carreira no escritório jurídico Felsberg e Associados.

O Sr. Ricardo Assaf não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Álvaro de Freitas Gouveia Silva - 708.484.757-04

O Sr. Álvaro de Freitas é formado em engenharia elétrica pela Universidade Gama Filho, com pós graduação em gestão e mestrado em finanças pela Universidade Católica Portuguesa. Desenvolveu sua carreira no setor elétrico, tendo atuado em Furnas Centrais Elétricas, na ABB Portugal, na Endesa Energia e na Gamesa Energia, empresa na qual foi Diretor Presidente, Diretor Geral da Europa Atlântica e Bálticos e, mais recentemente, Diretor Geral da Europa Oeste.

O Sr. Álvaro de Freitas não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo concluído o mestrado em Controle e Automação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e MBA em Gestão de Negócios pelo Ibmec. Profissional de carreira, o Sr. Schuffner Neto ingressou na empresa em 1985, exercendo vários cargos, incluindo Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição, Superintendente de Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos, Diretor de Geração e Transmissão e Diretor de Distribuição e Comercialização. O Sr. Schuffner Neto é também professor e pesquisador, além de diretor e membro do Conselho de Administração de várias empresas do Grupo. O Sr. Schuffner Neto é membro suplente do Conselho de Administração da Cemig, da Cemig Telecomunicações S.A., da Cemig D, Cemig GT, Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A.. Desde 2007 é Diretor da Cemig, Cemig D e Cemig GT, ocupando, desde 2010, a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios.

Ricardo Lopes Delneri - 157.602.498-94

O Sr. Ricardo Delneri é sócio-fundador da Renova. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1992. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, gestora de ativos, que chegou a administrar US\$80,0 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Ricardo Delneri alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Ricardo Delneri começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A., em 2006, juntamente com o Sr. Renato Amaral fundou a Renova Energia S.A. e desde então atua ativamente no mercado de energia renovável do país, através de desenvolvimento de projetos eólicos e hídricos. O Sr. Ricardo Delneri é Diretor da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia – APMPE e participa ativamente da instituição e aprimoramento dos marcos regulatório das fontes renováveis de energia no Brasil.

O Sr. Ricardo Delneri não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

O Sr. Ricardo Lopes Delneri é réu na Ação Penal nº 7114-69.2013.4.01.4300 que tramita perante o Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins. Esta ação decorre de denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Federal, acerca de desmatamento de uma área de 50 m2 no Município de Ponte Alta do Tocantins, promovido por empregados de empresa contratada pela Companhia, para fins de realização de serviços de sondagem geológica.

Segundo o Ministério Público Federal, tal desmatamento teria ocorrido em área localizada na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, área de proteção permanente por força de lei, sem a devida licença do Naturatins, órgão de meio ambiente do Estado do Tocantins, de tal sorte que os administradores da empresa prestadora de serviços da Companhia, bem como da própria Companhia, teriam incorrido nas infrações dos artigos 38 e 40 da Lei nº 9.605. O processo encontra-se em fase de citação do Sr. Delneri, que, uma vez citado, apresentará sua defesa. Importante mencionar que os fatos tratados nesta ação são os mesmos relacionados à Ação Penal nº 1000-85.2011.4.01.4300, que tramita perante o mesmo juízo, contra a Companhia e outros corréus, sendo que naquela ação, o Sr. Delneri obteve, por meio de habeas corpus, sua exclusão do pólo passivo da ação, devido à inépcia da denúncia, em vista da ausência da descrição individualizada de quaisquer condutas ilegais de sua parte.

Não há decisão judicial proferida até o momento, mas os advogados que defendem o Sr. Delneri neste processo acreditam, de acordo com as circunstâncias que envolvem o caso e sua experiência, que o Sr. Delneri tem sólidos argumentos de defesa.

Renato do Amaral Figueiredo - 146.623.258-70

O Sr. Renato Amaral é sócio-fundador da Renova e membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2011. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1993. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, gestora de ativos, que chegou a administrar US\$80 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Renato Amaral alienou sua participação na Tudor Asset Management, gestora de ativos. Em 2000, o Sr. Renato Amaral começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A., na qual foi responsável por todas as etapas da implantação do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, com a implantação de PCHs que totalizam 42MW de capacidade instalada, tendo adquirido experiência na prospecção e desenvolvimento de tais projetos. Em 2006, juntamente com o Sr. Ricardo Delneri fundou a Renova Energia S.A. e desde então atua ativamente no mercado de energia renovável do país, através de desenvolvimento de projetos eólicos e hídricos. O Sr. Renato atua como Diretor de Energia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Vice-Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA e como conselheiro na Câmara Técnica de Energia – Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI do estado da Bahia.

O Sr. Renato Amaral não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Carlos José Teixeira Corrêa - 844.493.577-87

O Sr. Carlos José Teixeira Correa, membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2011, formou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuindo MBA Executivo pelo IBMEC SP. O Sr. Carlos José foi funcionário do Banco Real S/A, banco de varejo, entre 1990 e 2006, onde atuou como Gerente de Relacionamento na área de operações estruturadas da Diretoria de Comércio Exterior, e do Wholesale Bank – Segmento Químico e Petroquímico. Participou da equipe Corporate do Banco ABN AMRO Real S/A, oportunidade na qual realizou o desenvolvimento do seguimento de Energia Renovável, sendo o responsável no Brasil pela avaliação e estruturação dos projetos originados na área comercial. Ao final do ano de 2006 passou a integrar a equipe de Gestão do Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, onde atua até hoje como Superintendente de Investimentos da Mantiq Investimentos. É membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade S/A e Presidente do Conselho de Administração da Energia Renováveis do Brasil S/A – ERB.

O Sr. Carlos Corrêa não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Geoffrey David Cleaver - 063.631.758-79

Superintendente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira que exerce além de outras a função de captar os recursos dos superavitários e emprestar aos deficitários onde é responsável, desde 2004, pela área de gestão de FIPs do Banco Santander (Brasil). Nesta função responde pela administração do InfraBrasil – Fundo de Investimento em Participações S.A. e pela gestão do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, ambos os fundos dedicados para setores de infraestrutura. O Sr. Geoffrey Cleaver é formado em administração pela FAAP em 1984. Ingressou no Banco Real (sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.) no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers, o Sr. Geoffrey Cleaver foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil, que detinham participações nas seguintes empresas: Drogasil, Microlite, Cinemark Brasil, Tecto, Officenet e Mastersaf. Anteriormente, o Sr. Geoffrey Cleaver trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

O Sr. Geoffrey Cleaver não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Rodrigo Matos Huet de Bacellar - 068.386.827-61

O Sr. Rodrigo Bacellar exerce a função Superintendente da Área de Insumos Básicos do BNDES, responsável pelos financiamentos aos setores de Petróleo, Gás e Construção Naval; Siderurgia, Mineração e Cimento; Química e Petroquímica; Papel e Celulose. Ingressou no BNDES, banco de fomento brasileiro por concurso público, em 2000, e desde então exerceu diversos cargos executivos, com atuação voltada à indústria de base e ao setor de petróleo e gás. Foi chefe do departamento de operações por Internet, responsável pelo Cartão BNDES, durante quatro anos. Iniciou sua carreira como Analista Financeiro no Banco BBM Investimentos (1995-2000). É engenheiro de Produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com pós-graduação em finanças pela FGV e MBA pela Coppead/UFRJ, 37 anos. Participou de programas de treinamento executivo, com destaque para Gestão Estratégica de Pessoas pela INSEAD/FDC e de Conselheiros de Administração pelo IBGC.

O Sr. Rodrigo Bacellar não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Silvio Cláudio Peixoto de Camargo - 122.917.168-16

Graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Private Equity, Venture Capital e Governança Corporativa pela Harvard Business School. Possui mais de 19 anos de experiência no mercado financeiro onde atuou como analista de investimento em diversas instituições financeiras, bem como gestor de fundos de investimento em gestores independentes e, atualmente é sócio da empresa Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda. É membro do Conselho de Administração da Fertilizantes Heringer e da Trisul Incorporadora. Foi membro do Conselho de Administração da Bradespar (suplente) e da Cerâmica Topázio;

Tiago de Sousa Guedes - 105.038.497-07

O Sr. Tiago é especialista de novos negócios na Light S.A. desde junho de 2013, onde suas principais atribuições são: participar de todo o processo de M&A, desde a prospecção, estruturação da operação, até o acompanhamento posterior dos resultados, com foco na análise da viabilidade econômico-financeira. Anteriormente, o sr. Tiago atuou na InvestimentosNaPratica.com como consultor de negócios de janeiro de 2011 até junho de 2013, na Oi S.A. como analista financeiro de agosto de 2012 a junho de 2013 e na IBAM como consultor financeiro, de setembro de 2009 a fevereiro de 2010. O Sr. Tiago não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

André Rocha Mahmoud - 851.819.517-91

O Sr. André atua desde janeiro de 2007 na Light Serviços de Eletricidade S.A. como Superintendente de Auditoria Interna e Controle, onde é responsável pela Área de Auditoria Interna; pelo Canal Corporativo (Canal de Denúncias); é Membro do Comitê de Ética; é Representante nas seguintes empresas onde a Light possui participação: Renova S.A. (Eleito em 30/05/2012) – Coordenador do Comitê de Auditoria; Norte Energia S.A. (Eleito em 24/04/2012) – Vice-Coordenador do Comitê de Auditoria; Energia Olímpica S.A. (Eleito em 27/01/2014) – Membro do Conselho Fiscal. Anteriormente, o Sr. André atuou na Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda. como Diretor (último cargo), onde era responsável pela gestão da área de prestação de serviços de assessoria em riscos, controles internos, auditoria interna, compliance, entre outros. Atuou ainda, na Tele Norte Leste Participações S.A. (Atual Oi) como gerente. O Sr. André não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

O Sr. Evandro Leite Vasconcelos, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2011. Engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em engenharia de recursos hídricos pela COPPE/UFRJ (1989) e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. Foi professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da PUC-Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e também a do Departamento de Planejamento Energético, foi Superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão e também Superintendente de Transmissão, Superintendente de Geração, Superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão. Foi Diretor de Geração e Diretor-Presidente da Empresa Rosal Energia S.A., empresa subsidiária da CEMIG e Diretor de Energia da Light S.A.

Marcelo Pereira de Carvalho - 720.444.116-87

Economista, formado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Em 2002 concluiu MBA em Gestão de Micro e Pequena Empresa pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e em 2012 o MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atua na CEMIG desde 1987, onde iniciou sua vida profissional como técnico de operação de estações. Desde então exerceu diversas funções, sendo hoje analista de procedimentos institucionais e regulatórios e analista econômico financeiro. Participou de programas de treinamento executivo, dentre os quais o Curso de Regulação e Negócios no setor de energia elétrica da Fundação Getúlio Vargas em 2007 e Conselheiro de Administração pelo IBGC em 2010.

Felipe Fernandes Goulart dos Santos - 013.455.476-09

Mestre em Engenharia Elétrica, na área de Otimização, pela Universidade Federal de Minas GeraisUFMG (Gerenciamento de riscos: Otimização multiobjetivo e análise de portfólio de compra e venda de energia), em 2013. Ingressou na CEMIG em 2006 atuando, até a presente data, na área de Planejamento da Comercialização e Análise de Risco de Energia do “Grupo Cemig”, executando análises para avaliar as negociações de compra e venda de energia elétrica do “Grupo Cemig” e dando suporte nas análises de aquisição de ativos. Publicou diversos artigos em seminários nacionais, ganhando prêmios e um convite para uma publicação internacional.

Ana Silvia Matte - 263.636.150-20

A Sr. Ana Silvia foi diretora de gente na Light S.A. de agosto de 2006 à março de 2012, renunciou ao cargo de diretora estatutária, para fundar sua própria empresa. Em abril de 2012, foi reeleita para continuar representando a Light como: membro e presidente do CRT-Comitê de Rem. e Talentos da Renova; membro do CGR-Comitê de Gestão e Remuneração da Norte Energia S/A e membro do Conselho de Curadores da FUNCOGE. Cargos em que permanece até a presente data. A Sr. AnaSilvia não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Thiago Montenegro Henry - 330.127.548-65

Economista formado pela Université de Versailles na França e mestre em economia e meio ambiente pela mesma Universidade. Atuou no International Finance Corporation (World Bank Group) de São Paulo como analista de investimento/crédito e consultor de crédito. No Instituto PNBE de Desenvolvimento Social de São Paulo foi gestor do projeto “Bióleo”. Coursou na Saint Paul Escola de Negócios-São Paulo/Brasil o Investment Banking Course; o Equity Fundamentals Course – IFC | World Bank, São Paulo – Brasil e o Credit Training Course – IFC | World Bank, Maryland – USA.

Daniel Teruo Fmano - 299.262.938-32

O Sr. Daniel Fmano é engenheiro de materiais formado pela Escola Politécnica da USP e certificado pelo PLD (Program for Leadership Development) na Harvard Business School. De 2009 a 2013 foi responsável pela Superintendência de Finanças Corporativas e RI da Renova Energia S.A. Anteriormente atuou na área de M&A da Iguatemi Empresa de Shopping Centers e na área de desenvolvimento e gestão de produtos da Telefônica. O Sr. Daniel Fmano não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Peter Edward Cortes Marsden Wilson - 168.126.648-20

Graduado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas, com MBA em finanças na Fundação Getúlio Vargas – EAESP São Paulo e Mestrado em economia na Fundação Getúlio Vargas – Escola de Economia de São Paulo. De 1993 a 1997 atuou como Trader e Controller no Banque Nationale de Paris em São Paulo e em Nova York. De 1999 a 2001, como gestor de investimentos ajudou a desenvolver a área de negócios de América Latina na Globalvest Management L.P/Latinvest Asset Management. De 2001 a 2003, como gerente financeiro sênior, foi responsável pela formação e controle de todos os fundos Offshore da Ourinvest Asset Management Ltd. em São Paulo e em Grand Cayman Island. Do ano de 2004 a 2007 atuou como gestor de patrimônio, foi responsável pela administração do patrimônio de famílias, com ativos totais acima de 200 milhões de dólares na PHI Capital Management. Atualmente é sócio responsável pela área de gestão de patrimônio e finanças corporativas com rentabilidade de carteiras gerenciadas acima de 120% do CDI da Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda.;

Ana Paula de Sousa Soares - 915.537.177-91

Gerente da Área de Mercado de Capitais do BNDES, responsável pelo acompanhamento dos ativos de renda variável do setor de energia elétrica da carteira da BNDESPAR, desde junho de 2013. Ingressou no BNDES por concurso público, em março de 2005, e desde então atuou na análise de projetos dos setores automotivo e de biocombustíveis e de cogeração de energia. Contadora, formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, com MBA em finanças pelo IBMEC e MBA executivo pela Coppead/UFRJ. No ano de 2014 foi eleita como membro suplente dos Conselhos Fiscais da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e da AES Tietê S.A. No ano de 2013 foi eleita como membro suplente dos Conselhos Fiscais da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e da AES Elpa S.A. e como membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Ana Silvia Matte	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada	30/05/2012	2 anos
263.636.150-20	Comitê de Talentos e Remuneração		55	30/05/2012	
André Rocha Mahmoud	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	30/05/2012	2 anos
851.819.517-91	Comitê de Auditoria e Compliance		47	30/05/2012	
Daniel Teruo Fmano	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	18/03/2013	até 30/05/2014
299.262.938-32	Gestão, Financeiro, Talentos e Remuneração, Auditoria e Compliance, Novas Tecnologias e Prospecção		33	18/03/2013	
O Sr. Daniel Fmano exerceu função de Superintendente de Finanças Corporativas e RI na Companhia durante os exercícios de 2013, 2012 e 2011. Adicionalmente, o Sr. Daniel Fmano é membro também do Comitê de Engenharia e Operação.					
Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
788.887.516-53	Comitê de Auditoria e Compliance, Financeiro, Talentos e Remuneração, Novas Tecnologias e Prospecção		39	30/05/2012	
Evandro Leite Vasconcelos	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	21/09/2012	até 30/05/2014
251.704.146-68	Comitê de Gestão		56	21/09/2012	
Membro Efetivo do Conselho de Administração					
Gilberto José Cardoso	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
278.407.606-78	Comitê de Gestão e Comitê de Engenharia e Operação		53	30/05/2012	
Membro Suplente do Conselho de Administração					
Luís Fernando de Almeida Guimarães	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	17/12/2012	até 30/05/2014
267.314.447-15	Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção e Comitê de Engenharia e Operação		55	17/12/2012	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Renato do Amaral Figueiredo	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
146.623.258-70	Auditoria e Compliance, Engenharia e Operação e Novas Tecnologias e Prospecção		42	30/05/2012	
Membro efetivo do Conselho de Administração.					
Ricardo Lopes Delneri	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/05/2012	2 anos
157.602.498-94	Comitê Financeiro, Comitê de Talentos e Remuneração e Comitê de Gestão		42	30/05/2012	
Presidente do Conselho de Administração.					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui relações familiares entre seus administradores e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2013Administrador do Emissor

Joaquim Dias de Castro

909.933.140-15

Subordinação

Credor

Membro Suplente Independente do Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa Relacionada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

33.657.248/0001-89

Gerente de Mercado de Capitais

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rodrigo Matos Huet de Bacellar

068.386.827-61

Subordinação

Credor

Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa Relacionada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

33.657.248/0001-89

Superintendente de Insumos Básicos

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Daniel Teruo Famano

299.262.938-32

Prestação de serviço

Controlador Direto

Membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa Relacionada

RR Participações S.A

09.207.533/0001-13

Consultor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Rubens Brandt	253.748.468-17	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ENEX O&M de Sistemas Elétricos	06.101.807/0001-05		
Sócio			
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2012**Administrador do Emissor**

Joaquim Dias de Castro
Membro Suplente Independente do Conselho de Administração da Companhia.

909.933.140-15 Subordinação Credor

Pessoa Relacionada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Gerente de Mercado de Capitais

33.657.248/0001-89

Observação**Administrador do Emissor**

Rodrigo Matos Huet de Bacellar
Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração da Companhia.

068.386.827-61 Subordinação Credor

Pessoa Relacionada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Superintendente de Insumos Básicos

33.657.248/0001-89

Observação**Administrador do Emissor**

Rubens Brandt

253.748.468-17 Controle Fornecedor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ENEX O&M de Sistemas Elétricos	06.101.807/0001-05		
Sócio			
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2011

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Brandt	253.748.468-17	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ENEX O&M de Sistemas Elétricos	06.101.807/0001-05		
Sócio			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral dos Administradores (D&O), contratada com a Ace Seguradora S.A., cujo o número da apólice é o 16.10.0005087.28, com cobertura extensiva às suas controladas e/ou subsidiárias para reparação de danos causados a terceiros, decorrentes da má conduta de qualquer pessoa física que tenha sido, seja ou venha a ser, conforme o caso, membro do conselho de administração, da diretoria, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão estatutário ou órgão criado pelo estatuto social, no exercício das atividades. Referida apólice de seguro D&O possui limite máximo de indenização fixado em R\$30,0 milhões e vigência até 18 de dezembro de 2014, o qual possui prêmio no valor total de R\$74,9 mil.

Adicionalmente, referida apólice possui prazos complementar e suplementar de cobertura, sendo o prazo complementar igual a 36 meses contados da data do término do período de vigência da apólice, e o prazo suplementar, o qual será aplicável encerrado o prazo complementar, nos seguintes termos:

Prazos	Porcentagem sobre o Prêmio
12 meses	75% do prêmio
24 meses	100% do prêmio

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais

De modo a garantir aos investidores o acesso a outras informações sobre as práticas da Companhia quanto as assembleias gerais, informamos que:

Data	Instalação em segunda convocação	Tipo	Quórum de instalação
20/03/2014	-	AGOE	Acionistas representando mais de 76,63 (setenta e seis vírgula sessenta e três por cento) do capital social votante da Companhia.
11/12/2013	Dispensada a convocação	AGD	Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação, nos termos do Art. 124, parágrafo 4º e artigo 71, parágrafo 2º da Lei 6.404 de 1976.
19/11/2013	-	AGE	Acionistas representando mais de 76,28 (setenta e seis vírgula vinte e oito por cento) do capital social votante da Companhia.
19/04/2013	-	AGOE	Acionistas representando mais de 87,59 (oitenta e sete vírgula cinquenta e nove por cento) do capital social votante da Companhia.
31/08/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
22/08/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
30/05/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
02/04/2012	-	AGO	Acionistas representando mais de 82% (oitenta e dois por cento) do capital social votante da Companhia.
24/02/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
24/01/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
09/01/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
03/11/2011	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
19/08/2011	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação
30/05/2011	-	AGE	Acionistas representando mais de 91% (noventa e um por cento) do capital social votante da Companhia
25/04/2011	-	AGOE	Acionistas representando mais de 77% (setenta e sete por cento) do capital social votante da Companhia

Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

A Companhia está em fase de adesão do “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC, o qual objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando: (i) aumentar o valor da Companhia; (ii) melhorar o desempenho da Companhia; (iii) facilitar o acesso da Companhia ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para a perenidade da Companhia, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, a Companhia pretende adotar:

- política "uma ação igual a um voto";
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;

12.12 - Outras informações relevantes

- Estatuto Social claro quanto à: (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iv) hipóteses de direito de recesso;
- elaboração de relatórios anuais das atividades da Companhia no exercício social encerrado, comparativamente aos exercícios anteriores e de acordo com os padrões internacionais de contabilidade;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- convocações de assembleia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica "outros assuntos" e sempre visando a realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- regras de votação bem definidas e disponíveis aos acionistas desde a publicação do anúncio de convocação;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia;
- divulgação anual das políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e saúde adotadas pela Companhia;
- composição do Conselho de Administração com, no mínimo, deve ter ao menos 20% de membros independentes (sem vínculos com a companhia e com o acionista controlador); e
- conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e contábeis, com conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e experiência em participação em outros conselhos de administração.

Em complemento ao item 12.6/12.08 informamos que o Sr. Álvaro de Freitas é estrangeiro e sua posse está condicionada à autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática da remuneração;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses e objetivos de curto e longo prazo da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

b. composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa acumulada, que corresponde à salário ou pró-labore com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; e (ii) remuneração variável, que corresponde ao bônus e pagamento baseado em ações por meio de Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida.

A Companhia não possui diretores não estatutários.

A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e 2013 a Companhia possuía 02 membros independentes remunerados mensalmente. No exercício corrente, a Companhia não possui membro do Conselho de Administração remunerado.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração é formada por: (i) para os membros independentes: remuneração fixa mensal, não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos e não recebem remuneração variável; (ii) para os membros efetivos: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Conforme previsto no Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes, além de empregados, Diretores e pessoas físicas que prestam serviços à Companhia ou a controladas. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria seria levado para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção, tratando-se esse de um caso omissivo e passível de conflito de interesse caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao Conselho de Administração consultar a Assembleia Geral sobre qualquer tema que entenda necessário.

Ainda, a Companhia esclarece que até a presente data não foram realizadas outorgas de opções para membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado.

A Companhia não possui diretores não estatutários.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

A tabela abaixo apresenta as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 2013, considerando nossa política de remuneração em vigor::

Órgão	Fixo	Benefícios	Bônus	Ações
Diretoria Estatutária	20%	2%	N/A	78%
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Os reajustes salariais dos Administradores da Companhia são avaliados utilizando-se da Metodologia Mercer de cargos e salários, a qual é definida com base nos valores de referência para cada cargo extraído de pesquisa salarial realizada pela Mercer “TRS”. Tal mecanismo visa reter os profissionais da Companhia que colaboram para o atingimento das metas da Companhia. O referido reajuste está condicionado à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, o qual julgará sua necessidade.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade. A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo, avaliada com base na metodologia Mercer e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar. A parcela variável tem como objetivo motivar os administradores a trabalharem pelo cumprimento das metas e entrega de projetos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável (opção de compra de ações) é estabelecida com base na *performance* pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas. No Plano de Opção é negociado com o administrador o número de ações e o montante acompanha a valorização de mercado prevista.

Programa 2011: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia.

Programa 2013: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da premiação variável dos membros da administração é a performance do negócio e a geração de valor para a Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

No Programa 2011, embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação do montante a ser outorgado, conforme indicado no item “C” acima, a Companhia não adota mecanismos formais e estruturados para avaliar a evolução de referidos indicadores de desempenho. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

No Programa 2013, o indicador de desempenho utilizado como base de análise é o plano de ação consolidado de metas da Companhia, assim como a avaliação subjetiva da geração de valor para a Companhia. O plano de ação consolidado é medido anualmente com base em indicadores definidos como prioritários pelos acionistas. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A prática de remuneração variável baseado no Plano de Opção da Companhia se alinha com os objetivos de médio e longo prazo da Companhia, sendo que atualmente a Companhia não possui quaisquer práticas de remuneração focada em objetivos de curto prazo.

No Programa 2011 as outorgas das ações ocorrem a partir de eventos específicos da vida dos projetos de geração de energia, tais como a homologação do resultado do leilão, a assinatura de financiamento, a entrada em operação comercial e o aniversário de 1 (um) ano da entrada em operação de um pool de projetos.

No Programa 2013 as outorgas das ações ocorrem em montantes sugeridos a partir da performance do negócio e da avaliação do valor gerado para o negócio, considerando a valorização esperada da empresa no longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os administradores da Companhia não recebem remuneração de suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	16,75	5,00		21,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.666.915,99		2.666.915,99
Benefícios direto e indireto	0,00	335.566,51		335.566,51
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.206.924,27		4.206.924,27
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	200.000,00		200.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor de R\$ 200.000,00 em "Outros" trata-se de signing bonus para membro da Diretoria da Companhia.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	3.409.163,69		3.409.163,69
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0,00	10.818.570,46		10.818.570,46

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,25	4,75		18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	96.000,00	1.755.000,00		1.851.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	231.701,54		231.701,54
Participações em comitês	8.000,00	0,00		8.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	671.000,00		671.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	31.122,00	529.927,88		561.049,88
Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 31.122,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 529.927,88 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	7.935.921,44		7.935.921,44
Observação	1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração. 2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.		
Total da remuneração	135.122,00	11.123.550,86		11.258.672,86

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,25	4,92		17,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	164.000,00	1.726.198,67		1.890.198,67
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	32.000,00	0,00		32.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	679.950,08		679.950,08
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	58.422,00	655.253,61		713.675,61

Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 58.422,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 655.253,61 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	1.703.469,10		1.703.469,10
Observação	1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração. 2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. 2. A linha de "Baseada em Ações" não reflete as informações da DFP da Companhia pois o valor foi reconhecido no balanço da Companhia nos exercícios anteriores porém as ações foram subscritas e integralizadas no exercício de 2013.		
Total da remuneração	254.422,00	4.764.871,46		5.019.293,46

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,33	5,83		15,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	96.000,00	1.895.000,00		1.991.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	24.000,00	0,00		24.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	32.760,00	515.965,70		548.725,70
Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 32.760,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 515.965,70 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	9.227.900,40		9.227.900,40

Observação	<p>1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.</p> <p>2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.</p>	<p>1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.</p> <p>2. A linha de "Baseada em Ações" não reflete as informações da DFP da Companhia pois o valor foi reconhecido no balanço da Companhia nos exercícios anteriores porém as ações foram subscritas e integralizadas no exercício de 2013.</p>		
Total da remuneração	152.760,00	11.638.866,10		11.791.626,10

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - 2014 (Previsão)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	16,75	5	N/A	21,75
Bônus	N/A	R\$4.206.924,27	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,25	4,75	N/A	18
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	5	N/A	19
Bônus	N/A	R\$679.950,08	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	7	N/A	21

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Bônus	N/A	105.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

O Conselho de Administração definirá os Beneficiários em favor dos quais poderão ser outorgadas Opções, bem como:

- (i) o número total de ações da Companhia que poderá ser adquirido com o exercício de cada Opção;
- (ii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso;
- (iii) o preço de exercício de cada Opção ("Preço de Exercício") e condições para pagamento do Preço de Exercício, observado o disposto no item 6 abaixo; e
- (iv) eventuais restrições aplicáveis às ações recebidas em virtude do exercício de Opções e respectivas penalidades.

A partir da entrada em vigor deste Plano nos termos da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração está autorizado a outorgar Opções nos termos deste Plano e de suas deliberações.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada Opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário.

O Contrato deverá especificar, dentre outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (i) o número e a espécie de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da Opção;
- (ii) as condições para aquisição do direito ao exercício da Opção;
- (iii) o prazo para exercício da Opção;
- (iv) o Preço de Exercício e condições de pagamento; e
- (v) quaisquer outros termos e condições, observadas as disposições deste Plano.

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições suspensivas ou resolutivas para o exercício da Opção.

Os Contratos serão individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato, observando a situação individual e particular de cada Participante.

As Opções outorgadas nos termos do Plano e o seu exercício pelos Participantes não têm qualquer relação, tampouco estão vinculados, à sua remuneração fixa, variável ou eventual participação nos lucros da Companhia.

O Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere este Plano e o respectivo o Contrato.

A partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações resultantes do exercício das Opções, o Beneficiário terá todos os direitos e deveres inerentes à condição de acionista da Companhia, conforme previstos em Lei das S.A. e no Estatuto Social da Companhia.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato, as Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (i) mediante o seu exercício integral; ou
- (ii) após o decurso do prazo de vigência da Opção ou do respectivo período de exercício da Opção; ou

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(iii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção de Compra de Ações da Renova, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76 e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia.

A Companhia visa, por meio deste Plano, a incentivar e reter administradores e executivos da Companhia, o que gerará benefícios a tais administradores e executivos, que receberão parte do valor gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com administradores e executivos incentivados a, cada vez mais, trabalhar de forma a maximizar a performance da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano os administradores e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção possibilita que administradores se tornem sócios em condições diferenciadas, dessa forma constitui instrumento de incentivo para o comprometimento dos administradores da Companhia com o futuro dessa e a geração de valor, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. Atinge-se, ainda, por meio desse modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, mediante a valorização das ações adquiridas. O plano de remuneração baseado em opções de compra de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas pela atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano de Opção, incentivamos a permanência dos executivos da Companhia em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Desde que respeitado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, não há número máximo de opções a serem outorgadas. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

h. Condições de aquisição de ações

No Programa 2011, as condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

No Programa 2013, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Contrato de Outorga. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Outorga dentro dos prazos e nas condições estipuladas neles, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano de Opção. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas. Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções de compra de ações no âmbito do referido Programa 2013.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No Programa 2011, as opções já outorgadas tiveram seu preço de exercício fixado com base no patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, as opções a serem outorgadas terão seu preço de exercício fixado com base na média, ponderada por volume de negócios, da cotação da ação da Companhia nos últimos 30 pregões anteriores ao da outorga, a ser corrigido por inflação até a data de exercício das opções de compra de ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

No Programa 2011, o prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, o prazo de exercício é sempre o prazo máximo previsto para o Programa 2013.

k. Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato de Outorga, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Outorga outras formas, condições e prazos de pagamento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

l. Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no Contrato de Outorga, no Plano de Opção, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano de Opção ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante ou da companhia, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opção voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano de Opção.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano de Opção; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

As regras descritas acima são aplicáveis aos Programas 2011 e 2013.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano de Opção, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos Conselheiros e Diretores da Companhia, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2013			
	ON	% ON	PN	% PN
Conselho de Administração	288.574	0,18%	576.146	0,77%
Diretoria	328.263	0,20%	656.525	0,88%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em relação ao Programa 2013

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2014)

Diretoria Estatutária	
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	4
Data da outorga	A definir
Quantidade de opções outorgadas	98.393 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%

* Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Diretoria Estatutária	
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	4
Data da outorga	12/08/2013
Quantidade de opções outorgadas	161.092 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato a após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0,34
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$43,20/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%

*Não houve opções a outorgadas a membros do Conselho de Administração da Companhia

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Diretoria Estatutária				
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	1	2	3	4
Data da outorga	26/01/2012	01/03/2012	30/05/2012	26/11/2012
Quantidade de opções outorgadas	22.890 units	54.000 units	3.417 units	53.313 units

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato a após a outorga	10.000 units imediato após outorga e 12,5% a cada 6 meses	Imediato após outorga	Imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0,34	0,34	0,34	0,34
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$25,69/unit	R\$26,20/unit	R\$32,10/unit	R\$29,50/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

*Não houve opções a outorgadas a membros do Conselho de Administração da Companhia

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro 2011:

Diretoria Estatutária				
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3	1	1	3
Data da outorga	14/02/2011	04/04/2011	09/06/2011	15/08/2011
Quantidade de opções outorgadas	147.450 units	125.000 units	48.000 units	62.847 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato a após a outorga	Imediato após outorga	25% a cada 6 meses a partir de 04/04/2011	Imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0,34	0,34	0,34	0,34
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$22,76/unit	R\$33,30/unit	28,02	R\$27,20/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

*Não houve opções a outorgadas a membros do Conselho de Administração da Companhia

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013	
Diretoria Estatutária	
Nº de membros	1
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	27.500 units
Data em que se tornarão exercíveis	Do total de 54.000 units: 10.000 units em 01/03/2012 e 12,5% a cada 6 meses
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,34/unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$49,00/unit
Opções exercíveis	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Nº de membros	--	4,75
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$37,30
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$37,30

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Nº de membros	--	5
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$31,45
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$31,45

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Nº de membros	--	4
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	335.297 ONs 670.594 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$ 0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	26,34
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	335.297 ONs 670.594 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$ 0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	26,34

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	4,75	4,92	5,83	13,25	12,25	9,33
Valor da maior remuneração(Reais)	2.629.631,45	1.223.553,66	6.894.686,68	70.000,00	118.000,00	60.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.374.152,10	1.866,00	128.700,00	44.000,00	96.000,00	60.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.002.429,32	456.624,21	1.397.774,18	57.000,00	107.000,00	60.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	Somente dois membros do conselho de administração da Companhia são remunerados.
31/12/2011	Para calcular o valor médio da remuneração, a Companhia considerou somente 2 membros, visto que os demais não são remunerados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	dez/13	dez/12	dez/11
Diretoria Estatutária	99%	0%	31%
Conselho de Administração*	1%	0%	0%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os membros independentes da Companhia são os únicos membros do Conselho de Administração que são remunerados.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía, em bases consolidadas, 219 funcionários. A tabela a seguir indica o número de empregados por localização geográfica e atividade desempenhada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e primeiro bimestre do exercício social de 2014.

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Número de funcionários em				Total da localização geográfica em			
		31.12.2011	31.12.2012	31.12.2013	28.02.2014	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2013	28.02.2014
SP	Administração	45	88	100	108	53	93	105	114
	Operacional	2	1	2	2				
	Diretoria	6	4	3	4				
BA	Administração	56	63	95	99	62	78	114	118
	Operacional	5	14	18	18				
	Diretoria	1	1	1	1				
MG	Administração	7	4	-	-	7	4	-	-
	Operacional	-	-	-	-				
	Diretoria	-	-	-	-				
TO	Administração	1	-	-	-	1	-	-	-
	Operacional	-	-	-	-				
	Diretoria	-	-	-	-				
Total Geral		123	175	219*	232*	123	175	219*	232*

* Nesse total não está considerado o número de estagiários.

Todos os funcionários são contratados na Renova Energia S.A., dessa forma as controladas da Renova Energia S.A. não possuem funcionários, uma vez que as contratações são única e exclusivamente feitas pela Renova Energia S.A.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 1.816 prestadores de serviços terceirizados, que assessoram os seguintes departamentos internos. A evolução do número de terceiros se deu pela implantação dos parques eólicos e o amadurecimento de alguns processos de Segurança do Trabalho:

Áreas da Companhia	Localidade	28/02/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Prospecção Eólica	BA	54	54	54	54
	CE	-	-	-	-
	PE	-	-	-	-
Segurança e Meio Ambiente	BA	34	34	-	-
	SP	22	22	-	-
	MG	3	3	-	-
Suprimentos	BA	4	4	-	-
	SP	5	5	4	1
Implantação	BA	1.687	1.687	1.687	1.687
Sustentabilidade	BA	1	1	2	2
Finanças	BA	6	6	7	12
Total		1.816	1.816	1.754	1.756

c. índice de rotatividade:

Índice de Rotatividade	Percentual em			
	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2013	28.02.2014
Renova	7,1%	14%	20%	5%

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Na data deste Formulário existiam vinte e três reclamações trabalhistas envolvendo o valor aproximado de R\$787,0 mil, em que a Companhia é 2ª ou 3ª reclamada, ou seja, respondendo de forma subsidiária. Por essa razão, os processos não estão provisionados por ser considerada remota a chance de perda. Nos termos do contrato, as empresas contratadas deverão defender, indenizar e manter indene as Pessoas Beneficiárias de Indenidade da Proprietária (Companhia e suas empresas controladas) quanto a todos e quaisquer prejuízos, danos, penalidades, custos e despesas de qualquer natureza (inclusive despesas legais, contábeis, de consultoria, engenharia para conclusão da obra, investigação e outras despesas), decorrentes de quaisquer demandas, incluindo autuações, notificações judiciais ou extrajudiciais, ações judiciais e procedimentos arbitrais. A Companhia é ré em quatro reclamações trabalhistas movidas por seus ex-funcionários, as quais não estão provisionadas em decorrência da estimativa de perda classificada como possível e remota pelos assessores jurídicos.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O crescimento do quadro de colaboradores nos últimos três exercícios sociais deu-se, em especial, pelo crescimento das atividades de prospecção de novos projetos e do desenvolvimento do portfólio de projetos eólicos e implantação dos parques eólicos do LER 2009, LER 2010 e A-3 2011. Esse desenvolvimento demandou o aumento do corpo técnico e do corpo administrativo de apoio. Em 2011 a Companhia possuía 123 funcionários, em 2012 possuía 174 funcionários e em 31 de dezembro de 2013 a Companhia contava com 219 funcionários em seu quadro.

Adicionalmente, uma vez concluída a aquisição da Brasil PCH, estima-se que o número de empregados e de empresas terceirizadas pela Companhia sofrerá alterações significativas. Portanto, as informações apresentadas neste item 14 refletem tão somente os números de empregados, o índice de rotatividade e a exposição a passivos e contingências trabalhistas da Companhia e suas controladas e subsidiárias. Para mais informações sobre referida operação vide item 6.5.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial. Por isso, a Companhia pratica uma administração de recursos humanos transparente, na qual o foco principal é a constante valorização e desenvolvimento dos talentos.

A área de recursos humanos mantém foco na contratação de profissionais éticos, qualificados e com disposição para enfrentar e superar desafios. A Companhia busca incentivar o desenvolvimento contínuo de seus colaboradores através de programas de capacitação, desenvolvimento e qualificação profissional, além de oferecer reconhecimento pelos resultados alcançados em programas de remuneração variável atrelada ao atingimento de metas e resultados. Esses programas de remuneração variável são concedidos de duas formas: (a) Por meio da outorga de opções no âmbito do plano de opção de ações; e (b) por meio de Bônus, pago no formato de Programa de Participação nos Resultados – PPR.

A nossa política salarial é estabelecida com base em referências salariais do Mercado de Trabalho Brasileiro, de acordo com a estratégia de posicionamento definida pelos acionistas. Para manter-se competitiva, anualmente a Companhia realiza um estudo de mercado com empresas selecionadas pelos administradores da Renova e acionistas, empresas essas que possuem as seguintes características:

- empresas do setor de energia, construção e bens de consumo;
- empresas com filosofia de remuneração atrelada a performance;
- empresas com direcionamento para condução de projetos;
- empresas que possuem práticas e políticas estruturadas de Recursos Humanos/Remuneração.

Nesse estudo é avaliado as práticas de remuneração total tais como: salário base, benefícios, programas de incentivo de curto e longo prazo e, quando necessário, são sugeridos reajustes salariais para os funcionários.

Adicionalmente, a remuneração fixa é reajustada anualmente pela aplicação do percentual negociado de reajuste coletivo com o Sindicato para os funcionários, conforme acordo coletivo firmado. Trabalhamos também para conceder promoções em função de mudanças de função, ganho de responsabilidade, sempre resultado de alto desempenho do funcionário.

Em 2013 a companhia implantou um programa de remuneração variável de curto prazo, pago em função do cumprimento de metas estabelecidas de cunho financeiro, operacional, cumprimento de projeto. Todos os funcionários são elegíveis ao programa, com exceção dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Gestão e Fiscal e membros que contemplados no plano de outorga de ações. O funcionamento do programa de remuneração variável de curto prazo se dá a partir das metas corporativas que, uma vez cumpridas, possibilitam a apuração da remuneração devida, com base na nota de performance ponderada de cada indivíduo considerando a performance área, da empresa e do cumprimento das metas individuais.

b. Política de benefícios

A Companhia oferece a os empregados um pacote de benefícios, que inclui: vale-refeição/alimentação, vale transporte, auxílio creche, assistência médica hospitalar e dentária e seguro de vida, os quais são integralmente custeados pela Companhia, além de subsidio de parte do custo com academia para exercícios físicos e subsídio de cursos idiomas, graduação e pós graduação.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

- (i) Grupo de beneficiários

Participarão do Plano de Opção de Compra de Ações os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(ii) Condições para exercício

Conselho de Administração da Companhia fixará os termos e as condições de cada Opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário.

(iii) Preço do exercício

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, o preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração.

(iv) Prazo de Exercício

A Opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo determinado no Contrato, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos e neste Plano.

(v) Quantidade de ações comprometidas pelo Plano

A outorga de Opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

As entidades sindicais que representam os funcionários da Companhia são: Sindicatos dos Eletricitários da Bahia e São Paulo. A Companhia adota uma postura de abertura e respeito à entidade sindical. Acreditamos que a construção de uma relação saudável com os sindicatos traz benefícios para a empresa.

A Companhia foi sindicalizada em 2012 e possui acordos coletivos distintos firmados para cada região onde atua (Bahia e São Paulo), conforme representação sindical da localidade. Anualmente em Abril, negocia-se o reajuste salarial dos funcionários com o sindicato, registrando em Acordo Coletivo de Trabalho. Nunca houve greve nas empresas do grupo.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental						
08.576.668/0001-93	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
5.470.293	2,310000%	10.940.586	13,370000%	16.410.879	5,150000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Light Energia S.A						
01.917.818/0001-36	brasileira-RJ	Sim	Sim	17/08/2011		
50.561.797	21,350000%	0	0,000000%	50.561.797	15,870000%	
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A						
06.981.176/0001-58		Sim	Sim	29/09/2014		
87.186.035	36,810000%	0	0,000000%	87.186.035	27,360000%	
RR Participações S.A						
09.207.533/0001-13	brasileira-SP	Sim	Sim	26/06/2013		
58.821.890	24,840000%	1.300.000	1,590000%	60.121.890	18,870000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Infrabrasil Fundo de Investimento S.A						
07.452.281/0001-62	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
11.651.467	4,920000%	23.302.933	28,480000%	34.954.400	10,970000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	brasileira-SP	Sim	Não	06/11/2012		
	9.311.425	3,930000%	18.622.850	22,760000%	27.934.275	8,770000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	13.841.379	5,840000%	27.644.767	33,800000%	41.486.146	13,010000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	236.844.286	100,000000%	81.811.136	100,000000%	318.655.422	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BNDESPAR			00.383.281/0001-09		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social					
33.657.248/0001-89	brasileiro-RJ	Não	Não	30/06/2012	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A			06.981.176/0001-58		
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais					
17.155.730/0001-64		Não	Não	27/10/2014	
2.896.785.330	100,000000	0	0,000000	2.896.785.330	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
2.896.785.330	100,000000	0	0,000000	2.896.785.330	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Light Energia S.A			01.917.818/0001-36			
Light S.A.						
03.378.521/0001-75	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/11/2005		
77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RR Participações S.A			09.207.533/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Renato do Amaral Figueiredo					
146.623.258-70	brasileiro-SP	Sim	Sim	25/11/2013	
227.085	35,000000	0	0,000000	227.085	35,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Lopes Delneri					
157.602.498-94		Sim	Sim	25/11/2013	
227.085	65,000000	0	0,000000	227.085	65,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
454.170	100,000000	0	0,000000	454.170	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social				33.657.248/0001-89	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
União Federal					
		Não	Não		
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria						
17.155.730/0001-64		Não	Não	27/10/2014		
69	0,000000	560.649	0,070000	560.718	0,040000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
AGC Energia S.A.						
11.221.326/0001-65		Não	Não	27/10/2014		
138.700.848	32,960000	42.671.763	5,090000	181.372.611	14,410000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60		Não	Não	27/10/2014		
214.414.739	50,960000	0	0,000000	214.414.739	17,030000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
FIA Dinâmica Energia						
08.196.003/0001-54		Não	Não	27/10/2014		
28.501.552	6,780000	8.768.594	1,050000	37.270.146	2,970000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Lazard Asset Management LLC					
		Não	Não	27/10/2014	
0	0,000000	42.475.810	5,070000	42.475.810	3,370000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
MGI - Minas Gerais Participações S.A.					
19.296.342/0001-29		Não	Não	29/10/2014	
0	0,000000	78.582.845	9,380000	78.582.845	6,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
39.147.500	9,300000	665.017.285	79,340000	704.164.785	55,940000
TOTAL					
420.764.708	100,000000	838.076.946	100,000000	1.258.841.654	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Light S.A.			03.378.521/0001-75		
Alliance Bernstein L.P.					
	brasileira	Não	Não	31/12/2011	
10.413.567	5,106340	0	0,000000	10.413.567	5,106340
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	brasileira-RJ	Não	Não	30/06/2012	
21.366.808	10,477312	0	0,000000	21.366.808	10,477312
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2012	
53.152.298	26,063473	0	0,000000	53.152.298	26,063473
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)					
11.429.117/0001-01	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/06/2012	
26.576.149	13,031736	0	0,000000	26.576.149	13,031736
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Light S.A.			03.378.521/0001-75		
OUTROS					
65.849.088	32,289402	0	0,000000	65.849.088	32,289402
RME - Rio Minas Energia Participações S.A					
07.925.628/0001-47	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/06/2012	
26.576.150	13,031737	0	0,000000	26.576.150	13,031737
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
203.934.060	100,000000	0	0,000000	203.934.060	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BNDESPAR			00.383.281/0001-09		
BNDES					
33.657.248/0001-89	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria					
	MG	Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	410.396	0,075732	410.396	0,042631
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.					
11.221.326/0001-65	brasileira-MG	Sim	Não	30/06/2012	
138.700.848	32,963993	0	0,000000	138.700.848	14,407897
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BlackRock, Inc.					
		Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	50.931.874	9,398626	50.931.874	5,290676
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Estado de Minas Gerais e outras Entidades do Estado					
18.715.615/0001-60	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2012	
214.414.739	50,958347	0	0,000000	214.414.739	22,272867
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
OUTROS					
67.649.121	16,077660	490.565.407	90,525642	558.214.528	57,985929
TOTAL					
420.764.708	100,000000	541.907.677	100,000000	962.672.385	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)			11.429.117/0001-01		
Andre Fernandes Bereguer					
127.759.138-57	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cesar Vaz de Melo Fernandes					
299.529.806-04	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristiano Correa de Barros					
327.933.916-20	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Mario Antonio Thomazi					
290.272.500-06	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)			11.429.117/0001-01		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	29/07/2011	
177.422.773	99,999996	0	0,000000	177.422.773	99,999996
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
177.422.777	100,000000	0	0,000000	177.422.777	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RME - Rio Minas Energia Participações S.A			07.925.628/0001-47		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Energia					
12.126.500/0001-53	brasileira	Não	Sim	30/06/2012	
709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.			11.221.326/0001-65		
AGC Participações Ltda.					
03.601.304/0001-00	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
25	0,500000	25	0,500000	50	0,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A					
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010	
4.975	99,500000	4.975	99,500000	9.950	99,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
5.000	100,000000	5.000	100,000000	10.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BNDES			33.657.248/0001-89		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União					
	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Energia			12.126.500/0001-53		
OUTROS					
3.461.148	3,190000	0	0,000000	3.461.148	3,190000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
105.019.680	96,810000	0	0,000000	105.019.680	96,810000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
108.480.828	100,000000	0	0,000000	108.480.828	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Estado de Minas Gerais e outras Entidades do Estado			18.715.615/0001-60		
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Participações Ltda.				03.601.304/0001-00		
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A						
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010		
29.170.181	99,999825	0	0,000000	29.170.181	99,999825	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Andrade Gutierrez S.A						
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
51	0,000175	0	0,000000	51	0,000175	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
29.170.232	100,000000	0	0,000000	29.170.232	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A			03.601.314/0001-38		
AG Invest Fundo de Investimento em Participações					
08.968.987/0001-44	brasileira-MG	Não	Não	12/01/2013	
11.816.003	21,280000	13.040.301	23,490000	24.856.304	22,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierres Participações S.A					
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
42.464.341	76,480000	41.240.257	74,270000	83.704.598	75,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
IFC - International Finance Corporation					
	americana	Não	Não	12/01/2013	
1.237.007	2,230000	1.237.007	2,230000	2.474.014	2,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
8.028	0,010000	1.837.880	0,010000	1.845.908	0,010000
TOTAL					
55.525.379	100,000000	57.355.445	100,000000	112.880.824	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica			10.478.616/0001-26		
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2012	
101.913.408	50,000000	0	0,000000	101.913.408	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Fundo de Investimento em Participações					
11.547.888/0001-01	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
101.913.408	50,000000	203.826.816	100,000000	305.740.224	75,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
203.826.816	100,000000	203.826.816	100,000000	407.653.632	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez Participações S.A			03.601.314/0001-38		
Andrade Gutierrez S.A					
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/10/2013	
371.458.955	99,999998	742.917.926	100,000000	1.114.376.881	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
5	0,000002	0	0,000000	5	0,000001
TOTAL					
371.458.960	100,000000	742.917.926	100,000000	1.114.376.886	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria					
17.155.730/0001-64		Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	410.396	0,075732	410.396	0,042631
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
AGC Energia S.A.					
11.221.326/0001-65		brasileira-MG	Sim	Não	30/06/2012
138.700.848	32,963993	0	0,000000	138.700.848	14,407897
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BlackRock Inc.					
		Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	50.931.874	9,398626	50.931.874	5,290676
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Estado de Minas Gerais e outras Entidades do Estado					
18.715.615/0001-60		brasileira-MG	Não	Não	30/06/2012
214.414.739	50,958347	0	0,000000	214.414.739	22,272867
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
OUTROS					
67.649.121	16,077660	490.565.407	90,525642	558.214.528	57,985929
TOTAL					
420.764.708	100,000000	541.907.677	100,000000	962.672.385	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Redentor Fundo de Investimento em Participações			11.547.888/0001-01		
Banco BTG Pactual S.A					
30.306.294/0001-45	brasileiro	Não	Não	30/06/2012	
142	14,200000	0	0,000000	142	14,200000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Santander Brasil S.A					
90.400.888/0001-42	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
285	28,600000	0	0,000000	285	28,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Votorantim S.A					
59.588.111/0001-03	brasileiro	Não	Não	30/06/2012	
285	28,600000	0	0,000000	285	28,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BB Banco de Investimento S.A					
24.933.830/0001-30	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
285	28,600000	0	0,000000	285	28,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Fundo de Investimento em Participações			11.547.888/0001-01		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
997	100,000000	0	0,000000	997	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A			03.601.314/0001-38		
OUTROS					
8.028	100,000000	7.808	100,000000	15.836	100,000000
TOTAL					
8.028	100,000000	7.808	100,000000	15.836	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez S.A			17.262.197/0001-30		
Adiminstradora São Estevão S.A					
	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.827	33,340000	477.336.173	33,340000	716.000.000	33,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora Santana Ltda.					
16.741.134/0001-01	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora São Miguel Ltda.					
19.135.623/0001-08	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
715.991.479	100,000000	1.432.008.519	100,000000	2.147.999.998	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Banco BTG Pactual S.A			30.306.294/0001-45			
BTG Pactual Holding S.A.						
10.923.227/0001-62	brasileiro	Sim	Sim	30/04/2012		
1.152.580.102	82,879401	848.048.204	64,040815	2.000.628.306	73,690621	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
238.091.302	17,120599	476.182.604	35,959185	714.273.906	26,309379	
TOTAL						
1.390.671.404	100,000000	1.324.230.808	100,000000	2.714.902.212	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Votorantim S.A			59.588.111/0001-03		
Aldemir Bendine					
043.980.408-62	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Banco do Brasil S.A.					
00.000.000/0001-91	brasileiro	Sim	Sim	30/06/2012	
33.356.791.198	50,000000	7.412.620.274	49,999997	40.769.411.472	49,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Ivan de Souza Monteiro					
667.444.077-91	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Votorantim S.A			59.588.111/0001-03		
Marcus Olyntho de Camargo Arruda					
067.020.158-87	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Rogério Caffarelli					
442.887.279-87	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
66.713.582.406	100,000000	14.825.240.544	100,000000	81.538.822.950	100,000000
Votorantim Finanças S.A.					
01.386.256/0001-41	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
33.356.791.208	50,000000	7.412.620.264	49,999997	40.769.411.472	49,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Votorantim S.A			59.588.111/0001-03		
Wang Wei chang					
534.698.608-15	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BB Banco de Investimento S.A			24.933.830/0001-30		
Banco do Brasil S.A.					
00.000.000/0001-91	brasileiro	Não	Sim	31/12/2009	
102.637.922	100,000000	0	0,000000	102.637.922	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
102.637.922	100,000000	0	0,000000	102.637.922	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Adiminstradora São Estevão S.A						
OUTROS						
13.776	0,280000	0	0,000000	13.776	0,280000	
Sergio Lins Andrade						
	brasileiro	Não	Não			
4.986.587	99,720000	0	0,000000	4.986.587	99,720000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
5.000.363	100,000000	0	0,000000	5.000.363	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Santana Ltda.			16.741.134/0001-01		
Angela Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristina Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Espólio de Roberto Gutierrez					
	brasileiro	Não	Não		
99.970	33,320000	0	0,000000	99.970	33,320000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
34	0,020000	0	0,000000	34	0,020000
TOTAL					
300.000	100,000000	0	0,000000	300.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Água Branca Participações Ltda.					
07.151.347/0001-84	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.392.800	7,334387	0	0,000000	1.392.800	7,334387
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Álvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.376.400	7,248025	0	0,000000	1.376.400	7,248025
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristalia Participações Ltda.					
07.147.738/0001-25	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.431.200	7,536598	0	0,000000	1.431.200	7,536598
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.203.600	6,338073	0	0,000000	1.203.600	6,338073
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
200	0,001503	0	0,000000	200	0,001503
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Guvidala participações Ltda.					
07.154.488/0001-50	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.497.200	7,884150	0	0,000000	1.497.200	7,884150
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Heloisa Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Luciana Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.368.000	7,203791	0	0,000000	1.368.000	7,203791
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marília Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.261.200	6,641390	0	0,000000	1.261.200	6,641390
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marrote Participações Ltda.					
07.154.654/0001-19	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.196.000	6,298052	0	0,000000	1.196.000	6,298052
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nadja Participações Ltda.					
07.154.477/0001-70	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.404.800	7,397126	0	0,000000	1.404.800	7,397126
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.390.800	7,323855	0	0,000000	1.390.800	7,323855
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
18.990.000	100,000000	0	0,000000	18.990.000	100,000000
Travessia Participações Ltda.					
07.154.469/0001-24	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.455.200	7,662981	0	0,000000	1.455.200	7,662981
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Vera Furtado de Andrade					
		Não	Não		
200	0,001053	0	0,000000	200	0,001053
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Verdigris Participações Ltda.					
07.149.689/0001-60	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.372.400	7,226962	0	0,000000	1.372.400	7,226962
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Banco do Brasil S.A.			00.000.000/0001-91		
Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil - PREVI					
10.993.128/0001-57	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
297.031.611	10,366087	0	0,000000	297.031.611	10,366087
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização					
10.539.257/0001-70	brasileiro	Não	Não	05/08/2010	
62.500.000	2,181183	0	0,000000	62.500.000	2,181183
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo Garantidor à Exportação					
03.115.105/0001-84	brasileiro	Não	Não	30/06/2012	
139.400.000	4,864911	0	0,000000	139.400.000	4,864911
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo Garantidor para Investimentos					
10.993.128/0001-57	brasileiro	Não	Não	30/06/2012	
7.500.000	0,261742	0	0,000000	7.500.000	0,261742
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco do Brasil S.A.			00.000.000/0001-91		
OUTROS					
875.257.629	30,545559	0	0,000000	875.257.629	30,545559
Secretaria do Tesouro Nacional					
00.394.460/0001-41	brasileira	Não	Sim	30/06/2012	
1.483.727.780	51,780518	0	0,000000	1.483.727.780	51,780518
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
2.865.417.020	100,000000	0	0,000000	2.865.417.020	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.			10.923.227/0001-62		
André Santos Esteves					
857.454.487-68	brasileiro-RJ	Não	Sim		
260.237.168	56,409996	0	0,000000	260.237.168	28,204998
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
James Marcos de Oliveira					
170.071.038-98	brasileiro-RJ	Não	Não		
34.544.889	7,488081	15.740.260	3,411919	50.285.149	5,449177
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Marcelo Kalim					
185.178.498-50	brasileiro-SP	Não	Não		
35.205.264	7,631227	16.463.878	3,568773	51.669.142	5,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
96.139.070	20,839469	412.663.623	89,450535	508.802.693	55,145825
Roberto Balls Salloutti					
135.962.478-37	brasileiro-SP	Não	Não		
35.205.265	7,631227	16.463.877	3,568773	51.669.142	5,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.			10.923.227/0001-62			
Roberto Balls Salloutti						
135.962.478-37	brasileiro-SP	Não	Não			
35.205.265	7,631227	16.463.877	3,568773	51.669.142	5,600000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
461.331.656	100,000000	461.331.638	100,000000	922.663.294	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Grupo Empresarial Santander, S.L.			06.164.067/0001-48		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santander Espanha					
	espanhola	Não	Sim	30/06/2012	
468.793.507	99,105800	0	0,000000	468.793.507	99,105800
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Santander Investment I, S.A.					
		Não	Sim	30/06/2012	
2.443.373	0,516333	0	0,000000	2.443.373	0,516333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Santander Investment, S.A.					
		Não	Sim	30/06/2012	
1.787.400	0,377867	0	0,000000	1.787.400	0,377867
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
473.024.280	100,000000	0	0,000000	473.024.280	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Santander Insurance Holding S.L.			10.697.131/0001-23		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santander AM Holding S.L.					
		Não	Sim	30/06/2012	
2.000	0,001000	0	0,000000	2.000	0,001000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Santander Espanha					
		Não	Sim	30/06/2012	
38.973.100	99,999000	0	0,000000	38.973.100	99,999000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
38.975.100	100,000000	0	0,000000	38.975.100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sterrebeeck B.V.			09.473.556/0001-70		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santander Espanha					
	espanhola	Não	Sim	30/06/2012	
2.639.306.000	100,000000	0	0,000000	2.639.306.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
2.639.306.000	100,000000	0	0,000000	2.639.306.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Finanças S.A.			01.386.256/0001-41		
Claudio Ermírio de Moraes					
116.005.728-12	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti					
023.290.828-19	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Não	Não		
945	0,000130	0	0,000000	945	0,000129
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luis Ermírio de Moraes					
051.558.168-23	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Finanças S.A.			01.386.256/0001-41		
Marcus Olyntho de Camargo Arruda					
067.020.158-87	brasileiro	Não	Não		
711	0,000100	0	0,000000	711	0,000098
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
722.479.971	100,000000	0	0,000000	722.479.971	100,000000
Votorantim Participações S.A.					
61.082.582/0001-97	brasileiro	Não	Sim	30/06/2012	
722.478.311	99,999766	0	0,000000	722.478.311	99,999769
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Wang Wei chang					
534.698.608-15	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco do Brasil S.A.			00.000.000/0001-91		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Agua Branca Participações Ltda.			07.151.347/0001-84		
Camila da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000072	0	0,000000	1	0,000072
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriela Andrade da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.392.780	99,998492	0	0,000000	1.392.780	99,998492
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Água Branca Participações Ltda.			07.151.347/0001-84		
Mariana da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Rafael Andrade da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.392.801	100,000000	0	0,000000	1.392.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cristalia Participações Ltda.			07.147.738/0001-25		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000070	0	0,000000	1	0,000070
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Heloísa Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.431.200	99,999930	0	0,000000	1.431.200	99,999930
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.431.201	100,000000	0	0,000000	1.431.201	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Guvidala participações Ltda.			07.154.488/0001-50		
Alvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.497.000	99,999933	0	0,000000	1.497.000	99,999933
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000067	0	0,000000	1	0,000067
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.497.001	100,000000	0	0,000000	1.497.001	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marrote Participações Ltda.			07.154.654/0001-19		
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.196.000	99,999916	0	0,000000	1.196.000	99,999916
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000084	0	0,000000	1	0,000084
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.196.001	100,000000	0	0,000000	1.196.001	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nadja Participações Ltda.			07.154.477/0001-70		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000071	0	0,000000	1	0,000071
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lluciana Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.404.800	99,999929	0	0,000000	1.404.800	99,999929
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.404.801	100,000000	0	0,000000	1.404.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Travessia Participações Ltda.			07.154.469/0001-24		
Gabriel Donato de Andrade					
	brasileira	Não	Não		
1	0,000069	0	0,000000	1	0,000069
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.455.200	99,999931	0	0,000000	1.455.200	99,999931
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.455.201	100,000000	0	0,000000	1.455.201	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Verdigris Participações Ltda.			07.149.689/0001-60		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000073	0	0,000000	1	0,000073
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marilia Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.372.401	99,999927	0	0,000000	1.372.401	99,999927
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.372.402	100,000000	0	0,000000	1.372.402	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Votorantim Participações S.A.			61.082.582/0001-97		
Carlos Eduardo Moraes Scripilliti					
104.056.958-70	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Carlos Ermírio de Moraes					
021.946.058-27	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Claudio Ermírio de Moraes					
116.005.728-12	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti					
023.290.828-19	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Participações S.A.			61.082.582/0001-97		
Fabio Ermírio de Moraes					
083.358.948-25	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Hejoassu Administração S.A.					
61.194.148/0001-07	brasileira	Não	Sim	30/06/2012	
5.380.879.050	99,999992	0	0,000000	5.380.879.050	99,999992
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Roberto Ermírio de Moraes					
029.080.178-81	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Participações S.A.			61.082.582/0001-97		
Luis Ermírio de Moraes					
051.558.168-23	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
5.380.879.058	100,000000	0	0,000000	5.380.879.058	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Caixa de Previdencia dos funcionários do Banco do Brasil - PREVI			10.993.128/0001-57		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização			10.539.257/0001-70		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo Garantidor à Exportação			03.115.105/0001-84		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo Garantidor para Investimentos			10.993.128/0001-57		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Santander AM Holding S.L.					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Santander Espanha					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Santander Espanha					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Santander Investment I, S.A.					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Santander Investment, S.A.					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Secretaria do Tesouro Nacional			00.394.460/0001-41		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Hejoassu Administração S.A.			61.194.148/0001-07		
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Hejoassu Administração S.A.			61.194.148/0001-07		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.600.000	100,000000	0	0,000000	1.600.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
Antônio Ermírio de Moraes					
004.806.578-15	brasileira	Sim	Sim		
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Não	31/12/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44			
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Não	30/06/2012		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Ermírio Pereira de Moraes						
499.217.118-49	brasileiro	Sim	Sim			
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
JEMF Participações S.A.						
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Não	30/06/2012		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
MRC Participações S.A.						
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Não	30/06/2012		
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				05.062.394/0001-26	
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Sim	Sim		
228.243.033	33,330000	0	0,000000	228.243.033	33,333332
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Roberto Ermírio de Moraes					
029.080.178-81	brasileiro	Sim	Sim		
228.243.033	33,330000	0	0,000000	228.243.033	33,333332
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				05.062.394/0001-26	
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Neide Helena de Moraes					
041.978.048-30	brasileira	Sim	Não		
228.234.034	33,340000	0	0,000000	228.234.034	33,333333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.720.100	100,000000	900	100,000000	684.721.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Maria Elena de Moraes Scripilliti					
174.502.828-52	brasileira	Sim	Sim		
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JEMF Participações S.A.			05.062.394/0001-26		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JEMF Participações S.A.			05.062.394/0001-26		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JEMF Participações S.A.			05.062.394/0001-26		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	09/12/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	312
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	8
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	150

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	40.225.491	12,630000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	80.409.697	25,250000%
Total	120.635.188	37,880000%

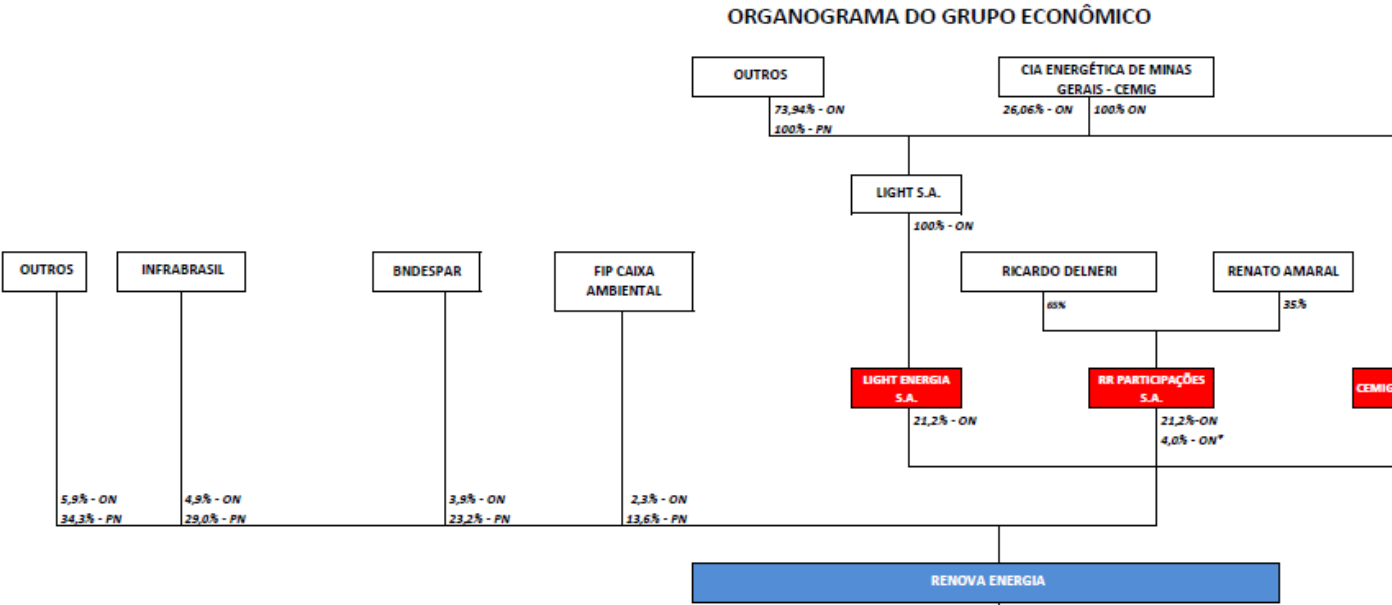
15.4 - Organograma dos acionistas

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	79,5%	-	-	188.309.629	59,11%
RR Participações	50.561.797	21,3%	-	0,00%	50.561.797	15,9%
Light	50.561.797	21,3%	-	0,00%	50.561.797	15,9%
Cemig GT	87.186.035	36,8%	-	-	87.186.035	27,4%
Outros Acionistas	49.786.482	20,5%	81.810.03	100,0%	130.195.298	40,9%
RR Participações*	8.260.093	3,5%	1.300.000	1,6%	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	22,8%	27.934.275	8,8%
InfraBrasil	11.651.467	4,9%	23.302.933	28,5%	34.954.400	11,0%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3%	10.940.586	13,4%	16.410.879	5,2%
Outros	13.792.319	5,8%	27.643.661	33,7%	41.435.980	13,00%
Total	236.845.392	100,0%	81.810.030	100,0%	318.655.422	100,0%

* Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

15.4 - Organograma dos acionistas



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de acionistas entre Light Energia, RR Participações e Cemig GT.

a. *parte* e b. *data de celebração*

Tendo em vista a integralização pela Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") de 87.186.035 ações ordinárias da Renova, em 29 de setembro de 2014, conforme disposto no Acordo de Investimento celebrado no dia 08 de agosto de 2013, que tinha como objetivo, dentre outros temas, regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova por meio de um aumento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2014 e homologado em 27 de outubro de 2014, a RR Participações S.A. ("RR"), Light Energia S.A. ("Light Energia") e Cemig GT, um novo Acordo de Acionistas ("Acordo Light Energia, RR e Cemig GT").

c. *prazo de vigência*

O prazo será de 30 anos contados da data da assinatura.

d. *cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle*

Haverá realização de reunião prévia, entre os Acionistas, antes de toda e qualquer Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração, de forma a definir e vincular o teor do voto dos Acionistas em uma Assembleia Geral ou orientação aos administradores da Companhia ou de suas Controladas e Subsidiárias (quando existentes), conforme o caso, uniforme e em bloco a ser proferido pelos Acionistas.

e. *cláusulas relativas à indicação de administradores*

Cada Acionista exercerá seus direitos de acionista para fazer com que o Conselho atue em conformidade com o Capítulo IV do Acordo Light Energia, RR e Cemig GT, sempre em nome dos interesses da Companhia e compromete-se a não requerer a eleição dos membros do Conselho de Administração por meio de voto múltiplo. O Conselho será composto por 9 (nove) membros. A Light Energia terá o direito de nomear, eleger e destituir 2 (dois) membros do Conselho, a RR terá o direito de nomear, eleger e destituir 2 (dois) membros do Conselho, a Cemig GT terá o direito de nomear, eleger e destituir 2 (dois) membros do Conselho, o Infrabrazil Fundo de Investimentos em Participação, em conjunto com Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, terá o direito de nomear, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho. Adicionalmente, 2 (dois) conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo um deles nomeado, eleito e destituído pelo BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (cada um, designado o "Conselheiro"). Os Conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Os Diretores que estejam em seus cargos na data da celebração do Acordo Light Energia, RR e Cemig GT, serão mantidos em seus cargos até o término dos respectivos mandatos, podendo ser reeleitos. Nos mandatos seguintes, o Conselho de Administração elegerá, para compor os cargos da Diretoria, profissionais dentre aqueles sugeridos pelo Diretor Presidente, os quais serão sempre selecionados dentre profissionais de mercado, com o auxílio de *headhunter*. Cada Diretor será designado pelo Conselho de Administração para mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por períodos adicionais.

f. *cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las*

Não obstante qualquer disposição em contrário prevista no presente Acordo Light Energia, RR e Cemig GT, os Acionistas não poderão Transferir quaisquer Ações Vinculadas durante o período de 4 (quatro) anos a contar da data de celebração deste Acordo, o que ocorrer primeiro (o "Período de Lock Up"), exceto por Transferências a Afiliadas (inclusive se a Afiliada Transferir novamente) e desde que (i) a Transferência seja de todas as Ações Vinculadas e (ii) o Acionista permaneça solidariamente responsável com sua Afiliada pelo cumprimento das obrigações previstas neste Acordo (ficando estabelecido que, para esse fim, a Companhia será considerada Afiliada dos Acionistas, sendo certo que a Afiliada deverá aderir ao presente Acordo, nos termos aqui previstos, obrigando-se a cumpri-lo

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

integralmente.

Direito de Preferência. Quando qualquer Acionista (o “Acionista Vendedor”) receber uma oferta firme de Transferência, direta ou indireta, da totalidade de suas Ações Vinculadas (tais Ações referidas como “Ações Ofertadas”), os demais Acionistas (o “Acionista Ofertado”) terão o direito de preferência (o “Direito de Preferência”) para adquirir as Ações Ofertadas. O Direito de Preferência deverá ser exercido de acordo com o procedimento estabelecido na Cláusula 7.1 do Acordo Light Energia, RR e Cemig GT e suas subcláusulas, sendo certo que somente será considerada válida a manifestação de intenção de compra do Acionista Ofertado que abranger a totalidade das Ações Ofertadas, não sendo permitida a aquisição parcial de Ações Ofertadas para este efeito.

O Direito de Preferência será ainda aplicável a qualquer operação: (i) que for realizada com o objetivo de frustrar o exercício do Direito de Preferência previsto neste Acordo, inclusive por meio de cisões, incorporações ou fusões; ou (ii) em que as Ações Vinculadas representem o principal ativo dentre o conjunto de ativos alienados.

Sem prejuízo do acima disposto quanto ao Direito de Preferência, caso o Acionista Vendedor seja a Cemig GT o Direito de Preferência deverá ser exercido pelo Acionista Ofertado com respeito às exigências legais aplicáveis à Cemig GT no tocante à venda ou Transferência das Ações de sua propriedade, obrigando-se a Cemig GT, neste caso, a incluir no respectivo edital de leilão as regras do Direito de Preferência em benefício dos Acionistas Ofertados, na medida do permitido por Lei

g. cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os membros do Conselho de Administração nomeados pelos acionistas participantes do bloco de controle (no caso da Companhia, a Light Energia, a RR e a Cemig GT, deverão votar em bloco, conforme orientação definida em Reunião Prévia de Acionistas que ocorre antes de cada Reunião do Conselho de Administração, nos termos do Capítulo V – Reunião Prévia do Acordo Light Energia, RR e Cemig GT.

Acordo BNDESPAR, Light Energia e RR,

a. parte e b. data de celebração

Tendo em vista o ingresso da BNDES Participações S. A. – BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no capital da Companhia por meio de aumento de capital realizado em 13 de julho 2012, a RR Participações S.A. (“RR”), a Light Energia S.A. (“Light Energia”), a Light S.A., o Sr. Ricardo Lopes Delneri, o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e a BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06 de novembro de 2012 (“Acordo BNDESPAR”), ao qual a Cemig GT aderiu em 29 de setembro de 2014. O referido acordo não altera o controle da Companhia, que permanece regulado conforme o Acordo Light Energia, RR e Cemig GT.

O Acordo BNDESPAR assegura à BNDESPAR os seguintes direitos: (i) eleição de um membro no Conselho de Administração da Companhia; (ii) direito de venda conjunta em caso de alienação direta ou indireta das ações da Companhia detidas pela RR e pela Light Energia; e (iii) direito de aderir à ofertas públicas secundárias da Companhia.

c. prazo de vigência

O prazo é de 15 anos contados da data da assinatura (06 de novembro de 2012).

d. cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não há cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

e. cláusulas relativas à indicação de administradores

A BNDESPAR terá o direito de eleger um membro independente do Conselho de Administração e, se for o caso, seu respectivo suplente. Para fins do exercício de tal direito, a BNDESPAR informará o nome de seu indicado aos acionistas controladores da Companhia.

f. cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Caso quaisquer dos acionistas controladores deseje transferir direta ou indiretamente, quaisquer de suas ações vinculadas, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas Units ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas condições da operação que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

Caso haja alienação do controle da RR, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas Units ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas condições da alteração que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

g. cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusula no Acordo BNDESPAR que restrinja ou vincule o direito de voto dos membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Companhia aprovou, em 20 de fevereiro de 2014, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,55 bilhões, mediante a emissão de até 199.427.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão, por ação ordinária, de R\$17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo na análise econômica-financeira constante do Anexo I à Ata que aprovou o respectivo Aumento de Capital Cemig GT.

Em 27 de outubro de 2014, considerando que foi atingido o valor mínimo de subscrição do capital social e ainda, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência, direito à subscrição das sobras e à retratação, os membros do Conselho de Administração decidiram aprovar a homologação parcial do Aumento de Capital da Companhia, no valor total de R\$1.550.264.983,19 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais e dezenove centavos), por meio da emissão de 87.196.901 (oitenta e sete milhões, cento e noventa e seis mil, novecentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$17,7789 por ação.

Como consequência da homologação parcial ora aprovada, os membros do Conselho de Administração de Companhia aprovaram, ainda, o cancelamento de 112.230.643 (cento e doze milhões, duzentas e trinta mil, seiscentas e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, não subscritas no âmbito do referido Aumento de Capital após o encerramento do Prazo para Exercício do Direito de Preferência, do Prazo da Subscrição de Sobras e do Prazo de Retratação, tendo em vista a possibilidade de subscrição e homologação parciais do Aumento de Capital, condicionada à realização do limite mínimo de R\$1.550.071.797,66 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões, setenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos) mesmo que não atingido o limite máximo total de R\$3.545.602.362,02 (três bilhões, quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e dois centavos).

A integralização ocorreu por meio: (i) da cessão para a Companhia do crédito no valor de R\$739,9 milhões referente ao AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley, em 12 de fevereiro de 2014; e (ii) da transferência de fundos imediatamente disponíveis (TED) para uma ou mais contas mantidas pela Companhia junto a uma instituição financeira previamente designada para tanto pela Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

Tendo em vista que o Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental não faz parte do bloco de controle da Renova Energia S.A., bem como possui comitê de investimento para tomada de decisões, não foram inseridas suas participações até a pessoa física, em observância ao Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2014.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Não possuímos quaisquer regras, políticas ou práticas para realização de transações com partes relacionadas, exceto pelo previsto no Estatuto Social da Companhia, o qual prevê que compete ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre a celebração de contratos com partes relacionadas.

Em observância ao Estatuto Social da Companhia e ao artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia devem abster-se de votar com relação a qualquer matéria com a qual tenham interesse conflitante com o da Companhia.

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

Assim, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisa seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

São firmados contratos de mútuo e de adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas (subsidiárias e/ou controladas), em decorrência de operações de gerenciamento de caixa da Companhia, visando conciliar o cumprimento de suas obrigações com os prazos para obtenção dos recursos decorrentes dos financiamentos que a Companhia contrata.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
RR Participações S.A.	27/05/2009	255.000,00	Contrato quitado em maio de 2012.	R\$ 243.499,75	Até 28/12/2013	SIM	6,500000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Mútuo da emissora ao controlador						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,5% a.a. Contrato celebrado com o valor de até R\$100 mil e aditivo celebrado em 12.07.2010 aumentando o valor para até R\$255 mil. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	02/01/2008	10.000.000,00	Contrato quitado em maio de 2012.	R\$ 27.283,02	Até 28/12/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Morrão S.A.	15/07/2011	253.748,36	R\$ 253.748,36	R\$ 253.748,36	Até 31/05/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC. A Companhia não deu destaque nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 em seu quadro de investimento para os mútuos convertidos em AFAC.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas da Prata S.A.	20/09/2010	652.844,48	R\$ 652.844,48	R\$ 652.844,48	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas Seraíma Ltda.	20/09/2010	883.179,19	R\$ 883.179,19	R\$ 883.179,19	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas Tanque Ltda.	20/09/2010	790.465,49	R\$ 790.465,49	R\$ 790.465,49	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	20/09/2010	652.844,48	R\$ 652.844,48	R\$ 652.844,48	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Energética Serra da Prata S.A.	10/07/2009	13.000.000,00	R\$ 12.987.000,00	Não aplicável	Até 31/12/2014	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da controlada à emissora. Contrato original celebrado com o valor global de R\$10.000.000,00 e aditivo celebrado em 01/12/2011 aumentando o o valor em R\$3.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Renova PCH Ltda.	30/04/2010	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 24.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Nova Renova Energia S.A.	30/04/2010	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 28.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	15/07/2011	428.533,47	R\$ 428.533,47	R\$ 428.533,47	Até 31/05/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	15/07/2011	234.637,08	R\$ 234.637,08	R\$ 234.637,08	Até 31/05/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	27/05/2011	1.700.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	Não aplicável	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	27/05/2011	3.850.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 3.931.451,29	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	27/05/2011	4.850.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 4.948.308,62	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	27/05/2011	4.320.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 4.410.978,10	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	27/05/2011	4.150.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 4.237.532,23	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Pajeu do Vento S.A.	27/05/2011	3.500.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 3.570.544,36	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Salvador Eólica Participações S.A.	27/05/2011	15.000.000,00	R\$ 17.544.000,00	Não aplicável	até 31/12/2013	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Tanque S.A.	01/10/2012	15.000.000,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 17.227.178,81		SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas da Prata S.A	01/10/2012	10.700.000,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 12.700.888,76	Até 30/04/2013	SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuorealizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Saraíma S.A.	14/12/2012	328.400,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 331264,60	Até 30/04/2013	SIM	5,750000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	14/12/2012	296.800,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 299.330,50	Até 30/04/2013	SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Morrão S.A.	21/12/2012	5.700,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 5756,68	Até 30/04/2013	SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas da Prata S.A.	01/03/2013	1.482.000,00	R\$ 1.482.000,00	R\$ 1.482.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas da Prata S.A.	06/08/2013	275.000,00	R\$ 275.000,00	R\$ 275.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	05/08/2013	900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	06/08/2013	19.545.000,00	R\$ 19.545.000,00	R\$ 19.545.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Morrão S.A.	06/08/2013	5.400.000,00	R\$ 5.400.000,00	R\$ 5.400.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	06/08/2013	9.472.000,00	R\$ 9.472.000,00	R\$ 9.472.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Tanque S.A.	06/08/2013	5.614.000,00	R\$ 5.614.000,00	R\$ 5.614.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	01/03/2013	2.272.000,00	R\$ 2.272.000,00	R\$ 2.272.000,00	Até AGO de 2014.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	05/08/2013	4.357.000,00	R\$ 4.357.000,00	R\$ 4.357.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ametista S.A.	01/03/2013	8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Eólica Participações S.A.	06/08/2013	103.265.848,66	R\$ 103.265.848,66	R\$ 103.265.848,66	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ametista S.A.	06/08/2013	2.490.000,00	R\$ 2.490.000,00	R\$ 2.490.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Borgo S.A.	06/08/2013	3.530.000,00	R\$ 3.530.000,00	R\$ 3.530.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indirta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Caetité S.A.	06/08/2013	5.265.000,00	R\$ 5.265.000,00	R\$ 5.265.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Dourados S.A.	06/08/2013	4.995.000,00	R\$ 4.995.000,00	R\$ 4.995.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Espigão S.A.	06/08/2013	5.135.000,00	R\$ 5.135.000,00	R\$ 5.135.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Maron S.A.	06/08/2013	9.535.000,00	R\$ 9.535.000,00	R\$ 9.535.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	06/08/2013	9.335.000,00	R\$ 9.335.000,00	R\$ 9.335.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pilões S.A.	06/08/2013	14.242.000,00	R\$ 14.242.000,00	R\$ 14.242.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	06/08/2013	8.330.000,00	R\$ 8.300.000,00	R\$ 8.300.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Borgo S.A.	01/03/2013	97.000,00	R\$ 97.000,00	R\$ 97.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Cenrais Eólicas Caetité S.A.	01/03/2013	7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Dourados S.A.	01/03/2013	4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Dourados S.A.	05/08/2013	4.300.000,00	R\$ 4.300.000,00	R\$ 4.300.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Espigão S.A.	01/03/2013	270.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Maron S.A.	01/03/2013	7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	01/03/2013	168.000,00	R\$ 168.000,00	R\$ 168.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Candiba S.A.	01/03/2013	835.000,00	R\$ 835.000,00	R\$ 835.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	01/03/2013	792.000,00	R\$ 792.000,00	R\$ 792.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	01/03/2013	635.000,00	R\$ 635.000,00	R\$ 635.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	01/03/2013	1.010.000,00	R\$ 1.010.000,00	R\$ 1.010.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	01/03/2013	605.000,00	R\$ 605.000,00	R\$ 605.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	15/01/2013	110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	01/03/2013	2.428.000,00	R\$ 2.428.000,00	R\$ 2.428.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	15/01/2013	248.000,00	R\$ 248.000,00	R\$ 248.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	01/03/2013	3.550.000,00	R\$ 3.550.000,00	R\$ 3.550.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	15/01/2013	602.000,00	R\$ 602.000,00	R\$ 602.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	01/03/2013	5.048.000,00	R\$ 5.048.000,00	R\$ 5.048.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	15/01/2013	305.000,00	R\$ 305.000,00	R\$ 305.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	01/03/2013	1.330.000,00	R\$ 1.330.000,00	R\$ 1.330.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	15/01/2013	305.000,00	R\$ 305.000,00	R\$ 305.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	01/03/2013	2.670.000,00	R\$ 2.670.000,00	R\$ 2.670.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	15/01/2013	332.000,00	R\$ 332.000,00	R\$ 332.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	01/03/2013	3.960.000,00	R\$ 3.960.000,00	R\$ 3.960.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	15/01/2013	132.000,00	R\$ 132.000,00	R\$ 132.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	01/03/2013	3.305.000,00	R\$ 3.305.000,00	R\$ 3.305.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitlização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	15/01/2013	345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	01/03/2013	8.810.000,00	R\$ 8.810.000,00	R\$ 8.810.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	15/01/2013	215.000,00	R\$ 215.000,00	R\$ 215.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrias Eólicas Serra do Salto S.A.	01/03/2013	2.815.000,00	R\$ 2.815.000,00	R\$ 2.815.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Bahia Eólica Participações S.A.	01/03/2013	3.877.000,00	R\$ 3.877.000,00	R\$ 3.877.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Salvador Eólica Participações S.A.	15/01/2013	2.594.000,00	R\$ 2.594.000,00	R\$ 2.594.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Salvador Eólica Participações S.A.	01/03/2013	33.916.000,00	R\$ 33.916.000,00	R\$ 33.916.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Eólica Participações S.A.	01/03/2013	30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Eólica Participações S.A.	05/08/2013	9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Eólica Participações S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	01/03/2013	30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	01/03/2013	37.793.000,00	R\$ 37.793.000,00	R\$ 37.793.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Nova Renova Energia S.A.	30/08/2013	50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	05/08/2013	9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	06/08/2013	103.364.301,16	R\$ 103.364.301,16	R\$ 103.364.301,16	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Salvador Eólica Participações S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	20/09/2010	884.599,08	R\$ 884.599,08	R\$ 884.599,08	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Bahia Eólica Participações S.A.	17/10/2011	8.000.000,00	R\$ 9.045.000,00	Não aplicável	Até 31/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	27/05/2011	3.510.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 3.581.147,06	Até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Renova Eólica Participações S.A.	15/09/2009	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	30/04/2010	320.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 324.023,77	Até 30/04/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	25/09/2009	292.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 296.357,43	Até 25/09/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada. Contrato aditivado em fevereiro de 2012 para R\$292.000,00						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Borgo Ltda.	30/04/2010	277.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 280.746,14	Até 30/04/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada. Contrato aditivado em fevereiro de 2012 para R\$277.000,00						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	30/04/2010	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 15.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	25/09/2009	349.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 353.765,69	Até 31/12/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro para R\$ 349.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TLJP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Dourados Ltda.	30/04/2010	317.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 320.916,03	Até 25/09/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro de 2012 para R\$ 317.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP+ até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	25/09/2009	335.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 340.019,35	Até 31/12/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	30/04/2010	316.000,00	R\$ 15.000,00 - Este montante foi convertido em AFAC em julho de 2013	R\$ 15.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Maron Ltda.	30/04/2010	316.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 320.230,29	Até 30/04/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro de 2012 para R\$ 316.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	30/04/2010	310.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 288.931,93	Até 30/04/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Pilões Ltda.	25/09/2009	378.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 383.013,97	Até 25/09/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro de 2012 para R\$ 378.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	25/09/2009	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 63.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	28/12/2011	1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	18/03/2011	15.319.333,27	R\$ 15.319.333,27	R\$ 15.319.333,27	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Em relação ao conjunto de transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência e conforme as regras, políticas e práticas indicadas no quadro 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política específica para transações com partes relacionadas, além das já previstas na legislação e nas normas regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), inclusive com relação às práticas de governança previstas no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 2"), bem como no Código de Ética e Conduta, que contém regras a respeito de conflitos de interesses.

O Código de Ética da Companhia determina:

- Os representantes da Renova devem agir tendo em vista o melhor interesse da Companhia. Considerações pessoais ou relacionamentos externos não devem interferir nos interesses da Companhia e, portanto, não se deve utilizar da posição ocupada na Companhia em benefício próprio, de parentes ou de amigos.
- Ao identificar um conflito real ou potencial, tal conflito deve ser imediatamente relatado ao gestor da área envolvida, o qual deverá se encarregar de solucioná-lo. Adicionalmente, o Colaborador que identificar tal conflito real ou potencial deve se ausentar das discussões e não deve participar das decisões a respeito, exceto se solicitado pelo gestor, visando proporcionar mais detalhes sobre o caso em tela e as partes envolvidas, abstendo-se, contudo, de qualquer deliberação sobre a matéria.
- Caso algum Colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de algum conflito não manifeste seu conflito de interesse, qualquer outro Colaborador que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do Colaborador em situação de conflito será considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia.
- A Companhia não fará restrições às atividades político-partidárias e os Colaboradores da Renova terão o direito de livre associação. Contudo, o exercício de atividades políticas ou a filiação a qualquer partido político deverá ser comunicado à Diretoria da Companhia. Os Colaboradores, se filiados a partidos políticos, não deverão utilizar o seu horário de trabalho ou recursos da Companhia.
- É terminantemente proibido o exercício de atividades político-partidárias no ambiente de trabalho e que envolvam, sob qualquer forma, recursos da Renova, bem como é proibida a veiculação de qualquer forma de propaganda política nas instalações da Renova.
- O Colaborador da Companhia que participar de atividade política o fará como cidadão e nunca como representante da Companhia. Desta forma, qualquer opinião política dos Colaboradores jamais deverá ser exteriorizada como uma posição política da Companhia.

Nos termos do Regulamento do Nível 2, os acionistas, administradores e membros do conselho fiscal e a BM&FBOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Adicionalmente, a decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deverá abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Em relação às transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, foram considerados os critérios de melhor

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, inclusive no que se refere à natureza e razões para a operação e as taxas de juros aplicadas, nos casos de empréstimo.

As operações e negócios com partes relacionadas serão sempre pautadas em políticas da Companhia e na legislação e normas vigentes, que nos determinam a observância dos padrões de mercado que exigem que tais operações e negócios sejam pautadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Em relação às operações de empréstimo da Companhia com suas subsidiárias, que representam o volume relevante das operações descritas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas subsidiárias para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos no quadro 16.2 acima, os quais a Companhia entende ser compatíveis e de acordo com as práticas usuais de mercado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
06/05/2015	2.568.009.837,54		236.883.455	81.889.474	318.772.929
Tipo de capital	Capital Subscrito				
06/05/2015	2.568.009.837,54		236.883.455	81.889.474	318.772.929
Tipo de capital	Capital Integralizado				
06/05/2015	2.568.009.837,54		236.883.455	81.889.474	318.772.929
Tipo de capital	Capital Autorizado				
19/11/2013	5.002.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
14/02/2011	Conselho de Administração	14/02/2011	123.113,32	Subscrição particular	362.098	724.196	1.086.294	0,00037705	0,34	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	724.196

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi fdeterminado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

04/04/2011	Conselho de Administração	04/04/2011	42.500,00	Subscrição particular	125.000	250.000	375.000	0,00013011	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	250.000

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	63.725,52	Subscrição particular	187.428	374.856	562.284	0,00019502	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008

Forma de integralização dinheiro

25/10/2011	Conselho de Administração	17/08/2011	376.044.302,32	Subscrição particular	52.815.211	0	52.815.211	1,15727167	7,12	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O critério para determinação do preço de emissão foi estabelecido levando em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia, em que a Administração entende ser compatível com seu valor econômico, conforme laudo de avaliação anexo à ata da RCA de 17/08/2011.

Forma de integralização dinheiro

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/01/2012	Conselho de Administração	26/01/2012	7.782,60	Subscrição particular	22.890	45.780	68.670	0,00001107	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
01/03/2012	Conselho de Administração	01/03/2012	7.480,00	Subscrição particular	22.000	44.000	66.000	0,00001064	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
30/05/2012	Conselho de Administração	30/05/2012	7.649,32	Subscrição particular	22.498	44.996	67.494	0,00001088	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
13/07/2012	Conselho de Administração	13/07/2012	314.700.407,84	Subscrição particular	24.987.244	8.730.416	33.717.660	0,44777388	9,33	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Laudo Contábil								
Forma de integralização		Moeda Corrente Nacional								
23/10/2012	Conselho de Administração	23/10/2012	1.870,00	Subscrição particular	5.500	11.000	16.500	0,00000183	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
26/11/2012	Conselho de Administração	26/11/2012	43.288,46	Subscrição particular	127.319	254.638	381.957	0,00004254	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
18/03/2013	Conselho de Administração	18/03/2013	13.298,08	Subscrição particular	39.112	78.224	117.336	0,00001307	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
12/08/2013	Conselho de Administração	12/08/2013	121.328,66	Subscrição particular	356.849	713.698	1.070.547	0,00001192	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
19/09/2013	Conselho de Administração	19/09/2013	21.261,90	Subscrição particular	62.535	125.070	187.605	0,00002089	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
20/12/2013	Conselho de Administração	20/12/2013	2.041,02	Subscrição particular	6.003	12.006	18.009	0,00000200	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		em dinheiro								
20/02/2014	Conselho de Administração	03/11/2014	1.550.264.983,19	Subscrição particular	87.196.901	0	87.196.901	37,69730887	17,78	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão por ação ordinária foi de R\$ 17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo em estudo econômico, anexo à Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2014 ("Ata de RCA").								
Forma de integralização		A Cemig GT realizou dois adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), sendo: 1º AFAC realizado na Chipley, no valor de R\$ 739.943.143,10, no dia 14 de fevereiro; 2º AFAC realizado na Renova, no valor de R\$ 810.128.654,56, no dia 31 de março de 2014. As demais ações subscritas pelos acionistas no aumento de capital foram integralizadas, no ato da subscrição, à vista e em moeda corrente nacional.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/10/2014	Conselho de Administração	01/01/0001	17.056,10	Subscrição particular	50.165	100.330	150.495	0,04725045	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		Dinheiro.								
06/05/2015	Conselho de Administração	01/01/0001	13.317,46	Subscrição particular	39.169	78.338	117.507	0,00051860	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve desdobramento, grupamento e bonificação nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2012 e 2011.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referentes ao capital social da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Há a possibilidade de conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, com os mesmos direitos e características das ações preferenciais já existentes, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite de 50% de ações emitidas pela Companhia para as ações preferenciais sem voto ou com voto restrito, sendo referida conversão sujeita à ratificação da Administração da Companhia. A conversão das ações ordinárias em ações preferenciais se dará mediante solicitação do seu titular, por escrito ao Diretor Presidente, que analisará a possibilidade e viabilidade da solicitação.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas titulares receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, após o recebimento integral por parte dos acionistas titulares de ações preferenciais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações ordinárias não serão negociadas isoladamente.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustados nos termos do artigo 202 das Lei das Sociedades por Ações. Para as ações preferenciais é assegurada a participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	As ações preferenciais conferem direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, quanto às seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2 e no Estatuto Social; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VIII do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações Preferenciais não serão negociadas isoladamente.

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Espécie de ações ou CDA	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a titulação financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Outras características relevantes	A UNIT é o ativo mobiliário da Companhia negociado na BM&FBovespa composta por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

A oferta pública de aquisição de ações, acima descrita, também deverá ser efetivada: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de Alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Também estará obrigado a efetivar a oferta pública o acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nessa hipótese, o Adquirente deverá pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Em qualquer hipótese o Acionista Controlador Alienante e o Comprador deverão entregar à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de Alienação de Controle da Sociedade na data de fechamento de referida operação. Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Companhia, quanto à obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações ou relativa às condições dessa oferta, esta divergência será dirimida por meio de arbitragem. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações e a Companhia não registrará qualquer transferência de ações ao Comprador do Poder de Controle, ou àquele(s) que vier (em) a deter o Poder de Controle da Companhia, enquanto este(s) não subscrever (em) o Termo de Anuência dos Controladores.

A Companhia não arquivará em sua sede qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores acima referido, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.941.012	34,00	30,76	R\$ por Unidade
30/06/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.041.935	40,55	32,00	R\$ por Unidade
30/09/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.265.275	39,50	49,90	R\$ por Unidade
31/12/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.464.705	50,90	47,00	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.381.568	33,50	25,50	R\$ por Unidade
30/06/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.605.536	34,80	29,61	R\$ por Unidade
30/09/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.751.736	31,99	26,00	R\$ por Unidade
31/12/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.959.932	31,98	27,81	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	40.821.284	35,97	21,50	R\$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/06/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.815.731	38,50	27,29	R\$ por Unidade
31/12/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.469.384	32,00	23,87	R\$ por Unidade
30/09/2011	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.716.383	32,93	23,00	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, de primeira emissão, não conversíveis em ações
Data de emissão	15/11/2014
Data de vencimento	15/11/2025
Quantidade (Unidades)	146
Valor total (Reais)	146.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM 476, da Renova Eólica Participações S.A.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Escritura de Emissão poderá conter, e a Emissora poderá realizar, desde que observados os termos a serem regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, conforme previsto pela Lei 12.431, oferta de resgate antecipado facultativo das Debêntures, nos termos que vierem a ser definidos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").
Características dos valores mobiliários	Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Renova Eólica Participações S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsões específicas para a alteração dos direitos assegurados.
Outras características relevantes	A data de emissão das Debêntures será a data constante da Escritura de Emissão ("Data de Emissão") e será atualizada nesta sessão assim que ocorrer a emissão, bem como os demais itens desse Formulário.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real
Data de emissão	15/12/2014
Data de vencimento	15/12/2024
Quantidade (Unidades)	50.000
Valor total (Reais)	10.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente)
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, somente a partir do 37º mês contado da Data de Emissão: (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável. A amortização antecipada facultativa parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 15/12/2024. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados ou cautelas. As Debêntures não serão objeto de atualização monetária. A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 123,45% (cento e vinte e três inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) da taxa média diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, pro rata temporis, a partir da Data de Integralização das Debêntures (inclusive) ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (exclusive), conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 4.1.12.7), até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado, ou ainda nas hipóteses de Amortização Antecipada Facultativa Parcial (conforme definida na Cláusula 5.2.1) ou Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável) ("Juros Remuneratórios").
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, quora, e eventos de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados a realização, pela Emissora, do resgate antecipado facultativo total da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries da 2ª Emissão de Debêntures da Emissora, nos termos da Cláusula 4.2 da escritura de emissão da 2ª Emissão de Debêntures, e para o reforço de caixa da Emissora.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 1ª emissão
Data de emissão	18/03/2011
Data de vencimento	12/03/2012
Quantidade (Unidades)	15
Valor total (Reais)	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, destinada a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Todas as Notas Comerciais estavam sujeitas a resgate antecipado pela Companhia, a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização, desde que observados os procedimentos descritos na cártula.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**Características dos valores mobiliários**

Vencimento: 12/03/2012

Hipótese de Resgate Antecipado: a Companhia poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Comerciais a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização.

Juros: correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "extra-grupo", expressas na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão, acrescida de um spread anual de 3% calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização até a data do efetivo pagamento ou do resgate antecipado. Garantia: alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e todos os bens e direitos decorrentes ou relacionados a essas ações.

Agente Fiduciário: Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, cuja remuneração compreende parcela única de R\$12.000,00 devida no dia quinto dia útil após a assinatura das Notas Promissórias. Principais deveres e atribuições contratuais do Agente Fiduciário: (i) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; (ii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas em todos os contratos relacionados à emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; (iii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Notas Promissórias acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações; e (iv) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da emissão.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: A cártula estipula, ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Companhia, tal como definido no artigo 116 da Lei 6.404/76; (ii) inadimplemento, pela Companhia, do pagamento de principal ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Notas Comerciais; e (iii) pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Companhia sem a prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsões específicas para a alteração dos direitos assegurados.

Outras características relevantes

Em 12/03/2012 essas Notas Promissórias foram integralmente quitadas.

Valor mobiliário**Debêntures****Identificação do valor mobiliário**

Debêntures simples, da segunda emissão, não conversíveis em ações

Data de emissão

17/09/2012

Data de vencimento

17/09/2022

Quantidade (Unidades)

30.000

Valor total (Reais)

300.000.000,00

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

Emissão e oferta pública de distribuição de debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A escritura prevê que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir de 17 de setembro de 2014, (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 95% do valor nominal unitário das debêntures ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures conforme a seguir (a) do início do 25º mês até o final do 36º mês da Data de Emissão: 1,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (b) do início do 37º mês até o final do 48º mês da Data de Emissão: 1,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (c) do início do 49º mês até o final do 60º mês da Data de Emissão: 1,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;</p> <p>(d) do início do 61º mês até o final do 72º mês da Data de Emissão: 1,00% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (e) do início do 73º mês até o final do 84º mês da data de Emissão: 0,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (f) do início do 85º mês até o final do 96º mês da Data de Emissão: 0,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (g) do início do 97º mês até o final do 108º mês da Data de Emissão: 0,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e (h) do início do 109º mês até o final do 120º mês da Data de Emissão: não será pago prêmio sobre o valor a ser resgatado ou amortizado.</p>
Características dos valores mobiliários	<p>Vencimento: 17/09/2022 e possibilidade de resgate antecipado a partir de 17/09/2014.</p> <p>Juros: correspondentes à variação acumulada de 123,45% das taxas médias diárias dos DI - depósitos interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressa em forma percentual ao ano, base 252 dias úteis.</p> <p>Garantia: as debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional real; (i) alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil S.A. na qual serão depositados o (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A.; e (b) fluxo de dividendo distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. à Companhia proveniente dos dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica Participações S.A. e Bahia Eólica Participações S.A..</p> <p>Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários cuja remuneração corresponde à R\$7.000,00 anuais, devida no quinto dia útil contado a partir de 03 de setembro de 2012 e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das debêntures.</p> <p>A cláusula 4.3 da escritura de emissão das debêntures prevê ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) na Companhia; (b) atingido ICSD conforme definido na escritura, e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas nos termos da escritura;</p> <p>(ii) saída da Light Energia S.A. da gestão operacional da Companhia ou perda do poder de gestão em função de alterações no bloco de controle; (iii) redução da atual participação de 50% da Light Energia S.A. no bloco de controle da Companhia; entre outras.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Alterações nas condições das debêntures (prazos, valor, forma de remuneração das debêntures, garantia, quora, e eventos de vencimento antecipado) deverão ser aprovadas em assembleia geral de debenturistas e dependerão de aprovação de 90% das debêntures em circulação.</p>

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Outras características
relevantes

Em 30 de novembro de 2010 foi celebrada a escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples da Espécie Quirografária da Companhia registrada em 13 de janeiro de 2011 na Junta Comercial do estado de São Paulo. Apesar de celebrada e registrada, a referida emissão não foi efetivamente subscrita e integralizada. A data da subscrição e integralização das debêntures de 2ª emissão da Companhia foi em 11 de outubro de 2012.

.....

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações e as units de emissão da Companhia são admitidas à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “RNEW3” (ações ordinárias), “RNEW4” (ações preferenciais) e “RNEW11” (units). As debêntures da 2ª emissão da Companhia são admitidas à negociação na CETIP S.A. – Mercados Organizados, sob os códigos “RNEV12”, “RNEV22”, “RNEV32”, “RNEV42”, “RNEV52”, “RNEV62”, “RNEV72”, “RNEV82”, e “RNEV92”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Exceto pela emissão da oferta pública de distribuição de debêntures e notas promissórias, ambas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas, relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e no exercício social corrente.

Para mais informações sobre a segunda emissão de debêntures e sobre a primeira emissão de notas promissórias da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou ofertas públicas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Além das informações prestadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência, outras características estão destacadas abaixo.

Ordinárias

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Preferenciais

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Para os titulares de ações preferenciais é assegurado o direito ao recebimento de um valor por ação preferencial correspondente a 100% do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia.

Units

Os titulares de Units terão o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia, exceto pelo prazo de 30 dias contado da data da publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o disposto no art. 55, §2º do Estatuto Social da Companhia e com deliberação a esse respeito a ser tomada em Reunião do Conselho de Administração.

As Units também conferirão aos seus titulares o direito: (i) de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units; e (ii) ao recebimento de ações decorrentes de cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, e nem nos últimos três exercícios sociais, valores mobiliários mantidos em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	22/02/2010
Cargo e/ou função	Acionistas Controladores Diretos ou Indiretos Diretores Membros do Conselho de Administração

Principais características

A Companhia em sua Política de Negociação de Valores Mobiliários firmada em 22 de fevereiro de 2010 fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358.

Esta Política de Negociação deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2008, na mencionada Instrução CVM 358 da Comissão de Valores Mobiliários, na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&BOVESPA, especialmente quanto ao dever dos Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros e Ex-Administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação de obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários.

As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam para fins de adesão, (i) Companhia, (ii) Acionistas Controladores, (iii) Administradores, (iv) Conselheiros, (v) Ex-Administradores, (vi) Colaboradores que o Diretor de Relações com Investidores venha a indicar, a seu exclusivo critério, como Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, conforme listagem divulgada de tempos em tempos.

Essas pessoas não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia.

Excepcionalmente, os Administradores e Conselheiros da Companhia, das Sociedades Controladas e das Sociedades Coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da Política de Negociação.

Estão abrangidas nas vedações da Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, definidas como: (a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsa de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação; e (b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme abaixo descrita.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As vedações estabelecidas na Política de negociação não se aplicam (i) no caso de as negociações com valores mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciados pelos quotistas; e/ ou (ii) nas operações com ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Companhia e nas recompras dessas ações pela Companhia, também mediante negociação privada.

Os Administradores e Conselheiros da Companhia, bem como das Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas, podem adquirir Valores Mobiliários de emissão da Companhia no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento, nos termos do Capítulo VIII da Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para a divulgação de formulários ITR e DFP.

As Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (a) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente de apresentação de justificativa; (b) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores; (c) informar previamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia, das Sociedades Controladoras, Controladas e Coligadas; (d) orientar e enviar os melhores esforços para que (i) o cônjuge ou companheiro; (ii) o descendente; e (iii) qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e (e) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas Sociedades Controladas e Coligadas ainda que (i) após a divulgação de Ato ou Fato Relevante; ou (ii) de acordo com o Plano Individual de Investimento.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos item 20.1 deste Formulário.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Conforme Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“ICVM 358”), a Companhia estabeleceu uma Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia (“Política de Divulgação”), que consiste em regras sobre divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de maio de 2008.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todos aqueles alcançados pela Política de Divulgação deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da ICVM 358, os acionistas controladores da Companhia, administradores da Companhia, conselheiros da Companhia e quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, controladoras ou coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informações relativas a ato ou fato relevante (“Detentores e Informações Vinculados”) (“Destinatários”) respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante ainda não divulgada, os Destinatários, obrigatoriamente, devem: (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores; (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando os padrões da Companhia sobre a segurança de correspondência eletrônica; (c) encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e (d) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os Destinatários que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

Observado o procedimento estabelecido no item (a) acima e constatada pelos Acionistas Controladores, Administradores ou Conselheiros a ocorrência de omissão na divulgação do Ato ou Fato Relevante por parte do Diretor de Relações com Investidores, devem aqueles cientificar imediatamente os demais membros da Diretoria da Companhia para que apreciem a matéria relativa à eventual divulgação, sem prejuízo do dever de informar o Ato ou Fato Relevante à CVM, consoante o parágrafo 2º do artigo 3º da ICVM 358. A Diretoria da Companhia dará ciência ao Destinatário comunicante, de imediato e por escrito, dessa deliberação.

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia. O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua divulgação porá em risco interesse legítimo da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da ICVM 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM. Caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da ICVM 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

A Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia encontra-se disponível na íntegra no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.renovaenergia.com.br).

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo, em caráter excepcional, quando, no interesse dos Acionistas Controladores ou dos Administradores, sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da ICVM 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, e caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da ICVM 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante, bem como pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas controladores da Companhia, administradores da Companhia, conselheiros da Companhia e/ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, controladoras ou coligadas da Companhia ("Destinatários"), que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.